



Fazer • Volume 8

Educativo

Educação infantil:
dimensões do fazer educativo com participação da família
no processo de socialização e aprendizagem das crianças

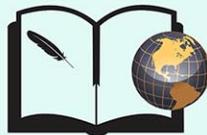
Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior
Maria Saraiva da Silva
Eliabe Bezerra de O. Silva
Francisco Sérgio C. Santos
Solange Lima S. Bié
Maria Sanders M. Souza
Ana Maria V. Gomes
José Cildo Martins
(Orgs.)



Fazer a educação dos conhecimentos cognitivos, e torna-los *Fazer Educativo* na rotina das transposições de conhecimentos históricos, tanto para professores quanto para estudantes suscitará várias modalidades didáticas e um currículo que corresponda aos desafios sociais, políticos e culturais frente a atual conjuntura do Estado Brasileiro. Os desafios à sociedade brasileira em sua diversidade regional e de características peculiares, frente à organização metodológica da educação, em que a política partidária determina o que se deve ensinar e o que se deve aprender a *Coleção do Fazer Educativo*, nesta etapa, composta por coletâneas de artigos produzidos por pesquisadores docentes e discentes de cursos de pós-graduação stricto-sensu e lato sensu tem por objetivo, apresentar os caminhos e descaminhos percorridos pelas propostas para o desenvolvimento da educação no Brasil. A *Coleção do Fazer Educativo* como projeto de ampliação dos olhares didáticos para as concepções pedagógicas, tem por meta, a transformação e transposição de conhecimentos em vista da justiça social, a partir das avaliações dos contextos atuais das instâncias educacionais. Esta coleção em sua variedade de temas enseja segundo os organizadores chegar às mãos de profissionais da educação e comunidade escolar para que os conteúdos definidos de forma simples tenham alcance múltiplo nos sistemas de ensino e para que o fazer-didático docente possa está amparado por bases teóricas sólidas. O *Fazer Educativo*, portanto, requer dos/as docentes decisões de embarcar na história social e política da educação. É um convite ao ponto crucial do que se pretende realizar com e para os/as educandos/as, pois, educar pressupõe amar-se e amar. Dar e receber. É educar para um mundo de tomada de decisões, de participação e construção de uma nova sociedade em que as sementes da dignidade, do respeito e do amor, nasçam, floresça e dê os frutos de prosperidade.



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



INSTITUTO SUPERIOR
DE ENSINO SEM
FRONTEIRAS - ISESF



9 788556 962805



 **editora fi**
www.editorafi.org

Fazer Educativo



Diálogos *Transdisciplinares* **em Educação**

Diretor da série:

Herlon Alves Bezerra

Comitê Científico e Editorial:

Caroline Farias Leal Mendonça; Leandro de Proença Lopes
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Redenção/CE, Brasil

Helder Manuel Guerra Henriques
Instituto Politécnico de Portalegre, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Portalegre, Portugal

Bernadete de Lourdes Ramos Beserra; Léo Barbosa Nepomuceno; Mariana Tavares Cavalcanti Liberato
Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE, Brasil

Carlos Alberto Batista Santos; Juracy Marques
Universidade do Estado da Bahia – Brasil

Aline Lima da Silveira Lage
Instituto Nacional de Educação de Surdos – Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Carlos César Leal Xavier; Pablo Dias Fortes
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz – Rio de Janeiro/RJ, Brasil

Ana Carmen de Souza Santana; Dilsilene Maria Ayres de Santana; Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior
Universidade Federal do Tocantins – Palmas/TO, Brasil

Carlos Eduardo Panosso
Instituto Federal do Tocantins – Palmas/TO, Brasil

Edson Hely Silva
Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE, Brasil

Alexandre Franca Barreto, Eliana de Barros Monteiro, Marcelo Silva de Souza Ribeiro
Universidade Federal do Vale do São Francisco – Petrolina/PE, Brasil

Ana Patrícia Frederico Silveira, Ana Patrícia Vargas Borges, André Ricardo Dias Santos, Antônio Marcos da Conceição Uchôa, Bartolomeu Lins de Barros Júnior, Clécia Simone Gonçalves Rosa Pacheco, Cristiano Dias da Silva, Edivânia Granja da Silva Oliveira, Eduardo Barbosa Vergolino, Francisco Kelsen de Oliveira, Gabriel Kafure da Rocha, Juliano Varela de Oliveira, Márcia Farias de Oliveira Sá, Maria Alcione Gonçalves da Costa, Matheus Henrique da Fonseca Barros, Rodolfo Rodrigo Santos Feitosa, Sebastião Francisco de Almeida Filho, Tito Eugênio Santos Souza, Valter Cezar Andrade Júnior
Instituto Federal do Sertão Pernambucano – Petrolina/PE, Brasil

Fazer Educativo

Volume 8

**Educação infantil:
dimensões do fazer educativo com participação
da família no processo de socialização e
aprendizagem das crianças**

Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior
Maria Saraiva da Silva
Eliabe Bezerra de O. Silva
Francisco Sérgio C. Santos
Solange Lima S. Bié
Maria Sanders M. Souza
Ana Maria V. Gomes
José Cildo Martins
(Orgs.)

φ editora fi

Direção editorial: Herlon Alves Bezerra

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Fontella Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Diálogos Transdisciplinares em Educação - 16

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BIÉ, Estanislau Ferreira; SILVA, Maria Saraiva; CUNHA JÚNIOR, Henrique; (Orgs.).

Fazer educativo, volume 8: Educação infantil: dimensões do fazer educativo com participação da família no processo de socialização e aprendizagem das crianças. [recurso eletrônico] / Estanislau Ferreira Bié; Henrique Cunha Junior; Maria Saraiva da Silva; Eliabe Bezerra de O. Silva; Francisco Sérgio C. Santos; Solange Lima S. Bié; Maria Sanders M. Souza; Ana Maria V. Gomes; José Cildo Martins; (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

377 p.

ISBN - 978-85-5696-286-7

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação, 2. Ensino, 3. Pedagogia 4. Coleção I. Título. II. Série

CDD-371

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores, métodos e disciplinas 371

Coleção do Fazer Educativo

Estanislau Ferreira Bié
Maria Saraiva da Silva
Henrique Cunha Júnior
(Orgs.)

Conselho Editorial

Dr. Alcides Fernando Gussi (UFC)
Dra. Clarice Zientarski (UFC)
Dra. Dawn Duke (University Tennessee/ EUA)
Dr. Estanislau Ferreira Bié (UFC)
Dr. Henrique Cunha Junior (UFC)
Dr. Ivan Costa Lima (UNILAB)
Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo (UFC)
Dr. João Marcus Figueiredo Assis (UNIRIO)
Dr. Nardi Sousa (Universidade de Santiago/ Cabo Verde)
Dr. Oséias Santos de Oliveira (UTFPR)
Me. Ana Cláudia Silva Farias (UNIFOR)
Me. Maria Saraiva da Silva (UNIRIO)

A Coleção do Fazer Educativo foi avaliada e
facultada por colaboração *ad hoc*.

Coleção do Fazer Educativo

Fazer a educação dos conhecimentos cognitivos, e torna-los *Fazer Educativo* na rotina das transposições de conhecimentos históricos, tanto para professores quanto para estudantes suscitará várias modalidades didáticas e um currículo que corresponda aos desafios sociais, políticos e culturais frente a atual conjuntura do Estado Brasileiro.

Os desafios à sociedade brasileira em sua diversidade regional e de características peculiares, frente à organização metodológica da educação, em que a política partidária determina o que se deve ensinar e o que se deve aprender a *Coleção do Fazer Educativo*, nesta etapa, em coletâneas de artigos produzidos por pesquisadores docentes e discentes de cursos de pós-graduação stricto-sensu e lato sensu tem por objetivo, apresentar os caminhos e descaminhos percorridos pelas propostas para o desenvolvimento da educação no Brasil em suas diversas modalidades nas alinhas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/1996 e alterações decorrentes das ações que determinam políticas públicas de alcance as demandas sociais e suas especificidades didático-curriculares para grupos anteriormente excluídos.

A *Coleção do Fazer Educativo* como projeto de ampliação dos olhares didáticos para as concepções pedagógicas, tem por meta, a transformação e transposição de conhecimentos em vista da justiça social, a partir das avaliações dos contextos atuais das instâncias educacionais. Compreendemos que a justiça social para a educação em um estado democrático de direito, no caso do Brasil, não tem alcançado as propostas construídas há décadas tendo dentre as causas, às transmutações políticas partidárias, que definem

constantemente as posições para cada seguimento de ensino. São idas e vindas que avançam e por vezes retrocedem carecendo de aportes firmes que sustentem os conjuntos de manifestações empíricas que constam nas vontades dos educadores em estabelecerem mudanças no pensar a educação desde a graduação nas licenciaturas às escolas nas práticas docentes. Para a construção desta tarefa em primeira instância houve a motivação de um grupo de professores que se prontificaram em editar uma coletânea de atualização educativa que pudesse ter em seu conteúdo as expressões das experiências de pesquisadores, orientadores e estudantes, todos facilitadores da educação universitária e escolar.

Do exposto e pela adesão de vários atores-autores propôs-se rever e atualizar inquições que permeiam as vontades docentes sobre as histórias e amplitudes do fazer educativo intentando, oferecer novos estímulos às instituições educativas a partir dos resultados dos anseios de professores que através dos conhecimentos e práticas que dão sentido de doação do saber para quem o busca, e estes, os receptores, posteriormente darão de si àqueles/as que se tornarão estudantes, pesquisadores e profissionais de educação em uma teia integrada nas diversas profissões às quais o país necessitar. Neste caso, a conquista dos títulos universitários são resultados de anos de dedicação aos estudos, pesquisas e práxis. Sonhos de alguns, meio caminho para outros e realização de poucos. Dessas inter-relações, sabemos que a publicação das produções intelectuais das pesquisas tem custos de elaboração, revisão, impressão de artigos, construção de pôsteres e participação em seminários e congressos, com isso, o resultado dessa inteiração é a edição e publicação de artigos e livros como desafios a serem superados. E por haver tantos por menores, é que a *Coleção do Fazer Educativo* surgiu inicialmente da idealização dos professores organizadores Dr. Estanislau Ferreira Bié, Dr. Henrique Cunha Junior e Me. Maria Saraiva da Silva, como proposta de revisão e revitalização educativa na diversidade comunitária, motivando gestores, educadores e educandos a

realização de diferentes propostas educacionais pelo confronto de experiências. Esta coleção em sua variedade de temas ensaja segundo os organizadores chegar às mãos de profissionais da educação e comunidade escolar para que os conteúdos definidos de forma simples tenham alcance múltiplo nos sistemas de ensino e para que o fazer-didático docente possa está amparado por bases teóricas sólidas. Os títulos, além de revisão da história educacional brasileira contemplam temas inéditos que se adequam ao tempo presente em que os docentes necessitam apropriar-se de saberes convergentes com as culturas e conjunturas dos meios sociais e educacionais em vista de sua transformação.

As coletâneas que compõem esta etapa da *Coleção do Fazer Educativo* foram estruturadas por organizadores professores/as doutores/as, mestres/as e especialistas com trabalhos provenientes de várias universidades, são textos os quais chamam a atenção para a leitura envolvente que permeia saberes, fazeres e experiências. Por ordem numérica em primeira instância temos as seguintes coletâneas: 01 - *O fazer das multiplicidades culturais: educação musical, literaturas, alfabetização, letramento e escrita nos espaços educativos*; 02 - *Formação docente e os desafios na modernidade*; 03 - *Educação à distância: novas tecnologias no sistema de ensino brasileiro*; 04 - *História da Educação: o conhecimento crítico e os sujeitos envolvidos na educação brasileira no Século XXI*; 05 - *Ensino e Aprendizagem: desenvolvimento intelectual e as relações afetivas em sala de aula*; 06 - *Inclusão: conceitos, paradigmas, respeito às diferenças e a diversidade*; 07 - *Educação ambiental e cidadania: um processo diário e contínuo*; 08 - *Educação Infantil: dimensões do fazer educativo com participação da família no processo de socialização e aprendizagem das crianças*; 09 - *Ética e Currículo: pesquisas, discussões e perspectivas do fazer educativo*; 10 - *Gestão educacional: ensaios, discussões e proposições*. São condutas curriculares que por suas posturas se apresentam na história e memórias educativas como caminhos a seguirem se modificando quando novos conhecimentos forem desenvolvidos, aprendidos e ensinados. Da educação de

crianças a educação com adultos, às pedagogias e as docências são aqui apresentadas com o intuito de que o fazer educativo seja o fazer da paz interior, o fazer das memórias históricas, o fazer da sociabilidade nas diversidades, o fazer dos diálogos na construção das políticas educativas, o fazer de sociedades e o fazer de ambientes saudáveis.

O Fazer Educativo, portanto, requer dos/as docentes decisões de embarcar na história social e política da educação. É um convite ao ponto crucial do que se pretende realizar com e para os/as educandos/as, pois, educar pressupõe amar-se e amar. Dar e receber. É tornar-se responsável pela motivação do aprendizado de quem às vezes sem o apoio familiar e social espera da escola e dos/as professores/as o melhor. É educar para um mundo de tomada de decisões, de participação e construção de uma nova sociedade em que as sementes da dignidade, do respeito e do amor, nasçam, floresça e dê os frutos de prosperidade.

Organizadores

Sumário

Apresentação	17
--------------------	----

Parte I

Educação infantil e o planejamento pedagógico no processo de aprendizagem

Capítulo 01	21
-------------------	----

O planejamento educacional na educação infantil: organização do trabalho do professor em sua prática docente

Josenilda Gomes de Oliveira; Estanislau Ferreira Bié

Capítulo 02	35
-------------------	----

Planejamento pedagógico na educação infantil

Ednalda Lino Rodrigues Melo; Antonia Edna Belém

Capítulo 03	47
-------------------	----

O planejamento na educação infantil

Maria Lesimária Cruz e Silva

Capítulo 04	55
-------------------	----

O brincar no processo de aprendizagem da criança com necessidade educacional especial na educação infantil

Fabiana de Sousa Lima Moraes; Estanislau Ferreira Bié

Capítulo 05.....	69
------------------	----

A importância da educação infantil no Brasil

Valdemir Silva Santos; Francisca Batista de Brito

Capítulo 06	83
-------------------	----

A importância da socialização na educação de crianças

Maria Adeladia Lins de Albuquerque; Lireida Maria Albuquerque Bezerra

Capítulo 07.....	97
Educação infantil e seu compromisso com a formação de novos leitores	
Francisca Maria de Freitas Oliveira; Maria Ivoneide da Silva	
Capítulo 08	107
O processo de alfabetização e letramento na educação infantil: ação pedagógica e possibilidades de aprendizagem	
Maria Marilê Rodrigues	
Capítulo 09	121
Educação infantil: desafios da alfabetização e letramento	
Tereza Maria de Oliveira Ferreira; Antonio Gilvam Freitas Pedrosa	
Capítulo 10	131
O brincar na educação infantil	
Valcinezia Mariano Rocha	
Capítulo 11.....	145
O cuidar e o educar na educação infantil: sobre um novo olhar pedagógico	
José Maurício de Lima Filho; Francisco Soares da Silva	
Capítulo 12	155
Avaliação lúdica na educação infantil	
Rosylene Alvino Modesto	
Capítulo 13	165
Rosa ou azul: o papel do professor na construção da consciência infantil	
Elisabeth Albuquerque Cavalcante; João Paulo Nobre Belarmino	

Parte II

A parceria entre escola e família no processo de ensino aprendizagem

Capítulo 14	181
Família/escola: a contribuição da família na formação do caráter social do cidadão	
Adriana Ferreira Gomes; Estanislau Ferreira Bié	
Capítulo 15	193
A importância da família na aprendizagem de seus filhos	
Maria do Carmo Neri do Nascimento	

Capítulo 16	203
A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano	
João Paulo Nobre Belarmino; Elisabeth Albuquerque Cavalcante	
Capítulo 17	217
Família e escola: uma parceria que dá certo	
Edna Maria R. da Silva; Antônia Derlângia Correia do Nascimento Nobre	
Capítulo 18	229
Família, escola e gestão: parceiros no processo ensino aprendizagem	
Neide Sandra Machado Freire Damasceno	
Capítulo 19	243
A relação entre família e escola pública: possibilidade de um bom desempenho na aprendizagem	
Maria Eunice Ferreira do Nascimento; Maria Eviania Lima Rabelo	
Capítulo 20	257
Contribuições da família para formação de um aluno leitor	
Maria Vanderleia Caminha de Oliveira; Francisca Batista de Brito	
Capítulo 21	269
A importância do acompanhamento escolar dos pais na aprendizagem dos filhos	
Iranilda Pereira dos Santos	
Capítulo 22	279
Equidade social nas escolas públicas de Assaré	
Neiva Menezes Pereira Mota	
Capítulo 23	289
A educação na transformação social	
Maria Lesimária Cruz e Silva	
Capítulo 24	297
O papel da família e do professor na educação sexual	
Edleusa Delmondes Siqueira Pimentel; Theófilo Michel Álvares Cabral Besera	
Capítulo 25	307
Qualidade na educação e políticas públicas	
Maria Aparecida da Silva	

Capítulo 26.....	315
Educação infantil e as novas tecnologias	
Cicero Ivanildo Regis do Nascimento	
Capítulo 27.....	327
Diversidade cultural no contexto escolar	
Elenalva Rodrigues Carvalho Queiroz	
Capítulo 28	339
Literatura: função e prática docente na educação infantil	
Francimária Sousa Santos Silvana; Edjonas Silvana Lopes	
Capítulo 29.....	353
Atuação docente na educação infantil	
Lucilene dos Santos Lima Alves	
Capítulo 30	363
Comportamentos violentos no ambiente escolar	
Valdenia Nunes de Sousa; Elayne Sousa de Lima	

Apresentação

Este livro analisa e busca compreender a importância da educação infantil no Brasil, seus compromissos e dimensões de trabalho, além das contribuições valorosas no processo de aprendizagem e socialização da criança, mediante cuidadoso planejamento educacional e pedagógico, e pretendendo responder aos seguintes questionamentos: Que tipo de escola é escolhido pelos pais hoje para a escolarização inicial de seus filhos? E que tipo de educação infantil a escola tem oferecido? Como se realiza a participação da família nesse processo? Quais os significados da relação entre educação infantil, família e escola?

Essa é, em síntese, o conteúdo da primeira parte do livro, intitulada da Coletânea oito com o título, ***“Educação infantil e o planejamento pedagógico no processo de aprendizagem”***.

Na segunda parte, intitulada ***“A parceria entre escola e família no processo de ensino aprendizagem”***, na presente obra ressalta a imprescindibilidade da participação da família na educação dos filhos, a qual pode possibilitar em parceria com professores e gestores, desempenho significativo na aprendizagem e um contexto saudável de desenvolvimento humano, além de sólida construção da consciência e formação do caráter social do futuro cidadão.

É com satisfação, portanto, que trazemos a público o presente volume. Esperamos que a leitura deste livro proporcione reflexões e ações para um profícuo trabalho pedagógico.

Os organizadores

Parte I

Educação infantil e o planejamento pedagógico no processo de aprendizagem

Capítulo 01

O planejamento educacional na educação infantil: organização do trabalho do professor em sua prática docente

*Josenilda Gomes de Oliveira*¹

*Estanislau Ferreira Bié*²

Introdução

Compreendendo o histórico da Educação Infantil, segundo Kramer (2006), sabemos que o objetivo da educação infantil, conforme os direitos das crianças é o de desenvolvê-las integralmente, no sentido de integrar os cuidados básicos que se exige nesta fase da vida à educação não letrada. Isso indica que, além dos cuidados, o professor precisa estimular fisicamente, psicologicamente e cognitivamente a criança com experiências lúdicas e diversificadas a fim de, apresentá-las as várias formas de pensar e agir sobre situações diferentes.

¹ Graduada em Letras-FAFOPA; Pós-Graduada em Letras- UPE; Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA-; Licenciado em História pelo INTA-; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva).

O ato de planejar acompanha o homem desde os primórdios da evolução humana. Todas as pessoas planejam suas ações desde as mais simples até as mais complexas, na tentativa de transformar e melhorar suas vidas ou as das pessoas que as rodeiam. Mas não é só na vida pessoal que as pessoas planejam suas ações, o planejamento atinge vários setores da vida social. Se o ato de planejar é tão importante, porque alguns professores ainda resistem em aceitar este fato, principalmente na educação infantil?

O planejamento pedagógico na Educação Infantil precisa ser discutido e articulado aos sujeitos que estão inseridos nestes ambientes coletivos de educação, assim é imprescindível trazer para a sala de aula, através dos planejamentos, as manifestações que as crianças expressam no seu dia a dia, a partir de seus balbucios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e conhecimentos prévios, estes são de suma relevância para um trabalho que respeite as culturas infantis (AHMAD, 2011).

Este trabalho tem o objetivo de discutir acerca do planejamento no espaço da Educação Infantil, tendo como entendimento que o ato de planejar é necessário, segundo Corsino (2009, p. 119), que destaca: “o planejamento é o momento de reflexão do professor, que, a partir das suas observações e registros, prevê ações, encaminhamentos e sequências de atividades, organiza o tempo e espaço da criança na Educação Infantil”.

No entanto, muitos professores e agentes educacionais da área ainda reconhecem a instituição de educação infantil como “depósito” de crianças, considerando, que realiza práticas básicas de cuidados na ausência dos responsáveis pela criança. Sendo assim, muitas vezes, a concepção que norteia a prática docente, a qual precisa ser reestruturada.

1. Referencial teórico

“O planejar é uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida. ” (MENGOLLA, SAN’TANNA, 2001, p.15).

Percebe-se que o planejamento é fundamental na vida do homem, porém no contexto escolar ele não tem tanta importância assim. Segundo Moretto (2007, p. 100) “o planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter”. Este fato acontece porque o planejamento só passou a ser bem definido a partir do século passado, com a revolução comunista que construiu a União Soviética.

No mundo capitalista, de acordo com Gandin (2008), o planejamento passa a ser utilizado pelo governo, após a segunda guerra mundial, para a resolução de questões mais complexas. A adoção do planejamento pelo governo teve uma adesão tão grande que as outras instituições, sentiram-se motivadas e passaram a se preocupar com a importância do planejamento, uma vez que ele visava a suprir as necessidades de um comércio em ascensão que exigia uma nova organização.

Com isso, pode-se dizer que foi a partir desta época que o planejamento se universalizou. Na educação esta realidade também não poderia ter sido diferente, uma vez que, para Kuenzer (2003, p. 13) “o planejamento de educação também é estabelecido a partir das regras e relações da produção capitalista, herdando, portanto, as formas, os fins, as capacidades e os domínios do capitalismo monopolista do Estado”.

Aqui no Brasil, Padilha (2003, p. 29) explica que, “durante o regime autoritário (1964-1985), eles foram utilizados com um sentido autocrático. Toda decisão política era centralizada e justificada tecnicamente por tecnocratas à sombra do poder. ” Kuenzer (2003, p. 36) complementa a citação acima explicando que, “a ideologia do Planejamento então oferecida a todos, no

entanto, escondia essas determinações político-econômicas mais abrangentes e decididas em restritos centros de poder”.

Com relação à elaboração de planos, uma vez que esses planos eram supervisionados ou elaborados por técnicos que delimitavam o que professor deveria ensinar, priorizando as necessidades do regime político. “Num regime político de contenção, o planejamento passa a ser bandeira altamente eficaz para o controle e ordenamento de todo o sistema educativo. ” (KUENZER 2003, p. 41). O regime autoritário fez com que muitos educadores criassem uma resistência

A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver.

A citação acima deixa clara a importância tanto da escola como dos professores na formação humana; por este motivo todas as ações educativas devem ter como perspectiva a construção de uma sociedade consciente de seus direitos e obrigações sejam eles individuais ou coletivos. Infelizmente, apesar do planejamento da ação educativa ser de suma importância, existem professores que são negligentes na sua prática educativa, improvisando suas atividades. Em consequência, não conseguem alcançar os objetivos quanto à formação do cidadão.

A Educação Infantil se institui em um período em que as mães precisavam de um lugar para deixar seus filhos, pois elas necessitavam se inserir no mercado de trabalho. As modificações que foram realizadas nas creches foi uma forma de suprir a necessidade de determinado período histórico.

A pré-escola surgiu na Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, com o objetivo de atender às mães que não tinham com quem deixar seus filhos ao irem trabalhar. Com a Revolução Industrial, a mulher deixou de cuidar da casa e passou a se inserir no mercado de trabalho.

Segundo Kramer (1982, p. 29), “[...] as creches surgiam com o caráter assistencialista visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servir como guardiãs de crianças órfãs e filhos de trabalhadores”.

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no período da Revolução Industrial, as Instituições Infantis passaram a crescer cada vez mais. Porém, as mesmas eram enxergadas pela sociedade como um depósito de crianças, pois as mães as quais não tinham lugar para deixar os seus filhos contavam com essa ajuda para poder trabalhar (OLIVEIRA, 1992, p. 13).

Inicialmente, as crianças que frequentavam essas instituições de ensino eram de classes baixa, portanto, essas instituições tinham o objetivo de combater a pobreza e a mortalidade infantil. Por esse motivo, as ações desenvolvidas eram essencialmente de cunho higienista e contemplavam apenas o cuidar e o educar. Com o passar do tempo, no século XIX, as creches começaram a ganhar caráter educativo.

Segundo kramer (1982, p. 29), “a função dessas pré-escolas era de compensar as deficiências das crianças, sua miséria e sua pobreza, a negligência de suas famílias”.

A partir da teoria histórico-cultural percebe-se que o ser humano é produto do momento histórico, social e cultural de que está inserido. Nesse sentido, o seu desenvolvimento é considerado como resultado do processo de aprendizagem, tendo em vista que as experiências vividas pelo sujeito impulsionam seu desenvolvimento.

Dessa forma, entende-se que a interação com o meio e com os outros indivíduos para a criança são efetivamente importantes e quanto maiores a diversidade nas atividades propostas, bem como estimulação do mediador/facilitador, mesmo a criança ainda muito pequena, mais rica será a aprendizagem e, portanto, o desenvolvimento infantil.

Com isso, a educação das crianças assume caráter essencial, uma vez que atua como impulsionadora do desenvolvimento infantil. Logo, é fundamental pensar-se em uma educação intencionalmente organizada (MELLO, 2010).

Diante disso:

Refletir sobre a educação pré-escolar implica levar em consideração a criança, como sujeito desejante, ativo, cognoscente, filiado a determinado grupo social e familiar e, portanto, um sujeito histórico, condicionado a determinantes socioculturais. Um sujeito singular em sua maneira de estar no mundo e de adaptar-se, ao mesmo tempo em que precisa instrumentalizar-se para modificar e reconstruir sua própria realidade (AROEIRA; SOARES; E MENDES, 1996).

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir.

Segundo Hoffmann (2001) a organização e planejamento das atividades diárias proporcionam ao professor a reflexão de suas ações e metodologias, analisando os resultados de seu projeto.

De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p. 196) cabe:

[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los; Ao projetar ações para o futuro o professor demonstra seus objetivos e consegue identificar junto com as crianças se estes foram ou não alcançados com êxito, além

de considerar necessidades de mudanças para que o processo se torne ainda mais rico.

Diante disso, afirma-se a instrução teórica do docente como subsídio para sua prática na educação infantil, na qual o conhecimento oferece elementos mediadores que devem concretizar as suas ações, apresentando uma clara intenção nestes, para que se concretize o objetivo da educação infantil como nível educacional, que é promover a construção de novas capacidades psíquicas da criança, no qual contribuirá para seu desenvolvimento superior e gradual a partir das intervenções pedagógicas realizadas pelo docente.

Em relação aos aspectos privilegiados pelos professores na elaboração do planejamento, as educadoras alegaram considerar a questão de a autonomia para as crianças construírem suas próprias ações, assim como o uso de conteúdos adequados à faixa etária das crianças, de uma linguagem adequada, afetividade e cognição, sempre considerando aquilo que as crianças já sabem, a fim de proporcionar um melhor ensino para elas.

Os modelos de planejamento das instituições não seguem um padrão. Cada Centro realiza um modelo diferente; alguns são bimestrais, trimestrais, outros baseados no lúdico ou de acordo com os eixos temáticos ou com o desenvolvimento pessoal. O educador deveria adaptar o planejamento de acordo com a realidade social de seu aluno e busca trazer ações que realiza em seu dia-a-dia de forma que o conteúdo seja mais significativo.

O planejamento pedagógico na Educação Infantil precisa ser discutido e articulado aos sujeitos que estão inseridos nestes ambientes coletivos de educação, assim é imprescindível trazer para a sala de aula, através dos planejamentos, as manifestações que as crianças expressam no seu dia-a-dia, a partir de seus balbúrcios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e conhecimentos prévios, estes são de suma relevância para um trabalho que respeite as culturas infantis (AHMAD, 2011, p. 4).

Os professores buscam desenvolver o planejamento de acordo com o interesse de cada criança, para que dessa forma consiga efetivar o seu objetivo. Segundo Vasconcellos (2000, p. 80) “o planejamento é um processo contínuo e dinâmico de reflexão, colocação em prática e de acompanhamento”.

No modelo de planejamento baseado em datas comemorativas podemos perceber que o educador segue o calendário para a elaboração do planejamento na Educação Infantil. Nessa perspectiva, o planejamento da prática cotidiana é direcionado pelo calendário. A programação é organizada considerando algumas datas, tidas como importantes do ponto de vista do adulto. Também aqui são listadas várias atividades, só que as mesmas se referem a uma data específica, a uma comemoração escolhida pelo calendário.

Assim, ao longo do ano seriam realizadas atividades referentes ao Carnaval, ao Dia de Tiradentes, ao Descobrimento do Brasil, ao Dia do Índio, à Páscoa, ao Dia do Trabalho, ao Dia das Mães, e assim por diante, conforme as escolhas da instituição ou do educador, segundo o que ele julgue relevante para as crianças, ou conforme seja possível desdobrar em atividades para realizar com as crianças (OSTETTO, 1992, p. 181).

O planejamento baseado no aspecto do desenvolvimento tem a preocupação com o desenvolvimento infantil. Segundo Ostetto (1992), nessa direção, inúmeras são as áreas observadas, sendo mais corriqueira a indicação dos aspectos físico-motor, afetivo social e cognitivo. Nessa perspectiva, observa-se a preocupação em caracterizar a criança pequena dentro dos parâmetros da psicologia do desenvolvimento, o que aponta uma apreensão com as especificidades das crianças de zero a seis anos.

Essa perspectiva de planejamento, se, por um lado, parece considerar particularidades do desenvolvimento infantil, acaba por secundarizar ou mesmo desconsiderar questões relacionadas à construção do conhecimento, à aprendizagem. Por outro lado, a

delimitação de áreas de desenvolvimento para orientar o planejamento parte, geralmente, de uma referência geral e universal de desenvolvimento, tomado como regra ou como padrão de normalidade para toda e qualquer (OSTETTO, 1992, p. 3).

Já no planejamento baseado em temas, segundo Scmitt (2006, p. 12), o tema é o eixo que conduzirá o trabalho. Existe preocupação com o interesse da criança, sua realidade, suas necessidades e questionamentos. Os temas podem ser escolhidos pelo professor ou emergirem de algo significativo que o grupo vivenciou. Partindo do tema, são previstas atividades relacionadas ao estudo do conteúdo em questão.

O grande questionamento sobre esse tipo de planejamento é o “tema” servir como “pretexto” para o professor fazer listagem de atividades, pois estas devem estar articuladas entre si e serem significativas. Outro aspecto é toda a instituição limitar-se ao trabalho fechado, impondo o mesmo tema para todas as idades.

Um dos modelos mais adequados de planejamento para ser trabalhado no centro de Educação Infantil é o planejamento baseado por projetos. Segundo Scmitt (2006), quanto ao planejamento por projetos, é possível trazer a ideia de horizonte, de leitura de grupo, podendo incluir o trabalho com qualquer grupo de crianças, sendo que, para cada grupo, há um específico e único projeto, articulando-se somente em princípios e itens gerais.

Para que o planejamento seja realizado, é importante que o educador saiba qual é a proposta curricular da instituição de ensino em que está atuando e como conciliar esse documento com a sua prática escolar. Além disso, tem de preparar atividades em que os alunos tenham recursos para realizar essas tarefas.

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico.

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro pra empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica. O planejamento marca a intencionalidade do processo educativo, mas não pode ficar só na intenção, ou melhor, só na imaginação, na concepção (OSTETTO, 1994, p. 1).

Assim, os professores devem planejar uma prática pedagógica que possibilite as crianças, ambientes com objetivos específicos a serem atingidos, para que ocorra uma troca de saberes entre elas. Além disso, o educador deve ficar atento em relação ao desenvolvimento dessas crianças e sempre anotar o que se passa em sala, pois os registros são necessários para se apontar as experiências das crianças como também, as do próprio adulto.

Por esse motivo, para fazer um planejamento, o professor precisa refletir. Essa reflexão é sobre como será realizada a atividade, para quem se destina esse planejamento. A forma como o professor escreve o planejamento, às vezes, também, é diferente; alguns precisam detalhar as atividades desenvolvidas, outros professores apenas elaboram o planejamento em tópicos e conseguem chegar ao objetivo.

Conforme o professor vai fazendo o planejamento, ele vai adquirindo certas práticas que o ajudam a refletir sobre a necessidade das crianças. Muitos professores fazem o planejamento, mas não percebem o real valor desse documento, deixando-o sem aspecto pedagógico.

Assim, o planejamento pode ser desenvolvido e planejado de várias formas, mas nem todos chegam ao mesmo objetivo de torná-lo educativo. Além disso, vale lembrar que o fato de um planejamento ser “maravilhoso” não significa que a aula do professor também o será, pois, se ele não tiver domínio de sala e

compromisso, uma boa relação com seus alunos e seriedade, será quase impossível atingir o seu real objetivo.

Conclusões

Defendemos que o planejamento na Educação Infantil é uma ação que ajudará o professor a aperfeiçoar a sua prática pedagógica, objetivando o desenvolvimento pleno da criança, e deve ser elaborado, pensando-se nessa criança e nos objetivos que se pretendem atingir. Notamos, com os questionários respondidos pelos professores da rede municipal de ensino, que eles concebem o planejamento e recebem auxílio necessário para realizar um bom trabalho.

A partir da análise acerca do planejamento de atividades e organização da rotina das crianças na educação infantil, percebe-se, portanto, um trabalho que deve ser pensado e preparado intencionalmente, de modo que impulse o desenvolvimento das crianças menores no sentido de apropriação de comportamentos tipicamente humanos, assim como a internalização de valores e costumes culturais que perpassam a vida em sociedade.

Acreditamos que, por meio do planejamento, o professor mostrará como trabalhará o conteúdo com as crianças, como deve melhorar sua prática e adaptar o seu planejamento de acordo com a necessidade da turma, de modo a analisar questões importantes como sequência de conteúdo, metodologia a ser utilizada, maneira de como se está dando a aula.

Deste modo, a organização da rotina faz-se importante, uma vez que ela cria e estabelece condições que favoreçam a promoção do desenvolvimento infantil, contribuindo efetivamente para a organização do espaço e tempo pelo professor e também pela criança, na qual está estimula sua capacidade de organização temporal a partir da sensação de estabilidade.

Neste sentido, é fundamental, como previsto em lei, que além do cuidado ao professor crie condições para educação da

criança, no sentido de promover o desenvolvimento integral (físico, psicológico, comportamental, sentimental) e não cognitivo propriamente dito. Por isso, o professor precisa aproveitar as atividades necessárias como hora do banho, hora do sono, alimentação, troca de fraldas e momentos de ociosidade para fazer uma intervenção com estímulos, já que estes são considerados essenciais como promotores do desenvolvimento infantil.

Muitas vezes, essas precárias condições de trabalho que o professor encontra no seu caminho de ensino o desmotivam a realizar uma prática coerente de ensino e aprendizagem, deixando lacunas no processo de aprendizagem, pois o aluno age de acordo com a forma com que a regente conduz a turma.

É necessário, dessa forma, que, além de um bom planejamento para obter um processo de ensino e aprendizagem adequado, o professor tenha um ambiente apropriado para que possa conduzir a sua aula, um número adequado de alunos, materiais para utilizar em suas aulas e melhores condições de trabalho e salário.

Referências

- AHMAD, L. A. S. **Planejamento na educação infantil**: uma construção mediada pela coordenação pedagógica no núcleo de Educação Infantil IPE Amarelo. Curitiba, PUC, 2011.
- AROEIRA, M. L. C. **Didática de pré-escola**: vida criança: saber brincar e aprender. São Paulo: FDT, 1996.
- KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e educação fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, especial, p. 797-818, out. 2006.
- KUENZER, A. Z.; CALAZANS, M. J. C.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACEDO, L. **Ensaio pedagógico: como construir uma escola para todos?**
Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, Z. R. **Creches: criança e o faz -de- contas & cia.** 13 ed. Petrópolis, RJ:
Vozes, 1992.

OSTETTO, E. L. **Encontros e encantamentos na educação infantil:**
partilhando experiências de estágio. Campinas: Papirus, 1994.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-
pedagógico da escola.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHMITT, A. **Registro de Planejamento na Educação.** Santa Catarina: Ed
FURB, v. 1, n. 2, 2006.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e
projeto político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2000.

Capítulo 02

Planejamento pedagógico na educação infantil

Ednalda Lino Rodrigues Melo¹

Antonia Edna Belém²

Introdução

A Educação Infantil é apresentada na atual legislação brasileira como a primeira etapa da educação básica, onde a prática pedagógica deve favorecer a construção do conhecimento das crianças de 0 a 6 anos de idade.

O presente trabalho configura-se como um ensaio teórico sobre o planejamento em educação. A trajetória histórica no campo educacional brasileiro revela que muitos são os relatos sobre o planejamento enquanto ato que atuava no campo de dominação, com uma função essencialmente burocrática, com a finalidade de dominar ou de controlar o trabalho educativo exercido no interior das escolas.

Desde as últimas reformas educacionais o planejamento tem sido focalizado como instrumento primordial da organização do trabalho docente, bem como de todo o andamento organizacional das instituições. Após a elaboração da última Lei de Diretrizes e

¹ Graduada em Letras pela FAFOPA; Graduada em Pedagogia pela UFRP; Pós-graduada em Língua, Linguística e Literatura E Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN INC., E-mail: Ednalda.rodrigues@outlook.com

² Professora Orientadora da UNISULLIVAN Inc.

Bases – LDB (9394/96), o documento elaborado coletivamente tornou-se obrigatoriedade em todos os níveis de ensino.

Para isso é essencial que o professor, bem como todos os profissionais envolvidos nesse trabalho, tenha suas práticas fundamentadas em concepções que contribuam para o desenvolvimento integral da criança na educação infantil, de modo que a organização da rotina possua objetivos e o professor projete ações em que se proporcionem a criança novas e ricas experiências para conhecer, explorar, imitar e, portanto, se desenvolver (acrescentei isso).

Para mostrar a importância do planejamento, entendemos necessário mostrar como se institui o Centro de Educação infantil, qual é sua finalidade, no primeiro momento, e conforme vai se modificando para corresponder à necessidade histórica de cada época.

Partindo deste pressuposto busca-se neste estudo abordar os diferentes níveis de constituição do planejamento educacional numa perspectiva democrática. Intenciona-se, também, debater sobre a função do coordenador pedagógico diante da tarefa de mediar a elaboração e o desenvolvimento dos planejamentos em nível escolar e de ensino Na Educação Infantil.

1. Referencial teórico

A Educação Infantil se institui em um período em que as mães precisavam de um lugar para deixar seus filhos, pois elas necessitavam se inserir no mercado de trabalho. As modificações que foram realizadas nas creches foi uma forma de suprir a necessidade de determinado período histórico.

A pré-escola surgiu na Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, com o objetivo de atender às mães que não tinham com quem deixar seus filhos ao irem trabalhar. Com a Revolução Industrial, a mulher deixou de cuidar da casa e passou a se inserir no mercado de trabalho.

Segundo Kramer (1982, p.29), “[...] as creches surgiam com o caráter assistencialista visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servir como guardiãs de crianças órfãs e filhos de trabalhadores”.

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, no período da Revolução Industrial, as Instituições Infantis passaram a crescer cada vez mais. Porém, as mesmas eram enxergadas pela sociedade como um depósito de crianças, pois as mães as quais não tinham lugar para deixar os seus filhos contavam com essa ajuda para poder trabalhar (OLIVEIRA,1992, p.13).

Libâneo (2002), estas tendências pedagógicas, que se têm estabelecido nas escolas através das ações educativas dos professores, classificam-se em pedagogia liberal e pedagogia progressista. Nas pedagogias liberais, a escola é tida como instrumento de preparação dos indivíduos para a sociedade.

Nesse grupo, encontram-se a tendência tradicional, a tendência renovada progressivista, a tendência renovada não-diretiva e a tendência tecnicista.

Considerando imprescindível a participação do adulto como mediador neste processo, compreendemos a função do professor na instituição de educação infantil, que é a de oferecer e apresentar situações diversificadas, a fim de promover um desenvolvimento integral da criança, tanto no sentido físico como psicológico e cognitivo.

Com isso, a educação das crianças assume caráter essencial, uma vez que atua como impulsionadora do desenvolvimento infantil. Logo, é fundamental pensar-se em uma educação intencionalmente organizada (MELLO 2010). Diante disso:

Refletir sobre a educação pré-escolar implica levar em consideração a criança, como sujeito desejante, ativo, cognoscentes, filiado a determinado grupo social e familiar e,

portanto, um sujeito histórico, condicionado a determinantes socioculturais. Um sujeito singular em sua maneira de estar no mundo e de adaptar-se, ao mesmo tempo que precisa instrumentalizar-se para modificar e reconstruir sua própria realidade. (AROEIRA; SOARES; E MENDES, 1996, P. 43).

O planejamento na Educação Infantil é um momento que possibilita o professor encontrar soluções para obter avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, por isso deve ser uma atividade contínua, onde o professor não somente escolhe os conteúdos a serem passados, mas faz todo um processo de acompanhamento onde diagnostica os avanços e dificuldades de toda a turma e também de forma individual, já que é fundamental o professor levar em consideração as peculiaridades e as especificidades de cada criança, já que cada uma tem seu modo de agir, pensar e sentir.

Segundo Hoffmann (2001) a organização e planejamento das atividades diárias proporcionam ao professor a reflexão de suas ações e metodologias, analisando os resultados de seu projeto. De acordo com Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) p. 196 cabe:

[...] ao professor planejar uma sequência de atividades que possibilite uma aprendizagem significativa para as crianças, nas quais elas possam reconhecer os limites de seus conhecimentos, ampliá-los e/ou reformulá-los; ”. Ao projetar ações para o futuro o professor demonstra seus objetivos e consegue identificar junto com as crianças se estes foram ou não alcançados com êxito, além de considerar necessidades de mudanças para que o processo se torne ainda mais rico.

O planejamento pedagógico na Educação Infantil precisa ser discutido e articulado aos sujeitos que estão inseridos nestes ambientes coletivos de educação, assim é imprescindível trazer para a sala de aula, através dos planejamentos, as manifestações que as crianças expressam no seu dia a dia, a partir de seus

balbucios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e conhecimentos prévios, estes são de suma relevância para um trabalho que respeite as culturas infantis (AHMAD, 2011).

Os professores buscam desenvolver o planejamento de acordo com o interesse de cada criança, para que dessa forma consiga efetivar o seu objetivo. Segundo Vasconcellos (2000, p.80) “O planejamento é um processo contínuo e dinâmico de reflexão, colocação em prática e de acompanhamento”.

Como defendemos que o planejamento é uma das práticas que fará com que se efetive o processo de ensino e aprendizagem, são várias as possibilidades de encaminhar essa ação.

De acordo com Ostetto (1992), podemos destacar modelos de planejamento na Educação Infantil baseados em listagem de atividades, datas comemorativas, aspectos do desenvolvimento, conteúdos organizados por tema, planejamento baseado em conteúdos organizados por áreas do conhecimento ou por projetos.

No planejamento baseado em listagem de atividades, os professores listam os conteúdos a serem trabalhados com as crianças, sem ter objetivo pedagógico, com a finalidade de apenas passar o tempo, enquanto as crianças esperam a hora da refeição, do banho, entre outras atividades.

E assim sucessivamente nos dias subsequentes e a cada semana, repete-se a dinâmica de atividades. A prática pedagógica resume-se, aqui, às chamadas atividades, ou a “hora da atividade”, uma vez que os outros momentos da rotina, mais ligados aos cuidados das crianças, não são planejados, sendo mesmo secundarizados (OSTETTO, 1992, p.02).

No modelo de planejamento baseado em datas comemorativas podemos perceber que o educador segue o calendário para a elaboração do planejamento na Educação Infantil. Nessa perspectiva, o planejamento da prática cotidiana é direcionado pelo calendário. A programação é organizada

considerando algumas datas, tidas como importantes do ponto de vista do adulto.

Também aqui são listadas várias atividades, só que as mesmas se referem a uma data específica, a uma comemoração escolhida pelo calendário. Assim, ao longo do ano seriam realizadas atividades referentes ao Carnaval, ao Dia de Tiradentes, ao Descobrimento do Brasil, ao Dia do Índio, à Páscoa, ao Dia do Trabalho, ao Dia das Mães, e assim por diante, conforme as escolhas da instituição ou do educador, segundo o que ele julgue relevante para as crianças, ou conforme seja possível desdobrar em atividades para realizar com as crianças (OSTETTO, 1992, p.181).

O planejamento baseado no aspecto do desenvolvimento tem a preocupação com o desenvolvimento infantil. Segundo Ostetto (1992), nessas direções várias são as áreas contempladas, sendo mais comum a indicação dos aspectos físico-motor, afetivo social e cognitivo. Nessa perspectiva nota-se a preocupação em caracterizar a criança pequena dentro dos parâmetros da psicologia do desenvolvimento, o que indica uma preocupação com as especificidades das crianças de zero a seis anos.

De um modo geral, o planejamento que segue essas orientações segue apontando noções a serem trabalhadas na pré-escola, contemplando conteúdos básicos das quatro grandes áreas de conhecimento: língua portuguesa, matemática, ciências sociais e ciências naturais. A entrada em cena das “áreas de conhecimento” trouxe maior consistência para o trabalho com os temas, uma vez que as atividades previstas, partir da delimitação de qualquer tema, deveriam “pertencer” a tais áreas, articulando-as (OSTETTO,1992, p.02).

Já no planejamento baseado em temas, segundo Scmitt (2006), o tema é o eixo que conduzirá o trabalho. Existe preocupação com o interesse da criança, sua realidade, suas necessidades e questionamentos. Os temas podem ser escolhidos

pelo professor ou emergirem de algo significativo que o grupo vivenciou. Partindo do tema, são previstas atividades relacionadas ao estudo do conteúdo em questão. O grande questionamento sobre esse tipo de planejamento é o “tema” servir como “pretexto” para o professor fazer listagem de atividades, pois estas devem estar articuladas entre si e serem significativas. Outro aspecto é toda a instituição limitar-se ao trabalho fechado, impondo o mesmo tema para todas as idades.

Para que o planejamento seja realizado, é importante que o educador saiba qual é a proposta curricular da instituição de ensino em que está atuando e como conciliar esse documento com a sua prática escolar. Além disso, tem de preparar atividades em que os alunos tenham recursos para realizar essas tarefas.

O planejamento educativo deve ser assumido no cotidiano como um processo de reflexão, pois, mais do que ser um papel preenchido, é atitude e envolve todas as ações e situações do educador no cotidiano do seu trabalho pedagógico.

Planejar é essa atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para com o grupo de crianças. Planejamento pedagógico é atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Por isso não é uma fôrma! Ao contrário, é flexível e, como tal, permite ao educador repensar, revisando, buscando novos significados para sua prática pedagógica. O planejamento marca a intencionalidade do processo educativo, mas não pode ficar só na intenção, ou melhor, só na imaginação, na concepção (OSTETTO, 1994 p.01).

Assim, os professores devem planejar uma prática pedagógica que possibilite às crianças ambientes com objetivos específicos a serem atingidos, para que ocorra uma troca de saberes entre elas. Além disso, o educador deve ficar atento em ralação ao desenvolvimento dessas crianças e sempre anotar o que

se passa em sala, pois os registros são necessários para se apontar as experiências das crianças como também as do próprio adulto.

Os recursos são os materiais que o professor terá que utilizar para realizar as atividades que propôs, estes devem estar adequados a idade e perfil da turma, tais informações são extremamente relevantes, pois algumas vezes ouvimos dos professores da educação infantil que o aluno não tem interesse em manipular tais brinquedos.

Na educação infantil não se dá uma avaliação para teste de conhecimento, devido às idades, mas a avaliação esta interligada em observação e registros no desenvolvimento da criança, o que importa é que a criança esteja se desenvolvendo de forma saudável, o seu cognitivo, motor e outros fatores importantes. Observação da criança fundamentada no conhecimento de suas etapas de desenvolvimento.

Oportunizarão de novos desafios com base na observação e reflexão teórica. Registro das manifestações das crianças e de aspectos significativos de seu desenvolvimento. Diálogo frequente e sistemático entre os adultos que lidam com a criança e os pais ou responsáveis. No caso de comunicação aos pais, é muito mais significativo o parecer descritivo (relatório) do desenvolvimento da criança, que a emissão de conceitos ou menções (VASCONCELLOS 1994, p. 54).

A grande importância do plano de aula na educação infantil é a busca de primeiramente estar à frente de uma sala de aula preparada, com o caminho trilhado do que se irá aplicar durante o processo da aula, também o olhar do professor deve estar relacionado com a necessidade da turma e o principal buscarem o desenvolvimento da criança, buscar sua autonomia como ser construtivista.

Para complementar Bessa (2008, p. 54) diz que “essa é a forma de linguagem que cada criança usa para compreender e

interagir com o mundo, estimulando a ludicidade e contribuindo para uma série de fatores”.

A criança se não tiver esse contato e a estimulação correta, é como se ela ficasse andando sem saber para onde ir, ou seja, para que as brincadeiras sejam de maneira que contribuam para o desenvolvimento da aprendizagem da criança é necessário que haja sempre um mediador.

A afetividade é uma das principais práticas que um educador tem na mão para que ocorra uma ligação prazerosa entre o professor e o aluno. Segundo Wallon citado por Bessa (2008):

O afeto é essencial para todo o funcionamento do nosso corpo. Ele nos dá coragem, motivação, interesse e contribui para todo o desenvolvimento do ser. É pelas sensações que o afeto nos proporciona que podemos sentir quando algo é verdadeiro ou não. Para a criança, o afeto é importantíssimo. Ela precisa se sentir segura para poder desenvolver seu aprendizado. Para que esse processo ocorra de forma significativa, o professor precisa ter consciência dos seus atos em relação aos alunos, uma vez que as emoções também fazem parte desse processo, estruturando a inteligência do indivíduo. (BESSA, 2008, p. 76)

Nesse sentido, olhando para a prática pedagógica, de nada valem apenas diferentes recursos pedagógicos, materiais didáticos lindos, se as atividades desenvolvidas são apenas reprodutoras do que já está pronto, e a criança não faz parte do processo de construção do conhecimento.

Conclusões

A Educação Infantil é um período escolar onde a criança desenvolve a linguagem, raciocínio lógico, coordenação motora, criatividade, arte, interação com os outros e com o objeto, o que lhe dará condições para interagir com o mundo ao seu redor e conviver em sociedade, mas para que este objetivo seja alcançado a

criança deve ser estimulada, e a atividade com crianças pequenas concretiza-se em uma atividade respeitosa e comprometida.

A partir da análise acerca do planejamento de atividades e organização da rotina das crianças na educação infantil, percebe-se, portanto, um trabalho que deve ser pensado e preparado intencionalmente, de modo que impulse o desenvolvimento das crianças menores no sentido de apropriação de comportamentos tipicamente humanos, assim como a internalização de valores e costumes culturais que perpassam a vida em sociedade.

Desta forma, o planejamento neste nível de ensino consiste em organizar e pensar as atividades e intervenções realizadas para que criem possibilidades ao desenvolvimento integral da criança. Na educação infantil, ele precisa ser registrado e organizado por objetivos, métodos, conteúdos, recursos e avaliação, mas deve ser flexível às sujeitas alterações que surjam devido às necessidades específicas do grupo que não tenham aparecido antes. Para isso o professor precisa ter conhecimento dos conteúdos previstos pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, estabelecendo assim relação com sua prática.

Muitas vezes nos deparamos com professores que atuam nesta etapa do ensino e não planejam suas aulas, visto que não compreendem a real e fundamental finalidade do planejamento e plano de aula no exercício da atividade docente. Fato que por vezes, o ato de ensinar e aprender perde o significado, deixando as crianças desmotivadas, sem interesse refletindo na indisciplina escolar desde muito cedo.

Assim, ressaltamos que planejar é fundamental, além de ser o instrumento norteador de uma boa prática pedagógica, sendo o roteiro de nossas atividades, com objetivos claros e flexíveis, sendo adaptados conforme a necessidade de cada realidade escolar.

Referências

- AHMAD, Laila Azize Souto. **Planejamento na Educação Infantil**: Uma construção mediada pela coordenação pedagógica no núcleo de Educação Infantil IPE Amarelo. Curitiba, PUC, 2011.
- ANGOTTI, Maristela. **Semeando o Trabalho Docente** IN: Oliveira, zilma Moraes Ramo(org). Educação Infantil muitos olhares. São Paulo:Cortez 1994.
- AROEIRA, Maria Luísa Campos. **Didática de pré-escola**: vida criança: saber brincar e aprender / Maria Luísa C. Aroeira, Maria Inês B. Soares, Rosa emília de A. Mendes. - São Paulo: FDT, 1996.
- BESSA, V. H. **Teorias de Aprendizagens**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2008.
- KRAMER, Sonia. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil**: Educação Infantil e Educação Fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MELLO, Suely Amaral. **As práticas educativas e as conquistas de desenvolvimento das crianças pequenas**. In: RODRIGUES, Elaine, et al. Infância e práticas educativas. Maringá: Eduem, 2010.
- OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Creches**: Criança e o faz -de- contas & Cia. 13 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- OSTETTO, Esmeralda Luciana. **Planejamento na Educação Infantil, mais que atividade a criança em foco**. Campinas, Papirus. 1992.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Planejamento na educação infantil, mais que a atividade**: a criança em foco, 1994.
- VASCONCELOS, C. dos S. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança. São Paulo: Libertad, 1994.

Capítulo 03

O planejamento na educação infantil

Maria Lesimária Cruz e Silva¹

Introdução

O planejamento em sala de aula é indispensável, em que possibilita o docente articular os procedimentos a serem desenvolvidos, para que se possa obter melhores resultados em sua mediação, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

Quando o docente não sistematiza as atividades a serem desenvolvidas estas não resultará em resultados superiores, mas sim apenas na realização de um procedimento sem fundamentos, sem possibilitar a construção de uma bagagem de conhecimento maior, ao comparar com um procedimento planejado, em que estabelece as possibilidades, como também o mediador passa a estar preparado para os imprevistos, como os questionamentos.

Os desafios presentes na atuação do docente na EI são variados, muitos docentes reclamam que os alunos são inquietos, que não deixam explicar, que não param, que interrompem, que não estão concentrados, estas e outras indagações surgem, o que vem a ser relevante refletir sobre a prática pedagógica, se o seu planejamento está sendo ou não eficiente, se os objetivos estão

¹ Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação – FACITE, Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.

sendo alcançados, como também identificar as necessidades de mudanças em sua ação pedagógica.

Assim, ser professor exige a flexibilidade como também ser um profissional organizado, em que projete as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula, para que estas venham a propiciar condições para a formação do sujeito. Mas o que se encontra por trás do planejamento? Como este pode ser executado de forma eficiente na EI? Estas e outras perguntas são frequentes, e necessitam ser esclarecidas.

O docente em sala de aula necessita refletir sobre suas ações, como também as necessidades formativas dos educandos, criando possibilidades, estabelecendo princípios, e verificando o processo de ensino e aprendizagem.

O presente estudo tem como finalidade compreender o planejamento na educação infantil e suas influências no processo de ensino e aprendizagem. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico embasado em autores como: Angotti (1994), Ahmad (2011), Saviani (2008), entre outros.

1. A necessidade de planejar

Ao longo dos anos o planejamento vem sendo um procedimento que vem ganhando destaque, por suas variadas contribuições. O planejamento é um procedimento indispensável, em que possibilita o profissional a ter melhores condições para desenvolver suas atividades,

O objetivo principal do planejamento é possibilitar um trabalho mais significativo e transformador na sala de aula, na escola e na sociedade. O plano escrito é o produto destes processos de reflexão e decisão. Não deve ser feito por uma exigência burocrática, mas, ao contrário, deve corresponder a um projeto compromisso do professor, tendo, pois, suas marcas (SCHIMTT, p.2, 2006).

Por meio do planejamento o docente irá identificar os princípios a serem alcançados, e como este irá desenvolver. Assim, o planejamento vem a ser um norte para o docente, em que este terá uma melhor visão acerca de sua atuação.

É cabível destacar que o planejamento dá uma maior segurança para o exercício da prática docente. Quando o docente não desenvolve o seu próprio planejamento, este acaba não tendo segurança em suas ações, em que vem a prejudicar o processo de ensino e aprendizagem.

O planejamento é um instrumento que dá segurança para o professor para trabalhar conteúdos e atividades que o aluno desenvolverá na sala de aula. Quando o professor não tem o planejamento para ser trabalhado, acaba não tendo segurança do conteúdo que vai trabalhar e, dessa forma, perde o controle do próprio trabalho.

Perante este enfoque é cabível destacar que:

A perda de controle do próprio trabalho gera no profissional um estado de incertezas referentes a “o que”, “como” e “por que” fazer, induzindo a buscar soluções “seguras”, de caráter imediatista, para poder operar a dinâmica que caracteriza a situação de ensino. Esta situação torna pouco fecundada a prática de troca de experiências que ocorre entre profissionais deste nível de ensino – prática tão almejada para a construção de um projeto pedagógico consiste de concepções claras e execução viável, precisa. Com isto a prática docente ocorre de forma dogmática, pouco refletida e fragmentada (ANGOTTI,1994, p. 57-58,).

Assim, o planejamento vem a ser um norte na vida do docente, em que este passa a ter uma melhor visão dos procedimentos, das necessidades, como também da sua própria atuação em sala de aula.

1.1 O planejamento na educação infantil e suas contribuições na organização das atividades

O planejamento envolve também o organizar o espaço físico, par que este também possa desencadear condições para o alcance de melhores aprendizagens. Assim, é relevante apresentar a organização do espaço e tempo na EI:

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que o educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto, também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67).

Perante este enfoque, as atividades a serem desenvolvidas na EI devem suprir as necessidades dos educandos para que tenham condições de aprender, levando em consideração as estratégias que podem ser eficientes neste processo. Assim, as atividades quando planejadas passam a ganhar uma maior segurança, perante os princípios formativos estabelecidos em sua execução.

Segundo Ahmad (2011, p. 03), ressalta que:

O planejamento pedagógico na Educação Infantil precisa ser discutido e articulado aos sujeitos que estão inseridos nestes ambientes coletivos de educação, assim é imprescindível trazer para a sala de aula, através dos planejamentos, as manifestações que as crianças expressam no seu dia-a-dia, a partir de seus balbucios, choros, falas, gestos, desejos, hipóteses e

conhecimentos prévios, estes são de suma relevância para um trabalho que respeite as culturas infantis.

Na EI a criança ao ser compreendida diante de suas particularidades, passa a ser motivada de forma adequada em seu processo de aprendizagem, já que suas manifestações em sala de aula passam a ser vistas com uma outra visão.

Por sua vez, a rotina planejada não pode ser executada de forma rígida, ou limitada, esta deve ser flexível, inovadora, prazerosa e diferenciada, para que o educando não veja o processo educativo como um momento sofrimento. De acordo com Bassedas, Huguet e Sole (1999, p.2): “[...] a palavra "rotina" tem, no seu sentido habitual, um caráter pejorativo, porque nos faz pensar em conduta mecânica. Já falamos anteriormente sobre a importância dessas atividades do ponto de vista do desenvolvimento”.

Assim, a rotina na educação infantil deve ser planejada, para que o educando tenha melhores condições de aprendizagem, que o significado da palavra rotina não seja visto ou praticado por meio de ações repetitivas, mas de momentos a serem vivenciados que promova a construção de saberes de forma prazerosa.

1.2 O docente inovador

A inovação na EI é indispensável, para que as atividades realizadas em sala de aula com os educandos não venham a entrar em uma rotina cansativa. O docente deve estar atento as necessidades destes sujeitos, realizando momentos prazerosos que permitam sua aprendizagem, perante a realização de jogos, brincadeiras, momentos de contos, mas tudo com base em princípios.

Segundo Saviani (2008, p. 263), a pedagogia histórico-crítica apresenta que:

[...] a educação é entendida como mediação no seio da prática social global. A prática social se põe, portanto, como o ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. Daí decorre um método pedagógico que parte da prática social em que professor e aluno se encontram igualmente inseridos ocupando, porém, posições distintas.

Levando em consideração a abordagem do ator, percebe-se que este apresenta a necessidade da realização de uma prática pedagógica que contemple as demandas como também os aspectos presentes no meio em que o sujeito em formação se encontra.

Para Carbonell (2002), o desenvolvimento de práticas pedagógicas tidas como inovadoras, é relevante que o docente leve em consideração os seguintes aspectos: espaço físico, mentais e afetivos, simbólicos, e que seja diversificado. Quando educando encontra-se em um ambiente mais organizado, em que apresente uma organização motivadora, que desperte sua imaginação, melhores serão as condições de aprendizagem.

Também é importante que o docente diferencie em alguns momentos a suas aulas, como levando os alunos para terem aula fora da sala, para que estes possam desenvolver uma melhor percepção acerca das particularidades em seu meio.

Assim, é relevante que o docente desperte no educando o interesse em realizar constantes descobertas, por meio da apresentação das informações de forma diferenciada, em que vem a despertar sua imaginação, como também curiosidade em saber mais.

Conclusões

Planejar na EI é de grande importância, para que se possa obter êxito no processo de ensino e aprendizagem. O educando não pode ser cobrado com rigor, mas deve ser averiguado diante de suas limitações e possibilidades, e o planejamento possibilita tal verificação, por meio da definição de instrumentos que serão

utilizados para avaliar o desenvolvimento da aprendizagem destes sujeitos na EI.

Nesta modalidade de ensino o planejamento encontra-se enraizado nos projetos, em que são estabelecidos objetivos, conteúdo a serem trabalhados, recursos metodológicos, avaliação, entre outros aspectos que se encontram presentes no planejamento.

O docente necessita ter como ótica a necessidade constante de planejar, como também de reformular, para que o processo de ensino e aprendizagem venha a ocorrer de forma eficiente, suprimindo as necessidades presentes em seu meio.

Referências

- ANGOTTI, M. **Semeando o Trabalho Docente**. IN: Oliveira, zilma Morais Ramo(org). Educação Infantil muitos olhares. São Paulo:Cortez 1994.
- AHMAD, L. A. S. **Planejamento na Educação Infantil: Uma construção mediada pela coordenação pedagógica no núcleo de Educação Infantil IPE Amarelo**. Curitiba, PUC,2011.
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.
- BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLE, I. **Aprender e Ensinar na Educação Infantil**. Artes Médicas, 1999. Porto Alegre.
- CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança na escola**. Trad. MURAD, F. de. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.
- SAVIANI, D. **Educação socialista, Pedagogia Histórico-Crítica e os desafios da sociedade de classes**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, D. (Orgs.). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 223-274.
- SCHMITT, A. **Registro de Planejamento na Educação**. Santa Catarina. Ed FURB. Vol. 01, n 2. 2006.

Capítulo 04

O brincar no processo de aprendizagem da criança com necessidade educacional especial na educação infantil

Fabiana de Sousa Lima Morais¹

Estanislau Ferreira Bié²

Introdução

O referido trabalho se propõe a analisar a partir de leituras bibliográficas a importância do brincar no processo de aprendizagem da criança com necessidade educacional especial na educação infantil, visto que nos últimos anos vem sendo enfatizado pelos grandes estudiosos a importância do jogo, do brinquedo e do brincar na vida do ser humano.

Durante muito tempo as crianças diferentes carregaram o

¹ Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.

E-mail: fabianaararipe@hotmail.com

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA-; Licenciado em História pelo INTA-; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva)

adjetivo de portadoras de deficiência e foram sendo colocada a margem da sociedade, porém, após os grandes movimentos sociais e a Lei de Diretrizes e Bases, o Brasil começou a despertar para a necessidade de oferecer uma educação universal, sem distinção de raça, gênero, classe social e com isso passou a ser garantido o direito também para as pessoas que apresentavam limitações intelectuais, cognitivas ou físicas.

Esse termo “portador de deficiência” ganhou uma nova nomenclatura sendo então designado, “pessoa com necessidade especial”, pelo fator de não ser uma característica que possa ser descartada a qualquer momento, mas uma característica a qual é necessário aprender a conviver com ela buscando sempre superar as limitações decorrentes dela.

Desta forma, a educação abre as portas para acolher e possibilitar aos sujeitos com limitações a possibilidade de superação, de desenvolvimento e de aprendizagem, podendo então conviver no seu meio social como cidadão dignos de direitos e deveres como os ditos “normais”. Dessa forma, o presente trabalho veio a comprovar por meio de leituras de livros, artigos e revistas que a criança precisa ser inserida no contexto escolar precocemente para que possa se desenvolver sendo estimulada por ações coordenadas e orientadas que venham a superar as suas limitações e aprender a conviver no meio social e se relacionar saudavelmente com outros seres.

Desta forma, podemos constatar que a educação infantil é a fase da criança responsável, como afirma Freud, pela estruturação psíquica do sujeito e por essa razão necessita de uma interferência consciente, visto a importância do papel do professor e das intervenções lúdicas, pois é através do lúdica que a criança interage com o meio e com as pessoas a sua volta. Para tanto, faz-se necessário a oferta da educação especial desde o início da vida, onde estão sendo assimilado os primeiros estímulos, dessa forma, o ato de brincar é imprescindível para a aprendizagem e desenvolvimento da pessoa da deficiência.

Toda criança com deficiência hoje é assegurada do direito a educação, sendo incluída em escolas de ensino regular e com direito a pedagogia de ensino que venham a atender suas necessidades, sejam elas, intelectuais, físicas ou múltiplas, ou mesmos de altas habilidades.

O brincar é principal meio de acesso a vida da pessoa com deficiência, pois é através do lúdico que ela expressa a sua vivência familiar e social e as suas emoções, se utilizando da fantasia do mundo imaginário e com isso favorecendo o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem por ajudá-la a resolver conflitos internos na relação com o externo, dando vazão aos seus desejos e sentimentos. Dessa forma, determinamos com base nos autores estudados que o brincar tem importância fundamental para o desenvolvimento da pessoa com deficiência de forma integral, nos aspectos, cognitivos, intelectuais, emocionais, afetivos e físicos, possibilitando uma aprendizagem que vai perdurar por toda a sua vida.

1. O brincar e a aprendizagem

O brincar é uma atividade praticada tanto por crianças como por adultos e por toda a história fez parte da humanidade, porém com uma visão diferenciada, ou seja, em cada geração foi atribuído um significado diferente para o ato de brincar. Como afirma Duflo(1990) apud Almeida (2014), o lúdico passou por três apropriação históricas. A primeira Apropriação compreende o jogo numa visão ética, fundamentada pelas ideias teológicas, ou seja, numa visão moralista que a religião plantava. Dessa forma o jogo era visto como imoral para o sujeito cristão pelo fato de possibilitar o desvio do comportamento do homem regrado pelos princípios da religiosidade. A segunda apropriação se deu com base no pensamento filosófico que compreende o lúdico enquanto ferramenta e artifício epistemológico, que é capaz de produzir conhecimento a partir da possibilidade de pensar sobre a vida e o

mundo. A terceira apropriação histórica compreende o jogo numa perspectiva educativa que estende até os dias atuais passando apenas por visões diferenciadas de acordo com a influência teórica abordada nesse processo.

Nessas últimas décadas percebe-se um crescente discurso sobre o brincar para o desenvolvimento da criança, enfatizando a importância do jogo, o brinquedo e o brincar como elemento facilitador do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Piaget ao desenvolver pesquisas e estudos na busca de explicar como se dá o desenvolvimento da inteligência da criança, ele defende que “para entendermos a evolução da inteligência é indispensável conhecer as relações que o sujeito estabelece com o meio e como o meio influencia nesse processo, ou seja, de que forma a criança utiliza os objetos externos para apreender e aprender sobre eles por meio de ações coordenadas” (Piaget, 1986 apud Gomes, 2014). Pensando dessa forma enfatizamos a importância do jogo, do brinquedo e do brincar coordenado e orientado por pais e professores que irão instruir as crianças sobre regras, limites e etc., possibilitando o aprendizado e o desenvolvimento da criança de forma global, a nível cognitivo, intelectual, motor e relacional.

De acordo com Flores, 1941 apud Almeida, 2014, por muito tempo, o brincar foi considerado como desnecessário na vida da criança, com o passar dos tempos os grandes estudiosos começaram a comprovar o quanto essa atividade, antes irrelevante, tem um significado e uma importância tão considerável para a formação humana de quem brinca. O brincar é a maneira principal de possibilitar que as crianças aprendam sobre o mundo, sobre si mesmo e as pessoas a sua volta. É uma ação primordial para o desenvolvimento cognitivo, emocional, físico, moral e relacional. Por meio do jogo, a criança adentra o mundo real e se relaciona com a sociedade a que pertence fazendo assimilações e confrontações com o mundo, desta forma, o brincar deixa de ser uma perda de tempo e passa a ser vista como fundamental na vida

da criança.

Palavras do autor:

Através do brincar, a criança satisfaz suas necessidades e potencialidades, porque através dele ela aprende a se comunicar, liberar seus desejos e sentimentos, desenvolve sua criatividade, adquire conhecimento, desenvolve sua autoestima e se socializa. O brincar é uma necessidade básica, uma experiência humana rica e polivalente. (ALMEIDA, 2014, p.51)

Desta forma, podemos perceber nas palavras de Almeida, 2014, que o lúdico favorece a saúde mental e desperta o desenvolvimento cognitivo, intelectual, físico e afetivo que irão repercutir na vida do sujeito e refletir na sociedade, favorecendo o ser humano e o meio em que vive. “O brincar é amigo íntimo do prazer gratuito e do esforço espontâneo.” (ALMEIDA, 2014, P.52)

A simples ação do brincar produz uma aprendizagem para a vida conforme Luz; Oliveira; Souza, 2011 defende, através da fantasia a criança expressa livremente seus prazeres e desprazeres, erra quantas vezes quiser, constrói e destrói, resolve conflitos, organiza e se desorganiza, realiza tudo o que deseja livre de julgamentos, realiza coisas que na realidade não é possível, ou seja, prepara-se no mundo da fantasia para viver o mundo real. “A criança que brinca e vive a sua infância, tornar-se-á um adulto mais equilibrado fisicamente e emocionalmente, com capacidade de enfrentar as diversidades do mundo adulto.” (LUZ; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, P. 3)

O brincar proporciona um desenvolvimento dos processos de interação social tanto na escola como na própria família, desenvolvendo as diferentes capacidades, como a coordenação motora, concentração, criatividade, auto-estima e permite a criança ser livre usando e abusando da sua imaginação (LUZ; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, P. 3).

Falando dessa intervenção em sala de aula, lugar onde

associamos a ele, a aprendizagem, Luz; Oliveira; Souza, 2011 afirma que o brincar deixa de ser um momento recreacional, de diversão e passa a ser visto como uma ação geradora de aprendizados, com isso, vale enfatizar a importância do professor como sujeito intermediador na brincadeira e que irá possibilitar para a criança a expressão oral e corporal, construir suas ideias e conceitos, construir seu próprio conhecimento minimizando a agressividade, isto é, o professor será o mediador da relação entre o imaginário e a realidade da criança.

2. O brincar na educação infantil

De acordo com Leal; Vieira, 2011, a fase da educação infantil considera especificidades que exige uma prática pedagógica diferenciada da educação básica, onde faz-se necessário levar em consideração a fase de desenvolvimento da criança, para assim, escolher atividades de acordo com as possibilidades e necessidades da criança para o seu aprendizado enquanto ser humano. Pensando assim, enfatizamos a importância da construção desta prática pedagógica pautada no lúdico que, como vimos, tem grande importância na vida do sujeito.

A criança dentro da faixa etária da educação infantil, sendo considerada de 0 a 6 anos, está expressando os seus primeiros movimentos de forma desordenada e sem muita finalidade, aparentemente sem sincronia, conforme afirma Gomes, 2011, Os primeiros movimentos da criança são exercícios sensoriais sem uma finalidade definida, exercícios simples que tendem a ser repetidos pela busca do prazer. Tentar emitir sons, arremessar objetos, puxar carrinho, rodar um arco e etc. Ações que não requerem complexidade e por essa razão perdem o interesse facilmente, mas que o sujeito levará consigo até a vida adulta.

Com o avanço do seu desenvolvimento biológico, cognitivo e afetivo a criança passa a dar sentido ao brincar, o brincar simbólico que Gomes, 2011, descreve como sendo o momento em que a

criança aprende a brincar de faz de conta e passa a representar na brincadeira o que para ela é significativo, representar pai, mãe, professor. O fenômeno imaginário da criança acontece de forma diferente do mundo adulto e é representado também pelas bonecas que viram personagens; acoplagem que ganham forma de carro, casa, barco e etc. e são objetos que no mundo imaginário das crianças ganham vida e produzem elaboração para o mundo real. Os elementos vão se complexando dentro do universo infantil, o lúdico ganha regras, limites e vão se estruturando para possibilitar o desenvolvimento e a aprendizagem do sujeito.

Compreendendo a ludicidade dessa forma, Wajsakop, 2001 defende que a educação infantil ganha um rico arsenal de possibilidades para propiciar a criança experimentar o mundo por meio da representação. No entanto, a brincadeira deixa de ser uma ação inata e espontânea e passa a ser atividades coordenada, organizadas e progressivas que possibilitem atingir a proposta da educação infantil, de educar.

Para isso, o mediador desse processo infantil, precisa estar preparado, “o profissional da educação infantil deve saber utilizar o brincar em sala de aula, sendo necessário primeiramente saber definir o que é brincar, pois tendo claro o que é essa atividade tão complexa do mundo infantil, poderá aplica-la em sala de aula. ” (LUZ; OLIVEIRA; SOUZA, 2011, P. 5)

Contudo, o referido autor defende que o adulto precisa entrar no mundo da criança para que consiga proporcionar uma aprendizagem significativa, visto que o brincar reflete muito a espontaneidade, a liberdade, coisas que na sala de aula necessita de certo controle. Conhecendo o significado e a importância do brincar para a vida da criança, cabe ao professor planejar suas atividades que possibilite a aprendizagem da criança, se utilizando de metodologia organizada e selecionada para que torne o brincar mais atrativo e produtivo atendendo as necessidades específicas de cada aluno.

Dessa forma, a criança que apresenta alguma limitação nos

seus processos psicológicos básicos ou alguma limitação física ou mental que interfere na sua aprendizagem, necessita ter uma atenção especial e uma intervenção específica de acordo com a necessidade do sujeito.

3. O brincar e a criança com necessidade educacional especial

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 2000, só a partir dos movimentos internacionais e da LDB o Brasil despertou para o direito a educação de forma universal, sem distinção de raça, gênero ou classe social, dando oportunidade também às pessoas que apresentam diferença intelectual, sensorial ou físicos sendo essas diferenças temporárias ou permanente decorrente de fatores inatos ou adquiridos e, portanto, necessita de educação especial.

Dentro dessa definição “especial” podemos ampliar e diversificar esse conceito para muitos casos, porém, a Política Nacional de Educação Especial restringiu o atendimento especializado apenas para os alunos que dela necessitar nas escolas. Desta forma, o Plano Nacional de Educação (PNE) apud Carvalho (2009) limita a educação especial para os alunos que apresentam dificuldades no campo da aprendizagem, sendo esta dificuldade decorrente de deficiência sensorial, física, mental ou múltipla, ou mesmo de características como superdotação, altas habilidades ou talentos.

Segundo Fantacholi, 2013, no que diz respeito à Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 referente a educação básica e a educação especial, ao educando fica assegurado uma preparação necessária e indispensável, possibilitando formas do educando desenvolver atividades que os ajude a progredir nos estudos e também no trabalho futuramente, desta forma, a criança precisa ser inserida na educação especial o mais cedo possível para que esses estímulos possa favorecer a aprendizagem e o

desenvolvimento dessas crianças.

[...] tanto o bebê sem deficiência quanto aquele que tem deficiência [...] ao estar em contato com outras crianças e adultos em um processo inclusivo, podem, desde a mais tenra idade, se apropriar das características tipicamente humanas e superar estágios de desenvolvimento. ORRÚ (2012, p.65) apud FANTACHOLI (2013, p. 4)

Freitas, 2011 defende que a inclusão da criança com deficiência na escola regular possibilita além de todos os fatores já mencionados, o aprendizado quanto ao respeito às diferenças o que certamente despertará no sujeito a sua autonomia em busca do conhecimento e com isso desempenhará seguramente a sua cidadania. Até os dias atuais ainda percebemos imposições subjetivas induzindo essas pessoas a se enxergarem como diferentes e incapazes, se colocando a margem da sociedade. Este é um fator a ser trabalhado com mais veemência na nossa sociedade e na escola a fim de quebrar esse rótulo de normalidade ou anormalidade construída no pensamento dessas pessoas.

Portanto, faz-se necessário abraçar toda essa complexidade da educação, para transformar as práticas pedagógicas e curriculares em meios de acesso a informação, aprendizagem e desenvolvimento, valorizando a diversidade e o respeito, atitudes fundamentais a construção da cidadania e a superação de estereótipo e preconceito, viabilizando o sentimento de igualdade e pertencimento, garantindo a cada aluno qualidade de vida. Para isso, Freitas, 2011 afirma que é importante e necessário que “...o professor tenha conhecimentos que lhe permitam ensinar, em uma mesma classe, alunos com diferentes capacidades de aprendizagem”.

Santos, (1997 p.11) apud Luz; Oliveira; Souza (2011, p. 5) defendem que “Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, [...], mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade [...].” Dessa

forma, Fantacholi, 2013 diz que o brincar é um importante instrumento de acesso a criança, por facilitar a comunicação. O lúdico facilita a interação com a criança com necessidade educacional especial (NEE) traz muitas informações da sua convivência social e familiar através da imaginação e da fantasia e isso possibilita a criança compreender a si mesmo e a se relacionar com o outro e com o mundo a sua volta, ou seja, favorece a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento. “Assim, para definir a brincadeira infantil, ressaltamos a importância do brincar para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo (FANTACHOLI, 2013 p. 6) ”.

Vygotsky (1984) apud Freitas (2013) foi um autor que trouxe muitas contribuições para a compreensão do processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, ele nos transmite a convicção na capacidade que o sujeito tem de se transformar, de criar formas, de se adaptar a situações que os impede de crescer buscando a superação. Porém, isso só é possível a parti da relação que se estabelece com meio, visto que o desenvolvimento acontece nessa interação entre os fatores internos e externos.

De acordo com a teoria de Vygotsky, faz-se necessário uma mediação entre o sujeito e o meio para o processo de desenvolvimento, dessa forma, Rego (1995) apud Freitas 2011 traz que a zona de desenvolvimento proximal nos permitir perceber quais as competências da criança e quais as possíveis conquistas futuras e isso embasa o mediador no planejamento de estratégias pedagógicas que contribuam no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, usando como instrumento, o veículo de acesso mais favorável no manejo com criança, o jogo, o brinquedo e o brincar. Como já foi muito discutido anteriormente, essa ação deixou de ser vista como “perda de tempo” e hoje é considerado importante instrumento pedagógico no processo de aprendizagem da criança com necessidade educacional especial.

O brincar tem sua origem naquilo que a criança vive no seu dia a dia, nas relações com seus pares e principalmente, nas relações com adultos. É uma situação imaginária, um faz de conta criada pela criança, mas que só pode ser inventado por ela. Assim, o próprio autor nos coloca o papel do ato de brincar sendo fundamental na constituição do pensamento infantil, pois é brincando/jogando, que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. Vygotsky (2003) apud (FANTACHOLI, 2013 p.6)

Assim sendo, Vigotski (apud COSTA, 2006 apud FANTACHOLI 2013) desenvolveu estudos sobre a aprendizagem das crianças com necessidade educacional especial e mostrou que nos equivocamos ao pensar que a aprendizagem das crianças com NEE se limita a associação que fazem do que estão vendo, que o ensino deve ser feito somente por meio de métodos concretos. Esses meios concretos impede a criança de organizar subjetivamente o seu pensamento e ir além do esperado, limitando a sua capacidade de abstrair, construindo e desconstruindo as suas ideias. Essa possibilidade de construir, desconstruir, organizar e desorganizar, construindo o seu próprio conhecimento é possível por meio da fantasia imaginária, mediado por outro sujeito que deverá organizar e favorecer esse processo tendo como instrumento pedagógico o jogo, o brinquedo e o brincar.

Conclusões

Este trabalho nos leva a refletir o quanto é importante a inserção de crianças com necessidade especial na educação infantil e o quanto o brincar tem importância para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Essas crianças têm os mesmos direitos enquanto cidadãs e para tanto necessidade ser vista e respeitada como tal, bem como ser atendida no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com a sua limitação, possibilitando

para a mesma a superação dessas limitações, a conquista da autoestima, da autonomia e da independência, despertando o protagonismo na sua história.

Percebemos também a importância do professor dentro desse processo ensino-aprendizagem, sendo ele o coordenador e mediador no meio educacional e para tanto necessita ter conhecimento do assunto e buscar práticas pedagógicas lúdicas organizadas e ordenadas visando o desenvolvimento gradativo da criança, como também precisa conhecer e sentir a importância do brincar entrando no mundo infantil e com isso despertando o seu crescimento global. O adulto precisa reconhecer as suas habilidades e interesse para que possa se entregar ao lúdico nessa proposta de viabilizar uma metodologia atrativa e participativa para a criança.

Referências

- ALMEIDA, Marcos T. P. de. **Brincar, amar e viver**. Volume I, 1ª ed. Assis/SP: Storbem Gráfica e Editora, 2012. 274p.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental e Secretaria de Educação Especial. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**: Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais. /Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.
- BERNARDINO, Leda Mariza F.; VAZ, Beatriz G. **A importância dos aspectos estruturais no processo de inclusão escolar de crianças pequenas**. 2011. 14f. X Congresso Nacional de Educação – EDECERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- Comunidade Aprender Criança. Cartilha da Inclusão Escolar: inclusão baseada em evidências científicas (Ed. Instituto Glia, 2014).

FANTACHOLI, Fabiane das N.**Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Infantil: Uma Perspectiva Histórico-Cultural.** Revista eletrônica saberes da educação – Volume 4 – nº 1 – 2013

FREITAS, Neli K. **A importância das interações sociais na aprendizagem de alunos com necessidades especiais.** 2011. 12f. X Congresso Nacional de Educação – EDECERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

GOMES, Cleomar F. **Brincadeiras e jogos _ sua entrada na educação infantil e no ensino fundamental.** 2011. 11f. X Congresso Nacional de Educação – EDECERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

LEAL, Franciele P.; VIEIRA, Daniele M. **A constituição do sujeito e o espaço ambiente na prática pedagógica da educação infantil.** 2011. 13f. X Congresso Nacional de Educação – EDECERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

LUZ, Marina C. da; OLIVEIRA, Maria C. A. R. de; SOUZA, Gelsenmeia M. R. de. **Brincar é muito mais que uma simples brincadeira: é aprender.** 2011. 9f. X Congresso Nacional de Educação – EDECERE – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Capítulo 05

A importância da educação infantil no Brasil

Valdemir Silva Santos¹
Francisca Batista de Brito²

Introdução

Muito se tem discutido acerca da educação infantil no Brasil, logo é fundamental compreender qual a importância dela para o desenvolvimento cognitivo, cultural, profissional e humano da criança, e para isso a referida pesquisa apresenta aqui a temática: “A Importância da Educação Infantil no Brasil” onde trataremos no campo bibliográfico, alguns autores que trabalham na perspectiva do desenvolvimento da Educação infantil no Brasil, e como dar-se-á a mesma, e para isso, buscaremos por meio de pesquisas e registros bibliográficos, compreender a visão da educação infantil no meio social, seja formal ou informal, que possam embasar e auxiliar na compreensão desse estudo, portanto buscarei analisar e discutir a partir destes, como ocorre o processo de ensino e aprendizagem na criança, e em ser fundamental à formação como pessoa e profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica sancionada em 1996, trouxe para a modalidade de ensino que estamos

¹ Graduado em Pedagogia pela Faculdade Kurios. Mestrando Em Ciências Da Educação Pela UNISLLIVAN Inc.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Mestranda Em Ciências Da Educação Pela UNISLLIVAN Inc.

tratando, várias prerrogativas, e desde sua implantação, inúmeras ementas foram agregadas, com o objetivo de melhorar e da mesma forma buscar atender a todas as necessidades dos pequenos, uma delas é que a criança possa receber o amparo, e complemento assistencial que à família, e comunidade exercem para com a mesma; como também apontar e especificar o âmbito educacional de forma mandatória, por gestores e profissionais da área educacional, com exemplificações de direitos e deveres para cada esfera governamental, traçando limites, e fazendo a logística de cada uma.

1. Educação infantil no Brasil

Quando questionamos a questão do cenário da educação infantil no Brasil, destacamos a existência de parâmetros legais para estruturar e fornecer a forma como dispõe a educação básica no país, pois como já definimos anteriormente, “as crianças desde que nascem são: cidadãos de direitos; indivíduos únicos, singulares; seres sociais e históricos; seres competentes, produtores de cultura; indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral.”(BRASIL, 2006, p.18), ou seja fornecendo estes direitos desde o nascimento do ser.

1.1 Legislação brasileira

A legalidade ampara a sociedade que em determinadas ações encontra-se resguardada, tratando a educação como uma dessas ações, a compreendemos como um direito social e/ou uma necessidade fundamental, que pode ser exercida pela União, Estados e Municípios. A questão educacional no Brasil acaba sendo bastante notória visto pelos inúmeros despachos federais que foram realizados nos últimos anos, e isso, com intuito de garantir a mesma para sociedade como um fator importante para o desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes.

Quando questionamos o surgimento da educação no país, destacamos que ela se iniciou com a introdução dos missionários jesuítas, quando o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, logo depois vários acontecimentos favoreceram para a promulgação da primeira lei orgânica relacionada ao ensino, isso em 1927, onde o país começava a definir uma organização no sistema de ensino das instituições.

Em 1932 foi criado o ministério da educação e saúde com a contribuição de pessoas que se preocupavam com a situação da educação no Brasil como por exemplo Fernando de Azevedo que redigiu o manifesto dos pioneiros da educação nova. Cujo manifesto propunha que o estado organizasse um plano geral para a educação e que definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita, ou seja, uma escola sem fins lucrativos, sem interferência religiosa e o mais importante que a educação fosse um direito de todos.

Mais tarde em 1934 com a formulação da nova constituição federal que implantou a educação, que pode ser vista como um direito de todos os cidadãos brasileiros ricos ou pobres, brancos ou negros, etc., sem especificar a origem de seus atendidos. No ano de 1953 quando a saúde começou a caminhar com suas próprias pernas surgiu a sigla MEC, que significa ministério da educação e cultura. “Que visa melhorar cada dia a forma e os meios de como se deve dar, ou seja, promover a educação no nosso Brasil. ”. O MEC também criou fundos de manutenção para a educação como por exemplo o FUNDEF que vigorou até 2006 que logo foi substituído pelo FUNDEB que está em exercício hoje e vigorará até meados de 2020, beneficiando toda a educação básica, da creche ao ensino médio, ou seja, a todo brasileiro que frequente por direito uma instituição de ensino.

Meados do ano de 1988 surgiu nossa lei magna, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF 88) que vigora até os dias de hoje e assegura:

[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralidade e preconceito, fundada na harmonia, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988)

Ou seja, a educação tornou-se a partir de então um direito social garantido, sendo promulgado novamente no artigo sexto da mesma (BRASIL, 1998, redação dada pela Emenda nº 90, de 2015) “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Tivemos também a aprovação da primeira Lei de Diretrizes da Educação em 1961, que se deu nos órgãos estaduais e municipais vida própria. Com o desencadear da História já se passaram muitos acontecimentos importantes, enfim em 1995 o MEC se tornou responsável somente pela área educacional.

Chagamos no X da questão, novos tempos, novas flores se abrem para a educação, no ano de 1996, que incluiu a educação infantil, ou seja, a implantação das creches e pré-escolas, com a nova LDB. Visando estabelecer uma atualização nas políticas educacionais que garantem a todos os brasileiros à formação humana e cidadã e à profissional, na vivência e convivência em um ambiente educativo (Brasil, p.7), sancionou-se em 20 de dezembro de 1996 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a famosa LDB (lei nº 9394/96), que trouxe para o meio várias disposições acerca do funcionamento da educação no país.

A nova LDB dispõe sobre a “educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias” (LDBEN, 1999, art.1 parágrafo 1º) e estabelece normas que são vinculadas a este tipo de ensino que deve ser oferecido de forma obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, sendo disponibilizado nas

seguintes modalidades básicas, que são: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e tem por finalidade; “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (LDBEN 1996, Art.22).

A nova Lei também traz um capítulo inteiro inerente a educação especial, visando ampara crianças que possuem deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, frequentarem preferencialmente a rede regular de ensino.

Oferece para aqueles que não puderam ter acesso ou continuar seus estudos em tempo adequado, a modalidade da educação de jovens e adultos, onde terão a oportunidade de terminar ou iniciar seus estudos. Ou seja, a LBDEN é uma lei que visa a especificação de regras e orientar como seguirá a nossa educação brasileira.

1.2 Educação infantil no Brasil e seu funcionamento

A educação infantil atua como uma forma de complementar as ações que a família e a comunidade exercem para com a criança, mas também como principal pilar para a construção de uma vida educacional bem-sucedida dependendo da forma de como a criança é instruída nessa etapa tão importante na vida do ser humano. Sendo ela o início da vida educacional da mesma, visa realizar o desenvolvimento integral até os 5 (cinco) anos de idade podendo ser realizado em creches e pré-escolas ou equivalentes, por tanto compreendemos a educação infantil como sendo;

A primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial,

regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL, 2010, p.12)

Oportunizando para as crianças realizarem a interação e socialização com outras, oferecendo as mesmas condições para se relacionarem em grupo, pois já que estão na “fase do desenvolvimento onde [...] aprendem a andar, a falar, a ter controle esfinteriano, a representar o mundo através da imitação, da fala, do jogo simbólico e de outras linguagens” (Ceará, 2011, p. 13), é importante esse convívio com outras pessoas. Vemos também a relevância do educar e cuidar dos pequenos levando em conta que se encontram em constante desenvolvimento, e garantir que tenham conforto em relação a sono, fome e até higiene, como dar condições necessárias para explorar o meio e construir sentidos pessoais, de si e do mundo desenvolvendo sua própria forma de agir e pensar.

Para ingressar na educação infantil é necessária a matrícula que é realizada em instituições escolares, e obrigatória quando as crianças completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano que realizará a referida matrícula, os currículos da modalidade abordada são definidos como um conjunto de práticas exercidas em busca da articulação entre as experiências e os saberes que as crianças têm, como afirma as orientações para a educação infantil do Ceará (2011, p.27) “O currículo representa o conjunto de experiências, atividades e interações efetivadas no cotidiano da instituição educacional para mediar as aprendizagens das crianças”, uma forma encontrada para orientar as ações das instituições que oferecem a educação infantil. São as propostas pedagógicas que visam definir metas pretendidas em relação a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, essas propostas devem garantir as instituições o exercício da função sociopolítica e pedagógica que ela detém e seu principal objetivo é:

Garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes

linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p.18)

Garantindo assim o acesso pleno dessas crianças ao conhecimento. Mas para alcançarem este objetivo, as propostas pedagógicas devem respeitar princípios éticos, políticos e estéticos, que visam o bem comum, como direitos de cidadania, como questões de sensibilidade, a ludicidade, questões diferentes de concepções artísticas. Vale destacar que elas devem estabelecer condições adequadas para o trabalho coletivo, a forma organizacional de materiais, espaço e tempo, para serem executados. Garantem aos povos indígenas a autonomia de escolha entre qual tipo de educação suas crianças vão aderir e os que optarem pela educação infantil será propiciado a elas uma relação com os conhecimentos, as crenças religiosas, os valores, ou seja concepções de memória, de mundo de seus povos. Já para as crianças que vivem no campo (compreende criança do campo: “crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta” (Brasil, 2010, p24)), devem:

Reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais [...], valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural [...]. (Idem, p.24)

Ou seja, oferecendo para ambas situações, propostas pedagógicas específicas para o local onde elas vivem. Em suma as atividades realizadas pelas crianças no ambiente escolar se realizam pela organização e com base na proposta pedagógica da instituição, como estabelece a seguir que;

A organização das atividades para as crianças se faz com base na proposta pedagógica elaborada pela instituição de Educação Infantil e constitui o currículo em ação, ou seja, o conjunto de situações vividas no cotidiano e voltadas para o alcance, pelas crianças, de objetivos educacionais julgados valiosos. (Ceará, 2011, p.28)

Por tanto é fundamental uma proposta que atue em conformidade com as necessidades dos alunos em questão, pois a forma como ela será elaborada interfere diretamente no desenvolvimento do pequeno.

A avaliação escolar é um tema bastante complexo, mas necessário, Libâneo, afirma que;

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, afim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para correção necessária. Libâneo (1994, p.195)

Mostrando assim que a avaliação é necessária e permanente, com o intuito de analisar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos; mas sendo ela uma questão tão complexa, como as crianças que participam da educação infantil serão avaliadas? Existem outras formas para avalia-las? A resposta é sim, não só existe como também a avaliação para essas crianças é diferenciada das outras modalidades, sem comprometer sua classificação para a próxima etapa que será o ensino fundamental, já que nesta fase as crianças são classificadas pela faixa etária de idade e os meios usados para avaliar os pequenos na educação infantil são: observação (como interagem no cotidiano escolar), como na utilização de recursos fotográficos, desenhos, vídeos, etc., afim de redigir relatórios bimestrais ou semestrais, ou seja, a elaboração de documentos

comprobatórios que permitam à família conhecer e acompanhar o progresso de ensino aprendido realizado pela instituição para com os seus filhos.

Dessa maneira a educação infantil é vista como a base, e muito ouve-se falar que se a base é bem-feita todo o resto também é, sendo assim cabe não só aos familiares e professores exercerem o papel de orientador para as crianças, mas que todas as esferas organizacionais, estabeleçam prioridades para a efetivação de um ensino com qualidade.

1.3 Papel do professor e sua formação

O professor é a peça fundamental no contexto educacional, pois ele proporciona aos alunos o encontro com os objetos de conhecimento. Segundo Libâneo (2001) “O professor introduz os alunos no mundo da ciência, da linguagem, para ajudar o aluno a desenvolver seu pensamento, suas habilidades, suas atitudes”, propiciando aos educandos formas de aprendizado que ressalte suas habilidades e desenvolva suas capacidades de pensar e agir.

Libâneo (1994) destaca dois aspectos inerentes a relação professor-aluno, o aspecto cognoscitivo e o sócio emocional, que os definem como:

O aspecto cognoscitivo (que diz respeito a formas de comunicação dos conteúdos escolares e as tarefas escolares indicadas aos alunos) e o aspecto sócio emocional (que diz respeito às relações pessoais entre professor e aluno e as normas disciplinares indispensáveis ao trabalho docente. (Idem, p.249)

O aspecto cognoscitivo se relaciona com a transmissão e assimilação de conhecimento, ou seja, a forma como o conhecimento é repassado para o aluno, e como este compreende o que foi passado. Para que esse processo tenha satisfatoriamente um resultado plausível, o professor deve traçar mecanismos para repassar o conteúdo, especificando o que ele espera que os alunos

assimilem, ter um plano de aula bem feito, procurando sempre atender a demanda da sala, fazer a utilização de uma comunicação mais compreensível e clara possível, mas sem deixar de seguir corretamente o uso da língua portuguesa, e o mais relevante, instigar a participação dos alunos na aula, para expor suas opiniões como fazer indagações.

Já o aspecto sócio emocional, se refere ao nexos afetivo existente entre professor e aluno, como as normas disciplinares na aula. Este afeto existente não é uma relação familiar, mas uma relação em que o educador deve controlar para estabelecer certos limites para com os alunos, já que ele exerce uma certa autoridade para os mesmos.

O autor destaca o funcionamento paralelo entre a autoridade e a autonomia, sendo respectivamente do professor e aluno, mas destaca ainda que elas atuam de forma complementar. O professor em exercer o elo entre os indivíduos e a sociedade e os alunos como seres sociais únicos, trazem suas particularidades que ficam restritas as exigências impostas pelos grupos sociais existentes.

Para que o funcionamento da classe (sala de aula) funcione é necessária uma disciplina dentro dela e para isso é importante ter uma série de conjuntos, que permitam a organização do processo de ensino, e dentre esses conjuntos os que se destacam são:

Um bom plano de aula. Onde estão determinados os objetivos. Os conteúdos. Os métodos e procedimentos de conduta da aula; a estimulação para a aprendizagem que suscite a motivação dos alunos; o controle da aprendizagem, incluindo a avaliação do rendimento escolar; o conjunto de normas e exigências que vão assegurar o ambiente de trabalho escolar favorável ao ensino e controlar as ações e comportamentos dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p.253)

Os profissionais que atuam na educação infantil devem preocupar-se em lidar com as situações do cotidiano, incluindo desde comportamentos pessoais: “choros, gritos, mordidas, risos,

abraços, silêncios” (RONCARATI, 2013) como interpessoais, como fazer perguntas estranhas, tendo a resposta correta, mas sem constrangimento para a sala como um todo. Como fazer com que suas aulas sejam cada vez mais atrativas, buscando usar métodos diferenciados para que o educando possa aprender de forma prazerosa. Por meio de jogos, contação de histórias e por aí vai, depende da criatividade do professor.

A formação profissional que os docentes devem ter para atuar no magistério segundo a Lei de Diretrizes da educação nacional, deve ser uma habilitação “em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio” (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009, art. 61, inciso I, LDBEN- 1996) que é reforçada no Art. 62 da mesma Lei.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, LBDEN 96)

Deve haver um regime de cooperação entre união, distrito federal, estados e municípios, para oferecer formações iniciais e continuadas para capacitar os profissionais do magistério, pois a partir disso nossos educadores poderão realizar um elo da teoria à prática, proporcionando uma pratica docente cada vez melhor e dessa forma contribuído para um bom aprendizado de nossas crianças.

1.4 Refletindo sobre a prática pedagógica do professor

Vamos iniciar essa abordagem conceituando o que seria uma pratica pedagógica, que podem ser definidas como o conjunto de métodos utilizados pelo professor para repassar o conhecimento.

Atualmente o professor detém de várias oportunidades para colocar sua criatividade em ação, possibilitando que as crianças tenham momentos oportunos para o aprendizado. Para Esteban ;

[...] há espaços para brincadeiras, mas é preciso ensinar a ordem; há espaço para o canto, mas é preciso ensinar o silêncio; há valorização do lúdico, mas deve ficar bastante claro que as brincadeiras possuem objetivos sérios; há tentativa de trabalho criativo, mas este não deve atrapalhar futuramente a cópia e a reprodução; há preocupação com o desenvolvimento das crianças em sua multiplicidade, mas é necessário que este múltiplo seja fragmentado, individualizado e reduzido ao que cabe no modelo aceito. Esteban (1997, p.29)

Proporcionando tempo e lugar para desenvolver suas habilidades como comportamentos sociais. Visto que cada vez mais o professor usa meios inovadores para ensinar seus alunos é necessário estabelecer uma certa ordem para alcançar e conseguir sucesso em seus ensinamentos. Dessa forma

Um dos saberes que devem embasar o trabalho do professor é o de que a infância é uma fase da vida na qual a criança desenvolve habilidades e competências físicas, emocionais e intelectuais, imprescindível para um bom desempenho da vida adulta, caso não seja efetivo pode comprometer seriamente ou limitar tais capacidades. (HADDAD & SIQUEIRA)

O trabalho do professor da modalidade infantil, exige uma habilidade das especificidades de conhecimentos como da diversidade dos mesmos. Focando principalmente o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, significa

Compreendendo que como a nossa sociedade encontra-se em constantes modificações, nossas crianças também estão e dessa forma notamos que os docentes devem rever suas práticas aplicadas a elas dentro da sala de aula. Práticas estas que possam contemplar a diversa heterogeneidade no ambiente escolar. Os profissionais que se dispuserem a seguir este caminho deverão

utilizar uma boa prática docente, que vise explorar a ludicidade, com preparo e destreza (expondo sempre o objetivo que será buscado com a realização dessa ação), mecanismos tecnológicos, a interação e participação (nas atividades propostas), enfim buscando sempre o elo entre educar e brincar.

Conclusões

O presente trabalho buscou através de análises das pesquisas bibliográficas, mostrar como a educação infantil e a convivência familiar podem influenciar as crianças em seu desenvolvimento cognitivo como também social. Destacamos a importância que o ambiente familiar gera para o pequeno, contribuindo com muitas atribuições que os mesmos levarão para toda sua vida pessoal, como ao ingressarem na escola eles integralizem os conhecimentos preexistentes, oportunizando um conhecimento considerado muitas vezes circunscrito. Diante desses fatos compreendemos a importância de ambos os tipos de educação existentes (educação formal e informal), como forma de complementação uma da outra.

Contudo faz-se a educação infantil uma etapa considerada construtora visto que a criança está em diferentes meios contendo uma variedade infinita de relações entre diferentes indivíduos. Portanto ela pode ser entendida como alicerce necessário para a criança e sua projeção ao longo da vida escolar e da vida social.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. Disponível em: <<< <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>
> acessado em: 09 de mar. 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação Vol. 1**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

CEARÁ. Secretaria de Educação. **Orientações Curriculares para a Educação Infantil**/ Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Fortaleza: SEDUC, 2011.

ESTEBAN. Maria Teresa, *in*. **Revisitando a pré-escola**/ Carmen Lúcia Vidal Peres...[et al.]; Regina Leite Garcia- org. -3.ed.-São Paulo: Cortez, 1997.

HADDAD & SIQUEIRA. Lenira, Patrícia Gomes de. **O trabalho do professor de educação infantil e as suas especificidades: dilemas e desafios da pré-escola**. Disponível em: <<< http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O_TRABALHO_DO_PROFESSOR_DE_EDUCACAO_INFANTIL_E_AS_SUAS_ESPECIFICIDADES.PDF >>> acessado em: 15 de fev. 2017.

LBDEB. **Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, Disponível em: <<< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >>> acesso em 31 de Jan. 2017.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

Capítulo 06

A importância da socialização na educação de crianças

Maria Adeladia Lins de Albuquerque¹

Lireida Maria Albuquerque Bezerra²

Introdução

A socialização na educação é um dos fatores que mais favorece a aprendizagem, especificando a inclusão desta modalidade na escolarização inicial das crianças.

As crianças vivem a fase das dúvidas, das perguntas, dos inúmeros por quês; é justamente nesse período que elas estão de mentes abertas, aptas ao conhecimento. Etapa essa, perfeita para incorporar a socialização na prática pedagógica em sala de aula. Quando bem elaboradas as atividades de socialização, as probabilidades de acertos são extremas, visando a evolução da aprendizagem do estudante.

Ao desenvolver trabalhos em grupos, os alunos criam novas ideias, constroem saberes coletivos. Por meio da socialização, os indivíduos estabelecem trocas, o que possibilita a construção de novos conceitos.

¹ Licenciada em Pedagogia. Mestrando Ciências da Educação, pela UNISULLIVAN Inc. Contato: adeladialins1@hotmail.com

² Prof. Lireida Maria Albuquerque Bezerra. Mestra em geografia. Contato: lireida.mabe@gmail.com

Quando se realiza atividades cooperativas, é permitido a criação de espaços favoráveis ao confronto de hipóteses, colocando em destaque a diversidade como fonte ativa dos momentos de troca e tomada de consciência, oportunizando a construção do saber.

As crianças gritam por liberdade, por uma escola livre do obscurantismo e do enfadonho – exigem uma escola com professores capazes de encantar, atrair, surpreender e educar para esse novo tempo. (Almeida, 2014, p. 10).

Conforme esse contexto, as crianças se encantam por uma escola dinâmica, recreativa, que se utiliza de ferramentas interativas e agradáveis; o ambiente escolar transforma-se em um espaço prazeroso e de fácil assimilação do conhecimento.

O mundo consta temperado de coisas chamativas e de difícil resistência aos olhos das crianças, portanto, a instituição escolar precisa também ser recheada de ferramentas chamativas, que oportunizem o senso de solidariedade, de cooperação, de respeito, de socialização e outros valores benéficos.

Com base nesse pensamento:

Reencontrar o sentido de solidariedade, restabelecer com as crianças e os jovens laços de caráter afetivo, ético, social e político, exige a revisão do papel que tem sido desempenhado nas instituições educativas. (Kramer Et al, 2011, p. 23).

Na interação das crianças, diante da efetivação de uma atividade, podem ocorrer discordâncias de ideias, pontos de vistas divergentes, o que favorece o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Esses conflitos oportunizam complexidades de hipóteses, o que agregam evoluções nas aprendizagens.

É importante salientar que as crianças são os frutos da sociedade. Quando juntas, o saber evolui grandemente. No

ambiente escolar, o processo de socialização pode ser bem trabalhado.

A prática dialógica desenvolvida na sala de aula pode ser poderosa, pois a palavra de cada criança é de demasiada importância no seu desenvolvimento intelectual.

Guimarães Et al (2011, p.51):

Numa prática dialógica, confirma-se o lugar ativo e interativo da criança, a importância da sua palavra e da sua presença. Ela pode sentir-se autora e protagonista dos projetos cotidianos, junto com o professor e todos os envolvidos. Paralelamente, o lugar ativo do professor também é assegurado, conforme produz organizações e propostas em sintonia com os movimentos das crianças

A escritora ressalta ainda que o ato de dialogar “implica réplica, valorização da diversidade”. Nesse seguimento, o planejamento do docente é facilitado. Através das observações que o professor faz a partir da socialização dos alunos, as atividades pedagógicas ficam mais fáceis de serem elaboradas. É importante dar atenção as manifestações dos estudantes no intuito de promover atividades produtivas e agradáveis ao gosto de todos os envolvidos no ensino e aprendizagem.

Ao executar atividades dinâmicas, focalizando a socialização de todos, docentes e discentes, e até outros membros que se fizerem necessários, as aulas tornam-se sofisticadas e rentáveis, propícias a uma educação de qualidade.

Precisa-se saber que o sujeito pode ser mais no mundo, e para isso, uma educação excelente é necessária na transformação de pessoas em rumo a arte da criação.

Freire (1996, p. 10), destaca muito bem sobre essa temática, quando diz, “mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo”, de forma interativa “com o mundo e com os outros”. Presença esta, que sabe ser mais, que transforma, que compara, que pensa, que avalia.

O processo de socialização na educação de crianças é primordial. Por essa linha, o aluno aprende a pensar, a dialogar com sabedoria, expor suas ideias, respeitar as ideias do outro, aprende a ser afetuoso, a ter segurança, perseverança e inúmeros outros benefícios, oportunizando, assim, um crescimento intelectual e saudável, na constituição de melhores seres humanos, portanto, que esses seres possam dar os melhores frutos para o mundo.

1. Como ocorre o processo de socialização

O processo de socialização começa a partir do nascimento do indivíduo e por meio da família, primeiramente, continuando com outros agentes próximos, do estabelecimento escolar, dos meios de comunicação e conjuntos de referências, que são as bandas favoritas, personagens, esportistas, super-heróis e muito mais.

É na primeira infância que vai mais ou menos entre o a 3 anos que é mais importante essa interação, por ser o início de tudo. Porém, com base nas pesquisas, acredita-se que essa interação é iniciada quando o bebê está no útero da mãe, por meio do diálogo que a mãe, o pai e até irmãos, irmãs e outros integrantes da família têm com o bebê. Apesar que mesmo o bebê não entenda os diálogos transmitidos, contudo, ele sente essa socialização, esse afeto que todos transmitem. Quando esse vem ao mundo, já tem mais ou menos uma certa experiência com o mecanismo da socialização.

Uma boa reflexão está em, Guimarães Et al (2011, p.51-52):

A ação das crianças sobre os objetos e os relacionamentos gera significados, interações, formas de comunicação nem sempre previstas pelos adultos, mas, à medida que são valorizadas por eles, transmitem às crianças a ideia de que seu movimento inventivo e autoral é importante.

O ambiente externo tem um significativo poder na interação dos sujeitos, e, quando bem absorvido, provoca um desenvolvimento saudável e equilibrado. O importante é que os pais reservem momentos de observação nas manifestações dos seus pequenos. Essa atenção pode fazer uma boa diferença na evolução delas.

O diálogo provoca a expressividade na criança, além de ofertar uma maior segurança na exposição das suas opiniões.

Com base em Guimarães Et al (2011, p. 53), destaca que, “a valorização do diálogo e da expressividade infantil enraíza-se na compreensão da linguagem como produção de significados”.

É pela palavra que se faz ser o que se deve ser. A criança no seu processo de expressividade, precisa ter liberdade de colocar para fora sua opinião, sua criatividade, ter o direito de ser respeitada, e ainda, ser incentivada a agir com desenvoltura em prol dos seus ideais. É obrigação dos pais e da instituição escolar promover situações que envolvam o compartilhar, o envolver, o interagir. É no coletivo que se constituem pessoas aptas a trilharem no mundo, construindo as suas próprias histórias; participando de uma forma significativa na vida dos outros e fazendo a diferença.

Na educação socializada, trabalha-se o humanismo com toda sua dimensão, pois suas características são imprescindíveis na qualidade da educação.

Pierre (1966, p.172):

O humanismo consiste em impor uma certa qualidade e uma grande densidade às relações humanas, não só porque a tarefa que o homem assume necessita o apoio do outro, mas, sobretudo, porque o humanismo é uma busca real de fraternidade, de liberdade e de igualdade, de uma maneira absoluta e global.

É por meio da união, da interação com outros, que se aprende as regras da sociedade, conscientizando-se dos direitos e

obrigações. A educação humanista anda de mãos dadas com o processo de socialização.

1.1 Conceitos de socialização

Conceitua-se o processo de socialização como um conjunto de costumes característicos do seu grupo social. O sujeito participa de uma comunidade de forma plena, incorporando os hábitos que lhes são próprios. É um seguimento ininterrupto, é constante e nunca finalizado. Realiza-se através do diálogo, da comunhão entre pessoas. É uma ação compartilhável; interagindo com outras ideias, outras formas de pensar, de criar. Toda criatura é fruto do meio em que vive.

De acordo com as pesquisas, a socialização é o curso por meio do qual o sujeito se une no grupo em que nasceu, conquistando costumes e éticas particulares. Por meio da linha de socialização, o ser humano pode melhorar a sua personalidade e ser aceito na sociedade. Assim, a socialização é primordial não somente para a introdução do sujeito na sociedade, porém, para a extensão dos processos sociais. É por meio dela, que se provoca a inteligência do ser, pela dúvida, pela crítica, utilizando-se a comunicação coletiva.

Cury (2006, p. 66), destaca uma reflexão sábia sobre isso, quando diz que, “a arte da dúvida e da crítica são os princípios básicos da sabedoria existencial”.

No questionamento de algo, significa que houve entendimento da temática em questão. Se há dúvidas, obviamente haverá perguntas, questionamentos e debates. É por meio dos questionamentos que se constituem compreensões de um determinado tema.

Sociedade e sujeito, ambos necessitam um do outro; entre essas relações, é necessário a existência de normas e disciplinas para a manutenção do equilíbrio e seu desenvolvimento eficaz. Tais normas e regras geralmente afetam o sujeito, possibilitando-o o

desrespeito em muitos casos, o que gera conflitos, pela negação ou irregularidade no exercício do seu papel social.

Cury (2006, p.171):

A construção das relações humanas e a comunicação social não são produtos do sistema educacional, embora este possa estimulá-las, mas são construções inevitáveis do Homo interpres, que procura superar continuamente a solidão da consciência existencial do Homo intelligens.

Baseando-se nesse contexto, a construção da socialização ocorre em convívio com o mundo, apesar que a instituição escolar tem o dever de estimular esse processo, dar continuidade, por ser um dos elementos que contribuem poderosamente na aprendizagem do estudante.

2. A importância da socialização na educação de crianças

Como já comentado, a socialização é iniciada com o nascimento e continuada com a família, apesar que, alguns estudos mostram que o processo começa ainda quando o bebê está no útero da mãe.

No seio da família, a criança desenvolve a linguagem, os conjuntos de regras básicas da sociedade, os hábitos do grupo a que pertence. Essa socialização inicial possui um imenso valor para a criança, deixando marcas intensas em toda a sua vida, porque é por aí que se cria o primeiro mundo.

O apoio da família é muito importante nesse período de iniciação do universo social da criança. Quando se começa bem algo, a probabilidade de acertos é dimensionada.

Barros (2009, p. 109):

Ao longo do desenvolvimento da criança, o contato com o mundo, o estímulo dos pais e outras pessoas que mantém com ela, a experiência com os objetos da cultura faz que se criem novas

necessidades de comunicação, instalando-se a função social da fala, que começa logo no primeiro ano de vida da criança. Ao ser transportada como linguagem interna, a função mental interioriza-se, concebendo formas para o pensamento da criança. Por meio de suas experiências sociais, a necessidade de comunicação aumenta, dando ênfase a esse processo.

Por meio desse pensamento, percebe-se que os primeiros anos de socialização do mundo infantil precisa ser bem cuidado, apreciado e valorizado para um melhor andamento na progressão da criança. Tudo e todos são ferramentas que auxiliam todo o processo.

Guimarães (2011, p. 54), enfatiza que “a criança se constitui na interação com o outro”. É no espaço escolar que se abre o universo de múltiplos saberes. Esses desafios precisam serem estimulados e aprimorados na escola.

Todos os seres humanos são seres sociais. Precisam um do outro, sem distinção. A troca de informações entre os indivíduos é por demais importante e necessária para uma vida mais confortável.

Braslavsky (2005, p. 29), ressalta a respeito do processo de socialização promovido no ambiente escolar quando diz que, “as pesquisas empíricas existentes” a respeito do seguimento educativo “indicam que as escolas” que constroem uma educação eficiente são justamente aquelas em que as pessoas trabalham juntas; “e que este trabalho conjunto é promovido melhor e com maior intensidade quando o próprio sistema educacional participa do trabalho”.

Faz-se importante favorecer na instituição escolar, brincadeiras, dramatizações, atividades em grupos, debates, onde todos os estudantes possam expor seus conhecimentos. A comunicação é a porta para a socialização. O essencial é aproximar os alunos uns dos outros. Diversas atividades dinâmicas podem ser desenvolvidas junto aos alunos, no intuito de estimular a

socialização. O foco é a união de todos. A aprendizagem tem melhor efeito quando se estar em interação uns com os outros.

O ato de brincar é importante para estimular a socialização nas crianças. Ao brincar, ela pensa, ela cria, recria, inventa, reinventa e compartilha com as outras crianças do seu meio. Essa interação é o momento de crescimento, de saberes.

O brinquedo possibilita a interação entre as crianças e a mediação de um adulto torna-se fundamental. Elas conversam umas com as outras, levantam-se de seus lugares para brincar com outra criança ou até mesmo para pedir emprestado outro brinquedo. (Barros, 2009, p. 114).

A contribuição da recreação é imprescindível para garantir o seguimento da socialização das crianças, portanto, as práticas lúdicas devem fazer parte do planejamento escolar. Essas atividades dinâmicas devem ser exercidas continuamente na sala de aula.

No processo da comunicação, existe a criticidade, a dúvida, o desenvolver pensamentos; estar na escola, a tarefa de explorar tudo isso no aluno.

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de ‘amaciá-la’ ou ‘domesticá-la’. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor. (Freire, 1996, p. 46).

O estabelecimento escolar tem uma grande responsabilidade no educar das suas crianças; o futuro delas depende do nível de aprendizagem adquirida.

A socialização entre discentes, docentes e todos os componentes que fazem a escola é um processo essencial na qualidade da educação. Quando todos estão envolvidos no mesmo ângulo, no mesmo objetivo, a aprendizagem é mais fluente.

A educação é por demais importante na vida das pessoas. É por meio dela que se pode optar por caminhos melhores. Sem ela, o poder de escolhas pode ser mínimo e deficiente.

Freire (1996, p. 24):

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem ‘tratar’ sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.

Para o autor, “é na inconclusão do ser que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente”. Para ele, o perfeito é que no processo educativo, “educandos, educadoras e educadores juntos, convivam” com os seus saberes e outros que possam surgir. Dessa maneira, esses saberes são transformados em sabedorias.

Há diversos caminhos para o encontro do conhecimento, o mais comum e acessível a todos é o estabelecimento escolar.

Compartilhar o que se sabe é essencial entre os envolvidos. Todos saem lucrando.

Educar é muito mais do que transmitir o conhecimento; é duvidar do conhecimento, é questionar seu processo de produção. Educar é transmitir o conhecimento estimulando os princípios psicossociais e filosóficos que inspiram a formação de pensadores; é levar os alunos a serem caminhantes nas

trajetórias do seu próprio ser. Educar não é dar títulos acadêmicos e nem convencer os alunos do tanto que eles sabem, mas convencê-los do tanto que eles não sabem, da inescapabilidade da ciência, dos limites e alcance dos pensamentos. Educar é uma aventura, uma arte, uma poesia; é expandir o mundo das ideias dos alunos e transformá-los em eternos aprendizes. (Cury, 2006, p. 301).

No pensar do escritor, para uma educação significativa, as salas de aulas a partir dos primeiros anos escolares, poderiam “funcionar como um ambiente” em que aconteça “um debate vivo das ideias”, um espaço que exista a “democracia das ideias, que estimula o pensar, o respeito pelo pensamento do outro, a troca de informações”.

O mundo precisa de uma educação de qualidade para todos. Segundo o pensador, a “grandeza de um país é medida pela dimensão da sua educação”.

É por intermédio do sistema educacional, quando esse tem qualidade, que se pode transformar a sociedade.

Geralmente, quando existe um processo educativo, existirá a socialização.

Não se deve esquecer que a socialização na educação das crianças, iniciado em casa, com a família, nos ambientes externos e contínuo na escola é por demais importante na qualidade da personalidade dessa criança. Os pais e as escolas devem estar em união para a concretização progressiva no educar dessas crianças.

Conclusões

O desenvolver atividades em equipe, socializando saberes, auxilia intensamente na ação do ensino e da aprendizagem ofertados pelo estabelecimento escolar.

As crianças veem o mundo com encantamento, enxergando-o como um ambiente de existência de coisas boas e puras; no espaço escolar, elas também veem como o lugar de recreação, de

alegrias, de momentos fantásticos. Portanto, esse prazer que elas sentem deve ser estimulado. Em observação constante com as manifestações das crianças, consegue-se promover atividades que vão ao encontro dos seus prazeres. O trabalho docente apenas fica mais facilitado e produtivo, pois os alunos aprendem com mais facilidade. Tanto os professores, alunos e escola ganham.

Numa instituição onde é valorizado cada estudante, focalizando a aprendizagem, o ambiente e todos os seus agentes são respeitados a altura do merecido.

Segundo Freire (1996, p.37), o primordial “nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”.

A autonomia, quando bem construída, é um fator que alavanca os múltiplos conhecimentos. Quando existe a autonomia, existe a independência, a liberdade de pensamento, a criação de ideias e de invenções.

No processo de socialização é prevaletido o diálogo, a comunicação. A palavra tem um forte poder nesse processo. É nesse momento em que o aluno começa a se analisar, reconhecer seus pontos fortes e fracos, tentando melhorar cada vez mais. Assim, sua evolução como sujeito ativo no mundo é progressivo.

Para Freire (1987, p. 47), apenas o ato de dialogar “implica em um pensar crítico e capaz também de gerá-lo”. A ausência do diálogo, isenta a comunicação, assim, não existe “verdadeira educação”.

Quando se ensina com prazer, as práticas pedagógicas vivenciadas na sala de aula com os alunos parecem melhores, mais eloquentes, portanto, as chances de êxito nos saberes dos discentes são maiores.

Com base nas colocações de Cury (2006, p.309), “a diversidade de ideias é uma inevitabilidade; por isso, a democracia das ideias se torna uma necessidade vital em todos os níveis das relações humanas”. O respeitar os ideais dos outros, expor e nunca

se impor, são algumas das atitudes democráticas e que devem ser exploradas nas escolas.

Para Barros (2009, p. 108), o estabelecimento escolar é um dos ambientes em que os envolvimento das crianças aumentam, “o que a legitima como desencadeadora de novas experiências, sofrimentos e conflitos”.

É no espaço escolar que se deve também aprimorar laços. Quando há uma boa afinidade entre os discentes, oportunizando laços de amizade, essa amizade pode durar por toda a vida e ainda pode ocorrer entre ambos, o sentimento de conquista de irmãos ou irmãs escolhidas no espaço escolar, por esse motivo também, é tão importante a inclusão da socialização na educação de crianças, como ainda, dos jovens, adultos e idosos, ou seja, todas as fases estudantis da vida do discente, independente de idade, sexo, classe ou raça.

O convívio entre as crianças é essencialmente importante para o seu progresso. Nessa socialização, pode ser oportunizado o processo de cooperação, de solidariedade e outras infinitudes de bens que se aprendem em comunhão com os demais.

O indivíduo é um ser inconclusivo, em continuidade no seu processo de transformação; são seres humanos sociáveis e aprendizes a todo momento.

Os sujeitos estão em constantes mudanças; o que é por demais fundamental hoje, amanhã pode não ter tanta relevância, podem surgir outras ideias, outros pensamentos, outros projetos, contudo, o que se pensa hoje, pode ser incrementado com o pensamento de amanhã. Todo o conhecimento adquirido pode contribuir e alavancar as experiências do futuro. A essência é viver em harmonia, em equilíbrio com o próximo, colocando-se no lugar do outro, entendendo-o melhor e não cometer injustiças sociais.

Tudo que se deseja revolucionar, tem que ser iniciado por intermédio da educação de qualidade para todas as crianças; elas são o futuro de uma nação.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: brincadeiras e jogos populares - atividades de ensino – aprendizagem**. Volume 2. 1ª. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- BRASLAVSKY, Cecília. **Dez fatores para uma educação de qualidade para todos no século XXI**. São Paulo: Editora moderna, 2005.
- BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o brincar? : da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- CURY, Augusto Jorge. **Inteligência Multifocal: Análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores**. 8ª. edição rev. São Paulo: Cultrix, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987).
- GUIMARÃES, Daniela. KRAMER, Sonia, et al. **Educação infantil e ensino fundamental: contextos, práticas e pesquisa**. Anelise Monteiro do Nascimento (Org.). 1ª. edição. Rio de Janeiro: Nau Editora: EDUR, 2011.
- PIERRE, Furter. **Educação e vida**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1966.

Capítulo 07

Educação infantil e seu compromisso com a formação de novos leitores

Francisca Maria de Freitas Oliveira¹

Maria Ivoneide da Silva²

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da Educação Infantil na formação de novos leitores. A Educação Infantil está comprometida com essa responsabilidade, desde quando, ela resgata e organiza o repertório de diversas informações escritas do dia-a-dia da criança, onde as mesmas constituem as fontes de leitura necessárias para construção do seu conhecimento pessoal e social.

Ler e escrever nos dias atuais, tornou-se uma necessidade humana e social, representa um novo e considerável salto no desenvolvimento pessoal. O domínio da leitura favorece novos instrumentos de pensamento que possibilita o aumento da capacidade de informação e participação em uma sociedade letrada.

Infelizmente, no Brasil ainda se lê pouco, normalmente ocorre por obrigatoriedade nas escolas, e, muitas vezes, essa prática não é exercida em casa. Ler por necessidade não por

¹ Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

² Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

prazer. Essa imagem que foi criada através de uma cultura do passado, pelo motivo que ler era um privilégio de alguns, fez com que a leitura se tornasse desinteressante para algumas pessoas. Portanto, a escola até o momento, não conseguiu desfazer essa imagem, e, de alguma forma, a mesma acaba fortalecendo essa visão, quando ensina ler e escrever distanciando seus alunos da realidade e das experiências pessoais. Esses alunos aprendem a ler sem motivação, sem conseguir identificar a importância da leitura para uma vida melhor. Sendo assim, haverá somente uma propagação entre gerações que a leitura é algo cansativo e desinteressante.

Atualmente, já se percebe mudanças no cenário educacional, no que diz respeito aprender a ler e escrever. As estratégias com dinamismo estão surgindo, desfazendo aos poucos um processo de leitura mecânica, onde não há reflexão diante do que é lido. Esse processo inicia-se na Educação Infantil, não como uma responsabilidade da criança em ler por obrigação, mas ler através da ludicidade, prática essa, que as crianças constroem seu conhecimento correspondendo sua identidade e necessidade e com isso estaremos contribuindo na formação de indivíduos aptos a enfrentar a vida social.

O interesse por essa pesquisa surgiu pela necessidade de realizar um estudo teórico para aprofundar conhecimentos no que se refere como deve ser o processo inicial da leitura na Educação Infantil. O debate em torno dessa necessidade, nos leva a refletir que a construção na aprendizagem da leitura e da escrita é um processo longo, pois é preciso primeiramente construir nas crianças o gosto e interesse em ler e saber também como ocorre esse processo.

Partindo dessa premissa, espera-se que através dessa pesquisa, seja necessário repensar a verdadeira função da leitura a partir da Educação Infantil para a formação de leitores, e, de que forma essas crianças poderão ser motivadas para se apropriar dessa prática. Através desse estudo, chegaremos à conclusão que,

temos que rever como a leitura está sendo desenvolvida, não pode aceitar que a mesma seja vista apenas como um passatempo, um entretenimento que às vezes leva sua recusa, não possibilitando desenvolver na criança o prazer de ler.

1. Leitura: uma comunicação necessária na educação infantil

O discurso educacional voltado para a formação de novos leitores, parte inicialmente do cenário da educação infantil. Partindo dessa perspectiva, a proposta atual é desafiadora: formar leitores a partir da Educação Infantil. Sendo assim, a criação de novas propostas pedagógicas torna-se necessárias para despertar e motivar nas crianças o prazer em ler. Mas ler o que na Educação Infantil? Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 151) esclarece que:

Na instituição de educação infantil, são variadas as situações de comunicação que necessitam da mediação pela escrita. Isso acontece, por exemplo, quando se recorre a uma instrução escrita de uma regra de jogo, quando se lê uma notícia de jornal de interesse das crianças, quando se informa sobre o dia e o horário de uma festa em um convite de aniversário, quando se anota uma ideia para não esquecê-la ou quando o professor envia um bilhete para os pais e tem a preocupação de lê-lo para as crianças, permitindo que elas se informem sobre o seu conteúdo e intenção, (BRASIL, 1998, p. 151)

Nesta perspectiva percebe-se a importância do professor como tradutor nesse processo de comunicação. Todo esse contato com diferentes formas de leitura é fundamental na constituição de um ambiente de letramento, nesse ambiente, contempla-se a comunicação mediada pela escrita vivida em diversas situações do cotidiano. Esse processo inclui a criança desde cedo no mundo da leitura.

Durante o decorrer das discussões e análises frente à necessidade na formação de leitores, diagnosticou-se o quanto é importante direcionar as ações pedagógicas no sentido de despertar na criança o interesse pela leitura, não só pela leitura, mas também pela interpretação, pela resolução de problemas do cotidiano, pois leitura e escrita não se definem apenas como conteúdos obrigatórios da Língua Portuguesa, e sim como práticas necessárias a todas as disciplinas e em todas as séries.

Para Kramer (2010), na alfabetização a leitura e escrita, com certeza, é parte integrante de um projeto que visa à democracia e à justiça social; nesse sentido, a mesma garante que o acesso à leitura e à escrita é direito dos cidadãos. Diante disso, a instituição de educação infantil é um espaço que oferece condições de preparar pequenas crianças em grandes leitores, e pode assegurar igualmente às crianças, independentes do nível socioeconômico o acesso à cultura das letras.

Fronckowiak (2010) nos alerta sobre um problema que pode ocorrer quando estamos trabalhando a leitura com as crianças, podendo haver confusão entre o prazer e o dever. Esta confusão pode acabar por afastar as crianças do prazer da leitura, pois, muitas delas associam a leitura somente como obrigação escolar, criando uma barreira de rejeição em relação à leitura e que, a mesma não pode ultrapassar dos muros da escola.

2. A criança é leitora mesmo quando não sabe ler

Compreender a criança como leitora embora a mesma não saiba ler, é ter consciência da importância de incluí-la em um ambiente alfabetizador, apresentando-lhe a leitura não como uma tarefa escolar, mas como um hábito cotidiano, sendo uma atividade lúdica e de prazer.

Diante desse processo o professor ganha destaque, sendo um dos principais responsáveis nesse processo. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL,

1998), o professor tem uma função muito especial na vida de muitas crianças. Ele não é apenas um adulto a mais com quem as crianças convivem. Ele tem a tarefa de cuidar e educar as crianças que estão sob a sua responsabilidade, assumindo um papel privilegiado no desenvolvimento delas.

De acordo com Lajolo (1999), quando apontamos o professor como um dos principais responsáveis em facilitar e motivar as crianças a iniciar o processo da leitura, é porque, acredita-se que o professor deve ser bom leitor. O professor deve gostar de ler e ler muito, envolvendo-se com aquilo que lê. “A leitura do professor (...) é pré-requisito para a leitura do aluno” (LAJOLO, 1999).

Meirelles (2010), descreve várias informações sobre a importância da leitura na educação infantil e destaca o seguinte:

Por que ler

Mesmo antes de aprender a ler, as crianças devem ser colocadas em contato com a literatura. Ao ver um adulto lendo, ao ouvir uma história contada por ele, ao observar as rimas (num poema ou numa música), os pequenos começam a se interessarem pelo mundo das palavras. A autora chama atenção afirmando ser o primeiro passo para se tornarem leitores literários, percurso que vai se estender até o final do Ensino Fundamental.

Quem lê

Como a maioria das crianças da pré-escola não são alfabetizadas, então a leitura deve ser feita pelo professor. Mas, é essencial deixar que todos manipulem os exemplares. Incentive-as a folhear as páginas, observar as imagens e os textos e levar as obras para casa.

Quando ler

Certamente, já sabemos que a leitura deve ser uma atividade diária na Educação Infantil. Mas, nunca é demais lembrar que as crianças pequenas não têm paciência para ficar muito tempo fazendo a mesma coisa. Então Meirelles (2010), nos alerta, informando o seguinte: “Portanto, reserve 10 ou 15 minutos no início dessa caminhada. Sobrecarregar os pequenos pode transformar a hora da leitura num momento chato. E, aos

poucos, vá aumentando esse tempo. À medida que criam o hábito da leitura, os pequenos começam a prestar atenção em histórias mais longas”

Meirelles (2010), destaca algo bastante interessante, a autora apresenta os erros mais comuns existentes em uma sala de aula da Educação Infantil os quais afastam as crianças da leitura, sendo eles:

- a) **Ignorar as opiniões das crianças:** Ouvir as considerações da turma e estimular esse compartilhamento ajuda a criar o gosto pela leitura;
- b) **Impor uma interpretação:** Ao terminar o livro, o educador “resume” sua visão da história e não percebe que ninguém é obrigado a ter a mesma opinião;
- c) **Substituir o livro por figuras ou fantoches:** Variar o modelo de ler é desejável, mas não se pode esquecer que a hora de leitura precisa de um livro;
- d) **Ater-se aos clássicos:** As crianças adoram os contos de fadas, mas é essencial apresentar outros gêneros como a poesia. (MEIRELLES, 2010).

Sendo assim, entendemos que ler e escrever são atividades de comunicação que nos permite conhecer, explorar e compreender o meio. Silva e Farias (2000) relatam que desde cedo a criança é incluída num mundo de letras e símbolos e, logo são capazes de ler o que existe ao seu redor, como por exemplo, fazer a leitura de rótulos, dos seus nomes, cartazes de propagandas e outros diversos textos existentes no seu dia a dia.

Dessa forma, as mesmas autoras informam que o ato da leitura envolve informações visuais que estão diante dos olhos e informações não-visuais, sendo as informações relacionadas com os conhecimentos e as experiências das crianças. Por isso, afirmamos que as crianças são leitoras antes mesmo de adquirir a prática da leitura formal.

Salientar a importância dos pais na participação no processo de ensino aprendizagem da leitura e da escrita se faz necessário

neste trabalho. Marturano (1998), assegura que pais que leem formam crianças leitoras. Mas, esta ideia pode ser contraditória, visto que, nem todas as crianças que os pais são leitores, se tornam em crianças leitoras. No entanto, se no ambiente familiar a leitura for promovida e incentivada, haverá uma maior probabilidade da criança adquirir o hábito permanente da leitura.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL 1998, p. 140) afirma que:

Entende-se que a criança é capaz de ler na medida em que a leitura é compreendida como um conjunto de ações que transcendem a simples decodificação de letras e sílabas. Quando está escrito em determinado texto a partir de indícios fornecidos pelo contexto, diz-se que ela está lendo. (BRASIL 1998, p. 140).

A partir de então, podemos compreender que quando a criança ingressa na escola ela já ler, embora não saiba ler. Através desse conhecimento se faz necessário os professores de Educação Infantil promover atividades que possibilite a criança a explorar seu meio, o meio escrito e ilustrado. São essas ações que irão fazer com que a criança se aproprie da leitura com prazer.

Conclusões

Atualmente a Educação Infantil ganha seu espaço de importância no contexto escolar, surgindo outra história para sua identidade, não sendo mais direito conquistado pelas mulheres para trabalharem fora de casa, assim precisariam de um local para deixar seus filhos. Hoje Educação Infantil é um direito de toda criança, como garantia de um direito educacional. Para esse processo de mudança cultural e social, destacamos que a expansão da Educação Infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por um lado, a

sociedade está mais consciente da importância das experiências na primeira infância, o que motiva demandas por educação institucional para crianças de zero a seis anos (BRASIL, 1998, p.11).

Entretanto, sabemos que atualmente as instituições passam por muitos desafios para oferecer um ambiente educativo de qualidade, favorecendo o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor da criança, envolvendo atividades que tem como objetivo o educar, atendendo as necessidades das crianças, não se limitando apenas para a necessidade do cuidar.

Diante de todas as mudanças ocorridas no cenário da Educação Infantil, podemos afirmar que a formação de leitores se torna necessário nessa fase escolar, motivar as crianças a ler e escrever embora elas não saibam ler e escrever é um dos desafios na Educação Infantil.

Neste sentido, o professor da Educação Infantil tem um papel fundamental no processo de motivar as crianças a ler, sendo o mediador nas diversas práticas de leitura que circulam no ambiente escolar. O professor deve fazer com que a criança vivencie experiências com textos diversos e de diferentes gêneros, possibilita preparar as crianças para serem grandes leitores.

Espera-se que este artigo proporcione uma reflexão acerca da importância de motivar as crianças a ler a partir da Educação Infantil, isso sinaliza para a construção de um ambiente alfabetizador que amplie o conhecimento das crianças em todas as áreas do seu desenvolvimento.

Referências

BRASIL, Ministério da educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. **Referência curricular nacional para educação infantil**. V 3. Brasília: MEC/SEB,1998.

FRONCKOWIAK, Ângela. **O encontro de crianças e literatura na educação infantil**. Revista Pátio - educação infantil. Artmed editora, julho/setembro, 2010.

- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita**. São Paulo: Ática, 2010.
- LAJOLO, M. **Do Mundo da Leitura para a Leitura do Mundo**. São Paulo: Ática, 1999.
- MARTURANO, E. M. **Ambiente familiar e aprendizagem escolar**. In: C. A. Funayama. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.
- MEIRELLES, Elisa: **Literatura, muito prazer**. Revista Nova Escola. Ano XXV. N° 234. Agosto 2010 Editora Abril – São Paulo.
- POLAK, Ymiracy N. de Souza. DINIZ, José Alves. SANTANA José Rogério. **Dialogando sobre Metodologia Científica**. / Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- SILVA. Fátima Sampaio. FARIAS. Maria Cílvia Queiroz. Série Ensinando e Aprendendo. CEARÁ Vol 02. Fortaleza. SEDUC, 2000.

Capítulo 08

O processo de alfabetização e letramento na educação infantil: ação pedagógica e possibilidades de aprendizagem

*Maria Marilê Rodrigues*¹

Apresentação

Abordaremos nessa pesquisa as práticas desenvolvidas na educação infantil, voltados para a alfabetização e letramento, respaldados em recentes pesquisas, referenciais bibliográficos, e o que discorre alguns autores da área, sob o referido assunto.

A seleção do tema deu-se devido às constantes críticas feitas as práticas dos professores de educação infantil, de que os mesmos não ensinam e que as crianças passam a maior parte do tempo brincando, e isso tem provocado a migração dos alunos, para as “escolinhas particulares” cujos preços são bem acessíveis e oferecem qualidade superior ao ensino público. Sob esta visão, a rede municipal tem mostrado esforços para garantir melhoria na qualidade do ensino ofertado, porém o desafio ainda é gigantesco, a fragilidade da formação dos docentes, a falta de credibilidade dos pais no ensino público, recursos escassos e tantos outros

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc., Marile.relva@hotmail.com Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6027645361719322>.

problemas que assola o ensino público, deixa a educação infantil fragilizada.

A falta de compreensão da proposta de alfabetizar letrando é explicitada nas angústias, e nas práticas dos professores que tendem a cristalizar suas práticas só para o ciclo da alfabetização, deixando as crianças sem conexão com a realidade de mundo, sem que esta seja capaz de fazer qualquer contextualização com o que é ensinado na escola, e a realidade social do país, essas ações precisam ser exploradas desde a primeira infância. Para tanto a secretaria municipal de educação em parceria com os docentes, está reorganizando as propostas pedagógicas, a rotina didática e realizando acompanhamento sistematizado das atividades da educação infantil da rede. Sabe-se, portanto que essas intervenções se configuram como um dos primeiros passos para garantir, que nossas crianças concluam o ciclo de alfabetização letrada.

A busca por alternativas eficazes veio de encontro o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, que oferece formações continuadas, material estruturado, e acompanhamento didático pedagógico aos professores da educação infantil. Porém não é suficiente, já que o programa ainda não conseguiu amenizar as dificuldades de aprendizagem.

1. Educação infantil e os conceitos de alfabetização e letramento

A educação infantil considerada a primeira etapa da Educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança BRASIL, 1996 art 29. Foi a partir desses marcos legal que esta modalidade de ensino ganhou notoriedade no Brasil, o que antes era responsabilidade da família passou a ser compartilhada com o poder público. No Brasil as primeiras instituições surgiram da necessidade de amparar os filhos das mulheres que necessitavam trabalhar fora de casa, as desamparadas e as crianças órfãs.

Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p.13)

Muitas foram às manobras realizadas no país, para suprir a negligência dos governantes e atender as classes menos favorecidas. Com o surgimento da industrialização, e a inserção da mulher no mercado de trabalho, surgiu um movimento organizado por operárias e, dentro das solicitações dos manifestantes encontravam-se melhores condições de trabalho; e a criação de instituições de educação infantil e cuidados para seus filhos (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Dessa forma, a demanda nas instituições infantis aumentou se tornando um direito das mulheres trabalhadoras, tendo uma nova proposta educacional, e com objetivo de superar as carências de saúde, nutrição, cultural e cognitiva, sendo agora a pré-escola um instrumento de transformação social, possibilitando a democratização de oportunidades. (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

O atual cenário da educação tem proporcionado intensas cobranças das instituições, com o intuito de centrar suas ações ao processo de alfabetização e letramento das crianças. Assim, a junção dos dois conceitos tem sido desafiador, os professores ainda não conseguem compreender quais as reais funções destes e, que um complementa o outro, dessa forma o ensino tem se fragmentado. O vocábulo letramento foi introduzido nas nossas práticas recentemente, por volta de 1986, através da pesquisadora brasileira Mary Aizawa Kato. Realizar ações fazendo uso dos referidos conceitos sem possuir referencial bibliográfico é doloroso,

já que compreender os processos pelos quais se dá a aquisição da aprendizagem é função essencial dos docentes. (EDIPUCRS, 2012).

De acordo com Magda Soares podemos entender que:

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar e aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. [...] Já alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da 189 Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 186-203, 2014, escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam (SOARES, 2006, p. 18).

Dentro dessa perspectiva, o processo de alfabetização e letramento não se limita a decodificação dos signos, palavras e textos, a complexidade do tema abordado, nos remete ao modelo de alfabetização defendida por Paulo Freire, 1996 para o autor a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Devem-se levar em conta todas as formas de manifestações dos sujeitos, sejam de ordem emocional, cultural ou social, a oralidade que vem carregada de variações linguísticas, não pode ser ignorada, o conceito de falar certo ou errado deve ser aperfeiçoado a fim de que os alunos possam fazer uso das mais variadas formas de comunicação e possa desenvolver além da fala a leitura e a escrita.

O processo de alfabetização e letramento de uma criança pode ser considerado de alta complexidade, segundo VAL 2006, abrange a capacidade de o sujeito colocar-se como autor (sujeito) do próprio discurso, no que se refere não só à relação com o texto escrito, mas também à relação com o texto oral. Neste cenário temos condições de identificar em quais contextos se encontram as parcelas mais significativas de analfabetos, o fracasso escolar e os que não tiveram oportunidades de acesso a escolarização. Ao analisarmos os problemas contemporâneos da educação infantil, temos a nítida impressão de que no nosso tempo, essas

dificuldades não existiam que o processo de alfabetização das crianças era mais acessível e os alunos eram mais estimulados a aprender.

2. As práticas de alfabetização e letramento na educação infantil

A variação das práticas pedagógicas na educação infantil acontece de acordo com o nível de ensino, e a proposta pedagógica da escola. A formação docente muito tem contribuído para que essa prática tenha sucesso e/ou seja, um fracasso. Os docentes que possui referencial teórico sobre o processo de alfabetização e letramento, e consegue contextualizar em suas ações pedagógicas, comprometidos com a qualidade do ensino ofertado, obterás resultados positivos, do contrário passará anos defendendo paradigmas cristalizados e metodologias obsoletas.

Nos últimos anos, temos assistido a uma série de informações veiculada na mídia, de que o Brasil apresenta resultados abaixo da média nos indicadores de qualidade da educação, segundo os dados apresentados os estudantes brasileiros apresentaram proficiência inferior aos outros países nas habilidades de leitura. (BRASIL, 2006). Assim, a educação infantil está sendo pressionada a rever suas práticas e inserir em suas ações a alfabetização contextualizada ao letramento.

Até muito recentemente assumia-se, que a criança só poderia dar início ao seu processo de aprendizagem da leitura e da escrita em determinada idade e, por conseguinte, em determinado momento de sua educação institucionalizada: entre nós, no Brasil aos 06 anos, idade de ingresso no primeiro ano do ensino fundamental (SOARES, 2009)

Vale ressaltar que é comum observarmos salas de educação infantil caracterizadas de ambiente alfabetizador, com listas de nomes, informações, palavras, textos, imagens, outras totalmente

vazias, apagadas aparentemente sem nenhum vestígio de aprendizagem. Para Ferreiro 2016 p.101, não tem sentido deixar a criança á margem da linguagem escrita esperando que amadureça. As crianças possuem ritmos e jeitos diferentes de aprender, porém se estimuladas, inseridas em ambientes acolhedores, alfabetizadores, podem desenvolver habilidades de leitura e escrita ainda na educação infantil. O papel dos docentes para que essa prática se efetive é fundamental, planejar e refletir sobre sua prática, proporcionar as crianças situações lúdicas de aprendizagem, fazer uso de estratégias eficazes e manifestar afeto pela profissão, sem ignorar as mais variadas manifestações de linguagem que a criança traz consigo.

[...] ao professor cabe trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento. Este caráter polivalente demanda, por sua vez, uma formação bastante ampla do profissional que deve tornar-se, ele também, um aprendiz, refletindo constantemente sobre sua prática, debatendo com seus pares, dialogando com as famílias e a comunidade e buscando informações necessárias para o trabalho que desenvolve. São 3 instrumentos essenciais para a reflexão sobre a prática direta com as crianças a observação, o registro, o planejamento e a avaliação (RCNEI, 1998, p. 41)

Valorizar o pensamento das crianças pode ser o diferencial no processo de alfabetização e letramento, demanda do professor relações afetuosas, e um olhar aguçado das interações dos sujeitos. De acordo com Nóvoa, (1992), a formação deve oportunizar aos professores, meios para um pensamento autônomo e facilitar as dinâmicas de auto formação. Ainda há muito entrave na relação do professor com sua prática pedagógica, não se consegue perceber contribuições nas aprendizagens dos educandos a partir das formações continuadas.

3. As contribuições do PAIC no processo de alfabetização e letramento na educação infantil

Nos últimos anos os estados e municípios têm procurado solucionar os problemas da má qualidade da educação. Assim, o governo do estado do Ceará desde 2007, implantou o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, oferecendo apoio pedagógico e financeiro aos municípios cearenses, todavia acompanha e avalia o desempenho dos alunos a cada ano, através do Sistema Permanente de Avaliação do Estado do Ceará - SPAECE, com métodos classificatórios e estabelecendo ranking.

Essa prática tem feito os municípios reorganizarem as práticas pedagógicas da educação infantil, assumindo um caráter alfabetizador. É disponibilizado para os alunos, material estruturado contendo livros didáticos, caderno de atividades, livros paradidáticos da coleção prosa e poesia, fichas, alfabeto ilustrado, cartazes para ambientar a sala de acordo com os eixos abordados. Contempla ainda, formação continuada aos docentes, para discutir e aperfeiçoar a proposta didática do programa, com orientações acerca da aplicabilidade das atividades e o uso do material durante todo o ano letivo. A referida proposta conta com sugestões de rotina didática distribuídas em três etapas: tempo para gostar de ler, tempo de leitura e oralidade, e tempo de aquisição da escrita. Esses momentos estimulam a apropriação e o uso da leitura e da escrita (COSTA, 2014)

Dessa forma, o tempo para gostar de ler visa explorar o letramento e a formação de leitores através de atividades que explorem as rodas de leitura ampliando o universo literário, o tempo de leitura e oralidade estimula a aquisição da leitura e o desenvolvimento da fala, o tempo de aquisição da escrita é voltado para a apropriação da escrita e a produção textual, e é destinado à mediação do professor na aquisição da escrita. (CEARÁ/SIMONETE, 2012).

Essa nova forma de direcionamento do trabalho pedagógico na educação infantil, oportunizando ao professor autonomia para introduzir suas considerações pessoais, daquilo que deu certo, e o que precisa ser melhorado, tem mostrado resultados positivos para o processo de alfabetização e letramento.

4. Metodologia

O estudo se deu através de pesquisa de campo do tipo descritiva, de cunho qualitativo, realizada entre os meses de maio e julho, de 2016. Assim, foram realizadas visitas em uma instituição de educação infantil do município de Juazeiro do Norte - CE. Em um primeiro momento foi possível conhecer o espaço e conversar com a gestão da escola, e observar as práticas de sala de aula da escola. Ainda foi possível realizar leituras em autores como: DIOGO (2011), KATO (1986), SOUZA (2016), (WEISZ (2000), pesquisas em documentos oficiais, matrizes de referências, diretrizes e leis, fontes bibliográficas, livros, revistas e consulta em sites.

5. Resultados e discussões

O estudo foi realizado em uma escola pública de educação infantil, da rede municipal de ensino de Juazeiro do Norte - CE. Localizado em um bairro afastado do centro urbano, onde a maioria dos alunos é filho de pais assalariados. A escola conta com uma matrícula de 142 alunos com faixa etária de 01 á 05 anos de idade, distribuídos nos dois turnos, foi escolhido como lócus da pesquisa às duas salas do infantil V, totalizando 49 alunos. A professora regente atua nas duas turmas, (manhã e tarde), possui graduação em pedagogia e pós em psicopedagogia.com mais de quinze anos de docência.

Observa-se que as crianças possuem elevados níveis de aprendizagens, sendo que em conversa com a professora a mesma

relata que não segue totalmente a proposta do PAIC, assim, ela utiliza outras metodologias baseada na pedagogia de projetos contextualizando com o programa. A música está bem presente nas atividades propostas, os tempos pedagógicos são obedecidos, a sala foi transformada em um ambiente alfabetizador, sendo que em todos os espaços se encontra recursos didáticos que são utilizados nas aulas, exposição de cartazes, textos, gravuras, alfabetos, fichas nominais, há ainda um vasto material bloco lógico, jogos pedagógicos, alfabeto móvel, quebra cabeças, organizado na estante da sala, acessível aos alunos. Segundo a professora regente:

“A pedagogia de projeto aproxima a criança do mundo letrado, eles gostam dos momentos de brincadeiras e interações, mas as atividades de leitura e escrita devem ser introduzidas no universo da criança, dessa forma ela será capaz de se alfabetizar no tempo adequado Professora Regente”

É fácil perceber na fala da professora a preocupação dela em relação ao processo de aquisição da leitura e escrita, sem violar as etapas do desenvolvimento infantil e respeitando os momentos do brincar, momento este considerado como parte integrante do processo de aprendizagem.

“Há sempre um momento destinado para as brincadeiras seja elas livres e/ou dirigidas, nessa hora acontece às interações e os conflitos que precisam ser resolvidos de imediato, para que as crianças não percam o prazer pela brincadeira professora Regente “

A aula começa pela acolhida, em seguida é realizada o que a professora chama de rodinha de conversa, para expor à oralidade das crianças, na aula expositiva a professora utiliza uma série de recursos visuais exposto no quadro e no chão da sala, solicita a participação das crianças que por sua vez estão organizadas em círculos. No momento da atividade escrita do livro, a professora

organiza em equipe, fazendo agrupamento por nível de aprendizagem, para que uns possam ajudar o outro. Nas resoluções das atividades a professora circulava na sala acompanhando o trabalho das equipes, e fazendo as intervenções necessárias.

Conclusões

Nas análises dos resultados dessa pesquisa, pode - se constatar que a educação infantil do município de Juazeiro do Norte - CE, vem organizado suas ações a fim de que todas as crianças tenham oportunidade de aprendizagem, e conseqüentemente efetive seu processo de alfabetização de forma plena, integral.

O município apresentou dificuldades de níveis de aprendizagem nos últimos resultados das avaliações externas. Isso tem deixado toda a rede em sinal de alerta, focando suas atenções para a educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental, como forma de trabalho preventivo. Dentro dessa perspectiva observou que a otimização do tempo pedagógico, a rotina didática, sofreu alterações nos últimos tempos, as pressões sobre os docentes têm se intensificado no intuito de que os resultados apareçam e que as crianças possam ser alfabetizadas dentro do tempo estipulado pelo PAIC, de idade certa até os oito anos.

Assim, o foco da pesquisa se conduziu em mostrar como o trabalho desenvolvido na educação infantil por docentes de excelência, pode gerar aprendizagem, e introduzir as crianças ainda nessa fase no mundo letrado, porém percebe-se que ainda há nos professores dificuldades de compreender, distinguir e realizar atividades contextualizando os dois conceitos, a prática mais utilizada/explorada é as de alfabetização, sem o letramento o processo se caracteriza como fragmentado, e as crianças se tornam meras decodificadoras de textos, sem nenhuma associação entre o que ler e realidade social.

Faz-se necessário, melhorar a qualidade das formações continuada dos profissionais em exercício, que os gestores escolares em parceria com a Secretaria de Educação possam acompanhar e avaliar que contribuição essas formações estão oferecendo às aprendizagens dos alunos. Todos os professores da rede recebem a mesma formação, porém, os resultados aparecem em ações isoladas, sendo notável a emergente necessidade de uma intervenção. Em razão disso, refletimos sobre os diferentes papéis assumidos pela a educação infantil no seu contexto histórico e a importância de se investir na educação de bases.

Referências

ARROYO, M. **O significado da Infância**. Seminário Nacional de Educação Infantil. Anais. Brasília, MEC/SEF/COEDI, 1994, p. 88-92.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, **Práticas de leitura e escrita** / Maria Angélica Freire de Carvalho, Rosa Helena Mendonça (orgs.). – Brasília: Ministério da Educação, 2006. 180 p. ; 28 cm.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. 203 Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 186-203, 2014.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Proposta didática para alfabetizar letrando** por Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade. 4. ed. rev. amp. – Fortaleza: Seduc, 2012. 246p. il. ISBN 978-85-62362-15-6 1. Apoio do professor. 2. Livro didático. I. Título. CDU: 37.22(813.1)

COSTA, Francisca Mônica Silva da. **Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC)** : concepções sobre alfabetização de professoras do 1º ano do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza / Francisca Mônica Silva da Costa. – 2014. 135 f.: il., enc.; 30 cm.

DIOGO, E. M. e GORETTE, M. S. **Letramento e Alfabetização**: Uma prática pedagógica de qualidade. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba: PUC do Paraná, 7 a 10 de novembro, 2011.

EDIPUCRS, 2012. **Estudos sobre leitura**: psicolinguística e interfaces [recurso eletrônico] / Vera Wannmacher Pereira, Ronei Guaresi (Organizadores). – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012. 206 p.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. In _____ Col. Polêmicas do Nosso tempo, Editora Cortez, São Paulo, 1996.

FERREIRA, C. R. (org.) et al. **Os fazeres na educação infantil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre a Alfabetização** /Emília Ferreiro. Editora Cortez, 25ª Edição, 2016.

KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professor e profissão docente**. In NÓVOA, Antônio (org) Os professores e a sua a formação. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992.

MELO, E. C. **Atividades de Letramento em salas de educação infantil**. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10sso7_04.pdf acesso em 02 Jul/2016.

PASCHOAL e MACHADO, **A História da Educação Infantil no Brasil**: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional Jaqueline Delgado Paschoal e Maria Cristina Gomes Machado, UEM, Revista HISTEDBR Campinas, n.33, p.78-95, mar.2009 - ISSN: 1676-2584 http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/arto5_33.pdf acesso em 12/jul/2016

SOARES, Magda. **Oralidade, alfabetização e letramento**. Revista pálio Educação Infantil VII Nº 20 Jul/Out, 2009. disponível em

<http://falandospequenos.blogspot.com.br/2010/04/alfabetizacao-e-letramento-na-educacao.html> acesso em 12/Jul/2016

_____, Mágda Soares **Letramento**: Um tema em três gêneros. 2ª Ed. Belo Horizonte, autêntica, 2006.

SOUZA, S. M. P. M e CARDOSO, C. J. **Práticas de alfabetização e letramento**: o fazer pedagógico de uma alfabetizadora bem-sucedida. SME Várzea – UFTM/Rondonópolis. Disponível em: <http://pacto.portalceel.com.br/.../38-sugestoes-de-leitura-educacao-do-campo> acesso em 01/Jul/2016.

TEBEROSKY, A. e COLOMER, T. **Aprender a ler e escrever**: uma proposta construtivista. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VAL, Maria da Graça Costa. **Alfabetização e letramento**. In CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (Orgs). Práticas de leitura e escrita. Brasília: MEC, 2006.

WEISZ, Telma; SANCHES, A. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

Capítulo 09

Educação infantil: desafios da alfabetização e letramento

Tereza Maria de Oliveira Ferrreira¹

Antonio Gilvam Freitas Pedrosa²

Introdução

A educação infantil é tida como a primeira fase da educação básica, conforme o artigo 21, da Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Tendo como objetivo cuidar e educar crianças de zero a cinco anos. Nesse contexto, o Referencial Curricular da Educação Infantil estabelece o seu currículo em linhas temáticas com a finalidade de contemplar o desenvolvimento absoluto da criança, nos aspectos cognitivos, sociais, afetivos, motores, dentre outros.

Neste trabalho abordaremos o âmbito das práticas da leitura e da linguagem escrita que representa um marco na história do desenvolvimento social e cultural do ser humano. Essa cognição acontece, gradativamente, a partir do momento em que as crianças entram em contato com os sinais gráficos, ao iniciar seu procedimento de escolarização. Nesse contexto, esse

¹ Possui Pedagogia - UECE, Pós-Graduação - Administração Escolar - Vale do Acaraú e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: thereza-professora@hotmail.com

² Possui Letras - UFC. Pós-Graduando em Gestão de Trânsito e Transporte Urbano - UFC e Mestrando em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: pedrogilvam@hotmail.com

desenvolvimento se dá através do intermédio da dinamicidade do professor e equipe. Nesse sentido, justifica-se esse estudo para entender o processo da alfabetização e letramento na educação infantil.

Perante essa temática em discussão, buscar-se-á investigar esse trabalho científico com abordagem nas seguintes questões:

1. Compreender as afinidades das teorias e aplicabilidade na prática, percebendo o valor do professor.
2. Identificar o compromisso com o sucesso do ser, e a preocupação em estabelecer métodos que propiciem, cada vez mais cedo, o conhecimento do letramento e alfabetização.
3. Investigar como por que alfabetizar e letrar a partir da educação infantil?

A pesquisa é da modalidade revisão literária, com uma abordagem qualitativa, realizada através de levantamentos bibliográficos e dos principais artigos científicos publicados sobre a temática, além desses, foram utilizados livros, dissertações, teses e o consenso para a estruturação conceitual e referencial teórico do trabalho.

Nessa perspectiva, o presente artigo foi dividido em três tópicos, onde busca responder seus objetivos: iniciaremos, abordaremos os fundamentos teóricos com a definição dos conceitos de alfabetização e letramento na educação infantil; no segundo, apontaremos as estratégias do alfabetizar e letramento com crianças da educação infantil; e, por fim, apresentaremos resultados de trabalhos já publicados por outros autores, o desenvolvimento em suas práticas em sala de aula, bem como as propostas de alfabetização e letramento na educação infantil.

1. Alfabetizar e letrar pontos conceituais na educação infantil

A denominação letramento, surgiu no Brasil, por volta de 1986, apresentada pelos estudos da pesquisadora Mary Kato, a partir de então, instigou a discussão entre pesquisadores e profissionais da área de Educação Infantil.

Magda Soares (2006), define tanto letramento, quanto, alfabetizado:

Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar e aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. [...] Já alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam (SOARES, 2006, p. 18).

Nesse viés, com o intuito de superar o analfabetismo aparecem múltiplas práticas de uso da língua escrita. Visto que, são expressivos os apelos que o mundo letrado desempenha sobre as pessoas que já não lhes satisfaz a habilidade de delinear letras ou decifrar o código da leitura. Adotando o mesmo caminho dos países desenvolvidos, no final do século XX cominou quase todos os povos a reivindicação da língua escrita, não mais como finalidade de conhecimento necessário, mas como categoria apropriada para a supervivência e a conquista da cidadania. Nesse sentido, as grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas surgiram o termo “letramento”, ampliando o sentido do que se conhecia por alfabetização (Soares, 2003).

Nessa perspectiva, os conceitos de alfabetização e letramento advertem duas extensões da aprendizagem escrita. De um lado, as habilidades de ler e escrever, enquanto de outro, a assimilação essencial da língua escrita.

Logo, a alfabetização, é conceituada como um processo que permeia o exercício inicial da leitura e escrita. Dessa forma, alfabetizado é aquele indivíduo que desenvolve habilidades básicas para executar a leitura e a escrita. Val (2006), conceitua a alfabetização,

[...] como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitem ao aluno ler e escrever com autonomia. Noutras palavras, alfabetização diz respeito à compreensão e ao domínio do chamado “código” escrito, que se organiza em torno de relações entre a pauta sonora da fala e as letras (e outras convenções) usadas para representá-la, a pauta, na escrita. (VAL, 2006, p. 19).

Refletindo sobre o que pontua a autora, alfabetizado é aquele indivíduo que se adequou da aptidão de ler, escrever e compreender textos; e letrado, trata-se daquele que além dessa habilidade, consegue usá-la em condições legítimas do seu cotidiano.

De acordo com Paulo Freire o termo alfabetização tem um sentido aproximado de letramento:

Aprender a ler, a escrever, alfabetiza-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (Paulo Freire, 1987, p. 08).

Nesse contexto, a metodologia de alfabetizar letrando, leva em conta os costumes sociais e os desempenhos da escrita na sociedade, as influências do indivíduo com o outro e com o objeto do conhecimento, ressalta as afinidades sociais nos quais o conhecimento é determinado, vivenciado e apropriado pelo aluno.

Ressaltando que no dia a dia, nos deparamos com a leitura de embalagens, rótulos, bilhetes, revistas, jornais, outdoors, enviamos e recebemos e-mails, mensagens, dentre outras. Daí

dizer então, que os atos do homem, seguidos pela leitura e a escrita. Dessa forma, a leitura não é e nem deve ser compreendida, apenas como ação de decodificação de símbolos gráficos. Ler é um procedimento, em que incide a influência mútua do leitor com o texto, é onde leitor consegue interpretar os conteúdos que o texto apresenta (SOLÉ, 1997). Esse exercício:

[...] implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos - para informar ou informar-se, para interagir com os outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à memória, para catarse...: habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcaram o texto ou de lançar mão desses protocolos, ao escrever: atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos, o interlocutor [...]. (SOARES, 2001, p.92).

Inserido nesse contexto, ler é compreender as mensagens perceptíveis e implícitas da leitura para explicar a informação. Com isso, escrever não é a imagem de um registro do pensamento. Escrever demanda, determina que o indivíduo pense sobre o teor, reorganize as ideias e questione à melhor forma de divulgar suas finalidades, supervisionando as mutáveis que forem ao seu alcance num intento de que o texto escrito, reflita o mais conexo possível do texto que se lê.

2. As estratégias de alfabetização e letramento dos professores de educação infantil

Degobi e Frago (2014) produziram um trabalho de campo, daí selecionamos dois professores da educação infantil da pesquisa das referidas autoras. Para preservar a identidade de cada uma,

utilizaremos o código P1 e P2. As perguntas norteadoras são: “Quais as práticas de letramento que você utiliza? Explique como você as desenvolvem? ”. Seguem as seguintes respostas: P1 “Procuro oferecer aos pequenos, rótulos, revisas, livros diversificados, parlendas, etc. Para que possam manuseá-los e assim ir vivenciando o mundo das letras”.

As pesquisadoras observaram que o trabalho de letramento com as crianças é realizado por meio de contato com livros, revistas, rótulos, porém, é um trabalho que precisa e pode ser enriquecido, com mais instrumentos, como a ida à biblioteca, leitura de notícias, o faz de conta e a linguagem oral para a comunicação com diferentes pessoas, o professor precisa colocar a criança com as mais diferentes práticas de letramento.

Segundo Vygotsky (1991, p.126) é “[...] no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não dos incentivos fornecidos pelos objetos externos”.

Já numa outra situação a professora P2: usa, “As atividades de letramento que eu utilizo são fazer com que o aluno responda as respostas entendendo o sentido do texto. Eu conto uma história e depois eles respondem assinalando ou completando as respostas corretas”.

As autoras perceberam através da pesquisa que a resposta da professora contradiz o que ela realiza com as crianças no cotidiano da sala de aula. Parafraseando Soares (1998), sobre o letramento, o sujeito letrado é aquele que possui capacidade de utilizar a leitura e a escrita em situações práticas do cotidiano.

No processo de cognição da alfabetização e letramento é preciso priorizar a formação e capacitação dos professores, tendo em vista, aplicar estratégias de maneira dinâmica para desenvolver o aprendizado do educando, essas estratégias constituem a base fundamental para continuar a inserção do aluno na aprendizagem institucional aliado a sociabilidade.

Contemplando o contexto, a aprendizagem da escrita está catalogada ao desenvolvimento individual interiorizado na história de cada um, estreado pela criança “muito antes da primeira vez em que o professor coloca um lápis em sua mão e lhe mostra como formar letras” (VYGOTSKY, 2006).

As pesquisas desenvolvidas pelas argentinas Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2008), evidenciam que a aprendizagem é consequência de um procedimento de reconstrução cognitiva da influência mútua do sujeito com a escrita, enquanto conhecimento culturalmente contextualizado.

Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitos caminhos. Que, além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõem problemas e trata de solucioná-los, seguindo sua própria metodologia [...] insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu. (FERREIRO E TEBEROSKY, 2008)

Ferreiro e Teberosky (2008), na verificação de como a criança aprender a ler e escrever constatou que a cognição da lecto-escrita é uma cognição de caráter conceitual, não se reduz ao ambiente escolar, mas é construída, no decorrer de vários anos.

Do mesmo modo, em que os seres humanos construíram os formatos de aspecto da escrita durante vários longos anos, o sujeito ao prolixo de sua história individual, chega à escrita numa técnica evolutiva idêntica. Cada aluno tem suas peculiaridades e personalidades, bem como apresenta novos desafios e novos questionamentos para o educador.

Conclusões

No atual contexto educacional, são diversos os desafios a serem encarados, no qual vários alunos passam pela escola sem ter qualidades essenciais de se virarem leitores e elaboradores de texto adequados. Desse modo, transcorre a precisão de haver um diálogo continuado entre professores, pesquisadores e formadores de professores, na procura de opções pedagógicas que permitam transformar esse quadro que necessita de práticas dinâmicas e estruturas físicas adequadas.

Ressaltamos, então, a importância da formação continuada como ambiente excepcional desse diálogo, em que o estudo das especificidades e articulação das metodologias de alfabetização e letramento seja aprofundada.

A alfabetização, na perspectiva do letramento, é uma realidade que precisa adotar didáticas e metodologias a serem utilizadas ou defendidas por professores, pesquisadores ou autores da temática de alfabetização. Compete às escolas e aos professores alfabetizadores, conscientizar-se do entendimento sobre alfabetização/letramento a ser adotado, para que se torne mais dinâmicos os procedimentos metodológicos a ser utilizados.

Dessa forma, compreendemos que, para alfabetizar letrando, o professor precisa aplicar modos, através de práticas pedagógicas que possa ser administrada possibilitando a formação de um sujeito que desempenhe a escrita nas distintas situações sociais, das quais são impetradas. Sendo assim, a forma como o docente rege o seu trabalho é decisivo para que a criança estabeleça o conhecimento sobre o objeto escrito e contraia habilidades que admitirão o uso eficaz do ler e do escrever.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

DEGOBI, Tamirys Fernanda. FARAGO, Alessandra Corrêa. **O trabalho de alfabetização e letramento dos professores de educação infantil do município de Viradouro.** In: Cadernos de Educação, Ensino e Sociedade. Bebedouro-SP, 1(1): 186- 203, 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074348.pdf>. Acesso em: 16/03/2017.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana: **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Editora Artimed, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1987.

KATO, M. No **mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística.** São Paulo: Ática, 1986.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** 26^a Reunião Anual da ANPED – GT Alfabetização, Leitura e Escrita. Poços de Caldas, 7 de outubro de 2003.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Letramento: Um tema em três gêneros.** 2^a Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

_____. **Letramento e escolarização,** In: RIBEIRO, V. M. (Org.). Letramento no Brasil, Reflexões a partir do INAF 2001, São Paulo: Global, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VAL, Maria da Graça Costa. **O que é ser alfabetizado e letrado?** 2004. In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (org.). Práticas de Leitura e Escrita. 1. Ed. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

Capítulo 10

O brincar na educação infantil

Valcinezia Mariano Rocha¹

Introdução

A presente pesquisa visa à faixa etária de três a quatro anos, tendo como finalidade explorar o brincar na educação infantil como fator essencial para o desenvolvimento de requisitos necessários a formação integral do indivíduo, expondo como as brincadeiras e jogos constroem valores e auxiliam no desenvolvimento moral, pessoal, social, motor e cognitivo.

Entrando em contato com brincadeiras diferenciadas a criança será oportunizada a passar pelas etapas do desenvolvimento de suas potencialidades, proporcionando melhorias nas aptidões físicas e mentais, estimulando sua imaginação, auto expressão, levando-as a estabelecer relações e buscar soluções para conflitos sociais e pessoais.

A brincadeira é uma atividade inerente ao ser humano e essencial na infância por estar presente em tudo que a criança faz. Desde o nascimento o bebê estabelece uma relação lúdica com tudo que o cerca. Os pais estimulam seus sentidos quando brincam com ele, e com o passar dos meses, a criança aprende a brincar com as mãos, pés e se interessar por objetos diversos que atraem sua

¹ Graduada em Letras pela FACHUSC; Pós-graduada em Ensino da Língua Portuguesa pela UPE; Pós-graduada em Gestão Escolar pela UPE e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

atenção. Com o crescimento, suas habilidades são ampliadas e ela começa a brincar sozinha progredindo para brincadeiras em grupos.

A ação lúdica desempenha uma função socializadora, integrando a criança ao contexto da sociedade em que está inserida, pois através das experiências e contato direto com o mundo e suas modificações, que o conhecimento é adquirido e aperfeiçoado, Macedo (2005, p. 16) cita que “Valorizar o lúdico nos processos de aprendizagem significa, entre outras coisas, considerá-lo na perspectiva das crianças. Para elas, apenas o que é lúdico faz sentido”

Nesse contexto essa pesquisa vem ao encontro de desvendar como o ato lúdico não deve ser visto apenas como uma recreação, mas sim uma condição essencial para potencializar o desenvolvimento infantil.

1. Fundamentação teórica

A ludicidade encontra-se presente em todas as faixas etárias, sendo no Brasil reconhecido pela Lei Nº 8.069/1990 em seu Capítulo II, Artigo 16º, inciso IV o direito concedido às crianças de brincar, praticar esportes e divertir-se. Atualmente, após diversos estudos e pesquisas sobre o assunto, a sociedade começa a reconhecer os valores que as brincadeiras trazem, no entanto muitos ainda consideram desnecessário o espaço dedicado ao lúdico nas instituições de ensino.

A criança na idade de três a quatro anos tende a usar muito a imaginação devido ao simbolismo do seu pensamento, começando a se expressar por desenhos, falas, imitações de pessoas, personagens infantis, e automaticamente, usando o faz-de-conta para alcançar seus anseios.

Através da criação do seu próprio mundo ela faz vínculo com o mundo real e os acontecimentos que estruturam sua vivência,

sentimentos, pensamentos, explorando suas experiências para agir e desenvolver sua autonomia. (ANTUNES, 2004, p. 32).

Nessa faixa etária ela está em construção de sua identidade e reconhecimento do próprio corpo, portanto não somente as capacidades cognitivas devem ser exploradas, mas também devem ser estimuladas as capacidades motoras, reforçando o uso de brincadeiras e jogos que objetivam a exploração do movimento, destreza no espaço, e confiança em sua motricidade (BRASIL, 1998).

Reiterando a análise de que a brincadeira é uma ação voluntária e consciente, sendo uma forma de atividade social infantil na qual a criança tem a possibilidade de experimentar novas situações, socializar e administrar sua relação com o outro, decidir, imaginar, inventar, aprimorar seus conhecimentos e valores culturais, obedecendo ao ritmo individual e sem precisão nas características que serão adquiridas através de uma determinada brincadeira.

Aquele que brinca pode sempre evitar aquilo que não gosta. Se a liberdade caracteriza as aprendizagens efetuadas na brincadeira, ela produz também a incertitude quanto aos resultados. De onde a impossibilidade de assentar de forma precisa às aprendizagens na brincadeira. Este é o paradoxo da brincadeira, espaço de aprendizagem fabuloso e incerto. (WAJSKOP, 2007, p. 31).

A criança nessa faixa etária encontra-se na primeira infância e sua fase de desenvolvimento é a pré-operatória. Piaget (2001) cita que ela está saindo da fase de conhecimento prático em que há necessidade do concreto para sua compreensão, para a simbólica, na qual se usa símbolos para representar mentalmente objetos e situações não presentes. É uma idade marcada por algumas limitações que implicam na formação de sua inteligência cognitiva.

Ao observar uma criança na idade de três a quatro anos brincando de faz-de-conta percebe-se uma representação complexa diante ao significado atribuído por ela ao objeto e a função real do

mesmo. Esse tipo de atividade lúdica recebe várias denominações como jogo simbólico, imaginativo, de papéis, sócio dramático, representativo, entre outros, contudo vale dar ênfase aos atos mais importantes da brincadeira que são a simulação, imaginação e criatividade.

Durante essa faixa etária a criança desenvolve a capacidade de alterar o significado de objetos, expressar sonhos, assumir e representar papéis presentes no contexto em que está inserida, tornando evidente a presença da situação imaginária, e a simulação de situações vivenciadas dentro de um contexto social.

Essas vivências são responsáveis pelo repertório amplo de experiências adquiridas, assimiladas e internalizadas que posteriormente através do jogo de faz de conta são encenadas pelas crianças.

Segundo Piaget (apud KISHIMOTO, 2000, p. 59):

Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribuiu, ou melhor, um mesmo objeto representa vários outros, sua função varia de acordo com a necessidade.

Nessa faixa etária a criança introduz no jogo simbólico suas ações imitativas, como o fato de simular que é um piloto de avião quando brinca em um balanço. Isso acontece devido ao intenso grau de fantasia que permite a ela sentir que realmente faz parte daquele personagem que está representando. Esse jogo de fantasias oportuniza a interpretação de situações e experiências vivenciadas no passado.

A representação constitui-se em dar forma às experiências humanas que são significativas, tornando permanentes as lembranças de circunstâncias marcantes e criando um arranjo de ideias, pensamentos e sentimentos que poderão ser transmitidos por intermédio das linguagens expressivas.

Por consequência a criança adquire um aperfeiçoamento da linguagem verbal socializada, o que permite a interiorização dessas experiências e possibilita às crianças imaginar, compreender e tomar consciência do meio físico e social que a cerca.

Segundo o pensamento de Vygotsky (2007) a definição do brincar depende da situação imaginária da criança e seus aspectos diferem de acordo com a idade e maturação, devendo levar em consideração as regras que o ato comporta, sendo elas mais implícitas quando a situação imaginária está em ênfase e mais explícita quando jogo de papéis já não é foco principal nas brincadeiras.

Em sua análise, simbolizar objetos é uma condição anterior ao uso do jogo de papéis, pois a partir do momento em que a criança é capaz de conferir a um objeto um novo significado ela executa através de um mundo ilusório a realização de desejos não possíveis naquele momento, e como o indivíduo nessa idade não possui a capacidade de esperar ele reproduz a situação fazendo uma transição entre a ação e o pensamento.

[...] para Vygotsky, o brincar tem sua origem na situação imaginária criada pela criança, em que desejos irrealizáveis podem ser realizados, com função de reduzir a tensão e, ao mesmo tempo, para constituir uma maneira de acomodação a conflitos e frustrações da vida real; para Piaget, o brincar representa uma fase no desenvolvimento da inteligência, marcada pelo domínio da assimilação sobre a acomodação, tendo como função consolidar a experiência passada (DIAS apud KISHIMOTO, 2000, p. 64).

Contudo, vale salientar que as brincadeiras, jogos e qualquer outro tipo de atividade lúdica, exige uma interação entre sua ação, o objeto ou brinquedo usado e a realidade expressada, devendo esse elo ser valorizado em conjunto, pois sua fragmentação impossibilita resultados qualitativos.

O jogar ou brincar é compreendido de acordo com suas características implícitas e explícitas, sendo a diferenciação entre essas ações expressadas por meio da linguagem e interpretação atribuída por cada pessoa. Esse meio de compreensão individual é ocasionado conforme o contexto social, valores e modo de vida de cada sujeito envolvido direta ou indiretamente com a atividade.

Ainda que o significado para as brincadeiras seja o mesmo, suas especificidades são únicas, pois em algumas o ápice maior está na situação imaginária adquirida e outras variam em conformidade com regras, satisfação em manipular objetos, habilidade manual para executar uma situação mental, bem como habilidades cognitivas e sociais.

Durante a infância a predisposição da aprendizagem em todos os aspectos e a absorção de valores está em ênfase. Baseando-se na ideia de Piaget (2001), a primeira infância, de dois a sete anos, é o alicerce para a aprendizagem humana, pois a mesma serve como apoio na aquisição de conhecimentos futuros e formação da personalidade e condutas.

Quando esse período está envolto a uma estruturação que propicie um crescimento cognitivo, desenvolvimento da linguagem e das habilidades motoras, sócio emocionais, afetivas e adaptativas, será proporcionado à criança uma propagação de seu potencial intelectual e por consequência sua vida escolar será bem-sucedida, resultando na formação de cidadãos críticos, reflexivos e aptos para se adequar às inúmeras e constantes transformações sociais.

No decorrer desse processo de aquisição das capacidades, a educação infantil tem um papel primordial na formação desses indivíduos, pois as creches e instituições equivalentes funcionam como uma extensão do aprendizado conquistado através da experiência social e interações interpessoais. Portanto, o pensamento petrificado que a sociedade tinha de que o ambiente escolar para ser eficaz deveria ser pedagógico está aos poucos mudando, e a ludicidade didatizada está tomando uma nova

proporção que amplia a visão do lúdico como elemento essencial na conquista do conhecimento.

No ensino, o reconhecimento da importância das brincadeiras em todas as etapas da educação está em ênfase, porém permanece oscilando com relação a sua valorização por parte da sociedade em geral. Contudo, as instituições possuem um papel imprescindível para evitar essa oscilação. Através da comunicação, troca de saberes, experiências e informações entre equipe escolar, família e comunidade, é possível estimular a assimilação por parte de toda a comunidade sobre o valor que as atividades lúdicas possuem como recurso pedagógico.

Nesta perspectiva, a brincadeira encontraria um papel educativo importante na escolaridade das crianças que vão se desenvolvendo e conhecendo o mundo nesta instituição, que se constrói a partir dos intercâmbios sociais que nela vão surgindo: a partir das diferentes histórias de vida das crianças, dos pais e dos professores que compõem o corpo de usuários da instituição e que nela interagem cotidianamente (WAJSKOP, 2007, p. 26).

Atualmente as brincadeiras são consideradas como prioridade para a criança nas instituições de ensino, seu espaço está sendo ampliado a cada dia e a maioria dos educadores preocupa-se em proporcionar um ambiente acolhedor e planejado. “Nesse sentido, brincar deve se constituir em atividade permanente e sua constância dependerão dos interesses que as crianças apresentam nas diferentes faixas etárias” (BRASIL, 1998, p. 50).

No ambiente escolar os jogos precisam ser estimulados e seu tempo de aplicação projetado com intuito de desafiar, oportunizar a expressividade, autonomia, imaginação, e demais aspectos desenvolvidos com o mesmo.

Na educação infantil o professor precisa conhecer seus alunos e o grau de dificuldade da sala de aula antes de dispor uma brincadeira, afinal, somente através dessa verificação inicial será

possível analisar se o jogo a ser aplicado está coerente com a cultura da criança e se essa atividade causa interesse e motivação. Por meio dessas observações o mediador buscará envolver os educandos para alcançar os objetivos almejados com a aula.

Devido a essas modificações surgiram diferentes modelos educacionais, e a educação antes do nível fundamental evoluiu da conhecida educação pré-escolar ¹, especificada por ser o atendimento a criança que estava fora do ambiente familiar mais ainda não apresentava a faixa etária adequada para frequentar à escola, para a educação infantil, nível de ensino que faz parte da educação básica. Essas mudanças propiciaram a compreensão de que as creches, pré-escolas e instituições equivalentes possuem um caráter educativo e não assistencialista. Como diz a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, p.25, 26).

É indispensável compreender que para chegar a essa concepção de que a infância deve ser compreendida como princípio primordial à educação voltada à cidadania, as revoluções foram lentas e dificultosas, pois almejava a valorização dessa etapa como artifício de aprendizagem, na qual ao mesmo tempo em que a criança modifica seu meio ela também é alterada por ele, e no ensino infantil há uma amplitude nas oportunidades desafiadoras que propiciam o desenvolvimento de requisitos necessários à formação global da criança.

Tanto no Brasil como em outros países, a história dos sistemas pedagógicos pré-escolares revela o aparecimento da infância enquanto categoria social diferenciado do adulto em função de sua brincadeira ou daquilo que Chamboredon (1986) denominou —ofício de crianças¹ (WAJSKOP, 2007, p.22).

Dentre tantas mudanças, a essencialidade do lúdico no qual o prazer pelo brincar proporciona um aprendizado simultâneo ao ato, tornou-se objeto de estudo e pesquisa. A inserção de brinquedos no ensino existe desde antigamente, sendo Platão e Aristóteles alguns dos pioneiros no uso dessa metodologia. Reiterando a ideia de Kishimoto (2000), Platão acreditava que aprender brincando era adequado por ser ato oposto à opressão e violência. Já Aristóteles visualizava esse método como forma de preparo a vida futura.

Outros pensadores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori estabeleceram base de ensino focado na criança. Oliveira (2008) descreve como acontecia a educação por parte desses pensadores, relatando que Comênio (1592-1670) educava crianças menores de seis anos com um plano de escola maternal, nas quais percepções sensoriais provinda de experiências seriam internalizadas e posteriormente interpretadas pela razão. Para atingir seu objetivo usava materiais audiovisuais e defendia bons recursos materiais, organização de tempo e espaço, e exploração do brincar como educação pelos sentidos, sempre agindo de acordo com cada faixa etária.

A proposta educacional de Rousseau (1712-1778) afirmava que a infância não era somente um acesso a vida adulta, mas que deveria ser valorizada em si, por meio de uma autoeducação, voltada a liberdade, curiosidade, experiência, emoção, obedecendo ao ritmo natural e ao livre exercício das capacidades infantis. Pestalozzi (1746-1827) propunha um ensino por meio da afetividade, sentidos, intuição, treinando vontades e atitudes morais, ou seja, agindo contra o excesso de intelectualismo presente na educação tradicional. Concomitante ao pensamento e propostas educacionais que surgiram nesse período, houve também uma valorização do brinquedo e brincadeiras infantis como objeto sensorial almejando ao aprendizado.

Com base na ideia de Pestalozzi, Froebel (1782-1852) também apresentava uma proposta educacional por meio da intuição, espontaneidade infantil com atividades de jogo e cooperação para alcançar a origem da atividade mental. As teorias desses autores foram apropriadas e defendidas como modelos pedagógicos, e no decorrer do século XX demais estudiosos aprofundaram-se contribuindo para o fim da escola tradicionalista. Entre esses estudiosos destaca-se Drecoly (1871-1932), médico, que propunha atividades didáticas voltadas ao intelecto, no qual a criança deveria explorar objetos de forma concreta e em seu todo, colocando como eixos principais a observação, associação e expressão.

Montessori (1879-1952), médica psiquiátrica, tinha uma proposta contrária a de Rousseau não aceitando a autoeducação como desenvolvimento infantil. Sua pedagogia era voltada ao objeto que permitia a brincadeira e não ao ato de brincar, elaborando materiais adequados a exploração sensorial e compreendendo o mediador como preparador do ambiente e observador das atividades infantis. À frente de tantas propostas e práticas pedagógicas, Freinet (1896-1966) renovou defendendo uma educação que fosse além da sala de aula, integrando as experiências vivenciadas no meio social e oferecendo atividades cooperativas. Oliveira (2008, p.77) cita “A seu ver, as atividades manuais e intelectuais permitem a formação de uma disciplina pessoal e a criação do trabalho-jogo, que associa atividade e prazer e é por ele encarado como eixo central de uma escola popular”.

A partir do pensamento desses grandes nomes dentro da pedagogia e suas concepções fora do contexto tradicionalista, originou uma renovação do ensino na Europa com o movimento Escola Nova. Este chegou ao Brasil por influência americana e europeia, trazendo um novo entendimento de infância e educação infantil, pois por meio dessa nova visão a criança passou a ser designada como sujeito ativo, deixando de ser compreendida como um indivíduo — vazião, no qual seria necessário preencher a mente

com dados e informações que posteriormente seria aprendido, acumulado, fixado e por fim rearranjado quando conteúdos mais complexos aparecessem formando assim o conhecimento.

À espera de que a criança se torne adulta e se insira no sistema de produção do qual foi excluída gradativamente no decorrer da história do capitalismo, a ela é designado um ofício próprio nas instituições de educação infantil, transformando a pré-escola em uma —espécie de grande brinquedo educativo! (WAJSKOP, 2007, p. 22).

Entretanto, por meio dessa nova concepção, o conceito de educação de crianças propiciou a elaboração de novos jardins de infância e cursos para formação de professores. Estas instituições eram responsáveis por atender uma camada social financeiramente privilegiada, deixando as camadas populares sem atendimento. Esse contexto começou a ser modificado devido ao crescimento da população nos centros urbanos e industriais, pois com o aumento da mão de obra nas indústrias a creche tornou-se essencial para acolher as crianças fora da idade escolar enquanto seus pais trabalhavam. Porém esse modelo de creche tinha seu objetivo voltado ao assistencialismo, não valorizando uma orientação voltada à educação e desenvolvimento geral do educando.

Conclusões

Concluído os estudos, foi possível verificar que as atividades lúdicas fazem parte da formação humana e são imprescindíveis ao desenvolvimento geral do indivíduo, pois funcionam como linguagem, meio de expressão e comunicação, instrumento de alegria, diversão, práticas de emoções e construção do conhecimento.

Constatou-se que o direito de brincar é previsto em lei, e contribui para o aperfeiçoamento e aquisição de habilidades e

competências indispensáveis, pois é uma transição pelas etapas do desenvolvimento de suas potencialidades e melhora as aptidões físicas e cognitivas, estimula a imaginação, expressão, levando as crianças a estabelecerem relações e buscarem soluções para conflitos sociais e pessoais.

Sabe-se que as brincadeiras promovem interação interpessoal, estimula o aprendizado da negociação de regras de convivência, promove a possibilidade de a criança aprender a levantar hipóteses, solucionar problemas e por consequência ter acesso a um mundo mais amplo.

Sabe-se que a criança de 03 a 04 anos está em uma fase de descobertas, exploração, reconhecimento do mundo e interação, e que ela possui sua capacidade locomotiva já aperfeiçoada, com equilíbrio e coordenação motora adequada à exploração ampla do corpo e espaço, sua linguagem permanece em ampliação, tanto em suas formas orais como gestuais promovendo comunicação emocional e expressiva, oportunizando o desenvolvimento moral e o crescimento de informações cognitivas para o desenvolvimento intelectual.

Conclui-se que, é essencial aprimorar as metodologias aplicadas no cotidiano da educação infantil, expondo a importância do brincar. Cabendo às escolas o papel de promover conhecimento aos pais e educadores através de palestras e encontros, a fim de informar e esclarecer dúvidas sobre como auxiliar na formação do aluno e qual a importância que as brincadeiras possuem, compondo um relacionamento de parceria entre comunidade escolar e família, a fim de uma educação voltada à formação integral e humana das crianças.

Referências

ANTUNES, C. **O jogo e a educação infantil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. **Educação Infantil: Prioridades Imprescindíveis.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília: 1996.

_____. Ministério da educação e do Desporto. De Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** Brasília: MEC/SEF, 1998.Volume 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

KISHIMOTO, T. M. Et al. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação.** São Paulo: Cortez, 2000.

MACEDO, L., PASSOS, N. C., PETTY, A. L. S. **Jogos e o Lúdico na Aprendizagem Escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos,** SP, Cortez, 2008.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Editora, 2007.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola.** São Paulo: Cortez, 2007.

Capítulo 11

O cuidar e o educar na educação infantil: sobre um novo olhar pedagógico

José Maurício de Lima Filho¹

Francisco Soares da Silva²

Introdução

Este trabalho tem como objetivo através de um estudo teórico desmitificar uma concepção acerca do cuidar e o educar como ações que acontecem separadamente na educação infantil, isso porque, por muito tempo essas duas ações foram vistas separadamente em que o cuidar remetiam somente aos cuidados de higiene corporal alimentação e o educar voltava-se para questões cognitivas. Tudo isso por entenderem que criança era um corpo que se dividia.

A Educação Infantil diante de sua trajetória histórico, social e cultural passou por várias transformações ao longo dos tempos, transformações essas, ocorridas através de reflexões estudos voltados para atenderas particularidades das crianças respondendo suas necessidades e das famílias. Por isso, a Educação Infantil vem sendo objeto de discussão, principalmente nas últimas décadas, pois o avanço das pesquisas confirma a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano.

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN inc.

² Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN inc.

Portanto, as mudanças ocorridas no cenário da Educação Infantil, não surgiram por acaso, ficaram ainda mais fortalecidas através das determinações da promulgação da última Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.393/96) que, estabelece pela primeira vez, na história do nosso país que as creches deixariam de ser assistidas pelas Secretarias de Ação Social, perdendo assim seu caráter assistencialista. Diante disso, a Educação Infantil passou a ser integrada a educação básica, determinada como a primeira etapa dessa educação. Com isso, a visão do cuidar toma outra dimensão, agora de forma mais ampla, interligou-se com as ações educativas, comprovando que, cuidar e educar são ações interligadas surgindo assim, outras concepções acerca da questão.

O interesse por esta temática surgiu pela necessidade de compreender melhor, em uma abordagem teórica, as novas concepções acerca do cuidar e do educar sobre um novo olhar pedagógico, consolidando-se a partir da necessidade de um conhecimento mais fortalecido dessa mudança de conhecimento pelas quais passaram as creches e pré-escolas diante do cuidar e o educar. Dessa forma, esse conhecimento refletirá na compreensão básica das práticas educativas ocorridas no cotidiano escolar da Educação Infantil.

Espera-se que esse trabalho contribua para desmistificar a ideia de que cuidar e educar acontece de forma separada, como também promover uma compreensão que a ação pedagógica não deve propor essa divisão, mas sim, integrar cuidar e educar como fator fundamental para o desenvolvimento infantil.

1. O cuidar na educação infantil no contexto atual brasileiro

Atualmente o discurso voltado para o cuidar na educação infantil renasce com outros objetivos e outros significados, se destacando como algo necessário para o desenvolvimento infantil,

sendo uma necessidade fundamental não mais voltada para o assistencialismo, mas como um direito assegurado a criança.

Primeiramente vamos conhecer o significado de cuidar. Segundo Ferreira (1989, p. 146) cuidar significa: “[...] imaginar, meditar, cogitar, julgar, supor. Aplicar atenção, o pensamento, a imaginação. Ter cuidado. Fazer os preparativos. Prevenir-se ter “cuidado consigo mesmo”, ou seja, o cuidar busca através, da atenção e da prevenção, meios para que a pessoa se sinta bem consigo mesma e com os outros.

Portanto, cuidar exige estarmos preparados para qualquer imprevisto que possa acontecer com as crianças e com nós mesmos. Devemos estar atentos para nos prevenirmos de quaisquer situações que apresentem perigo, algo que poderá nos prejudicar fisicamente.

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI, 1998) descreve que o cuidar se fundamenta da seguinte forma:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (1998, p. 24).

Sendo assim, essa concepção traduz um novo sentido para o cuidar, dessa vez, voltado para uma necessidade humana, isso volta-se para a necessidade de compreender, interagir e perceber as necessidades das crianças.

Partindo desse princípio, o desenvolvimento integral infantil, segundo RCNEI (1998), depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. Portanto, quando esse documento se refere a cuidados há

uma interligação em várias dimensões identificando a importância de cada uma delas.

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção à saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em consideração as diferentes realidades socioculturais (RCNEI, 1998, p. 25).

Considerando o cuidar como a base fundamental da necessidade humana nos primeiros anos de vida, no contexto atual brasileiro não é mais visto de forma fracionada pela educação infantil, mas sim, de forma interligada. O cuidar está presente em todas as áreas correspondente ao desenvolvimento infantil compreendendo a dimensão social, emocional, afetiva e cognitiva.

2. O educar e sua construção histórica social

Da mesma forma do cuidar, o educar nas instituições de educação infantil no Brasil e no mundo, passaram por várias concepções correspondentes à sua função social. Para compreender esse processo não podemos deixar de falar sobre o surgimento das creches em nosso país, afinal, foi através do nascimento dessas instituições que hoje podemos falar sobre educação infantil e sua finalidade. Nesse contexto histórico, a criança, aos poucos vai ganhando sua própria identidade com natureza singular que vê o mundo da sua forma.

Com relação ao educar, Ferreira (1988, p. 185), coloca que: “[...] educar é promover a educação (de alguém); ou a sua própria educação; instruir-se”, ou seja, educar trata-se de oferecer

educação, promover aprendizagem, proporcionar conhecimentos necessários para a formação pessoal.

O RCNEI (1998) destaca que grande parte das instituições de educação infantil nasceram com o objetivo de atender exclusivamente as crianças pobres de baixa renda, suas estratégias eram voltadas para combater a pobreza e problemas relacionados à sobrevivência das crianças. O mesmo documento enfatiza que, durante muito tempo esse atendimento foi justificado como de baixo custo, com aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais; precariedade de instalações; formação insuficiente de seus profissionais e alta proporções de crianças por adultos.

Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como um favor oferecido para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade (RCNEI, 1998, p. 17).

Pela questão desse atendimento ter sido visto como um favor imagina-se o quanto as crianças dessa época foram impedidas de se desenvolverem frente suas necessidades com também, de serem compreendidas como seres sujeitos de direitos.

A educação infantil de qualidade, segundo Rosemberg (1989), deve enriquecer e ampliar as experiências e os conhecimentos de todas as crianças, o que, provavelmente contribuirá para o sucesso escolar delas. Portanto, essa visão de carência cultural e a sua decorrente educação compensatória não consideram todas as habilidades e conhecimentos que a criança pobre certamente teme a discrimina, culpando a ela e à sua família por algo que é fruto da injustiça social: o acesso desigual aos bens culturais.

3. Cuidar e educar de forma integrada: desafio para os professores de educação infantil

Em nosso processo teórico-prático, contraímos a convicção de que a educação infantil desempenha um papel imprescindível na promoção do desenvolvimento global da criança, diante disso, contamos com a participação de um professor com uma formação sólida, que possam desempenhar sua função mediante os objetivos propostos.

O trabalho realizado com as crianças da educação infantil requer do professor competência em diversas áreas. Estamos falando do profissional que cuida e educa ao mesmo tempo priorizando a formação do sujeito. O RCNEI (1998, p. 41) preconiza que:

O trabalho direto com crianças pequenas exige que o professor tenha uma competência polivalente. Ser polivalente significa que ao professor cabe trabalhar com conteúdo de naturezas diversas que abrangem desde cuidados básicos essenciais até conhecimentos específicos provenientes das diversas áreas do conhecimento.

Diante dessa exigência o professor precisa estar preparado para desenvolver um trabalho onde cuidar e educar estejam juntos. Mediante Cerisara (2004), quando se reporta ao objetivo da educação infantil de cuidar e educar de forma indissociável se referênciava nessa ideia ao conhecimento e a prática do professor. A criança recebe o cuidado e educação, mas quem lhes oferece é um adulto, no caso o professor e a família.

Nessa perspectiva, para desenvolver um trabalho com qualidade as pessoas responsáveis pelo cuidado e educação de crianças tão pequenas, precisam ter consciência da natureza e importância do seu trabalho e não só aproveitarem as oportunidades que surgem, mas também lutarem para melhorar sua qualificação, compreendendo que tem muito a aprender para que

seu trabalho seja cada vez mais rico e prazeroso para si e para as crianças (CEARÁ, 2000).

De acordo com o RCNEI (1998, p. 24):

[...] cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a desenvolver-se enquanto ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica procedimentos específicos.

Para Tiriba (2005), no campo da educação infantil o cuidado está diretamente ligado à assistência e ao corpo como: limpar, cuidar, alimentar e evitar riscos de quedas e machucados, controlando e contendo certo número de crianças. De acordo com o mesmo autor, pelo motivo de fatores socioculturais, as instituições que atendiam crianças até meados da década de 1980 exerciam a custódia, também chamada de “guarda” pelos documentos oficiais, realizando atividades destinadas ao cuidado e manutenção de aspectos relativos ao corpo. Para estas tarefas, empregavam-se mulheres que pudessem atuar em tarefas de cuidado predominantemente domésticas, sem exigências acadêmicas.

Na Educação infantil, sobre o contexto histórico do cuidado e a feminilização, Tiriba (2005) apresenta como a ciência buscou reforçar a cultura capitalista-urbana-industrial patriarcal que destina o cuidado inquestionavelmente às mulheres. Dessa forma, é notório que a participação das mulheres nos centros de educação infantil é bem maior que a dos homens. Pois, ainda nos dias de hoje pode-se dizer que essa cultura ainda permanece.

A imagem do professor sempre esteve voltada para o compromisso de ensinar sendo que, frente o educar e cuidar existem algumas controvérsias diante de grupos que atendem a

crianças pequenas, sendo frequente a polêmica em torno das atribuições de cuidar e educar com uma conotação hierárquica: professoras se encarregam da mente e auxiliares do corpo (TIRIBA, 2005). Desmistificar essa ideia é um dos desafios para o professor de educação infantil.

Os professores que, têm a responsabilidade de cuidar e educar crianças desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil, pois servem de mediadores entre elas e o mundo que os cercam. Portanto, todos os profissionais envolvidos com a educação infantil encontram-se com uma grande responsabilidade de saber que, quando se cuida, educa e, quando educa se cuida, como também, incluído a esses dois processos está a ação pedagógica que deve estabelecer o desenvolvimento integral da criança.

Conclusões

Diante do estudo realizado pode-se afirmar que, na educação o “cuidar” é parte integrante do educar ambos não se dividem, porém são necessários conhecimentos, habilidades e instrumentos que exploram nessa ação a dimensão pedagógica. Pois o cuidar e educar, exige que o professor crie situações significativas de aprendizagem para desenvolver nas crianças as capacidades corporais, afetivas, emocionais, cognitivas, social e ética. Frente a tudo isso, é necessário que o professor veja a formação da criança como um ser inacabado, sujeito esse que viverá em constante transformação e apropriação de novos conhecimentos.

Cuidar e educar nessa primeira etapa da educação básica, no caso a educação infantil, tem um papel fundamental, pois é por meio de ações integradas entre esses dois eixos que a criança poderá de forma mais dinâmica e criativa ir estabelecendo relações e associações mais concretas com o meio e com os objetos e coisas que estão a sua volta.

Atualmente a visão assistencialista já não tem mais importância para a nossa realidade, isso tudo pelo motivo de que as concepções de criança, de infância e de desenvolvimento também mudaram a partir dessas novas construções de conceitos que devemos estabelecer as metas e os objetivos para atender as nossas crianças.

Portanto conclui-se que, cuidar e educar são ações que acontecem de forma complementar, na educação atual esse conceito de divisão deu lugar para uma ação pedagógica com visão integradora, onde quem cuida educa e vice-versa, de forma que venha contribuir para o desenvolvimento integral da criança em todas suas áreas de conhecimento, como também cuidar e educar estão fundamentados no ofício e na excelência do verdadeiro educador.

Referências

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental.
Referência Curricular Nacional para Educação Infantil. V 3. Brasília: MEC/SEB,1998.
- CEARÁ. Secretaria de Educação Básica. Infância e educação infantil: resgatando um pouco de história. Sílvia Helena Vieira Cruz. Fortaleza, SEDUC, 2000.
- CERISARA, A. B. (2002). Professoras de educação infantil: entre o feminino e o profissional. São Paulo, Cortez (2002).
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1989.
- ROSEMBERG, F. (org.). Temas em destaque: creche. São Paulo: Cortez/Fundação Carlos Chagas, 1989.
- TIRIBA, L. Educar e Cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: KRAMER, S. (Org) Profissionais da Educação Infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

Capítulo 12

Avaliação lúdica na educação infantil

Rosylene Alvino Modesto¹

Introdução

Em sala de aula muitos docentes questionam-se acerca da avaliação na infância, em como esta pode ser executada, sua finalidade, e possibilidades em sala de aula. Assim, é relevante compreender a avaliação na educação infantil, perante a utilização de recursos lúdicos, já que é um período em que o educando ainda se encontra no processo de desenvolvimento dos sentidos e da socialização com o seu meio.

É cabível destacar que também há muitas limitações acerca da utilização do lúdico, em que muitas vezes é utilizado sem fins pedagógicos, em que não vem a ser apresentado, ou ser executado com fins de apreender informações relevantes para viver em sociedade, apenas como um simples momento de brincadeira, em que o educando não irá apropriar-se de informações que contemplem competências, ou valores sociais.

A utilização do lúdico na infância é de suma, em que possibilita uma melhor participação do educando nas atividades propostas. Com a utilização de jogos, brincadeiras, contos, o educando passa a apresentar as suas concepções, desenvolvendo uma melhor capacidade de reflexão, como também interação com

¹ Graduada em Pedagogia pela FACITE. Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.

o seu meio. O lúdico deve ser visto como uma ferramenta pedagógica indispensável a estar presente nas atividades do docente, estando embasada sua utilização nos conteúdos a serem vivenciados em sala de aula, possibilitando uma aprendizagem prazerosa.

O docente na educação infantil necessita compreender o seu público, fornecendo a estes sujeitos condições para se desenvolverem socialmente e intelectualmente, por meio da realização de estratégias que possibilitem uma melhor compreensão das informações apresentadas, como também permita o desenvolvimento de relações pacíficas com o seu próximo, desenvolvendo valores básicos para uma boa socialização.

O presente trabalho tem como finalidade compreender a avaliação lúdica no processo de desenvolvimento dos educandos na infância. O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, realizada em diferentes recortes científicos, embasado em autores como: Oliveira (2002), Gil (2006), Hoffmann (1996), entre outros.

1. Conceitos de Avaliação

É cabível destacar que nas mais variadas organizações a avaliação é utilizada, sendo está destinada ao controle de qualidade, para identificar as necessidades, como também as potencialidades, para que as atividades possam ser executadas de forma significativa.

No ambiente escolar, a avaliação é considerada como um procedimento indispensável para compreender o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos, em que este instrumento irá identificar o desempenho destes sujeitos.

De acordo com Sant'Anna (1998, p. 30), avaliação é considerada como:

Um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do

aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático.

A avaliação caracteriza-se como uma ferramenta utilizada para analisar os saberes desenvolvidos pelo educando, como também averiguar a execução da prática docente, se esta está suprindo as necessidades informacionais no ambiente escolar.

A avaliação apresenta diferentes funções, entre elas a de diagnosticar. A avaliação diagnóstica possibilita compreender os conhecimentos adquiridos anteriormente pelo sujeito em desenvolvimento. Caracterizando-se como o levantamento de informações, identificando as necessidades, com também as suas aptidões, possibilitando a utilização de estratégias adequadas (GIL, 2006).

A avaliação apresenta diferentes tipos de processos, em que esta tem como finalidade analisar o educando, seja por meio da realização de atividades diárias, como também ao término de cada unidade. A avaliação busca apresentar ao docente como para o educando o desenvolvimento destes, e se necessário a realização de mudanças, para que a educação possa ocorrer diante de seus princípios.

1.1 A avaliação na infância

Na educação infantil a avaliação não é utilizada como um instrumento de reprovação, mas de constatação e averiguação do processo de desenvolvimento da aprendizagem do educando. Por sua vez, o RCNEI (1998), ressalta que a avaliação na infância é “[...] um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagens oferecidas e ajustar a sua prática às necessidades colocadas pela criança”. Assim, a realização da avaliação na infância não é executada de forma classificatória, ou punitiva, mas sim uma forma de identificar o processo de desenvolvimento do educando.

O Referencial ainda dispõe que:

É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo. (Brasil, 1998, v. 1, p.59)

Perante este enfoque percebe-se que a avaliação vem a ser um instrumento que possibilita o docente compreender a sua atuação em sala de aula. O docente necessita planejar desde os conteúdos, procedimentos, e princípios, para que se possa alcançar o êxito no processo educativo. A avaliação na infância pode ser registrada por meio de fichas, relatórios, dossiês e portfólios.

A avaliação possibilita compreender os avanços em sala de aula, perante o desempenho do educando, levando em consideração o início do ano letivo e seu desenvolvimento neste período, apresentando seus avanços (OLIVEIRA, 2002).

O docente necessita realizar um relatório de cada educado, para que possa acompanhar seu desempenho de forma eficiente. É relevante que o docente reflita acerca de sua atuação, tendo o diário escolar como uma forma de apresentar as vivências em sala de aula, as particularidades dos educandos.

A execução da avaliação na EI não é executada de forma rígida, mas de forma tranquila, em que nas atividades cotidianas executadas em sala de aula o educando é avaliado, compreendido. De acordo com Hoffmann (1996, p.19), ressalta alguns aspectos da avaliação na infância:

- a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesse e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações experienciadas;
- b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas,

no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e fornecer-lhe novos desafios; c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embaixador do pensar do educador sobre o fazer pedagógico.

Perante este enfoque é cabível destacar que a avaliação na infância é executada de forma reflexiva, por meio de observações acerca do desenvolvimento do educando, como também na realização de mudanças diante do fazer pedagógico, para que se possa alcançar o êxito no processo de ensino e aprendizagem.

1.2 O lúdico na aprendizagem

1.2.1 Compreendendo o lúdico

Muitos teóricos realizaram investigações para conceituar o lúdico, para realizar uma abordagem sobre a atividade lúdica Bruner, citado por Brougère (1998, p.193), ressalta que:

A atividade lúdica se caracteriza por uma articulação muito frouxa entre o fim e os meios. Isso não quer dizer que as crianças não tendam a um objetivo quando jogam e que não executem certos meios para atingi-lo, mas é freqüente que modifiquem seus objetivos durante o percurso para se adaptar a novos meios ou vice-versa [...], portanto, o jogo não é somente um meio de exploração, mas também de invenção.

O lúdico quando trabalhado de forma adequada este pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do educando, em que este precisa relacionar as atividades propostas pela escola com a utilização de jogos e brincadeiras, momentos que permitam associar os conteúdos a prática prazerosa.

Perante este enfoque, as atividades lúdicas envolvem jogos e brincadeiras, sendo estes relevantes para o desenvolvimento do educando, sendo trabalhados com base em princípios pedagógicos,

que envolve os seguintes critérios: função de literalidade e não-literalidade, flexibilidade por meio de combinações de ideias, ambiente harmônico, desenvolve habilidades e aprendizagem de informações relevantes para o cotidiano. De acordo com Piaget citado por Wadsworth (1984, p. 44),

O jogo lúdico é formado por um conjunto lingüístico que funciona dentro de um contexto social; possui um sistema de regras e se constitui de um objeto simbólico que designa também um fenômeno. Portanto, permite ao educando a identificação de um sistema de regras que permite uma estrutura seqüencial que especifica a sua moralidade.

Os jogos possibilitam a criança desenvolver o raciocínio lógico, bem como passa a desenvolver uma postura mais reflexiva e crítica diante das problemáticas que venham a surgir em seu âmbito.

1.2.1 A realização da avaliação lúdica

Por meio da utilização dos recursos lúdicos é possível identificar a apropriação das informações por parte do educando, identificando o que foi ou não apreendido. Também por meio deste recurso o docente identifica a necessidade de mudanças, para que os educandos venham a aprender de forma significativa.

Por meio da utilização dos jogos e brincadeiras na apresentação das informações possibilita a interação do educando. De acordo com Dewey Amaral (2008, p. 103),

Aprender é uma necessidade orgânica, é social para a criança, por que tanto seus poderes devem ser traduzidos em seus equivalentes sociais, como o objetivo deve permitir através de sua conotação fortemente socializadora, a manifestação orgânica potencial da criança.

A avaliação lúdica permite identificar as problemáticas, em que o educando demonstra com maior facilidade suas limitações, chegando a apresentar, o que vem a facilitar para o docente, para que seja realizada a intervenção adequada.

A execução da avaliação lúdica não ocorre de forma punitiva, mas de forma identificativa, em que o docente passa a identificar o desenvolvimento dos educandos, se estes realmente compreenderam as informações apresentadas. Por meio desta forma de avaliação, é também possível o docente identificar as suas potencialidades na execução de seu planejamento, ou até mesmo suas limitações.

Por sua vez, é cabível destacar que a zona de desenvolvimento proximal apresenta o processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança, como afirma Vygotsky (1998, p. 112),

[...] A distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

O processo de avaliação permite compreender o educando diante de suas particularidades, já que cada sujeito apresenta seu tempo e suas peculiaridades no processo de assimilação das informações apresentadas em sala de aula.

1.3 A prática docente na infância

Na educação infantil é relevante que o docente tenha saberes acerca da modalidade de ensino em questão, para que os educandos tenham condições de se desenvolverem socialmente e intelectualmente. Assim, não basta ir para sala de aula e apresentar na lousa as informações que se encontram no projeto repassado pela escola, mas é necessário que o docente crie

estratégias de como apresentar as informações de forma que os educandos possam assimilar de forma significativa.

O docente na infância deve buscar compreender o mundo em que a criança se encontra, para que esta tenha condições de se desenvolver, dentro de sua realidade. Este sujeito durante a infância necessita de estímulos cognitivos, e o lúdico vem a ser uma ótima ferramenta a ser utilizada em sala de aula. Para Kishimoto (2008 p.24), “dispor de uma cultura lúdica é dispor de um número de referências que permitem interpretar como jogo atividades que poderiam não ser vistas como tal para outras pessoas”.

A utilização de recursos metodológicos diferenciados é indispensável na infância, já que este é um público que apresenta dificuldade de atenção, o que vem a prejudicar no processo de ensino e aprendizagem. O docente necessita levar para sala de aula procedimentos metodológicos que possibilitem chamar a atenção destes sujeitos, como também proporcionar uma melhor aprendizagem.

O docente na infância necessita estar em constante qualificação, para que possa suprir as necessidades existentes em sala de aula, propiciando condições para os educandos se desenvolverem. O que vem a ser relevante a participação de diferentes instâncias, federais e municipais, para que seja possível alcançar resultados positivos (KRAMER, 2006). O processo de qualificação deve ser contínuo, e não se limitar apenas a um curso superior, mas o educador deve participar de capacitações, cursos livres, cursos de especialização, entre outros.

Conclusões

A avaliação do processo de aprendizagem na infância não deve ser vista como um instrumento classificatório, mas sim como um instrumento capaz de identificar as potencialidades dos sujeitos

em desenvolvimento, como também a atuação docente, se esta está realmente suprindo a necessidade dos educandos.

A avaliação lúdica pode ser executada pro meio da observação das atividades desenvolvidas com a utilização dos recursos lúdicos, levando em consideração a capacidade de interação, reflexão, indagação do educando no momento em que está brincado, jogando, durante a realização de leitura de contos, entre outros.

A avaliação na infância caracteriza-se por um procedimento de observação, de interpretação acerca do desenvolvimento do educando, em que vem a ser relevante também o registro do desenvolvimento de cada sujeito, para que estes sejam compreendidos diante de seus avanços ao longo do ano letivo, como também nas próximas etapas da educação básica.

O docente na educação infantil necessita compreender o verdadeiro sentido da avaliação nesta etapa da educação básica, para que não venha a comprometer o processo de desenvolvimento do educando, mas sim contribuir para o seu desenvolvimento social e intelectual.

Referências

- BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos> Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: SEF, 1998.
- GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.
- HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- KISHIMOTO, T. (org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage learning, 2008.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e Fundamental.** Educação e Sociedade. Campinas, v.27, n.96, p.797-818, out. 2006.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.** Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WADSWORTH, B. **Jean Piaget para o professor da pré-escola e 1º grau.** São Paulo, Pioneira, 1984.

Capítulo 13

Rosa ou azul: o papel do professor na construção da consciência infantil

Elisabeth Albuquerque Cavalcante¹

João Paulo Nobre Belarmino²

Introdução

O presente artigo tem como tema rosa ou azul: o papel do professor na construção da consciência infantil. O objetivo traçado para esse trabalho foi analisar o papel do professor como contribuinte para a formação da consciência infantil, principalmente no que diz respeito a rotulações que os alunos possam imprimir em seus colegas a partir de raízes preconceituosas que tragam do seu convívio social anterior à escola, bem como atitudes que os alunos possam aprender na própria escola, que indiquem preconceito.

O trabalho tem como justificativa a existência de um problema social que vai muito além dos muros da escola. É sabido que desde que é concebido um bebê, há a preocupação de se saber qual é o sexo para que haja a escolha da cor do enxoval, então esse é um problema cultural que está se naturalizando nos mais banais aspectos: homem usa azul e mulher usa rosa. O homem é preparado para ser o “machinho”, o “pegador”; em contrapartida,

¹Autora, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: bethcavalcante@gmail.com

² Co-autor, mestrando em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: jpnbelarmino@hotmail.com

a mulher é a princesa que esperará um cavalheiro, um príncipe. Com o crescimento das crianças, crescem ainda mais as divisórias entre os mundos do homem e da mulher. Parecem seres preparados intencionalmente para não se encontrarem. E a sociedade não é exclusiva em relação a isso: todos fazem parte e atuam nessa fábrica de divisões, de modo mais intenso ou não.

Mas a escola deve ser uma espécie de “peneira” desse tipo de atitude. O professor deve ser o ser mais próximo das crianças a introduzir nelas um pensar diferente. É importante, para isso, que haja uma excelência no processo de formação do professor, e que haja por parte do professor uma preocupação em se reciclar, rever conceitos, reavivar teorias e trocar métodos, para que ele cumpra a sua função de ser educador, em sua totalidade.

1. Uma breve análise histórica da relação homem x mulher

A escola, espaço onde se pressupõe ser regido pela democracia e pelo acesso à liberdade de pensamento, às vezes se vê presa a certos elementos culturais e os cultua como elementos naturais. A disparidade entre um e outro é muito grande e a tomada de um pelo outro pode ser tendenciosa.

Entenda-se como elemento natural tudo aquilo que não pode ser manipulado pelo homem; em contrapartida, tudo o que depende diretamente do homem é um elemento cultural, e, portanto, passível de alterações. Então, falas como do tipo “homem usa azul” e “menina usa rosa”, dentre outras dessa mesma característica, que direta ou indiretamente se encontram na escola, são exemplos de sementes culturais que precisam de um solo fértil em preconceitos para que fecundem de modo favorável a perpetuar essas ideias e fazê-las parecerem naturais.

É preciso que se entenda que a Escola não se faz sozinha, que as ideias disseminadas entre suas paredes não brotam naturalmente. Precisam de cultivo e trato. E são as cabeças pensantes da instituição educacional quem vão selecionar as

sementes a serem cultivadas por sua classe estudantil. Para mediar essa construção da consciência, todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, em especial do professor, devem ser pessoas despidas de preconceitos para não caírem nas armadilhas da linha tênue que se criou entre o que é natural e o que é cultural.

É reconhecido que a história separou determinadas tarefas e as intitulou como sendo de homem ou de mulher. Aos homens foi sendo atribuída a razão, o cálculo, a matemática; as mulheres combinavam mais com o afetivo, a intuição, a emoção. E as escolas preparavam os estudantes para o que a sociedade pedia: para as mulheres havia a disciplina escolar chamada Educação Doméstica ou Trabalhos Manuais, por exemplo, para garantir que sua vida de dona de casa fosse tomada pelo sucesso; já para os homens, ficava todo o leque de possibilidades de trabalho economicamente favorável.

É preciso que haja a consciência que o mundo mudou e que a educação tem a obrigação de acompanhar essa mudança para dar suporte no que diz respeito a conhecimento. Muitas vezes a criança vem de uma estrutura familiar falida onde a escola não encontra ajuda fora dos seus ambientes educacionais, para disseminar novas ideias. Segundo o site Educar para crescer,

“A educação para a chamada igualdade de gêneros ou, em outras palavras, a igualdade entre homens e mulheres, é uma tarefa que deve começar em casa. Crianças que aprendem que meninos e meninas devem ter direitos, deveres e oportunidades iguais serão adultos que saberão respeitar o outro, independentemente do fato de ser homem ou mulher.”

Acontece que essa tarefa de casa muitas vezes não é realizada. Apesar de a educação ser dever do Estado e da família, atualmente está sendo notado um desvio de responsabilidades onde a escola está fazendo, além do seu papel de mediadora na construção de conhecimentos, o papel das famílias, educando e cultivando valores morais no consciente dos alunos, e muitas vezes

confrontando-se com ambientes familiares que não propiciam a fecundação dessa semente.

Conhece-se, no entanto, esforço que a Escola faz para garantir a formação social do seu alunado. O grande problema é quando a Escola se exime de fazer esse papel de modo eficiente e eficaz. No caso de igualdade de gênero, as possibilidades desse objetivo não ser alcançado se fazem a partir do momento que há a divisão preconceituosa dentro do ambiente escolar: brincadeiras, cores, papéis, gestos, falas, preocupações, encaminhamentos, enfim, tudo o que venha a rotular que determinadas coisas são de meninos e outras são de meninas.

Contudo, para que isso não aconteça, o sistema educacional precisa de profissionais conscientes do seu papel de educar, principalmente para a vida.

2. Vygotsky: o papel do professor e a consciência infantil

É sabido que o professor assume um papel importante na formação dos indivíduos, e em especial as crianças o veem como espelho, aquele que eles querem imitar, no qual eles podem confiar, e por consequência, o que o professor diz acaba “virando lei”. O professor, mesmo inconscientemente, incute na cabeça de seus alunos as suas próprias ideias e a sua forma de ver a vida, suas atitudes são aprendidas e, concomitantemente, copiadas. O desenvolvimento dessas ideias influenciará diretamente nas ideias que esses alunos levarão consigo.

Para conceituar essa situação, é necessário que se observe Vygotsky (1991). Ele diz, em seu livro *A formação social da mente*, que

“As crianças podem imitar uma variedade de ações que vão muito além dos limites de suas próprias capacidades. Numa atividade coletiva ou sob a orientação de adultos, usando a imitação, as crianças são capazes de fazer muito mais coisas. Esse fato, que parece ter pouco significado em si mesmo, é de fundamental

importância na medida em que demanda uma alteração radical de toda a doutrina que trata da relação entre aprendizado e desenvolvimento em crianças.” (VYGOTSKY, 1991)

Com base nisso, Vygotsky tentou, durante seus estudos, traçar um paralelo entre o processo de desenvolvimento e a capacidade de aprendizado dos indivíduos. Considerou, para isso, dois níveis de desenvolvimento: o desenvolvimento real e o desenvolvimento proximal. O desenvolvimento real é aquilo que o indivíduo já sabe, ou que já desenvolve sem a ajuda de um adulto; já o desenvolvimento proximal é aquele que o indivíduo ainda precisa de ajuda, mas que, com o tempo, desenvolverá sozinho, ou seja, é tudo o que a criança pode adquirir em termos intelectuais quando recebe suporte educacional adequado. Sob essa ótica, pode-se concluir o seguinte: a criança chega à escola com uma bagagem de informações culturais, sejam elas socialmente consideradas corretas ou não. Ao professor cabe direcionar o conhecimento que a criança já possui, solidificando ou lapidando neles novas ideias. É inegável que a criança já chegue à escola com uma bagagem de ideias reais, e é justamente no desenvolvimento proximal que o professor deve agir. Newman (1989) afirma o seguinte, em relação à teoria de Vygotsky:

“O princípio mais fundamental da teoria de Vygotsky é a integração do ‘interno’ e do ‘externo’. Sua psicologia não é sobre a mente ou sobre as relações de estímulo-resposta. É sobre a dialética entre o inter e o intra psicológico e a transformação de um no outro.” (NEWMAN, 1989, cap. IV)

E é essa transformação que o professor deve promover em seus educandos, aqui falando em educação infantil, mas não menos importante em quaisquer das fases da vida. Vygotsky menciona repetidamente em sua obra a expressão “mediação”, e entende-se que é através da mediação do professor nas ações dos alunos que o desenvolvimento humano se dará. Para isso é necessário que o

professor cuide de sua formação, se preocupe em se reciclar, rever seus conceitos, reavivar suas teorias e trocar seus métodos, para que, efetivamente, ele possa agir como um educador.

3. Escola e família: uma parceria?

É inegável a importância da escola na formação do indivíduo, assim como é inegável também que a família é o primeiro grupo social do qual o indivíduo participa, e essa tem grande contribuição na formação ideológica dele. A família deve ser a responsável pela transmissão de valores morais e éticos, ou seja, a primeira responsável pela bagagem de conhecimentos que esse indivíduo terá. Segundo Souza e Loch (2008) no livro *Relações Familiares*, da coleção *Família e Escola*, o que se aprende na família é:

“Na família aprendem-se verdades eternas, vivem-se os valores mais elevados e ganha-se a identidade como herança. Se os filhos têm sua identidade alicerçada em uma relação em que valores humanos são fundamentais, buscarão conviver com aqueles que cultivam valores semelhantes aos deles. Sendo a família lugar de desenvolvimento humano, torna-se essencial que nela ocorra o exercício de valores. Para que esse exercício aconteça de forma efetiva, os pais ou adultos responsáveis pela educação das crianças e jovens devem ter a clareza de que os valores servem como orientação para a maneira como conduzimos nossas vidas e fazemos nossas escolhas. Esses valores são caracterizados como qualidades que identificam o homem, pois se revelam diariamente em suas ações.” (SOUZA E LOCK, 2008, p. 14)

Mas a família, não em poucos momentos, está se tornando uma instituição falida, ou pelo menos uma instituição que está mudando de forma. Casamentos desfeitos, brigas constantes, crianças abandonadas (mesmo tendo quem seja responsável por elas), crianças literalmente abandonadas são exemplos de degenerações que a família vem sofrendo. Tudo isso afeta

diretamente os valores sociais, o que interfere no trabalho que pode e/ou deve ser desenvolvido na escola. O que se sabe, na verdade, é que a criança é um ser que absorve informações, seja em qual contexto esteja inserida. Segundo Oliveira, a criança é vista:

“Como sujeito social ou, desde muito cedo, agente construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca o conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento.” (OLIVEIRA, 2005, p. 81)

Infelizmente a parceria escola/família há tempos não tem sincronia de passos. Os seres que se beneficiam dessa parceria são os mesmos, mas são duas instituições que parecem andar na contramão dos seus próprios interesses. Com tudo isso, a escola, espaço no qual a criança passa menos tempo de sua vida, é quem acaba absorvendo o papel da família. E o papel do professor é fundamental para a formação do indivíduo.

Na verdade, a educação é dever do Estado e da família. Mas o que se percebe é que atualmente está sendo notado um desvio de responsabilidades onde a escola está fazendo, além do seu papel de mediadora na construção de conhecimentos, o papel das famílias, educando e semeando valores morais no consciente dos alunos, e muitas vezes confrontando-se com ambientes familiares que não propiciam a fecundação dessa semente. A escola está sendo vista, não em casos isolados, como depósito de crianças que não têm com quem ficar em casa quando os pais trabalham, ou como um momento de “descanso” para as mães que têm, no tempo que os filhos ficam na sala de aula, um período de ócio dos afazeres maternos.

As cobranças dos pais em relação aos profissionais da educação são intensas e têm propriedade. Mas, a responsabilidade das famílias no acompanhamento dos seus filhos quanto ao

rendimento escolar, fica por conta de quem? Na jornada educacional, família e escola deveriam formar juntos, os membros da caminhada rumo ao resultado positivo do trabalho educativo. Quando a família se isenta na participação nesse processo, a escola teria que arrimar-se em outras possibilidades. Mas o que acontece na prática é uma insistente reclamação da escola em relação à ausência da família e uma absorção das responsabilidades da família por parte da escola, onde o papel da escola está se (con)fundindo com o da família sem que a escola tenha estrutura (profissional?) Para essa tal absorção. E a ausência dessa parceira está refletida em problemas que acabam resultando no fraco desempenho dos alunos no que diz respeito a serem socialmente competentes, ou seja, escola e família têm juntas a responsabilidade do fracasso ou do sucesso escolar e social dos indivíduos.

4. A contribuição dos professores

De acordo com as reflexões até aqui abordadas cabe algumas questões, tais como: A escola está contribuindo com a formação de pessoas para assumir seu papel na sociedade? A escola pode e está se responsabilizada sozinha pelas mazelas da sociedade? Mas sabe-se que ficar buscando culpados não resolve o problema até porque segundo Saviani (2008) o sistema de ensino está intimamente ligado às necessidades externadas de todos os outros sistemas que envolvem a nação, seja ele político, econômico, religioso ou jurídico.

Nesse contexto se faz urgente reafirmar que se vive num mundo cercado por diferenças, que devem ser respeitadas. As diferenças devem fazer dos alunos mais ou menos frente aos olhos de um professor? Na sala de aula se deve respeitar a todos igualmente, assim como as manifestações de carinho, de afeto e de disciplina. O professor deve buscar ser avesso a qualquer tipo de violência e, tratar a todos os seus alunos sem distinção,

independente da classe social a qual ele pertença, da religião, da opção sexual, da crença e da cor.

Assim, nessas condições, o professor é um agente social, mesmo quando todo um sistema o empurre para não ser assim. No chão da sala de aula se pode mudar realidades. É no contato direto com o professor que os alunos podem repensar seus conceitos. Assim, se pode afirmar que o professor deve possibilitar um ambiente de relação e interação com o aluno de afetividade e respeito, condição que pode contribuir na construção dos conhecimentos almejados pelo professor, sejam eles teóricos ou ideológicos.

E todos os aspectos que interferem na atmosfera do aprender é passível de ser avaliado. Mas como avaliar o que não pode ser medido, mensurado? Na verdade, muito poderia ser respondido se os professores tivessem a certeza de *para que* avaliar. Avaliar para recuperar nota, para recuperar conteúdo ou atestar a competência social do indivíduo? O que é aprovar? O que é reprovar? Que ser humano as escolas estão ofertando à sociedade? Não se pode esquecer de que a escola é parte integrante de um sistema e que esse sistema recebe o indivíduo “formado” pela escola. Mas quem são esses indivíduos? Será que tudo poderia ser resolvido na escola? Na verdade, é preciso fazer com que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais significativo para o aluno, acabando assim com o artificialismo nas ações educativas. É preciso educar para a vida.

Vale ressaltar que para que tais questões se tornem realidade se faz necessário que o professor tenha uma formação inicial e um exercício que possibilite compreendê-las. Então, o professor como um profissional que contribui com a formação de opinião, deve ser consciente de sua importância no processo de construção de conhecimentos construindo junto com o aluno um caminho de possibilidades de pensamento e conduta social.

5. Formação continuada: renovação da prática pedagógica

Muito se falou aqui na necessidade do professor estar em frequente estado de mudança e sempre alerta em relação à sua prática de ensino. Atualmente há uma grande preocupação em relação à formação dos professores, visto que, à medida que o mundo muda, deve haver a mudança ou ampliação dos saberes; em outras palavras, é o processo de se reeducar ao longo da vida. Mas a formação continuada só terá sentido efetivo se houver a aplicabilidade de suas teorias. E esse é um processo contínuo e permanente. Para Romanowski (2009):

“A formação continuada é uma exigência para os tempos atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em continuum, iniciada com a escolarização básica, que depois se complementa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho.” (Romanowski, 2009, p. 138)

Já quando se trata da formação da consciência infantil, é importante que não se enxergue a criança como um balde vazio pronto para receber tudo o que o professor tem para lhe repassar. Aprender é um processo; ensinar também o é. É interessante salientar que cada nova informação que vai ser ensinada deve ter uma ponte, uma ligação, um nó atado a uma informação dada anteriormente, seja para solidificar ou negar o que já é conhecido. A prática se faz na prática. Cada nova situação que surgir em sala de aula requererá uma atitude diferenciada, imediata, não dando tempo para o professor ir teorizar-se para depois resolver. A formação continuada é, sem dúvidas, importante, mas aplicar o saber teórico em atividades práticas é onde reside o auge da eficácia da ação pedagógica.

Mas apesar de todas as teorias, a escola deve ser antes de tudo humanizadora, e o professor estar preparado para humanizar. Jean Jacques Rosseau diz:

“Que se destine meu aluno à carreira militar, eclesiástica ou à advocacia, pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que quero ensinar. Saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem.” (Jean Jacques Rosseau)

E a base para a vida de qualquer ser humano deve ser o respeito. E o respeito se solidifica nas pequenas coisas.

Conclusões

Por um pulsante e inevitável incômodo com a situação díspar entre homens e mulheres, é que esse artigo foi escrito. Foi escrito também por conta de uma vontade maior ainda de manter viva, na mente de quem o ler, que o problema existe e é da conta de cada um que é digno de receber o título de cidadão. Quem é professor, certamente se identificará em alguma parte desse artigo, ou por fazer o que ele diz, ou por discordar do que ele reza, ou ainda por querer incluir ou debater questões que ficaram inacabadas. O intuito aqui foi acender uma discussão sobre o assunto, que é vivo, mas que muitos fecham olhos e ouvidos para não ver pesar sobre seus ombros a responsabilidade de fazer a diferença.

A sociedade reside em cada um. Ser agente de mudança depende de cada um. À Educação cabe o papel de formar cidadãos capazes de ser a diferença no mundo, aprendendo a conviver com as diversidades; à Educação cabe também o papel de fazer com que os diferentes sejam especiais no sentido mais especial da palavra, exercendo sua cidadania de forma crítica, eficiente e eficaz. Sendo realmente cidadão!

A escola deve existir para auxiliar na formação humana dos indivíduos, acima de tudo. Com base nisso, pode-se perceber a importância do papel do professor no direcionamento ideário dos seus alunos, portanto, sendo agente crucial na formação de seres humanos competentes socialmente. É crucial o professor saber que educar para humanizar.

Portanto, o professor, munido de seu conhecimento teórico aliado à prática, deve estar atento a situações tendenciosas ao preconceito, usando a ponte do saber que o aluno já traz consigo, solidificando o que for ideal, expurgando o que não for necessário, mas sempre agindo com a consciência de que o aluno é o sujeito do seu próprio aprendizado, sendo necessário que ele absorva a semântica do processo. Assim se fará educação.

Referências

Educar para crescer. Gêneros diferentes, direitos iguais. Disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/igualdade-genero-756416.shtml>. Acesso em 23 de julho de 2015, às 19:34.

Revista de Educação. PUC Campinas. **Vygotsky e a formação de professores**. v. 3, n. 6, p. 45-51, junho 1999. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/viewFile/431/411>. Acesso em 23 de julho de 2015, às 18:30.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1991.

NEWMAN, Denis; GRIFFIN, Peg e COLE, Michael. **The Construction Zone: working for cognitive change in school**. Cap. 4. Basic concepts for discussing cognitive change, Cambridge University Press, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 2ª ed. Campinas: AUTORES ASSOCIADOS, 2008.

SOUZA, Oralda Adur de; LOCH, Valdeci Valentim. **Relações familiares**. 22ª ed. Paraná: Base Editora, 2008.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e Profissionalização docente.**
Curitiba: IbpeX, 2007.

Parte II

A parceria entre escola e família no processo de ensino aprendizagem

Capítulo 14

Família/escola: a contribuição da família na formação do caráter social do cidadão

Adriana Ferreira Gomes¹

Estanislau Ferreira Bié²

Introdução

O presente texto tem por finalidade colaborar com a discussão e reflexão sobre a necessidade do bom relacionamento entre a família e a escola para um melhor desempenho escolar dos alunos. Durante o estudo encontrou-se uma infinidade de pesquisas, teses e artigos que serão destacados no decorrer deste estudo, retomando essa discussão e mostrando o quão positiva é a interação família/escola para o desenvolvimento dos alunos nessa fase escolar. Observou-se, porém, que a estrutura familiar hoje cada vez mais complexa tem dificultado essa relação. Todavia, não se pretende aqui esgotar o assunto, mas apenas apontar mais

¹ Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc.

² Doutor em Ciências da Educação pela UNISAL-Universidad San Lorenzo; Mestre em Ciências da Educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento Comunitário pela UFC-Universidade Federal do Ceará; Especialista em Segurança Pública pela UNIPACE-Universidade do Parlamento Cearense; Especialista em Ciências Política Sociedade e Governo pela UNIPACE; Especialista em Ciências da Educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO-Sociedade Evolução de Educação Superior e Tecnologia Ltda; Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena pela FATE-Faculdade Ateneu; Bacharel em Teologia pelo INTA-Instituto Superior de Teologia Aplicada; Licenciado em Ciências da Religião pelo INTA-; Licenciado em História pelo INTA-; Licenciado em Pedagogia pela FAK-Faculdade Kurios. Militar (Oficial da Reserva)

alguns caminhos que a nós nos parecem relevantes para o enfrentamento das dificuldades encontradas nesse processo, ou seja, dificuldades de relacionamento entre a Família e a escola, às quais nos deparamos ao longo de nosso trabalho, realizado com os alunos, suas famílias e seus professores, trabalho esse, desenvolvido na Escola José Lino Rabelo – Chile - Ibicuitinga, na qual atua como diretora. O projeto teve seu olhar voltado para o cotidiano da escola, visando articulações necessárias entre a família e a escola, que há algum tempo, percebeu-se vinha apresentando dificuldades de relacionamento. Segundo SILVA *percebemos que em qualquer conversa informal com os professores, a família vem à baila geralmente como vilã pelas mazelas vividas no cotidiano escolar.* (SILVA, 2003, p.187)

A escola e a família, assim como outras instituições, vêm passando por profundas transformações ao longo da história. Estas mudanças acabam por interferir na estrutura familiar e na dinâmica escolar de forma que a família, em vista das circunstâncias, entre elas o fato de as mães e/ou responsáveis terem de trabalhar para ajudar no sustento da casa, tem transferido para a escola algumas tarefas educativas que deveriam ser suas.

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio distrito, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (ESTEVEVES, 2004, p. 24).

Desta forma, percebe-se que, tendo em vista todas as mudanças ocorridas na família ao longo da história em função de diversos fatores, entre eles a emancipação feminina, que os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Negar este fato é agir fora da realidade, pois

as mudanças na família além de afetar a sociedade como um todo, afeta também a educação dos filhos refletindo indiscutivelmente sobre as atividades desenvolvidas pela escola. Pensando nisso, utilizou-se para este trabalho uma metodologia de pesquisa e intervenção voltada ao fortalecimento dos laços de aproximação entre a escola e a família, almejando uma parceria que crie uma atmosfera favorável ao desenvolvimento e aprendizagem das crianças nesses dois ambientes socializadores e educacionais. Como bem diz PIAGET:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (2007, p.50)

Assim, essa relação deve ter como ponto de partida a própria escola, visto que os pais têm pouco ou nenhum conhecimento sobre características de desenvolvimento cognitivo, psíquico e tão pouco, entendem como se dá a aprendizagem, por isso a dificuldade em participar da vida dos filhos. Em uma de nossas reuniões, um dos pais presentes disse:

Gostaria que a senhora ou algum dos professores conversasse com meu filho que está dando muito trabalho, vocês sabem muito mais do que eu, vocês são especialistas e eu tenho muito pouco estudo, e não estou sabendo como lidar com ele. (L. F. C).

A escola tem assumido um papel relevante na construção de uma relação próxima e de respeito entre os envolvidos neste processo. É bastante relevante destacarmos aqui que as famílias estão inseridas em um contexto social desigual, impróprio que não atende a necessidade mínima para a sobrevivência humana de

forma digna. Á essas famílias faltam muito, eles não têm nada ou quase nada a escola é lugar para onde são inseridas as crianças, tentando institucionaliza-las, buscando sempre desenvolver na escola projetos que venham aproximar cada vez mais família e escola, visto que essa parceria se faz necessária para tentarmos desenvolver o processo de ensino e aprendizagem.

Pois como diz Arroyo:

Os aprendizes se ajudam uns aos outros a aprender, trocando saberes, vivências, significados, culturas. Trocando questionamentos seus, de seu tempo cultural, trocando incertezas, perguntas, mais do que respostas, talvez, mas trocando. (ARROYO, 2000, p. 166.)

É preciso destacar diante desta realidade a importância de uma boa relação entre família/escola, fazendo – se necessário visto que diante de tantos problemas que a escola vem enfrentando em relação a aprendizagem das crianças, só com o apoio e incentivo das famílias é que iremos conseguir descobrir caminhos que venham desenvolver o interesse das crianças em aprender. É preciso que os alunos vejam a educação com uma, ou melhor como a única oportunidade para melhorar o meio em que estão inseridos, melhorando assim as condições de vida de cada uma. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar também é reconhecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que no seu artigo 1º trás o seguinte discurso:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. ” (BRASIL, 1996).

Segundo Cole e Cole (2003) os pais influenciam o desenvolvimento de seus filhos de duas maneiras complementares; ao moldarem as habilidades cognitivas e as personalidades por meios de tarefas que lhe propõem, a reação frente aos comportamentos que eles apresentam; pelos valores que praticam seja explicita ou implicitamente. Mas existe outro aspecto significativo: a seleção que os pais fazem dos outros contextos a seus filhos o local e que vivem as amizades o núcleo familiar. Essa interação é pautada pela reciprocidade, de tal forma que a maneira dos filhos se portarem como de seus interesses, personalidade, aparência, capacidade verbal entre outras, influencia na forma que os pais irão lidar com as crianças.

Segundo Schrepferman e Snyder(2002), interações familiares coercitivas são caracterizadas por uma frequência extensa troca de resposta aversivas verbais e físicas, por pelo menos um membro da família e que tais respostas aversivas são modeladas, mantidas e amplificadas, em parte, por contingências sociais. O fato de a criança não do seguimento as regras e o comando parentais pode ser um ponto central nas trocas coercitivas. Nas famílias com crianças agressivas tanto os pais como os filhos usam respostas aversivas como táticas para se lidar com os conflitos.

A coerção no ambiente familiar tem sido relacionada a uma gama de estressores Intra e extrafamiliar, vividos pelos pais, como ausência de apoio com os outros adultos, conflitos maritais, dificuldades econômicas, estressores vividos pelas crianças como rejeição pelos colegas, baixa autoestima e fracasso escolar (SCHREPFERMAN: SNYDER,2002).

Os fatores de risco familiares são muito mais poderosos para “ensinar” respostas agressivas. Famílias que tendem a usar a agressão como forma de resolução de problemas ensinam as crianças que usar a agressividade pode ser uma forma útil e rápida para resolver um problema.

1. O processo ensino-aprendizagem

Estudos têm mostrado que o ser humano durante toda sua vida tem sido influenciado pelo meio em que vive e, sendo assim, fatores sociais, econômicos e culturais têm contribuído para o seu desenvolvimento. Desta forma entende-se que, assim como o desenvolvimento, a aprendizagem acontece sob a influência de muitos fatores, entre eles, ambientais, familiares, psicológicos, etc.

Entre os estudiosos do desenvolvimento e do processo ensino-aprendizagem encontramos Piaget e Vygotsky, que em seus estudos revelam como os indivíduos pensam e se comportam nas diferentes fases da vida. Embora as diferenças entre eles pareçam ser muitas, ambos comungam de pontos de vistas semelhantes. Tanto Piaget quanto Vygotsky defendem a ideia de que a criança não é um adulto em miniatura. "Procuram sempre o homem na criança sem pensar no que ela é antes de ser homem". (ROUSSEAU, 1999). Piaget e Vygotsky viram o desenvolvimento da criança como participativa, não acontece de maneira automática, portanto, o processo de aprendizagem não é estático, muito menos mecânico, é ativo. É um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo. "Vivendo e aprendendo" se levarmos em consideração a sabedoria popular. Refletir sobre desenvolvimento e aprendizagem se faz necessário, pois existem muitos pontos a serem pensados no que se refere ao ato de aprender.

Bronfenbrenner (1992) considera o desenvolvimento humano, como: um conjunto de processos por meios dos quais as propriedades do indivíduo interagem produzem continuidade e mudanças nas características da pessoa e no seu curso de "vida" (p.191). Destarte, o desenvolvimento humano é uma constante reorganização das atividades da pessoa em seu ambiente sendo estimulado ou inibido pelo grau de interação com as pessoas que ocupam papéis variados e pela participação e engajamentos em diferentes ambientes.

Como já foi dito, uma diversidade de fatores interfere no processo de desenvolvimento e também na aprendizagem, o que resulta num baixo rendimento escolar. Entretanto, neste estudo, objetivou-se destacar a influência dos fatores ambientais, visto que, percebe-se o ambiente familiar como forte influência para o desenvolvimento e aprendizado escolar, assim como a escola exerce papel fundamental para o desenvolvimento intelectual e social do aluno. Concordamos que aprendizagem é o resultado da estimulação do ambiente sobre o indivíduo já maduro que se expressa diante de uma situação-problema, sob a forma de mudanças de comportamento em função de experiências. (ASSUNÇÃO/COELHO, 1989, p. 11).

Quando o ambiente familiar não oferece educação para seus membros, a sociedade sofrerá mais tarde e é o que estamos vendo acontecer hoje. Criança sendo tratadas como adultos por estarem tendo comportamentos de adultos e sendo penalizadas. Sabemos que o ambiente familiar onde nossas crianças estão inseridas será responsável pela formação dos mesmos. De acordo com Piaget (1984) e Vygotsky (1998): [...] a aprendizagem é resultado da interação do indivíduo com o outro, considerando-se a maturação biológica, a bagagem cultural e a nova situação que se apresenta. Portanto, existem diferenças individuais que precisam ser levadas em consideração quando se trata de aprendizagem escolar, pois, esta é um processo pessoal, individual que depende de múltiplos fatores.

2. Família e criança

A família é a primeira instituição responsável pela aprendizagem da criança. Sabendo que é responsabilidade da família educar seus filhos. Porém que vemos é que os pais já não cumprem com a responsabilidade em educar seus filhos e com isso as crianças chegam na escola desprovida de valores, desprovida de uma base educacional que deveria ter iniciada no convívio família.

As crianças que estamos recebendo hoje na escola são carentes de tudo. Para essas crianças falta afeto, respeito, os valores totais desconstruídos pelo ambiente familiar e ausência dos pais presente no seu dia a dia faz com que muitos cresçam desprovidos de todos os valores básicos e necessários para a formação da conduta humana. Como as famílias não estão assumindo sua responsabilidade na formação dos filhos, fica a escola que seria a instituição responsável em ensinar os alunos, assumindo o papel também de educar

A família unida por múltiplos laços capazes de manter os membros moralmente materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações podemos, então, definir família como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação padrões. Assim no interior da família, os indivíduos podem constituir subtemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros (BEE, 2003).

A Família é vista como a base da sociedade, porém diante das mudanças econômicas, políticas e, sobretudo sociais, vê-se a instituição familiar estruturada de forma totalmente diferente de anos atrás. O antigo padrão familiar, antes constituído de pai, mãe e filhos e outros membros, cujo comando centrava-se no patriarca e/ou matriarca, deixa de existir e em seu lugar surgem novas composições familiares. Ou seja, famílias constituídas sob as mais variadas formas, desde as mais simples, formadas apenas por pais e filhos, outras formadas por casais oriundos de outros relacionamentos, até família composta por homossexuais e famílias apenas composta por avós e netos, o que não significa que estas novas formações não possam ser consideradas famílias. Constituídas de forma diferente, mas famílias.

Além disso, os atropelos da vida moderna que acarretam a falta de tempo dos pais para uma boa convivência com os filhos, a velocidade com que essas transformações têm ocorrido, além do

grande número de separações e divórcios, dificultam para as famílias oferecer o que costumamos chamar de “educação de berço”. Essas mudanças e o aumento da expectativa de vida, a diminuição do índice de mortalidade, o aumento de mulheres ingressando no mundo do trabalho, além do aumento das separações e divórcios, anteriormente citados, foram algumas das heranças deixadas pelo século XX. Em consequência disso, a família contemporânea, assim como a instituição do casamento parece estar vivenciando uma grande mudança. E, em decorrência, percebe-se um aumento considerável de pequenas famílias chefiadas por jovens esposas tentando se firmar financeiramente.

Ao comentar as mudanças ocorridas na estrutura familiar PAULO FREIRE diz:

A parceria escola/família, escola/comunidade é vital para o sucesso do educando. Sem ela a já difícil compreensão do mundo por parte do aluno se torna cada vez mais complexa. Juntas, sem denegar responsabilidades, a família, a escola, as comunidades podem significar um avanço efetivo nesse novo conceito educacional: a formação do cidadão.

3. Interação família e escola

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000). É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem-estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem-estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades (Kreppner, 2000). Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que

aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

A integração entre escola e família tem despertado, recentemente, o interesse dos pesquisadores (Davies, Marques & Silva, 1997; Marques, 2002; Oliveira & cols., 2002), principalmente no que se refere às implicações deste envolvimento para o desenvolvimento social e cognitivo e o sucesso escolar do aluno. Neste artigo, os ambientes familiar e escolar são descritos como contextos de desenvolvimento humano, ressaltando a importância do estabelecimento de relações apropriadas entre ambos. A primeira seção trata da família e de seu espaço como agente socializador, enfatizando aspectos relacionados às configurações familiares, à rede social de apoio e aos vínculos familiares e suas implicações para o desenvolvimento humano. Na segunda seção, a escola é destacada como um contexto de desenvolvimento, priorizando uma reflexão sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea, especificamente no que diz respeito ao cenário político-pedagógico. A terceira seção apresenta argumentos na direção de estimular o envolvimento entre a família e a escola. E enfatiza-se a necessidade de envidar esforços para melhor compreender as relações família-escola, de modo a assegurar que ambos os contextos sejam espaços efetivos para a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

Conclusões

Evidenciamos após a realização de toda revisão bibliográfica aqui citada, o quanto é importante e benéfica a construção dessa Família/Escola. Buscando ser referência na formação das crianças. Família deve ser sempre a instituição que educa e a escola a instituição que ensina. Neste sentido teríamos certamente uma educação emancipadora capaz de desenvolver no educando habilidades que são fundamentais na formação do mesmo. Essa parceria deve ser resgatada o quando antes, pois a escola sozinha

não irá suprir jamais o papel da família. Tanto a família quanto a escola são referenciais que embasam o bom desempenho escolar, portanto, quanto melhor for o relacionamento entre estas duas instituições mais positivo será esse desempenho. Porém, não existe uma fórmula mágica para se efetivar a relação família/escola, pois, cada família, cada escola vive uma realidade diferente. Igualmente, a interação família/escola se faz necessário para que ambas conheçam suas realidades e construam coletivamente uma relação de diálogo mútuo, buscando meios para que se concretize essa parceria, apesar das dificuldades e diversidades que as envolvem.

Referências

Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003; Kreppner, 1992, 2000

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagem e auto-imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, M.T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1989.

CORREA, Rosa Maria. **Dificuldades no aprender: um outro modo de olhar**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

Davies, Marques & Silva, 1997; Marques, 2002; Oliveira & cols., 2002

ESTEVES, Jose M. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

MARCHESI, ÁLVARO; Gil H. Carlos. **Fracasso Escolar - uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

PARO, 1982, 2007

PIAGET, J. **Seis estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

SCHREPFERMAN: SNYDER, 2002

SILVA, T.M.T. da. **Mamãe a professora quer falar com você. Eu não fiz nada.**
In. Evangelista, F.; Gomes, P. de T. (orgs). **Educação para o pensar.**
Campinas: Alínea, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes,
1998.

Capítulo 15

A importância da família na aprendizagem de seus filhos

Maria do Carmo Neri do Nascimento¹

Introdução

A integração entre família e escola é uma das mais importantes parcerias para a efetivação da melhoria na aprendizagem. E na mesma, deve existir uma interação em sua vida escolar. Porque é a partir dessa parceria que a criança adquire confiança e conseqüentemente melhora seu desenvolvimento escolar. Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo pesquisar e compreender a importância que se tem na interação da família e escola e a contribuição que essa parceria pode ter no desenvolvimento de seus filhos.

Nessa perspectiva, esse trabalho apresenta com conceito de família e escola, o papel das duas instituições e o aproveitamento que as mesmas podem proporcionar as crianças e a jovens educando.

Vale ressaltar que algumas experiências têm demonstrado que o apoio da família é imprescindível no aproveitamento escolar do aluno, desde que o mesmo o acompanhe em diferentes momentos de seu aprendizado.

¹ Mestranda do curso de Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: professora-carmem@hotmail.com

1. A família e o desenvolvimento psicossocial

Segundo Minuchin (1982, p.26), família é a matriz do desenvolvimento psicossocial de seus membros: Uma relação intrínseca de convivência, que concebe relações de posse e ao mesmo tempo amor.

Sabemos que a família é de certa forma referência aos seus pares e constrói de forma afetiva o comportamento da criança. É ela também que ensina os primeiros passos, tanto pessoal quanto familiar da criança. Na verdade é ela quem conduz os primeiros Ensinamentos.

A escola é a instituição social que tem como finalidade transmitir os conhecimentos e ajudar ao desenvolvimento do aluno. É o local onde o indivíduo desenvolve suas potencialidades intelectuais de forma sistemática, orientada ou mediada pelo um professor, com a ajuda de todo um corpo de funcionários que direto ou indiretamente são participantes e colaboradores dessas instruções educacionais. Lembrando também, que a escola segue um currículo estabelecido nacionalmente por todas as escolas públicas do país. Considerando alguns casos especiais.

Dessa forma escola e família são as instituições mais importantes na educação das crianças. Isso porque as mesmas cumprem o papel de educá-los em prol de seu desenvolvimento pessoal, cultural e social.

Entretanto, mesmo as duas tendo relevância na educação da criança, o papel de cada uma é singular, porque nem uma substitui a outra. Isso podemos afirmar com convicção, já que os resultados e experiências vividas entre as escolas públicas e também privadas são comprovados com sucesso quando a criança tem um bom acompanhamento familiar. Salvo alguns casos.

Nesse sentido, tanto a família como a escola proporciona conhecimentos de forma diferente as suas crianças e jovens. Daí a importância das mesmas manter uma boa relação. Se as duas

instituições cumprirem seus papéis, tanto escolar quanto familiar, terão respostas satisfatórias, cumprindo seus papéis com fidedignidade. Como afirma Parolin:

Destaco que o papel da família na formação e nas aprendizagens das crianças e jovens é ímpar. Nenhuma escola por melhor que seja, consegue substituir a família. Por outro lado, destaco também que a função de escola na vida da criança é igualmente ímpar. Mesmo que as famílias se esmerem em serem educadoras, o aspecto socializador do conhecimento e das relações não é adequadamente contemplado em ambientes domésticos. (PAROLIN, 2008, p.01)

É sabido que família e escola são os principais sustentáculos ao ser humano, na verdade, os dois são a base e a referência para a sua existência. Quanto maior for a parceria entre as mesmas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser efetiva e de forma consciente, sem oprimir, mas também sem passar a mão na cabeça em tudo que faz. Também não devem ser apenas por obrigação por fazer parte da família e sim porque é de grande importância como seres humanos.

É importante a parceria e a relação entre pais, educadores e filhos compartilhem o que sabem, compreendam e trabalhem as nuances de seu dia-a-dia sem julgar e não condenar aqueles que consideram responsáveis pela má formação intelectual. É preciso estar buscando compreender as questões das situações vividas, sabendo que toda relação de aprendizagem dos filhos está diretamente relacionada aos pais. Assim como também, tem a cumplicidade com o envolvimento da escola.

Acreditamos e defendemos que a convivência e o relacionamento familiar são elementos importantes para o desenvolvimento individual, e integração da criança no ambiente escolar, o relacionamento com professores e familiares,

convivência com colegas, tudo isso são fatores relevantes para seu desenvolvimento social.

É importante compreender o indivíduo como parte de um todo organizado, com elementos que se integram interagindo, influenciando cada elemento e sendo influenciado pelo mesmo. Esse ambiente pode ser um ambiente instigante para a harmonia como também para o conflito. Por isso é necessário estabelecer princípios de valores. E como afirma Piletti:

O conhecimento da família do aluno é indispensável para a eficácia do trabalho escolar. Embora tal conhecimento seja essencial para o professor, a escola, através do serviço de intercâmbio com a comunidade, pode fazer tais visitas e colocar as informações à disposição dos professores. (PILETTI, 1987, p.185).

Apesar de ambas as instituições terem papel importantíssimo no crescimento e desenvolvimento das crianças, devemos saber que cada uma possui o seu próprio papel nesse processo de educá-las.

A família precisa estar atenta ao desenvolvimento da criança independente do que eles consideram que foi progresso ou não. A criança deve estar constantemente segura de seu papel dentro da escola, sabendo que a escola é local de interagir, socializar e principalmente desenvolver sua aprendizagem com satisfação.

É importante que os pais demonstrem interesse pelas atividades que são realizadas na escola. Podendo recorrer de conversas e perguntas sobre o que acontece na escola, questionando sobre o que aprendeu como foi o dia e muitos outros questionamentos que vão tendo importância dependendo do momento e do contexto.

Também é importante ressaltar que é preciso reconhecer que a família independente de como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e de até violência. Assim, é

fundamental à escola e, em particular aos professores, que se conheçam os alunos e as famílias com as quais compartilham saberes.

A escola deve estar preparada para receber não só a criança como também sua família que pode e deve estar efetivamente compartilhando com a escola os desafios que vão sendo assumidos a cada etapa e nível da criança. Dessa forma, a escola passa a ter subsídios para acompanhar essas crianças com mais segurança e responsabilidade.

Porém, para que a integração entre família e escola ofereça uma boa contribuição é preciso mudança de atitudes dos professores e dos pais. O consenso acerca dos objetivos educacionais pode ser compreendido como um passo para o sucesso de todos.

Com esta abordagem, espera que a cultura da escola seja apresentada de uma forma diferente. A missão de educar é partilhada valorizando a participação dos pais no processo educativo, tanto na escola como em casa.

Na verdade, há uma pergunta: Como a família pode contribuir na aprendizagem de seus filhos? De certa forma existem várias maneiras da família colaborar com a escola. Vamos aqui destacar algumas estratégias e atitudes. A família pode intervir no sentido de motivar os alunos para frequentarem a escola, bem como auxiliá-los no desenvolvimento de suas competências e habilidades, através de um relacionamento amigável com os colegas e professores. Orientar em suas atividades de casa e quando não for possível, pelo menos, incentivarem a fazê-lo, demonstrando interesse pelo que eles fazem na escola.

Também é importante que a família questione e dialogue sobre as atividades que são desenvolvidas na escola. Mostrando que o que fazem não é evasivo e que tem grande valor.

A escola deve estar preparada para atender a muitas dificuldades que aparecem durante o ano letivo, principalmente no que diz respeito as relações familiares. Para muitas crianças à

escola passa a ser não só um local de aquisição da aprendizagem como também o local onde as mesmas encontram lazer.

Nesse sentido, o grupo de profissionais precisa estar consciente do seu papel de orientá-los no desenvolvimento de brincadeiras, estipulando regras, para que as crianças aprendam que até momento de lazer é preciso respeitar o espaço do outro.

Além disso, família e escola devem levar em consideração as influências externas que, sem acompanhamento das duas instituições podem favorecer ou não o desenvolvimento das crianças, influenciando positivamente ou negativamente, na formação do educando.

É impossível aprender e se desenvolver por meio de práticas lúdicas sem o brincar, portanto, visto que ao longo de suas vidas, as crianças vão adquirindo experiências através de suas interações com o meio ao qual se inserem, podemos enfatizar que, quando elas vivenciam momentos de interatividades lúdicas, elas estão aprendendo de modo prazeroso, pois, por exemplo, os brinquedos chamam muito a atenção das crianças, e sendo assim,

Durante as brincadeiras, a criança obtém a capacidade de criar e reinventar o meio que está à sua volta através do uso constante de sua imaginação, isso faz com ela desenvolva aos poucos as habilidades que ainda estão ocultas e adquira uma maturidade capaz de enfrentar todos os conflitos que venha ocorrer ao longo de sua vida. Portanto, através de execuções de atividades lúdicas, a criança consegue compreender situações importantes da vida social, e em consequência, consegue evoluir seu comportamento em todos os âmbitos que estão inseridos na convivência social.

De acordo com os estudos de Piaget (1982), quando o mesmo analisa a ludicidade por meio do brincar, a aprendizagem e o desenvolvimento da criança acontecem por etapas, pois, para o conhecimento ser adquirido, primeiramente há o método de assimilação, e posteriormente o processo de acomodação, o que ativa e modifica o processo cognitivo da criança. Portanto, o

brincar, partindo desses pressupostos, compreendemos que o lúdico é uma ferramenta pedagógica de indiscutível importância para a formação da criança e que dentro do sistema de educação, a ludicidade deve ser trabalhada sob uma finalidade a ser alcançada, e, sobretudo com respeito aos limites e dificuldades das crianças.

Quando as crianças estão participando de brincadeiras, elas adquirem e acumulam experiências que contribuem significativamente em seus processos construtivos de percepções, criatividade, e de realizações de tarefas, influenciando assim, na formação de suas maturidades, na melhoria do vocabulário, no controle das emoções, e, sobretudo, tornando-as aptas a crescerem conhecendo tudo que as rodeiam, tais como os direitos de cidadania que é de extrema importância para seus progressos dignos dentro da sociedade.

Dado contexto, faz a criança reconhecer que é um cidadão, e que de alguma forma pode ajudar a mudar o mundo e/ou proporcionar um bem-estar para si e para seu próximo. Portanto, nessa perspectiva, a criança poderá aprender melhor e com mais facilidade a conviver dignamente dentro da sociedade de maneira mais segura e prazerosa quando:

O brincar é agradável por si mesmo, aqui e agora. Na perspectiva da criança, brinca-se pelo prazer de brincar, e não porque suas consequências sejam eventualmente positivas ou preparatórias de alguma outra coisa. No brincar, objetivos, meios e resultados tornam-se indissociáveis e enredam a criança em uma atividade gostosa por si mesma, pelo que proporcionou no momento de sua realização.

Portanto, como já enfatizado, através das brincadeiras as crianças conhecem e desenvolvem suas habilidades e potencialidades, bem como também, suas maiores dificuldades, e sendo assim, pouco a pouco, as crianças vão conquistando seus desejos e relacionando seu mundo com os dos adultos, e em consequência, adquirem confiança para seguir em frente e, sobretudo, vencendo os desafios que a vida oferece.

Os jogos, as brincadeiras, e os brinquedos sempre estiverem presentes na vida das crianças, mesmo quando a criança era considerada um adulto em miniatura e não detinha de seus direitos de infância, e mesmo quando a sociedade não reconhecia a importância do brincar como ferramenta de aprendizagem e desenvolvimento da criança, no entanto, no período contemporâneo, os jogos, as brincadeiras, os brinquedos e muitas outras situações tiveram seu caráter lúdico reconhecido, e, portanto, se tornaram indispensáveis para as práticas de ensino, principalmente na Educação Infantil, onde a criança adora brincar, e necessita da brincadeira para poder se sentir bem, e criar entusiasmo para a realização dos processos de aprendizagens.

Conclusões

Esse trabalho partiu do pressuposto que a família tem papel preponderante na aprendizagem de seus filhos. Constatando que a família, como também a escola, representa papel importantíssimo na educação da criança, principalmente na formação da autoestima, e conseqüentemente na aprendizagem do educando. Oportunizando-lhes o crescimento como sujeitos capazes de auxiliar na construção de uma sociedade livre e democrática.

Sabemos que quando a família não apresenta interesse em seus filhos, principalmente em sua vida escolar, a criança não consegue ter bons resultados nos estudos. Portanto, sabemos que as crianças aprendem a comportar-se em sociedade ao conviver com outras pessoas, principalmente com os próprios pais. Por isso a importância do papel dos pais na educação de seus filhos. É importante que os pais reconheçam que precisam estar envolvidos com os filhos e com a escola. Na verdade, eles precisam estar por dentro do conhecimento e também, das dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos seus filhos.

Dessa forma, poderá ajudá-las, visando um desenvolvimento global, do aluno. Pois os mesmos sentirão que não estão sozinhos

nessa caminhada, atribuindo demasiada importância e que isso não se torne algo enfadonho e sofrido se não obtiver, principalmente, o apoio de seus familiares.

Referências

ABREU, R. A. et.al. **Guia para o dia da família na escola**. Ministério da Educação. Brasília: Junho.2002.

PAROLIN, Isabel. **Relação Família e Escola**: Revista atividades e experiências. Positivo, 2008.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. 5^a. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

Capítulo 16

A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano

João Paulo Nobre Belarmino¹
Elisabeth Albuquerque Cavalcante²

Introdução

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam na formação do cidadão (Rego 2003). Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Portanto a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras e inibidoras do seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo de ensino-aprendizagem. Já na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

¹Autor, mestrando em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: jpnbelarmino@hotmail.com

² Coautora, mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: bethcavalcante@gmail.com

Neste artigo, o ambiente familiar e escolar é descrito como contextos e desenvolvimento humano, priorizando uma reflexão sobre sua função social, estimulando o envolvimento entre família e escola, de modo a assegurar que ambos os contextos sejam espaços efetivos para a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

1. Conceito de família

O conceito de família, ou a compreensão do que seja esse grupo social, vem passando por mudanças ao longo do tempo, consequências de alterações nos padrões de comportamentos, do ritmo imposto pela vida moderna, de um novo olhar sobre o papel da mulher na sociedade.

No início da colonização, família era entendida como uma instituição estabelecida pelos laços sanguíneos, originada no casamento. Em seu regime interno, destacava-se a figura patriarcal (do pai como autoridade), e uma hierarquia era estabelecida. A figura do chefe era representada sempre pelo homem, a quem os demais familiares deviam obediência. Muitas vezes, também ocorria de viverem na mesma casa pessoas de famílias diferentes, todas comandadas pelo mesmo patriarca. Em relação aos filhos, somente aqueles gerados pela união considerada estável, ou seja, os casamentos eram considerados legítimos.

A Constituição Brasileira de 1988, nos artigos 5º, 7º, 201, 208 e 226 a 230, representou avanço significativo ao trazer inovações como um novo conceito de família:

“União estável entre o homem e a mulher”;

“Comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos descendentes”;

“Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”;

Podemos observar, aqui, a visão mais ampla e inclusiva da estrutura e a formação das famílias. Além da Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente define família como sendo um grupo de duas ou mais pessoas unidas por laços de afetividade.

Destaque-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera como família não somente a família natural, mais também a família substituta, a guarda e a tutela, ou seja, toda organização em que as pessoas convivam em harmonia, protegendo e educando.

2. O papel da família e formas de constituição familiar

Na Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90, há referência sobre o papel da família como a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de uma sociedade começa na família.

As mudanças ocorridas através dos tempos nos apresentam diversas formas de constituição familiar: casais que se separam e casam novamente; filhos que são criados apenas pelo pai ou pela mãe; crianças criadas pelos avós; e tantas outras. Mas, apesar dessas mudanças independentemente de forma como está constituída, a família continua sendo a unidade básica da sociedade, instrumento essencial de preservação.

Dados estatísticos recentes mostram o aparecimento de diversas configurações familiares bem diferentes da tradicional família nuclear. A família é, então, um grupo de pessoas não necessariamente ligadas por laço de consanguinidade, mas tem vínculo afetivo, que estabelecem compromissos entre si. Além disso, na família existem propósitos comuns e cada pessoa tem certeza de que pode contar com a outra. A família é, portanto, o núcleo do desenvolvimento humano.

3. Conceito de escola- atual/passado

O termo escola deriva do latim Schola e refere-se ao estabelecimento onde se dá qualquer gênero de instrução. Também permite fazer alusão ao ensino que se dá ou que se recebe, ao conjunto do corpo docente e discente de um mesmo estabelecimento escolar, ao método, ao estilo peculiar de cada professor/docente para ensinar, à doutrina e ao sistema de um autor.

O estado deve garantir a educação de seu povo. Por isso, a sua função consiste em inspecionar as escolas para que funcionem corretamente e ofereçam um serviço educativo de qualidade aos seus estudantes/alunos.

Hoje em dia, as escolas dividem-se entre as públicas e as privadas. As primeiras encontram-se sob a alçada do estado e são gratuitas, ao passo que as escolas privadas são administradas por particulares ou empresas, que cobram uma cota pelos serviços educativos prestados.

Até o advento da lei 5.692/71, a escola atendia exclusivamente a uma minoria privilegiada; com a proposta de ampliar o número de vagas, passou a atender também as classes menos favorecidas da nossa sociedade. Ocorreu, então, o que chamamos de massificação do ensino: a quantidade de brasileiros, na escola, passa a ser a maior preocupação da nossa política educacional.

De acordo com o texto PROGESTÃO- modulo 1 (2001, pag.23)

As melhores e as mais conceituadas escolas pertenciam a rede particular, atendendo um grupo elitizado, enquanto a grande maioria teria que lutar para conseguir uma vaga em escolas públicas com estrutura física e pedagógica deficientes.

O país tem passado por mudanças significativas no que se refere ao funcionamento e acesso da população brasileira ao ensino público, quando em um passado recente era privilégio das camadas sociais abastadas (elite) e de preferência para os homens, as mulheres mal apareciam na cena social, quando muito as únicas que tinham a instrução formal recebiam alguma iniciação em desenho e música.

Nos anos de 1988 com a Constituição Federal em seu inciso VI do artigo 206 e referendada posteriormente pela LDB 9.394/96 incisos VIII do artigo 3, foi legalizada a expressão “gestão democrática”. Sendo um grande avanço para a educação, descentralizando lideranças, com um objetivo de trazer a família como fonte de força na função do diretor, onde os pais e alunos passariam a ter uma valorização nas atividades extracurriculares.

Entendendo, portanto, que escola e família formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Vale ressaltar também, que, mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor.

4. Responsabilidades e objetivos comuns

A lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) afirma, em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996).

Com esse olhar sobre o desenvolvimento integral, é necessário levar em conta os diversos contextos em que a criança se encontra. Atualmente, a criança é vista.

“Como sujeito social ou, desde muito cedo agente construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca do conhecimento, da fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento.” (OLIVEIRA, 2005, PAG81)

A escola, porém, é uma instituição que complementa a família nas questões educacionais e, como tal, precisa ser um local agradável e também afetivo para a criança. Assim sendo, a família e a escola podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem, deixando claro que os papéis da família e da escola são distintos, havendo responsabilidades e objetivos comuns entre elas.

Quando a família atua em parceria com a escola, quem ganha é a criança, embora os pais também se beneficiem, pois ganham autoconfiança a respeito de seu papel e, para que isso seja possível, a comunicação entre a família e escola deve ser aberta, permanente e construtiva.

A escola, portanto, necessita do apoio da família, pois ela precisa saber sobre sua dinâmica, para poder respeitá-la, orientá-la e compreendê-la, para depois, após um diálogo aberto e franco, intervir, se necessário, em relação às atitudes da criança.

A boa relação entre família e escola impulsiona uma soma de ações que conduzem pais e gestores (diretor, professor, pedagogo, secretários, entre outros a praticar o dialogo uns com os outros, a superar a divergência de opiniões e compreender o papel da cada um nessa relação). A educação é, sem dúvida, complexa demais, portanto exige a parceria entre família e escola.

A presença dos pais na escola é um gesto de apoio aos esforços da escola. As reuniões individuais entre professores e pais, quando possível, é uma rica oportunidade para alimentar a parceria ente família e escola, cujo objetivo é o mesmo, o processo de aprendizagem da criança.

A colaboração com a escola na educação dos filhos é de fundamental importância. Os pais são os protagonistas dessa educação e, portanto, não podem, em nenhum momento, afastar-se desse processo. Se a colaboração da família não se der, a relação com a escola fica vazia e isso pode prejudicar a educação da criança. É preciso lembrar que a educação é muito mais que instrução envolve a vivência de valores humanos que só a família pode cultivar.

5. Estabelecer limites

Em outros tempos, muitas vezes, bastava um olhar para corrigir o comportamento de uma criança. Tem-se essa lembrança da nossa infância, mais os tempos mudaram. A forma de educar também. Hoje os pais e educadores sofrem a inquietude da incerteza; como melhor educar?

Para muitas pessoas, tudo é questão de dúvida: por que os adultos são tão permissivos, por que os pais se irritam, os filhos se revoltam, os professores se inquietam, os mais velhos lastimam a má educação da nova geração? Por que muitos comentam, mais poucos apontam caminhos? Alguns pais reclamam da escola, algumas escolas reclamam dos pais, alguns professores reclamam dos alunos, alguns alunos reclamam dos professores.

Essas inquietações elas confirmam a ideias de que educar é uma tarefa bastante complicada, que exige reflexão, sensibilidade, determinação, responsabilidade, consciência e atitude. Refletir sobre a tarefa de educar nunca foi tão necessário como nos dias atuais, “pois a preparação para vida, a formação das pessoas, a construção dos seres, são reponsabilidades da família” (CHALITA, 2001, P.21).

Por isso, pais que objetivam que o filho se torne um verdadeiro cidadão devem ser exemplos em cada ação do dia-a-dia, demonstrando o que é correto a partir de suas atitudes. Com isso,

a criança vai formando o seu conceito em relação ao que é socialmente aceito. À medida que ela se desenvolve, vai percebendo que é preciso saber quando deve ou não fazer alguma coisa, e vai compreendendo que existem limites para suas ações.

O problema é quando os pais se tornam antirrepressivos e têm dificuldades para impor limites aos filhos. Então deixam que seus filhos façam o que querem, passem da conta e se tornem indisciplinados e arredios a qualquer determinação dos adultos. Do autoritário ao permissivo, dois comportamentos radicais e nocivos para a educação.

Crianças e adolescentes sem limites, não se sentem amados. É algo como um sentimento de que os pais não se importam com eles, já que não se importam com o que eles fazem. Inseguros afetivamente usam do mau comportamento para chamar a atenção dos pais. Segundo o psiquiatra Içami Tiba, em seu livro 'Disciplina, limite na medida certa': "Uma criança satisfeita dá liberdade para os pais. Estando insatisfeita, exige atenção o tempo inteiro".

É imprescindível que os pais ajam em sintonia na educação dos filhos; o casal precisa planejar as orientações que eles deverão seguir. Isso fará com que os filhos sintam uma confiança inabalável, assim, irão crer que podem contar com o amor e o apoio dos pais. Essa ação conjunta é sentida pelos filhos como expressão da grande importância que eles possuem na vida dos pais.

Bom senso é sempre a medida certa e é fundamental na educação. Segundo Içami Tiba, no livro citado acima: "O leite alimenta o corpo. O afeto, a alma. Criança sem alimento fica desnutrida. Criança sem afeto entra em depressão". Crianças que ficam soltas demais tendem a se perder, a ficar sem referência. Assim, muito carinhos aliados a um tratamento disciplinador, com limites claros e bem estabelecidos promove a segurança emocional que os filhos precisam ser convencidos de que é amado e a disciplina é uma grande ferramenta. Estabelecendo regras, rotinas e desenvolvendo um vínculo saudável com os filhos, eles

entenderão que não terão que apelar para revolta no sentido de chamar atenção e ganhar afeto. Dessa forma, não se sentirão ainda tentados a usar de meios autodestrutivos para chamar a atenção, tais como os vícios de modo geral. A confiança, juntamente com o amor, é o elo que deve prevalecer na relação pais e filhos precisam.

6. Mudanças na estrutura familiar

A estrutura familiar sofreu diversos ajustes e desajustes nos últimos séculos, mas ainda não atingiu o ponto de maturação adequada ao exercício de suas funções- sobretudo pedagógicas. Já atravessada pelos ventos da modernidade, ou ainda apegada a velhos padrões, a família hoje, de qualquer modo, está diante de questões muito dolorosas e ainda não encontrou respostas satisfatórias. A facilidade com que se quebram os laços matrimoniais e mesmo os laços maternos, paternos, filiais ou fraternais está radicada no encrudescimento do egoísmo e no culto excessivo ao prazer e ao sucesso pessoal.

Mais tempo, mais atenção de todos os familiares uns para os outros, mais diálogo aberto e sem melindres, mais convivência em trabalhos, lazeres saudáveis, atividades religiosas e sociais- eis a única receita para que se recupere o amor e a alegria em família, únicos antídotos contra a discórdia, a separação, a frieza e o isolamento.

A sociedade deverá se estruturar de forma a permitir maior convivência familiar, se o capitalismo contemporâneo seguir a trilha do modelo oriental, isso se tornará cada vez mais massacrante. Por outro lado, as informatizações do trabalho hoje permitem outras alternativas. A terceirização, o serviço do meio período, a volta das famílias à vida mais simples e mais rural, a possibilidade do trabalho e do estudo em casa via computador- tudo isso são tendências que poderão se firmar no terceiro milênio e que deverão favorecer a vida em família.

A solução antiga- o homem fora e a mulher dentro do lar- já não é mais possível, nem desejável, pois resulta numa grande dissociação entre interesses, realizações e ideias femininos e masculinos, criando dois mundos à parte, inconciliáveis e empobrecidos. O homem, ausente de maiores responsabilidades domésticas tende a endurecer o coração. A mulher apenas encarregada da casa perde a perspectiva do progresso individual e coletivo, aliena-se e torna-se mesmo incapaz de dar uma educação de maior qualidade aos filhos. O ideal, portanto, é uma diminuição do ritmo feminino e masculino no frenesi do mundo, para que o lar volte a ser um lar aprazível e não apenas um dormitório.

Esse descompasso transitório entre homens e mulheres tem sido umas das causas de separação de casais. Mas a verdade é que marido e esposa deveriam se empenhar até o limite máximo possível para evitar esse rompimento dos laços familiares, que é sempre causa de traumas para os filhos.

O que se vê, porém, são alguns casais separados, usando as crianças como instrumento de manobra para ferir um ao outro. A ternura pelos filhos, que deveria servir de antídoto e ponto de apoio contra maiores desequilíbrios, perdeu a força, pelo egoísmo excessivo dos adultos.

Casamentos se desfazem com facilidade, também porque não são nascidos da afinidade profunda e de compromissos anteriores. Muitos não passam da oficialização fortuita de alguns dos vários relacionamentos que tanto o homem como a mulher já tiveram em muitos anos de “experiências” afetivas. É óbvio que tal consorcio não pode criar raízes. O problema é que nascem crianças destes casamentos, e crianças que teriam direito a uma família estruturada, amorosa e feliz.

Lar deve ser o cenário onde o indivíduo possa sentir-se plenamente confiante, aceito e amado, onde possa expor seus conflitos mais íntimos com sinceridade, sem medo de perder a compreensão dos familiares, onde possa desabafar seus problemas e dialogar em profundidade com os que são afins. A família tem

que ser o esteio de sua autoeducação. O exemplo edificante, o ambiente moral, as vibrações amorosas do lar serão determinantes na existência presente e na vida imortal.

7. Quem é responsável por ensinar o respeito?

Muitas escolas têm tomado frente nessa situação, visto que é principalmente nesse espaço que as crianças têm oportunidades de exercitar as noções de convivência social. Professores percebem a falta de respeito com que as crianças tratam seus próprios pais, outros adultos e colegas. Chega-se ao ponto de a escola precisar trabalhar com os alunos regras básicas de educação e de boas maneiras de tratar as pessoas.

Sabe-se que a escola tem feito muito na intenção de ajudar, mas a família, em especial os pais, não devem se isentar de uma responsabilidade que é dela.

Pesquisas têm mostrado que crianças, com os adultos, respeitam aqueles que as respeitam. Sendo assim, quando a criança é educada com respeito, aprenderá a se respeitar, a respeitar os outros e, principalmente, respeitar aquelas pessoas que lhe ensinou sobre essa virtude.

E os responsáveis, como o nome diz, são aqueles que respondem pelos atos dessas crianças e devem ensinar as regras de convivência social. Crianças não conseguem se autoeducar. Elas aprendem boas maneiras com pessoas de seu convívio. Se essas pessoas disserem “por favor”, “obrigado”, “com licença”, a criança também dirá.

É observando as atitudes dos adultos que a cercam que a criança vai aprendendo, pois em um primeiro momento ela apenas imita, repete. O desenvolvimento de hábitos acontece em grande parte dessa imitação. O respeito é uma virtude. Se a criança vivencia essa virtude dentro da própria casa, fará dela uma prática para toda vida.

Conclusões

As relações estabelecidas entre escola e família ao longo da história sempre ocupou um espaço importante no âmbito educacional, já que as duas instituições são as principais responsáveis pela formação integral do indivíduo.

Contudo, cada uma desempenha papéis distintos, porém complementares, na educação que é fornecida para a criança. O contexto familiar é o primeiro espaço de socialização, e será nele que o indivíduo aprenderá os valores e conhecimentos que nortearão sua vida. Entretanto, a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visa o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade.

A família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir.

Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso, que visa conduzir crianças e jovens a um futuro melhor.

O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem de forma que venha criar cidadãos críticos capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Existem diversas contribuições que tanto a família quanto a escola podem oferecer, proporcionando o desenvolvimento pleno respectivamente dos seus filhos e dos seus alunos. Alguns critérios devem ser considerados como prioridade para ambas as partes.

A parceria da família com a escola sempre será fundamental para o sucesso da educação de todo indivíduo. Portanto, pais e

educadores necessitam serem grandes e fiéis companheiros nessa nobre caminhada da formação educacional do ser humano.

Referências

BIDDULPH, S.; BIDDULPH, S. **Quem vai educar seus filhos?** Tradução de Vera Whately. São Paulo: Fundamento 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

CHALITA, G. Educação: **A solução está no Afeto.** São Paulo Editora Gente, 2001.

KALOUSTIAN, S. M. (ORG.) **Família brasileira: a base de tudo.** 7ª. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef, 2005.

LA TAILLE, Y. **Limites: três dimensões educacionais.** São Paulo: Ática, 1998.

NOLTE, D. L.; HARRIS, R. **As Crianças Aprendem o que Vivenciam.** São Paulo: Sextante, 2003.

OLIVEIRA, Z, R. de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Rego, T. C. (2003). **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades.** Petrópolis, RJ: Vozes.

PENIN, S. T. S.; VIEIRA S. L.; MACHADO M. A. M. I. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** Brasília: Consed, 2001. (Módulo 1)

UNICEF. **Declaração Mundial Sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90.**

Capítulo 17

Família e escola: uma parceria que dá certo

Edna Maria Rodrigues da Silva¹

Antônia Derlângia Correia do Nascimento Nobre²

Introdução

A família é o primeiro ambiente de convivência da criança e a escola é um complemento à educação recebida pela família.

O tema do trabalho se justifica pelas constantes inquietações da necessidade da relação família e escola que enquanto instituições sociais se relacionam de maneira permanente e dinâmica no processo de desenvolvimento dos indivíduos, devem estabelecer meios de cooperação, para que tal processo ocorra de maneira efetiva em suas diferentes esferas, pois é perceptível os apelos que uma boa parte da sociedade faz para as comunidades, numa tentativa de resgatar a família e seus valores dentro da instituição escolar.

A intervenção dos pais na educação dos filhos é essencial. Dar apoio e cuidados ao filho é uma responsabilidade que não pode faltar. Muitas vezes, os pais estão bastante envolvidos com outros problemas (profissionais, pessoais, econômicos e financeiros) que acabam esquecendo-se de dar atenção necessária aos filhos, o que leva muitas vezes a um afastamento entre pais e filhos. Com a

¹Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: ednazinha.encantado@yahoo.com.br

² Mestrando em Educação pela UNISULLIVAN INC. E-mail: der.langia@hotmail.com

constante evolução da sociedade consideramos de fundamental importância que a escola seja promotora de políticas e estratégias que promovam uma maior aproximação dos pais à escola.

Nos dias de hoje, a problemática do envolvimento da família é uma das mais importantes temáticas, visto que o desenvolvimento das crianças na escola é extremamente importante porque se as crianças forem bem acompanhadas no seu processo escolar em parceria com os pais, serão com certeza cidadãos com uma perspectiva de vida pessoal e escolar muito melhor.

Nas últimas décadas a família sofreu transformações profundas e que têm posteriormente implicações para sua definição. Frente a isso se torna cada vez mais necessário a sintonia entre escola e família, pois a escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de todos.

A educação constitui um dos componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a integração plena do seu ambiente. A escola não deveria se distanciar da família nem a família da escola. Uma depende da outra, na tentativa de alcançar um maior objetivo, qualquer que seja, porque um melhor futuro para os educandos é, automaticamente, para toda a sociedade.

De acordo com Rerrenoud e Montandan: “As famílias preocupam-se também cada vez mais com o desabrochar e a felicidade dos seus filhos, esperando que a escola os discipline sem o anular e os instrua sem os privar da sua infância.”

Portanto, a Escola é, com frequência, atentamente vigiada pelos pais que lhe confiam os seus filhos com uma mistura de confiança e desconfiança. A escola não deve ser só um lugar de aprendizagem, mas também um campo de ação no qual haverá continuidade da vida afetiva que deverá existir.

A necessidade de se construir uma relação entre escola e família, deve ser para planejar e estabelecer compromissos e

acordos mínimos para que o educando tenha uma educação com qualidade tanto em casa quanto na escola ou mesmo fora dela.

1. O conceito de família

O conceito de família, ou a compreensão do que seja esse grupo social, vem passando por mudanças ao longo do tempo, consequência de alterações nos padrões de comportamento, do ritmo imposto pela vida moderna, de um novo olhar sobre o papel da mulher na sociedade.

Ao início da colonização, família era entendida como uma instituição estabelecida pelos laços sanguíneos, originada no casamento. Em seu regime interno, destacava-se a figura (do pai como autoridade), e uma hierarquia era estabelecida. A figura do chefe era representada pelo homem, a quem os demais familiares deviam obediência. Muitas vezes, também ocorria de viverem na mesma casa pessoas de família diferentes, todas comandadas pelo mesmo patriarca.

Em relação aos filhos, somente aqueles gerados pela união considerada estável, ou seja, o casamento era considerado legítimo.

Do início do século XX até pouco tempo atrás, predominou no Brasil a chamada “família nuclear”, aquela formada por pai, mãe, filhos. Essa concepção de família excluía outros membros que eventualmente fizessem parte desse grupo.

A constituição Brasileira de 1988, nos artigos 5º, 7º, 201, 208 e 226 a 230, representou avanço significativo ao trazer inovações como um novo conceito de família:

“União estável entre o homem e a mulher”;
Comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes;
Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Podemos observar aqui, a visão mais ampla e inclusiva da estrutura e formação das famílias. Além da Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente define família como sendo um grupo de duas ou mais pessoas unidas por laços de afetividade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera como família não somente a família natural, mas também a família substituída, a guarda e a tutela, ou seja, toda a organização em que as convivam em harmonia, protegendo, educando.

1.1 O papel da família

Tradicionalmente, ao se falar em família, principalmente uma chamada família “estruturada”, tinha-se a visão de um casal unido pelo casamento e morando na mesma casa com os filhos, hoje, porém é preciso ter um novo olhar sobre essa organização. Uma família pode ser considerada harmônica e estruturada independente de sua constituição; e pode ser desestruturada mesmo quando formada por pai, mãe e filhos. Isso porque a estrutura não define necessariamente a relação existente entre as pessoas que formam uma família.

Na declaração Mundial sobre a sobrevivência, a proteção e o desenvolvimento da criança nos anos 90, há referência sobre o papel da família como a principal responsável pela alimentação e pela proteção da criança, da infância à adolescência. A iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de uma sociedade, começa na família.

“Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade, amor e compreensão.” (UNICEF, 1990)

O novo Código Civil Brasileiro, que entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003, ampliou o conceito de família, que a ser

considerada como qualquer união entre pessoas que se gostam e se respeitam. Ao fazer uma reflexão sobre esse conceito, o juiz Juarez Marques Luz (2005), titular da 2ª vara da família Alagoana, afirma:

Ainda tem gente arraigada na história da colonização, mas a própria lei se modernizou. Família pode ser constituída por casais que nunca legitimaram a relação; por gente que nunca se casou nem no civil nem no religioso. É convivência harmoniosa que começa a partir de duas pessoas livres, sem comprometimento civil. Para se desenvolver saudavelmente, com equilíbrio emocional que favoreça a formação da personalidade, a criança precisa acima de tudo de afeto. O lado material sozinho não basta. É preciso morar num lar com pessoas amorosas. Esse vínculo de afetividade é o que pesa diante da lei, quando se trata da abrangência familiar. (Juarez Marques Luz - 2005).

As mudanças ocorridas através dos tempos nos apresentam as novas e diversas formas de constituição familiar: casais que se separam e casam novamente; filhos que são criados apenas pelo pai ou pela mãe; crianças criadas pelos avós; e tantas outras. Mas, apesar dessas mudanças independentemente da forma como está constituída, a família continua sendo a unidade básica da sociedade, instrumento essencial de preservação. As famílias em que há adoção ou novo casamento são exemplos de que é a relação de amor e afeto que estabelece o alicerce dessa estrutura social.

Dados estatísticos recentes mostram o aparecimento dessas e de outras configurações familiares bem diferentes da tradicional família nuclear. A família é, então, um grupo de pessoas não necessariamente ligadas por laços de consanguinidade, mas que têm vínculo afetivo, que estabelecem compromissos entre si. Além disso, na família existem propósitos comuns e cada pessoa tem a certeza de que pode contar com a outra. A família é, portanto, o núcleo do desenvolvimento humano.

1.2 Contextualização histórica sobre a escola

A Educação historicamente, sempre ocupou um espaço importante na sociedade na qual a escola e a família desempenham papéis fundamentais na transmissão dos conhecimentos. Entretanto, as relações estabelecidas entre escola e família ao longo da história sempre ocupou um espaço importante no âmbito educacional, já que as duas instituições são as principais responsáveis pela formação integral do indivíduo. Contudo, cada uma desempenha papéis distintos, porém complementares, na educação que é fornecida para a criança.

O contexto familiar é o primeiro espaço de socialização e será nele que o indivíduo aprenderá os valores e conhecimentos que nortearão sua vida. Entretanto, a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o ser humano, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visa o desenvolvimento integral do indivíduo, enfatizando o trabalho pedagógico na construção de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade.

Sendo assim o ser humano sempre se encontra em processo constante de socialização com o meio no qual vive, a partir das interações com os indivíduos a sua volta estabelece relações afetivas e sociais que irão nortear sua trajetória no processo histórico. Até meados do século XVII, a criança era vista como um adulto em miniatura; vivia exposta a tudo o que os adultos participavam; até mesmo os artistas da época representavam as crianças com as características dos adultos, distinguindo apenas o tamanho. Entretanto a partir do século XVIII a infância passa a ter um espaço reservado na sociedade moderna, começa-se a valorizar a imagem da criança, como sendo uma tese distinta e peculiar, que merecia cuidados específicos, na qual passariam a ser tratados como indivíduos merecedores de necessidades específicas relativas a infância.

A família passou a ter um papel mais afetivo na formação da criança enfatizando também a educação como fator importante nas relações estabelecidas. Nesse período não havia escolas, as crianças recebiam o conhecimento de forma direta e informal, por meio dos familiares. Dessa forma a família se torna a primeira instituição responsável pela formação do indivíduo. A educação fornecida pelos familiares era uma educação informal, fundamentada na prática das tarefas cotidianas, e não em um sistema de ensino. Assim, o conhecimento adquirido no seio da sociedade se tornava uma aprendizagem fundamental para o indivíduo se situar dentro das relações estabelecidas no contexto em que vivia.

Essa visão educacional enfatiza-se o surgimento da escola como fonte de uma educação sistemática, diferente dos saberes aprendidos em casa. Segundo Oliveira (2003, P.11), define educação como sendo:

Uma das atividades básicas de todas as sociedades humanas, pois a sobrevivência de qualquer sociedade depende da transmissão de sua herança cultural aos jovens. Oliveira, (2003, p.11)

Contudo, o papel da escola na transmissão de conhecimentos está relacionado ao processo sistemático, que visa apenas à transmissão de determinadas ciências, técnicas e conteúdo, sendo assim uma educação formal no processo de desenvolvimento do indivíduo. Ao mesmo tempo em que a escola tem por função a socialização entre seus participantes.

A escola em sua origem era um bem que poucos podiam usufruir, pois a educação formal era direcionada às elites dominantes, deixando o restante da população sem os conhecimentos eruditos que eram transmitidos no ambiente escolar. No entanto a partir das ideias estabelecidas na revolução francesa no final do século XVIII, a educação foi estabelecida como direito de todos na maioria dos países. Nesta perspectiva global de transformações de ideias o Brasil teve esse direito reconhecido

somente com a constituição de 1988, na qual foi estabelecida a igualdade entre todos os cidadãos, e a educação, que antes era vista como dever apenas da família, passou a ser também dever do Estado, o que favoreceu para que a educação básica se tornasse direito fundamental para o desenvolvimento do indivíduo.

2. Família e escola agindo juntas

A vivência na escola de uma cultura participativa entre os pais, profissionais da educação, em grande parte, da relação que estes protagonistas desencadeiam e que se torna dominante para o eficaz desenvolvimento do aluno. A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos tem apresentado um papel importante no desempenho escolar. O diálogo entre a família e a escola, tende a colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar. O envolvimento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista a melhorar, de modo efetivo, o seu desempenho cognitivo.

Uma das tarefas mais importantes que os pais podem realizar para ajudarem os filhos é criarem condições ambientais favoráveis à aprendizagem, disponibilizando materiais e visitando ambientes voltados para leitura, como também ter o hábito de ler para que despertem nos filhos a curiosidade e a prática de uma boa leitura.

A modificação de hábitos e rotinas não é fácil para os adultos nem para as crianças. Se o gosto pelo estudo não existe e se a família, ainda por cima, não o valorizar, será difícil que ele se transforme num hábito prazeroso. Quando um educando muda de níveis de ensino precisa se adaptar as especificidades da nova situação, incluindo no que diz respeito à organização de seu estudo individual.

A articulação entre a família e a escola ultrapassar dificuldades e contribui para a aquisição ou a melhoria de hábitos

de estudo ao longo de toda escolaridade. Valorizar a escola, demonstrar interesse pelas atividades lá realizadas, ajudar a organizar o espaço e o tempo de estudo, elogiar os pequenos e grandes sucessos obtidos e não deixar criar desânimo perante as dificuldades, estar em contato permanente com a escola, são formas de os pais ajudarem aos filhos a sentirem-se valorizados e acompanhados e a adquirirem hábitos e gosto pelo estudo. De acordo com Villas – Boas (2001):

Toda criança num momento ou noutro sentem dificuldade, quer no processo de aprendizagem escolar, quer nas tarefas que lhes são exigidas, existe a necessidade de que alguém apoie a criança nesses momentos e lhe restitua a confiança nas suas capacidades. Villas – Boas (2001, p.55)

Sendo assim, a família em consonância com a escola e vice-versa, são peças fundamentais para o pleno desenvolvimento da criança e conseqüentemente são pilares imprescindíveis no desempenho escolar. Entretanto, para conhecer a família é necessário que a escola abra suas portas e que garanta a sua permanência. Nesse sentido, Bertrand (1999, p.29) afirma que:

As reflexões avançam hoje, para identificação que influenciam as diferentes práticas de cidadania pelo mundo a fora. A estratégia para a construção de uma sociedade não é única. Bertrand (1999, p.29)

Assim um dos desafios da escola é sempre envolver a família em atividades escolares. Não apenas para falar dos problemas que envolvem os filhos, mas para ouvi-los e tentar engajá-los em algum movimento realizado pela escola como projetos e festas escolares.

Os pais não podem confundir a atribuição de responsabilidade com o abandono da supervisão escolar necessária a todo ser humano. A responsabilidade é extremamente importante para o desenvolvimento da criança, mas como toda etapa da vida do indivíduo necessita de um ser mais experiente, no

caso a família, para nortear as atitudes a serem tomadas pelo mesmo.

Entretanto, mesmo conhecendo os problemas e desafios peculiares das famílias e por consequência dos educandos, se não houver um interesse mútuo em solucioná-los, os esforços de detectar tais problemas tornam-se nulos, impedindo que a escola e o professor possam intervir para o sucesso do educando. O interesse e a participação familiar são fundamentais. A escola necessita entender que é uma instituição que completa a família e que ambos precisam ser lugares agradáveis e afetivos para a criança.

O educador Gabriel Chalita (2001, p.119) diz que:

“A educação é um processo lento de lapidação de uma pedra bruta de inestimável valor, que precisa ter um grande número de facetas polidas que a façam brilhar, que realcem sua beleza intrínseca.”

Dessa forma, no contexto interativo, ou seja, a partir das experiências no meio em que vive, e das estratégias usadas pelo outro alguém mais experiente é que a criança encontra apoio para aprender. Esse alguém experiente pode ser o pai, a mãe ou outra pessoa da família.

Conclusões

É possível concluir que existem enormes vantagens no envolvimento dos pais no apoio educativo dos filhos.

É função da escola em parceria com os pais atenuar as simetrias sociais que vão surgindo ao longo do processo educativo. Pois é fundamental proporcionar condições a todos os educandos para que eles consigam desenvolver e percorrer o seu próprio caminho escolar.

Envolver as famílias na elaboração da proposta pedagógica pode ser uma das metas da escola, que pretende ter um equilíbrio no que diz respeito à disciplina e progresso de seus educandos. É fato que a família e a escola representam ponto de apoio e sustentação ao ser humano e marcam sua existência. A parceria família-escola precisa de ser cada vez maior, pois quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos serão os resultados na formação da criança.

Portanto, os desafios da relação entre família e escola no contexto escolar envolvem mais que a simples presença dos pais na escola, os desafios dizem respeito às condições primordiais de gestão, dentro dos princípios democráticos que lhe deve ser inerente, e de prática emancipadora por um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Referências

BRASIL, **Lei n. 9394/96**, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: 1996.

Coleção Família e Escola. Base Editora. 1ª edição. Curitiba. 2008.

PEREIRA, E.C. **Escola e família: Uma parceria que dá certo**. Curitiba: E.C. Pereira, 2004.

Capítulo 18

Família, escola e gestão: parceiros no processo ensino aprendizagem

Neide Sandra Machado Freire Damasceno¹

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo integrar a família à escola, um dos grandes desafios enfrentados pelos educadores. Dessa forma, me propus a analisar a participação da família na escola, no processo de tomada de decisões no contexto escolar, visando, a partir do papel do gestor, buscar meios para que a família crie o hábito de participar da vida escolar de seus filhos, percebendo o quanto a relação família-escola é importante no processo de ensino- aprendizagem.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de interação entre esses agentes, e a falta da participação da família no processo educacional dos seus filhos como suporte pedagógico para melhorar o seu desempenho. Pois mesmo que a escola desempenhe sua maior função, que é a de assegurar a aprendizagem dos alunos, a família precisa ter o compromisso de garantir o acesso e a permanência de seus filhos no cotidiano

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.; Especialização em: Reengenharia de Projetos Educacionais - Linguística Aplicada - Faculdade de Selvíria (MS); Especialização em: Gestão Escolar, Área de conhecimento: Ciências Humanas - UFC; Especialização em: Gestão Governamental - UNILAB; Graduação em: Licenciado em Formação de Professores do Ensino Fundamental (5^a a 8^a séries) - Licenciatura Plena em Língua Portuguesa - FECLESC - UECE.

escolar.

Assim, o tema: “Família, Escola e Gestão – parceiros no processo ensino aprendizagem” vem com o objetivo social, de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem e por entender que a parceria entre a família e a escola é de suma importância para o êxito no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo, na faixa etária de seis a quatorze anos do Ensino Fundamental da Escola Enéas Ferreira Nobre, na sede de Ibicuitinga.

Para a concretização desses objetivos fez-se necessário conceituar o que é família, escola e suas diferenças, identificar algumas ações dos gestores que favorecem uma sólida parceria entre família e escola e conscientizar toda comunidade escolar sobre a necessidade de um trabalho coletivo, visando resultado satisfatório da aprendizagem dos alunos, onde a família participe mais da vida escolar de seus filhos e para que escola e família juntas construam práticas educativas que possibilite uma continuidade do processo socializador da família para a escola e para o mundo do trabalho. Não foi interesse responsabilizar os pais pelo aproveitamento escolar, nem apagar a distensão entre educação formal e informal e nem confundir o papel da família com o papel docente. O sentido dessa atuação é considerar as diferenças entre os ambientes educativos.

Nesse sentido, além de considerar, também, as transformações que ocorrem na sociedade moderna, nas suas instituições, conforme os quadros sociais que estão instáveis, o estudo das estruturas e das funções da família e da escola daí decorrentes, os quais exigem uma compreensão dinâmica e respostas mais articuladas.

Dessa forma, o trabalho vem mostrar a importância da família desde a sua formação, até a formação do ser social, observando os vínculos, a integração e as atitudes entre escola e família que irão enriquecer o processo pedagógico, e o que o gestor deve fazer para tornar atrativa para ao pais e para a comunidade,

além da forma como acontece essa relação.

1. Desenvolvimento

Segundo o Dicionário Houaiss, Família: 1. Grupo de pessoas formado especialmente por pai, a mãe e os filho (s), que vivem sobre o mesmo teto. 2. Grupo de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou qualquer parentesco. Segundo a Bíblia, a família começa no casamento. Quando Deus criou Adão e Eva, ele revelou seu plano básico para o casamento: "Por isso, deixo o homem se unir à sua mulher, tornando-se os dois em uma só carne" (GÊNESIS 2:24).

Família é uma palavra de conceituação complexa, de origem latina que quer dizer família, denominada de um grupo de ancestrais em comum de relações afetivas vivendo no mesmo espaço, portanto, ela é à base da sociedade.

O conceito de família não está voltado somente para o sentido de afetividade e sentimentos, de diversas formas, mas dá um sentido mais amplo, pois se trata da realidade social, cultural, política e econômico do indivíduo no contexto onde se encontra inserido. Veja o que o autor menciona:

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. BIROLI, (2014, p. 7).

Como fora citado entendemos que o conceito de família é bem mais abrangente, pois globaliza tudo que faz parte da história

do sujeito sendo incluída desde sua rotina em casa ainda bebê e perpassa por todo seu desenvolvimento, alcançando as relações políticas, sociais, culturais e econômicas que irão se construindo a medida que ele necessita ocupar seu espaço na sociedade.

A família é o primeiro contexto na qual a criança desenvolve padrões de socialização. Deste modo, ela se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária, que vai refletir na sua vida escolar. Sendo assim, o sucesso da tarefa da escola depende da colaboração familiar ativa. É impossível colocar à parte escola, família e sociedade, pois, se o indivíduo é aluno, filho e cidadão, ao mesmo tempo, a tarefa de ensinar não compete apenas à escola, porque o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano. Sendo assim, é preciso que professores, família e comunidade tenham claro que a escola precisa contar com o envolvimento de todos.

São inúmeros os desafios que se interpõem a tarefa de educar nos dias de hoje. Informações e conhecimentos transformando-se no fator produtivo mais importante no contexto trazido pelas mudanças econômicas de nossos tempos. Para poder participar dos frutos do progresso tecnológico, não basta acesso a eles, mas competência e habilidade para bem usá-los em benefício de todos. Tornamo-nos aprendizes na sociedade do conhecimento; cada vez mais é preciso saber lidar com novas situações que se apresentam no cotidiano profissional e comunitário. Exige-se não apenas o saber técnico, mas também uma maior capacidade de relacionamento humano, grupal e interativo.

Família e escola precisam juntas, criam uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isto, é fundamental que se encarem como parceiras de caminhada, pois ambas são responsáveis pelo que produzem, podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra.

Portanto, é imprescindível que família e escola atuem juntas como agentes facilitadores do desenvolvimento pleno do educando, pois é através da educação que vão se constituir em agentes institucionais capazes de exercer seu papel para a mudança da estrutura social.

Escola e família devem ter os mesmos objetivos: fazer a criança se desenvolver em todos os aspectos e ter sucesso na aprendizagem. As instituições que conseguirem transformar os pais ou responsáveis em parceiros diminuirão os índices de evasão e de violência e melhorarão o rendimento das turmas de forma significativa. Conforme adverte Gentile (2006, P.32), “abrir as portas à participação de familiares e da comunidade ajuda os alunos a ter sucesso na vida escolar e colaborar para diminuir a evasão e a violência”.

Para TOMAZ:

Os gestores têm a função de acompanhar, monitorar e avaliar o desempenho do professor, analisando sua repercussão na aprendizagem do aluno, isto deve ocorrer a partir da visão de que a escola é um espaço de prática pedagógica voltada para a promoção das pessoas, para a socialização do aluno e sua inserção no mundo de trabalho, ou seja, uma escola deve ensinar que é preciso aprender, sempre. (2007, p.23)

Para que a gestão escolar seja bem-sucedida é necessário que o gestor além de trabalhar de forma democrática, crie um ambiente acolhedor, que viabilize o trabalho educacional cumprindo o projeto pedagógico da escola. Mas é essencial que ele mantenha sua equipe escolar, pais e alunos em torno desse objetivo. “Todos os atores da comunidade escolar encenam e aprendem. E os espaços e práticas atitudinais também educam”, diz Bianca Cristina Correa, especialista em gestão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto.

Partindo deste princípio, surge a figura do gestor escolar, como sendo o indivíduo que irá propagar ideias para que ocorra a transformação, aquele que *irá* articular essas ideias junto à comunidade escolar.

Paro (2003), argumenta que a ausência da comunidade na escola pública torna mais difícil a avaliação da qualidade do ensino ofertado. Os pais, até mesmo mais que os alunos, como co-usuário da escola, são capazes de apontar problemas e, muitas vezes, sugerir ações para solução deles. Além de todos esses aspectos, é ainda importante realizar a divisão do poder na escola possibilitando à comunidade participar da tomada de decisões.

A relação entre escola e comunidade precisa ser um espaço aberto onde favoreça e solicite a participação de toda essa abertura aponta para o caráter interdependente da escola. Essa interação entre escola e comunidade é amparada por leis que exigem, por exemplo, a criação dos conselhos escolares. Essas são estratégias de interação e de democratização do espaço escolar que favorecem a democratização do ensino.

Para Libâneo (2003, p.348-349), a organização de atividades que asseguram a relação entre escola e comunidade:

“Implica ações que envolvem a escola e suas relações externas, tais como os níveis superiores de gestão do sistema escolar, os pais, as organizações políticas e comunitárias, as cidades e os equipamentos urbanos. O objetivo dessas atividades é buscar as possibilidades de cooperação e de apoio, oferecidas pelas diferentes instituições, que contribuam para o aprimoramento do trabalho da escola, isto é, para as atividades de ensino e de educação dos alunos. Espera-se especialmente, que os pais atuam na gestão escolar mediante canais de participação bem definidos”.

Assim, pode-se inferir que a participação efetiva da comunidade na escola é uma responsabilidade da escola. Essa participação traz, sem dúvidas, inúmeras vantagens, porém reconhece-se que há inúmeros obstáculos em relação a tal participação. Mesmo assim, a escola não deve desistir, pois essa

participação deve ser entendida como uma questão política, que auxilia na construção da cidadania. Um bom começo para efetivas mudanças no padrão de participação da comunidade é, por exemplo, um incentivo e a implantação dos conselhos escolares que devem atuar de maneira ativa e autônoma.

Pais e mães podem participar de várias formas no ambiente escolar e na própria educação dos filhos, basta que a escola ofereça opções e dedique um tempo para que isso aconteça. Claro que essa não é uma tarefa fácil, uma vez que os professores estão envolvidos emocionalmente com seus alunos e famílias. Famílias e escola têm a responsabilidade de educar as crianças, para isso precisam estabelecer uma relação de parceria, aumentando as possibilidades de compartilhar critérios educativos que possam minimizar as possíveis diferenças entre os dois ambientes, escola e família.

Não há dúvida que o ambiente escolar e a família compõem o meio social no qual o aluno está inserido. Eles dois, mais o local em que se localiza sua residência ou sua escola, bem como os laços sociais e econômicos, compõem o meio social com forte interferência no aprendizado e na motivação para aprendê-lo.

É fundamental que conheçamos os alunos, as famílias e todos que fazem a escola, pois está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente: as escolas têm a obrigação de se articular com as famílias e os pais têm direito a ter ciência do processo pedagógico, bem como de participar da definição das propostas educacionais. Porém nem sempre esse princípio é considerado quando se forma o vínculo entre diretores, professores e coordenadores pedagógicos e a família dos alunos.

Percebe-se que, gestores e docentes embora reclamem da falta de participação dos pais na vida escolar dos filhos, não se mostram abertos quando um membro da comunidade mais crítico cobra qualidade no ensino ou questiona alguma rotina da escola. Percebem essa atitude como uma intromissão e uma tentativa de comprometer a autoridade deles. Já os pais, por sua vez, não

participam por desconhecerem seus direitos, ou não sabem como fazer, ou se isolam, pois não foram bem acolhidos e se retraíram.

Quando o assunto é aprendizagem, o papel de cada um está claro - da escola, ensinar; dos pais, acompanhar e fazer sugestões; e dos gestores cumprirem o dever legal e social de ter um relacionamento de qualidade com as famílias.

Observa-se nas últimas décadas, uma crescente preocupação com essa inserção da comunidade na escola, inclusive com programas voluntários. Independentemente das questões ideológicas que esse tipo de participação possa suscitar, sabe-se que a comunidade tem um papel importante na construção da autonomia da escola, principalmente da escola pública, porque essa correrá uma medida em que a escola se coloca a serviço dos interesses da população que dela necessita.

Enfim, muitos podem ser os significados para a palavra participar. É preciso que se conheçam as razões pelas quais as famílias não têm correspondido ao que educadores esperam enquanto sua participação na escola. Para tal, precisa-se se livrar da postura de juízes que condenam sem conhecer as razões e, incorporar o espírito investigador que busca as causas para o desconhecido.

2. A temática “família, escola e gestão”

Existe um relativo consenso de que a temática: “Família, Escola e Gestão” tratem de uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre as instituições. E esta é, realmente, uma relação sujeita a conflitos de diferentes ordens. Nos dias atuais é possível ver este conflito observando a tênue distância formada entre o adulto e a criança.

Assim, tanto a escola como a família, poderão verificar seu papel no enfrentamento da crise que envolve todos, ampliando as preocupações e princípios, que possam unir em alguns pontos, duas instituições tão complexas.

Partindo dessa análise teórica, percebe-se que não estão interagindo totalmente na vida escolar de seus filhos. Assim, esse estudo resolveu avaliar como o envolvimento das famílias da Escola Enéas Ferreira Nobre. Considerou-se a relação família-escola-aluno a base fundamental para a compreensão do processo educativo, cuja maior contribuição é o seu resultado na sociedade.

Percebeu-se que a escola vem, gradativamente, assumindo a maior parte da responsabilidade pelas situações de conflito que nela são observadas. Serão demonstrados através de relatos, que a educação não é missão exclusivamente da escola, ressaltando o interesse dos pais como influência positiva na qualidade da educação da criança e do adolescente. Assim, é preciso compreender que no momento em que escola e família conseguirem estabelecer um acordo na forma como irão educar suas crianças e adolescentes, muitos dos conflitos hoje observados em sala de aula serão paulatinamente superados. Resta-lhe abrir mais portas para tentar uma parceria educativa com os pais, de modo que possa instituir uma nova estabilidade, que traga de volta, à escola, a legitimidade que a crise da modernidade lhe tirou.

Sem dúvida que este estudo faz parte de uma nova etapa nas relações escola/família/gestão, em que os papéis serão reconstituídos sob novas bases éticas, políticas e culturais.

3. Metodologia abordada

A metodologia utilizada para o estudo segue dois princípios norteadores: primeiro, de cunho bibliográfico, na luz de Valadão (1997), Paro (2003), Alonso (1988), e Libâneo (2003); a segunda, no contexto prático, vivenciada através de uma pesquisa de campo, do tipo qualitativo-descritiva, com o objetivo de se fazer um apanhado sobre o papel da família e da escola no contexto histórico em que estão inseridas; da necessidade do acompanhamento da família no desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como se dava essa interação.

O estudo foi realizado na Escola de Ensino Fundamental Enéas Ferreira Nobre, no município de Ibicuitinga – CE, distante da capital Fortaleza, 196 km.

Estas informações oportunizaram avaliar as ações, as dificuldades, os prejuízos para o sucesso escolar e pessoal dos educandos. Segundo Vygotsky (1998, p. 110), “O aprendizado das crianças começa antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizado com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia”.

Diante do contexto apresentado e buscando responder a questão norteadora do início do trabalho, a qual questiona de que forma a relação família-escola pode contribuir para a construção do cidadão, é possível compreender, diante da proximidade da família e da escola que, as características e particularidades marcam a trajetória de cada família e conseqüentemente, a do educando a quem atendemos.

A boa relação entre família e escola impulsiona uma soma de ações que conduzem pais e gestores (diretor, pedagogo, professor, secretários, entre outros) a praticar o diálogo uns com os outros, a superar a divergência de opiniões e a compreender o papel de cada relação. A educação é, sem dúvida, complexa demais, portanto exige a parceria entre família e escola. Essa parceria deve se efetivar no respeito mútuo, em que as funções de cada instituição sejam consideradas, mas que cada uma delas - família e escola - se conscientize da sua importância para o desenvolvimento integral da criança.

A presença dos pais na escola é um gesto de apoio aos esforços da escola. Estes são protagonistas dessa educação, se a colaboração não for efetiva, a relação com a escola fica vazia e isso prejudica a educação da criança. É preciso lembrar que a educação é muito mais que instrução, envolve a vivência de valores humanos que só a família pode cultivar. Conforme Vitor Paro, quando se fala da ajuda dos pais, se está fazendo referência a um carinho, a um afeto e até mesmo a uma intervenção mais ostensiva.

A escola deve ser espaço de troca de experiências educativas para os pais e onde eles encontrarão apoio para viver dentro dos valores morais e padrões de condutas escolhidos que, por vezes, não são valorizados em outros ambientes sociais.

Conclusões

Este estudo buscou mostrar a importância do acompanhamento da família e da escola no processo ensino-aprendizagem, a fim de despertar em todos os envolvidos, a contribuição para a construção da identidade, da autonomia e cidadania do aluno.

Foi identificado no decorrer deste estudo, que quando família, escola e comunidade se unem, a escola consegue efetivar ações em prol do desenvolvimento de cidadãos participativos, críticos, reflexivos, conhecedores dos seus direitos e deveres. E, sabendo que a relação família-escola deve ser fundamentada nos princípios da relação dialógica, crítica e libertadora, fortalecendo a participação dos pais no espaço escolar.

Para isto, os resultados mostraram que é fundamental que os pais sintam a escola como um ambiente seguro e acolhedor e, ao mesmo tempo, é necessário a participação e o acompanhamento por parte dos progenitores (ou responsáveis) na vida escolar das crianças.

Família e escola precisam juntas, criar uma força de trabalho para superarem as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva; para isso, é fundamental que se encarem como parceiras de caminhadas, pois ambas são responsáveis pelo que produzem, podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra.

A questão em foco, da presença da família na escola, é sem dúvida de extrema importância para o desenvolvimento do aluno em seu processo educativo. Entretanto, ainda precisa ser melhor discutida, repensada quanto à forma que vem sendo trabalhada na

escola, pois apesar da preocupação existente com sua problemática, a escola ainda precisa criar melhores estratégias de aproximação entre a família, de modo a responsabilizá-la e torná-la parte do processo educativo dos filhos.

Referências

ALONSO, Myrtes. **O Papel do Diretor na Administração Escolar**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1988.

Bíblia Sagrada (Gênesis 2:24).

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

COLOMBO, Sônia Simões (org.). **Gestão educacional: uma nova visão**. Porto Alegre; Artmed, 2004.

DIOGO, Ana Matias. **Família e escolaridade**. Lisboa: Colibri, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HORA, Dinair Leal. **Gestão democrática na escola**. São Paulo: Papirus, 1994.

LIBANÊO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003

Minidicionário Houaiss da língua portuguesa / organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – 2. ed. rev. aum. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

NÉRICI, Imídio G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PARO, V. **Gestão democrática da escola pública**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. **Gestão para o sucesso escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ. **Novos paradigmas da gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005.

SOUSA, Oralda Adur de; LOCH, Valdeci Valentim. **A escola e a família em parceria**. Curitiba: Base Editora, 2008. 56p. Il.; 278cm. – (coleção família & escola; 2).

VALADÃO, Cláudia Regina; SANTOS, Regina de Fátima Mendes. **Família e escola: visitando seus discursos**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na UNESP – Franca, em: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-4237.2013n13p178>. Acesso em: 08 jun. 2015.

Capítulo 19

A relação entre família e escola pública: possibilidade de um bom desempenho na aprendizagem

*Maria Eunice Ferreira do Nascimento*¹

*Maria Eviania Lima Rabelo*²

Introdução

A relação entre escola e família é uma ação que não é fácil de ser exercida no dia a dia, pois ambas enfrentam desafios no desempenho de seus papéis, e estes refletem na formação do sujeito. Esta pesquisa bibliográfica visa encontrar meios que possibilitem a integração dessas duas instituições.

As transformações sociais no decorrer da história humana são as responsáveis pelas novas concepções de família, é notório que vem acontecendo uma mudança radical na composição familiar, trata-se das relações de parentesco e na representação de tais relações na família, essa representação colabora na construção de identidade do indivíduo que implica nas relações sociais, e dessa forma surgem os novos modelos de famílias. Esses novos modelos

¹ Graduada em Letra Licenciatura Plena pela UECE, Especialista em Metodologia do Ensino Básico pela Faculdade Kurios e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN In.

² Graduada em História Licenciatura Plena pela UECE, Especialista em Perspectivas e Abordagens em História pela UECE e Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú UVA e Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN In.

de família não são tão aceitos pela população, por mais que essas novas famílias já façam parte da rotina das pessoas, percebe-se ainda a existência do preconceito social.

No tocante a escola, esta é uma instituição formal de ensino, que tem como função a socialização dos conhecimentos históricos construídos com o objetivo de instrumentalizar o aluno levando-o a ter uma compreensão e a possibilidade de intervir em diversas situações de sua realidade.

O primeiro tópico aborda a educação brasileira que iniciou - se com o trabalho de catequese com os Jesuítas através da igreja católica, com relação ao ensino público foram criadas as escolas públicas financiadas pelo estado e a Constituição Brasileira de 1988 trouxe novos direitos no ensino público, ampliado o ensino fundamental, médio e o aumento de vagas nas universidades.

O segundo tópico mostra os conceitos de família no contexto da história humana, que traz uma reflexão com relação às mudanças da composição familiar. O terceiro tópico faz um paralelo do papel da família com o papel da escola que traz uma reflexão sobre a relação das duas instituições, apontando a importância de ambas na formação do sujeito.

Na busca de compreendermos o relacionamento entre família e escola constatamos que ambas têm papéis distintos, porém de suma importância na sociedade. Desse modo, faz-se necessário elas caminharem juntas, e deve acontecer o diálogo, a elaboração de projetos que envolvam essas instituições em prol do ensino de qualidade no exercício da cidadania.

1. História das escolas brasileiras

O breve relato histórico sobre a educação brasileira é uma forma de ampliar o nosso conhecimento para que possamos entender o processo de desenvolvimento da escola pública no passado e nos dias atuais.

Com o descobrimento do Brasil em 1500, vieram os primeiros padres Jesuítas com o objetivo de proclamar a fé católica e a escola no Brasil. Eles tinham a autorização do papa para pregar o evangelho e também de fazer um trabalho educativo junto às famílias indígenas. Diante disso vemos que:

A mensagem catequética jesuítica era em geral, dirigida a todos adultos e crianças. No entanto, os Jesuítas pensaram inicialmente que uma forma particularmente interessante de educar, de transformar os povos indígenas com os quais eles tinham contato, era desenvolver uma ação voltada especificamente para as crianças indígenas. Acreditavam que, agindo assim, estariam garantindo, no futuro, adultos cristãos e católicos fiéis ao rei de Portugal e ao Papa. (Proinfantil. 2005 p: 18 e 19).

Os Jesuítas visavam retirar as crianças do convívio familiar para afastá-las das “influências maléficas”. Seus planos eram organizar casas catequéticas, e manter as crianças e os adolescentes em um local de estudo religioso como também a leitura e a escrita.

No decorrer da trajetória os Jesuítas não conseguiram obter êxito na tentativa de educar os índios, visto que crianças e adolescentes indígenas passaram um período morando em casa da catequese, mas depois retornavam aos cuidados da família. Isso fez com que os Jesuítas seguissem outra linha de raciocínio, que foi a realização do trabalho referente à educação escolar das crianças e jovens mais ricos.

No período do movimento político e filosófico, conhecido como iluminismo na Europa nos séculos XV e XVIII, Marques de Pombal empenhou-se em suas teorias, baseando-as nas reformas do ensino portugueses. Ele expulsou os Jesuítas de Portugal e fundamentou as reformas pombalinas, quando “foi criada a escola de primeiras letras para que de fato a leitura fosse ensinada, como também, o cálculo e preceitos morais e religiosos, financiada pelo Estado”.

A partir dessas reformas na educação surgiram várias escolas chamadas “escolas régias” no Brasil, cujo educador lecionava todas as disciplinas, sendo o método individual, o conteúdo era explicado a cada aluno, de forma individual e esse tipo de ensino na maioria das vezes era realizado na residência do professor, e quem mais frequentava era público masculino. Entendemos que:

(...) a educação escolar vai assumindo uma autonomia em relação às famílias e tornando-se obrigação estatal e serviço especializado (...) na década de 1830, pela primeira vez no Brasil organizaram-se cursos para formação de professores: foi o momento de fundação das primeiras escolas normais no país. (Proinfantil, 2005.p: 22).

Desde já, a escola deveria assumir a responsabilidade no tocante a melhoria no quadro de profissionais, sendo que fossem contratados professores formados para desempenharem suas funções com mais eficiência.

No final dos anos 70 e início dos anos 80 no Brasil, além de mais escolas e mais vagas para crianças das camadas populares lutavam-se também pela qualidade de educação, pela dignidade de profissão docente e pela efetiva democratização da educação (...) a cidadania entendida como um direito, um dever, uma prática e um valor que deveriam ser ensinados e cultivados na escola. (Proinfantil, 2005.p: 35).

Sabemos que é difícil mediante a tanta desigualdade social, se pensar em uma escola de qualidade voltada para uma sociedade democrática, que vise o ensino igualitário a todas as classes independente de posição social. Com a Constituição Brasileira de 1988, a educação passou a ser retratada como “um direito social e subjetivo dos mais importantes, que incluíram o direito à educação de criança de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas”.

Com essa Constituição surgiu uma nova Lei de Diretrizes e Base Nacional, com a aprovação em 1996, cuja finalidade era melhorar a qualidade do trabalho com criança, jovens, adultos e as famílias. Visando a ampliação da escola do ensino fundamental, médio e o aumento de vagas nas universidades.

Segundo Paulo Freire, a formação do sujeito deve contemplar o desenvolvimento do seu papel dirigente na definição do seu destino, dos destinos de sua educação e da sua sociedade; e que formar o cidadão, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo.

Portanto, a escola no decorrer da história passou por grandes transformações no ensino e na vivência social de um povo. Sabemos que ela exerce importante papel no âmbito social oferecendo ao indivíduo atividades “constante que exige dele na elaboração de seu pensamento, na medida em que utiliza a linguagem para a transmissão de informações” e transformação pessoal e profissional.

2. Conceituação de família

Família é uma palavra de conceituação complexa, de origem latina que quer dizer família, denominada de um grupo de ancestrais em comum de relações afetivas vivendo no mesmo espaço, portanto, ela é à base da sociedade.

O conceito de família não está voltado somente para o sentido de afetividade e sentimentos de diversas formas, mas dá um sentido mais amplo, pois trata - se da realidade social, cultural, política e econômica do indivíduo no contexto onde encontra - se inserido. Veja o que a autora Biroli menciona:

A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e

afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. (2014, p. 7).

Como fora citado entendemos que o conceito de família é bem mais abrangente, pois globaliza tudo que faz parte da história do sujeito sendo incluída desde sua rotina em casa ainda bebê e perpassa por todo seu desenvolvimento, alcançando as relações políticas, sociais, culturais e econômicas que irão se construindo à medida que ele necessita ocupar seu espaço na sociedade.

Os padrões nos arranjos familiares no Brasil se modificaram bastante nas últimas décadas. Quando se compara o Brasil de hoje ao de meados do século XX, as pessoas se casam mais tarde, especialmente as mulheres, e se separam com mais frequência. Elas têm em média menos filhos do que antes e as crianças, em um número cada vez maior, crescem em ambientes domésticos que estão muito distantes do padrão da família nuclear. [...]. Mais mulheres são chefes de família, o que significa que mais mulheres são as principais provedoras da casa e que mais mães criam seus filhos sozinhas. BIROLI, (2014, p. 24).

No decorrer da evolução da sociedade surgiram transformações que modificaram o quadro da família tradicional que é composta por pai, mãe e filhos. Na atualidade existem diversos tipos de família, a mulher resolve ser mãe solteira, o homem deixa a mulher e mora só com os filhos, os avós criam os netos, um casal homossexual decide criar filhos. Essas diversidades muitas vezes são acarretadas por inúmeras circunstâncias como: morte, divórcio, abandono, separação e dentre outros fatores que interferem na estrutura familiar, que dá um novo significado a palavra família. Para ROMANELLI (2005, p. 77) “Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundam em mudanças na dinâmica familiar é a crescente

participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias”.

Por mais que haja os diferentes tipos de família formados no decorrer da história humana, atualmente a família continua com o mesmo objetivo que é de manter os princípios éticos, e de conservar a união monogâmica. De acordo com o projeto Diretor de Turma do Ensino Médio que costumamos desenvolver na escola é notório essas diferenças, dificuldades por parte dos responsáveis: pais, irmãos, tios, padrastos, avós, ou até mesmo por pessoas sem nenhum grau de parentesco, etc., que enfrentam os desafios de darem uma boa educação aos seus filhos.

Na compreensão de CAMPOS/CARVALHO:

A palavra família, na sociedade ocidental contemporânea tem ainda a maioria das pessoas conotação altamente impregnada de carga efetiva. Os apologistas do ambiente da família como ideal para a educação dos filhos geralmente evidenciam o calor materno e o amor como contribuição para o estabelecimento do elo mãe - filho existente no caso de crianças institucionalizadas. (1983, p.19).

Nesse contexto, o conceito de família está atrelado à convivência entre mãe e filhos, onde emergem os laços afetivos que colaboram no comportamento de ambos vistos pela sociedade de todas as épocas.

A Constituição Federal (1988) exige respeito à dignidade humana com relação à composição familiar. Em nossos dias percebemos que os vínculos afetivos acontecem na família independente da contribuição da genética. Pois, é dada ênfase aos laços afetivos na maioria das vezes fora do casamento monogâmico e do relacionamento sexual momentâneo.

3. A relação entre escola e família na formação do indivíduo

Dessen e Polonia (2007) relatam que:

Na instituição escolar, os conteúdos curriculares certificam o ensino e aprendizagem do conhecimento onde há uma maior preocupação por parte da escola. Na família, as preocupações principais já são outras, entre elas o processo de socialização da criança, como também a proteção, as condições básicas e também o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de seus componentes. (p.).

Escola e família são instituições que têm papéis definidos cujos objetivos é a contribuição para a formação do cidadão tornando-o a ser participativo na sociedade. Na atualidade isso nem sempre acontece, pois tem família que já não cumpre com a responsabilidade de dá a devida assistência que o filho necessita e a escola acaba fazendo em parte o papel da família. Essa função a mais que a escola executa é um ponto desafiador porque além do compromisso com o aprendizado do aluno, também presta um serviço que era para feito pela família.

Dessen e Polonia (2007) mostram que:

Como primeira mediadora entre o homem e a cultura, a família constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva. (p.22)

A família é a base do ser humano, é por ela que se introduz no sujeito: amor, carinho, alegria, companheirismo, e o apoio para encarar os desafios propostos pela sociedade. A família influencia no comportamento da criança desde seus primeiros dias de existência de acordo com o contexto social, religioso e cultural que

estejam inseridos, gerando valores que irão alcançar outras gerações.

Percebemos que na proporção que ocorrem as transformações no mundo conseqüentemente surgem novos modelos de família. Nos dias atuais não é atribuído à mulher apenas o papel de cuidar do filho e das atividades domésticas, mas ela tem seu destaque na sociedade desempenhando suas funções no mercado de trabalho e na maioria das vezes trabalha fora e ainda realiza as tarefas de casa. Diante dessas ocupações a criança não tem o acompanhamento necessário por parte da mãe, passa ser cuidada por outras pessoas, seja da família, por conhecido ou até pela escola de regime integral. Esse tipo de convivência afeta o comportamento da criança. Isso é complicado, pois a criança está em fase de desenvolvimento e a na maioria das vezes não tem por perto os pais para orientá-la.

Segundo Vigotsky (2007) “o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola.” (p.94). Nesse período a presença da mãe é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança. Para Vigotsky a aprendizagem tem um significado positivo através da presença de um mediador, não importando quem seja, apenas que haja um.

Por outro lado, o papel da escola é de valorizar a cultura que o aluno faz parte no convívio familiar. Cabe à equipe pedagógica usar metodologias diferenciadas para que o professor adeque os conteúdos com a realidade cultural dos alunos.

Quanto à relação entre família e escola, Paro (2007) apresenta que:

O “querer aprender” é também um valor cultivado historicamente pelo homem e, portanto, um conteúdo cultural que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo. Por isso, não cabe à escola, na condição de agência encarregada da educação sistematizada, renunciar a essa tarefa. Por isso é que não tem sentido a alegação de que, se o aluno não quer aprender, não cabe à escola a responsabilidade

por seu fracasso. (p.14) Dessa forma, independentemente de qualquer coisa, a escola tem a função de assumir a responsabilidade sobre a educação da criança.

Mediante a essa compreensão percebemos que a educação deve ter um caráter progressista, ou seja, ela tem que se adaptar a realidade de cada indivíduo, o estudante deve ser incentivado a ter uma compreensão, visão de mundo através do próprio contato com as coisas que o rodeiam, a partir daí estamos preparando-os para o futuro fazendo com eles sejam cidadãos críticos e conscientes.

Na Constituição Federal de 1988 constam os seguintes artigos referentes aos deveres da família e da educação na formação do sujeito:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. [...] Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade (BRASIL, 2003)

O estado tem obrigação de garantir uma educação onde o ensino seja de qualidade para todos os brasileiros, pois eles precisam tanto da formação no exercício da cidadania como de preparação para ingressar no mercado de trabalho. É válido ressaltar que os pais devem cuidar bem de seus filhos, com afeto, ajudando os filhos nas suas limitações e tendo responsabilidade na

formação e construção de seus conhecimentos desde os seus primeiros dias de vida.

Família e escola são as responsáveis pelo desempenho do indivíduo na sociedade e pela contribuição de seu processo educativo, na construção de valores culturais e sociais.

Conforme Dessen e Polonia (2005) a escola precisa valorizar a participação da família no ambiente escolar, de forma que possa instruir o aluno nos sabores educacionais levando-o a ter uma evolução no aprendizado. Portanto, faz-se necessário que escola e família caminhem juntas em prol da melhoria na qualidade do ensino, e conseqüentemente na transformação da sociedade. Na visão de Durkheim (1978):

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial que a criança particularmente se destine. (p, 41).

Diante do exposto, entendemos que surge um novo olhar com relação à educação para o aluno, tornando-o conhecedor não só de sua cultura, mas de outras culturas através da interação, assim, vale apenas a escola valorizar todo o conhecimento que o aluno consegue fora da escola.

O papel do professor é orientar o aluno na construção do conhecimento para que ele seja um ser crítico diante das situações propostas pela sociedade. No entanto, é necessário que o professor tenha uma interação com aluno, pois, “o papel social que a escola desempenha é a de educar e formar cidadãos capacitados para conviver com as diferenças e respeitá-las”. Segundo Paro:

A divulgação de valores positivos com relação ao saber e ao estudo junto aos pais, para que estes trabalhem esses valores com seus filhos em casa, depende de uma comunicação muito eficiente entre escola e pais... “Parece haver, por um lado, uma

incapacidade de compreensão, por parte dos pais, daquilo que é transmitido pela escola; por outro, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação.” (2000, p.68).

Diante do fora relatado no tocante a relação entre escola e família, nota-se que há uma grande necessidade de ambas trabalharem juntas. É preciso diálogo, a conversa coletiva para que ambas percebam a importância da sintonia e que elas construam projetos que possam garantir essa parceria no âmbito escolar.

Conclusões

Conforme a Constituição Brasileira (1988) a educação é um direito de todos, onde o estado e a família devem exercer suas funções em prol da formação do indivíduo. A educação é conhecida pela sociedade pelo seu lugar de destaque ao longo processo da existência humana e por sua dimensão na vida social.

A escola tem a função de socializar os conhecimentos de forma contextualizada com a realidade social no intuito de fazer com que o aluno compreenda e que o mesmo possa dá novos significados através de novos aprendizados.

Segundo Kaloustian (1988) “A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando”. Sabe-se que a escola e a família são conhecidas pelo desempenho de suas atividades. As duas instituições são as principais responsáveis pela formação do sujeito.

Através dos estudos realizados conseguimos compreender que escola e família precisam trabalhar em sintonia para que haja uma melhor compreensão de seus papéis e conhecimento de suas dificuldades e que ambas se sensibilizem da importância dessa parceria como uma forma de oportunizar o aluno no

desenvolvimento intelectual e social preparando-o para uma vida digna.

Referências

Parte inferior do formulário

BIROLI, Flávia. **Família: Novos conceitos. Coleção o que saber.** São Paulo, 2014.

BRASIL (2005) **Coleção Proinfantil**, Módulo I, Unidade 2.p:18 e 19.

_____, Módulo I, Unidade 2.p:22.

_____, Módulo I, Unidade 2.p:35.

_____, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Ministério das Comunicações, 1988.

_____, Estatuto **da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96.** Brasília. MEC, 1996.

CAMPOS, J.C. CARVALHO, Hilza A. **A Psicologia do desenvolvimento: influência da família.** São Paulo: EDICOM, 1983.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Atualizada até a EC nº 84, de 02 de dezembro de 2014.

DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia.** São Paulo: Melhoramentos, 1978.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

PARO, V.H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã, 2000.

PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

POLONIA, A. C. & DESSEN, M. A. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional, 2005.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família**. IN: **Carvalho, M. Família contemporânea em debate**. São Paulo. EDUC/ Cortez, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____, **A Formação Social da Mente**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Capítulo 20

Contribuições da família para formação de um aluno leitor

Maria Vanderleia Caminha de Oliveira

Francisca Batista de Brito

Introdução

Neste mundo globalizado em que vivemos, faz-se necessário que o indivíduo aprenda desde cedo a compreender o mundo a sua volta. Nesse cenário podemos considerar a leitura como sendo uma das ferramentas que possibilita a ampliação de conhecimento de mundo. Quanto mais o indivíduo ler, mais forte será sua interação e conexão com o mundo. Ela é um dos elementos de referência fundamental para o ingresso e a participação na sociedade letrada, está presente em todos os espaços nos quais estamos inseridos. É a chave para o caminho do saber, do conhecimento, aperfeiçoa a linguagem oral, melhora o desempenho e aguça nosso senso crítico. Indivíduos leitores além de adquirirem uma ampla gama de conhecimento e cultura falam e escrevem bem.

No entanto, o Brasil apresenta um quadro de poucos leitores, como dizia Carlos Drummond de Andrade " A leitura é uma fonte inesgotável de prazer mas por incrível que pareça, a quase totalidade, não sente esta sede". A falta ou pouca leitura afeta de maneira significativa a sociedade, privando o jovem, adolescente de

conhecimentos nas suas diversas esferas, formando uma grande massa de analfabetos funcionais.

Infelizmente, grande parte de nossos alunos ainda não despertaram para a magia da leitura, o que tem sido apontado como uma das principais causas do fracasso escolar. Vale ressaltar que o gosto pela leitura deve ser cultivado por toda a comunidade escolar. O ideal é pensar em criar um “ambiente leitor”, envolvendo gestores, professores e funcionários, afinal, o exemplo dos adultos como modelo de leitores é fundamental para estimular a garotada a participar desse mundo. Ainda nessa vertente, a família tem papel relevante no desenvolvimento da leitura, visto que é no seio familiar que a criança tem seu primeiro contato com o mundo leitor.

1. Refletindo sobre a leitura

Até algumas décadas, a leitura consistia no simples reconhecimento de letras, sílabas e palavras. As pessoas se preocupavam com uma boa pronúncia ao ler, bloqueando, muitas vezes, seu entendimento sobre o conteúdo adquirido, ou seja, não saindo da primeira etapa do processo de leitura, não iam muito além do domínio da pronúncia.

De acordo com os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental, a leitura é um processo no qual o indivíduo leitor realiza a dinâmica da compreensão e interpretação do que está lendo, é uma atividade que implica o desenvolvimento da inferência, verifica e controla o que vai sendo lido. (PNC, 1998, p. 69)

A leitura não é a simples decodificação do sinal gráfico que se aprende no início da alfabetização, mas uma compreensão de textos. Ler é, antes de tudo, um ato de raciocínio, pois trata de orientar uma série de raciocínios no sentido da construção de uma interpretação da mensagem escrita a partir da informação do texto e pelos conhecimentos do leitor. Segundo Soares:

(...) do ponto de vista da dimensão individual de letramento (a leitura como uma tecnologia), é um conjunto de habilidades lingüísticas e psicológicas, que se estendem desde a habilidade de decodificar palavras escritas até a capacidade de compreender textos escritos. (...) refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamentos sobre o conteúdo. (Soares, 2002, p. 68-69)

Antes de dominar a leitura, a criança faz um verdadeiro percurso, desde a etapa em que sabe ver que há qualquer coisa escrita num objeto, àquela em que, sem saber realmente ler, é capaz de compreender um bom número de mensagens só pelo fato de que tem familiaridade com o contexto no qual elas aparecem.

Ler pode ser comparado à arte de tocar um instrumento, pois tem ritmo e melodia. Rubem Alves faz essa comparação entre a leitura e a música dizendo:

Todo texto literário é uma partitura musical. As palavras são as notas. Se aquele que lê é um artista, se ele domina a técnica, se ele surfa sobre as palavras, se ele está possuído pelo texto – a beleza acontece. E o texto se apossa do corpo de quem ouve. Mas se aquele que lê não domina a técnica, se ele luta com as palavras, se ele não desliza sobre elas – a leitura não produz prazer: queremos que ela termine logo. Assim, quem ensina a ler, isto é, aquele que lê para que seus alunos tenham prazer no texto, tem que ser um artista. Só deveria ler aquele que está possuído pelo texto que lê. Por isso eu acho que deveria ser estabelecida em nossas escolas a prática de “concertos de leitura (ALVES, 2002, p. 43-44).

A leitura envolve o mistério da brincadeira, do riso, da imaginação, da descoberta, da compreensão do mundo, da identificação, o que nos permite resolver conflitos, que nos causam sensações. Ler é ouvir, ver e sentir; é uma tarefa que requer envolvimento por parte de quem lê e daquele que escreve o que será lido. A leitura demanda muito mais que o simples gesto de

“deslizar os olhos” sobre as letras, tornando-se uma prática complexa de conhecimento e aprendizagem.

De acordo com Fulgêncio,

A leitura é o resultado da interação entre informações visuais e não visuais. Ou seja, quem lê constrói significado unindo todo o seu conhecimento de mundo, seus esquemas mentais relacionados ao conteúdo tratado no texto, as informações oferecidas pelo autor expressas no papel. (1992, p. 49)

Ou seja, todo conhecimento advindo de um texto tem significativa desde que o leitor abstraia o néctar essencial do objeto lido. Como Lajolo (1991, p.59) afirma, ler é poder atribuir significação a um texto e entregar-se a essa leitura.

Portanto, a leitura é um longo processo que acontece na vida da criança que precisa ser cultivado desde cedo para que possa ser desenvolvida de forma significativa, necessita ser trabalhada de maneira prazerosa e consistente levando-se em conta que o gosto pela mesma dar-se-á segundo os critérios utilizados por escola e família, parceiras nesse processo.

1.1 Habilidades de leitura

A leitura é uma das habilidades mais importantes e fundamentais que podem ser desenvolvidas pelo ser humano. É a partir da leitura de mundo que o aluno pode compreender a realidade em que ele está inserido e chegar a importantes conclusões sobre o seu mundo e os aspectos que o compõem. A habilidade de leitura é essencial e dá suporte para o estudo de outras áreas do conhecimento. No processo de leitura ocorrem pelo menos quatro etapas: decodificação, compreensão, interpretação e retenção.

Na decodificação o aluno primeiramente decodifica os símbolos escritos. É uma leitura superficial que, apesar de incompleta, é essencial fazê-la mais de uma vez num mesmo texto.

É o momento em que o aluno deve anotar as palavras desconhecidas para achar um sinônimo, passo importante para passar para a próxima etapa de leitura, a compreensão do que foi lido.

Segundo Menegassi:

Na decodificação, há a ligação entre o reconhecimento do material linguístico com o significado que ele fornece. No entanto, “muitas vezes a decodificação não ultrapassa um nível primário de simples identificação visual”, pois se relaciona a uma decodificação fonológica, mas não atinge o nível do significado pretendido. (1995 p. 87)

Após passar pela etapa da decodificação, vem a de compreensão onde o aluno deve captar o sentido do texto lido. Deve saber de que se trata o texto, qual tipologia usada, compreender o que o autor pretendeu passar e ser capaz de resumir em duas ou três frases a essência do texto. Nas questões referentes a essa etapa, as respostas podem ser encontradas literalmente no próprio texto, ou escritas de outra forma, porém estão explícitas no texto.

Ainda segundo Menegassi “a compreensão só ocorre se houver afinidade entre o leitor e o texto; se houver uma intenção de ler, a fim de atingir um determinado objetivo”.

Na terceira etapa da leitura, que é a interpretação, o aluno deve interpretar uma sequência de ideias ou acontecimentos que estão implícitas no texto. O aluno não encontrará facilmente as respostas no texto se não o compreendeu, pois apenas com uma boa compreensão o aluno conseguirá interpretar sentidos do texto que não estão escritos literalmente.

O escritor e educador Rubem Alves nos diz que:

Na vida estamos envolvidos o tempo todo em interpretar. Um amigo diz uma coisa que a gente não entende. A gente diz logo: “O que é que você quer dizer com isso? ”. Aí ele diz de uma outra forma, e a gente entende. E a interpretação, todo mundo sabe

disso, é aquilo que se deve fazer com os textos que se lê. Para que sejam compreendidos. Razão por que os materiais escolares estão cheios de testes de compreensão. Interpretar é compreender. (ALVES, 2004)

Quando o professor lê um texto com os alunos e faz a seguinte pergunta: “o que o autor quis dizer com isso? ”, está fazendo o início de uma interpretação, porém o aluno terá primeiro que conhecer o texto e compreendê-lo, assim terá condições suficientes para fazer uma boa interpretação.

A última etapa no processo de leitura é a retenção, nessa etapa o aluno deve ser capaz de reter as informações trabalhadas nas etapas anteriores e aplicá-las: fazendo analogias, comparações, reconhecendo o sentido de linguagens figuradas ou subtendidas, e, o principal, aplicar em outros contextos refletindo sobre a importância do que foi lido fazendo um paralelo com seu cotidiano, aprendendo com isso, a fazer suas próprias análises críticas.

Esta etapa diz respeito ao armazenamento das informações mais importantes na memória de longo prazo. Ela pode concretizar-se em dois níveis: após a compreensão do texto, com o armazenamento da sua temática e de seus tópicos principais; ou após a interpretação, em um nível mais elaborado.

Para que o aluno chegue à habilidade de criticar (retenção) sem grandes dificuldades, ele deve passar pelas habilidades de leitura sucessivamente, sem mudar essa ordem, pois para uma compreensão o aluno deve obviamente passar pela etapa de decodificação - se não ler o texto não vai conseguir compreendê-lo. Por sua vez, o aluno poderá interpretar um texto facilmente, se ele o compreendeu. Consequentemente, o aluno só conseguirá criticar (reter) o sentido que o texto pretendeu passar, fazendo paralelos com seu cotidiano, e colocando sua opinião como uma análise crítica sobre o assunto, se ele compreendeu e interpretou o texto em questão. Todo esse processo a ser seguido numa leitura é o que faz a diferença no ensino de leitura na sala de aula. É a partir daí

que o aluno começa a ter um bom hábito de leitura e, conseqüentemente, uma boa produção textual.

Apesar de toda essa preocupação com as habilidades de leitura na escola, ela deve ser uma aprendizagem e não uma técnica resultante de uma mecanização ou receita a ser seguida. Deve ser uma ação do aluno refletindo, levantando hipóteses e inteirando-se sobre o objeto de conhecimento. O aluno somente terá habilidade de leitura se tiver primeiramente o hábito de ler. Mas, como fazer com que nossos alunos tenham gosto pela leitura?

O gosto pela leitura nem sempre surge do nada. Apesar de algumas crianças terem o gosto pela leitura sem ser imposto pelo professor, elas são a minoria, e já foi comprovado que depende da influência dos pais. O professor, depois dos pais, tem o papel principal e mais importante no desenvolvimento de hábitos e habilidades de leitura dos alunos, porém, não deve ser autoritário a ponto de escolher sozinho o que seus alunos devem ou não ler. O professor deve levar em conta as diversidades dentro da sala de aula e valorizar os gostos e opiniões formadas pelos alunos.

Pais leitores

Uma das maneiras viáveis de concretizar o gosto pela leitura consiste na participação ativa da família na formação do aluno enquanto leitor, pois a ela cabe primeiramente iniciar a criança na leitura por meio do incentivo e da oferta de material. A Revista Nova Escola aborda este tema dizendo que, para a criança, o pai é o espelho e, se o pai não tem hábitos de ler, escrever entre outros, a criança dificilmente se oporá a ele. Já o pai que se difere ou que pelo menos incentiva essa prática, despertará na criança o interesse pelo aprender.

Acredita-se que o gosto de ler e a aquisição de hábitos de leitura por parte das crianças é resultado de uma educação com início nos primeiros anos de vida, dentro do seu ambiente familiar e a promoção do gosto pela leitura e a aquisição de hábitos de

leitura é um processo contínuo, que começa na família. Por isso é importante e necessário que os pais sejam modelos de leitura, que leiam frequentemente para a criança e que introduzam a leitura em sua vida o mais cedo possível.

A família tem muito a colaborar porque pode exercer uma influência positiva no processo de sua formação.

A leitura compartilhada envolve o leitor e sua família em um processo de formação e troca que traz benefícios a ambos.

. O adulto que se põe a ler uma história para crianças deve agir de forma natural, mesmo porque as crianças não querem que seus pais se tornem professores. Isto não quer dizer que a leitura praticada em casa não ensine, o que não pode acontecer é uma cobrança excessiva por parte dos pais a ponto de a criança perder o prazer pela leitura. Para a educadora Regina Machado, doutora e mestre em Arte e Educação pela Universidade de São Paulo (USP), os pais deveriam ler sempre para os filhos. Ela afirma que este é o momento especial para a criança, que se depara com os adultos falando com voz diferente, com um brilho alterado no olhar e realizando movimentos ou expressões faciais incomuns.

Portanto a leitura realizada em família tem um papel muito importante no desenvolvimento leitor da criança. A leitura compartilhada envolve o leitor e sua família em um processo de formação e troca que traz benefícios a ambos. Escola pais e alunos tem ganhos muito significativos com essa atividade.

2. Importância de um ambiente familiar rico em leitura

Num ambiente familiar rico do ponto de vista psicológico e cultural, as crianças normalmente desenvolvem as competências fundamentais para a leitura no contato com irmãos, adultos, vizinhos, por meio de interações, conversas e brincadeiras. Neste sentido – e apenas neste sentido – esse desenvolvimento é natural. E as competências são aprendidas de maneira informal. Observar como esse desenvolvimento ocorre informalmente no ambiente

familiar e comunitário ajuda a identificar o tipo de interações, jogos e brincadeiras mais adequados para utilizar na escola. O fato de se ensinar na escola não deve tirar o caráter lúdico e afetivo que deve acompanhar essa aprendizagem. O processo de alfabetização gira em torno da leitura e da escrita e estas giram em torno de letras, de textos impressos.

Meireles (1984, p.123) afirma que, se a criança tiver contato desde cedo com bons livros, certamente sua formação acontecerá de maneira mais consistente.

Ainda em consonância com a autora, Martins (1984, p. 43) acredita que os primeiros contatos da criança com o livro propiciam a descoberta desse material, diferente dos outros brinquedos, porém uma fonte proporcionadora de prazer.

Consideremos crianças que vivem num ambiente letrado, que propicia e valoriza o contato com jornais, revistas, livros, etc. O que costuma acontecer com essas crianças?

Ao nascer, ela já está cercada de livros, histórias, figuras, desenhos, pessoas que cantam cantigas e leem histórias. Ela balbucia, produz sons, ouve sons, usa sons para chamar a atenção das pessoas, para manipulá-las, e, progressivamente, vai afinando os sons que emite e ouve.

Ao final do primeiro ano de vida, essa criança já toma contato direto com livros a seu modo: pega, rasga, põe na boca, lambe, vira páginas, associa determinados livros com histórias conhecidas, aprende onde guardar e onde achar os livros, etc. Entre o segundo e o terceiro ano de vida começa a produzir sons e reações inteligíveis aos livros, faz rabiscos, finge que escreve, finge que lê, finge que desenha coisas parecidas com letras.

Aos poucos, começa a relacionar letras e sons, aprende comportamentos e rotinas relativas a pegar algo para abrir, ler, anotar, comentar, guardar, etc. Desenvolve expectativas sobre entonação e vocabulário próprios dos textos impressos, diferentes da linguagem do dia-a-dia. Começa a falar frases inteiras, contar histórias, demonstrar preferências e medos por determinados tipos

de histórias. Aprende a comentar figuras, descreve ilustrações, antecipa e imita vozes dos personagens. Aprende brincadeiras que envolvem sons repetidos, ritmos, rimas, aliterações, jogos com palavra.

Por volta dos quatro a cinco anos essa criança começa a fazer rabiscos e garatujas. Aos poucos, vai adquirindo padrões um pouco mais consistentes, às vezes algumas chegam a desenhar letras legíveis. Descobre sons mais salientes e consistentes nas palavras, e brinca com esses sons. Das palavras que ouve costuma guardar mais as vogais – que tenta reproduzir nas coisas que escreve. Posteriormente, começa a identificar e reproduzir as consoantes. Começa a manipular brinquedos e objetos que envolvem: cores, números, formas. Essa criança dedica horas a esses tipos de atividades – mas sempre numa atitude de brincar, explorar, inventar, descobrir – sem qualquer intenção, esforço e orientação sistemática – exceto talvez sobre a forma correta de postura e pegar no lápis. A essa altura da vida essa criança já está acostumada a ver pessoas sentarem-se para ler em silêncio, ler em voz alta, escrever recados verbais ou recebidos ao telefone, ler recados escritos, mandar e receber correspondências, etc.

Essa experiência decorre de uma forte estimulação num longo convívio com um ambiente que valoriza a escrita e a leitura. Num ambiente assim, rico desses estímulos, a criança que ouviu histórias e brincou com a língua cerca de duas horas por dia já tem um convívio superior a 4000 horas de pré-alfabetização – equivalente a cinco anos letivos de 800 horas. Tudo isso num ambiente geralmente positivo, estimulante, carinhoso e que produz uma relação afetiva positiva com tudo o que tem a ver com as palavras, livros e história.

Desta forma podemos afirmar que a leitura cultuada no seio da família estimula a formação de pequenos leitores. O gosto pela mesma acontece a longo prazo, portanto a família contribui de forma significativa na formação e desenvolvimento do público leitor.

Conclusões

A questão da dificuldade de leitura na escola não é recente; no entanto, o pouco que se faz para buscar reverter esse quadro, com uma proposta de mudança e transformação, tem caminhado de forma lenta. Entendemos que mudar a lógica da escola, já incorporada ao processo educativo há muito tempo, não é uma tarefa fácil e nem irá acontecer de uma hora para outra, mas far-se-á necessário que sejam “plantadas sementes para virem a germinar”, possibilitando uma transformação no espaço educativo.

Família e escola precisam trabalhar em parceria. Os pais devem vivenciar a leitura no seio da família. Quando a criança presencia pais e irmãos manuseando livros, jornais, revistas possivelmente será um bom leitor, visto que convivendo com essa realidade será motivado para esse fim. Infelizmente grande parte das famílias não dispõem de material de leitura, entretanto em quase toda cidade existe uma biblioteca e na maioria das vezes as escolas também possuem algum acervo literário. O simples fato da família manifestar interesse em pegar emprestado esse material e incentivar seus filhos a lerem já faz a diferença.

Vale ressaltar que a escola juntamente com os professores desempenha um papel relevante no desenvolvimento e gosto pela leitura. Desenvolver projetos voltados para esse fim, utilizando-se do bom senso ao determinar ações voltadas para a leitura, levando em consideração fatores como: faixa etária, situação socioeconômica, interesse e assunto de qualidade são determinantes para desenvolver a leitura de forma prazerosa e significativa. O aluno deverá usufruir de momentos agradáveis onde sozinho ou acompanhado poderá viajar pelo mundo com personagens da sua história.

Portanto faz-se necessário promover uma renovação nas unidades escolares, tornando-as capazes de repensar o ensino e buscar uma nova dinâmica de leitura, voltada para suas interfaces

e não apenas detendo-se na busca de informações. Dessa forma, será possível despertar no aluno o prazer de ler, fator fundamental da atividade de leitura.

Referências

ALVES, Rubens. **Ao professor, com meu carinho**, SP: Verus Editora, 2004.

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. **Como facilitar a leitura**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

LAJOLO, Mariza. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 10.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

MENEGASSI, Renilson José. **Compreensão e interpretação no processo de leitura: noções básicas ao professor**. Maringá: Revista UNIMAR, v.17, n.1, pp.85-94, 1995.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. 3^o edição. Rio de Janeiro- Nova Fronteira-1984.

MARTINS, Maria Helena - **O que é leitura**. 4^o edição São Paulo Brasiliense. 1984(Coleção Primeiros Passos).

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed., 5. Reimpressão, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2002.

Capítulo 21

A importância do acompanhamento escolar dos pais na aprendizagem dos filhos

Iranilda Pereira dos Santos¹

Introdução

A escola faz parte da vida cotidiana de cada família e esta, por sua vez participa e interfere nesse processo, pois tem o papel de apoio e responsabilidades quanto à frequência, a assiduidade e a participação da criança nas atividades escolares.

A família tem grande influência na vida escolar do educando, entretanto, em grande parte das escolas essa participação não é obtida. Não podemos avaliar e promover o desenvolvimento do educando, sem que haja um diálogo com a família. É preciso ter um contato com suas origens, tradições, costumes, ideologias, conhecendo a posição contextual familiar e suas demandas.

Vale destacar o quanto é importante perceber e compreender as perspectivas da família do educando, pois não podemos falar em construção individual, sem se trabalhar com esse segmento essencial que é a família. Por ser a primeira instituição social na qual somos inseridos desde o nascimento, a família é o alicerce básico por se encontrar em todos os tipos de agrupamentos e tem a obrigação e o direito de educar, amar,

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc. E-mail: iranildageo@gmail.com

respeitar, ensinar valores éticos e morais para uma vida digna em sociedade.

Portanto, o ponto principal deste trabalho é analisar a importância da presença, e do acompanhamento, da família na aprendizagem de seus filhos, quer seja na aprendizagem ofertada nas escolas, quer seja na transmissão de valores. Tendo como resultado a permanência e o sucesso do aluno na escola

1. Acompanhamento e aprendizagem escolar: uma estreita relação

O acompanhamento e o apoio familiar são cruciais no desempenho escolar do aluno. Pai que acompanha lição de casa, mãe que não falta a uma reunião, pais colaboradores e atentos ao desempenho escolar dos filhos é o sonho de qualquer professor e da escola, em especial (NOGUEIRA, 2000). A aprendizagem no seio familiar é de extrema importância para o bom desenvolvimento do educando, já que a família é responsável pela educação primária (MARQUES, 2001).

Infelizmente a escola está passando por dificuldades nessa troca de papéis assumindo responsabilidade que cabe à família. Os pais estão mais distantes do que nunca, e a escola tendo que realizar um papel que sempre foi e será da família, perdendo o tempo que seria destinado ao processo ensino-aprendizagem em si, haja vista que, “quando a família socializava, a escola podia ocupar-se de ensinar, agora ela não desempenha plenamente seu papel socializador” (SAVATER, 2000, p. 72).

O aluno ao perceber que a escola e sua família têm os mesmos objetivos com relação ao seu futuro, tende a melhorar o seu desempenho e seu relacionamento com ambas as partes. É na escola que ele vai encontrar alicerce para a sua formação, portanto é importante nessa união entre ambas as instituições para a formação do aluno e cidadão social, é como destaca Cunha (1995,

p. 447): “Lidamos com duas instituições de caráter educacional embutidas na missão de conduzir pessoas, levando-as do lugar e do estado em que se encontram no presente para um espaço futuro, supostamente, mais desejável, superior”. Assim sendo, essas duas instituições gravitam em torno do mesmo centro, o aluno, que, por sua vez, é o mais prejudicado pela falta de entendimento entre a escola e a família.

1.1 As funções da família

Considerada um sistema, a família carrega em seus ombros a função e o dever de proteger seus membros, favorecendo a eles o conhecimento à cultura a qual pertence. Cuidar financeiramente enquanto não puder se sustentar-se sozinho é um dos papéis da família, oferecer suporte necessário para o bom andamento da escola, principalmente amor, carinho e atenção. O artigo 227 do capítulo VII da Constituição Federal, afirma que:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde, alimentação, educação, ao lazer, profissionalização, cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo. (BRASIL, 1988, p.)

As mudanças ocorridas através dos tempos nos apresentam as novas e diversas formas de constituição familiar: casais que se separam e casam novamente; filhos que são criados pelo pai ou pela mãe, crianças criadas pelos avôs; e tantas outras. Mas, apesar dessas mudanças, independentemente da forma como está constituída, a família continua sendo a unidade básica da sociedade, instrumento essencial de preservação, de cuidado, proteção e amor.

1.2 Relação família escola

A família é uma instituição que vem suportando intensas modificações e conotações, a depender da constituição social e do contexto histórico. Um núcleo familiar bem estruturado pode ser uma forte influência no processo de aperfeiçoamento da criança seja na vida pessoal, profissional ou escolar.

Na escola a família é importante no processo de educação, sua presença ajuda a esclarecer, modificar e estudar, o processo de adaptação social e cultural. Ressalta-se que até pouco tempo a trás os familiares eram excluídos do processo e atualmente a família tem sido valorizada na escola, pois esta vem se tornando cada vez mais um ambiente interativo sendo primordial que exista uma articulação entre escola, família e aluno, fazendo-se entender que a escola não é uma instituição isolada.

Tal ligação envolve a divisão do trabalho da educação de vários sujeitos. Considerando também que o ser humano aprende todos os dias durante toda vida, a família tem um papel essencial, determinando desde cedo à aprendizagem dos filhos e decisões futuras.

A família, por sua vez, é palco das primeiras manifestações de aprendizagem das crianças, mesmo que de maneira não sistematizada. Portanto, tais manifestações são essenciais à formação dos pequenos, tendo em vista que é nela que se iniciam as experiências educativas, sociais e históricas.

Entretanto, a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experiências e ampliar o seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento, a escola se destaca nesse cenário ao oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos.

Dessa forma, a escola também é responsável por ações pedagógicas e sociais que transmitem saberes acumulados pela humanidade no decorrer da história e fomentam a construção de novos saberes.

Suas ações propiciam o desenvolvimento dos sujeitos, sua inserção no meio social, sua qualificação para o mercado de trabalho e exercício da cidadania.

O processo de construção do conhecimento não é mais entendido como uma realização individual, mas como um processo de co-construção ou de construção conjunta realizado com a ajuda de outras pessoas que, no contexto escolar, são o professor e os colegas de sala de aula.

Estar atento ao projeto educativo e ao perfil disciplinar da instituição que auxilia a optar por aquela cujos valores e embasamento mais se assemelhem aos da família em termos de exigências, posturas, visão de mundo.

No que se refere à educação do indivíduo, a família desempenha um papel importante, pois é por meio dela que o aluno recebe motivação e é o seu primeiro grupo de influência social e cultural, na qual recebe valores éticos e humanitários.

A família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos. (FERNANDES, 2001, p.42).

Cabe à família criar um elo com a escola para que possa estar mais presente na vida de seu filho, garantindo, portanto, envolvimento e comprometimento.

A família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal dos filhos, além disso, no seu interior são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade e afetividade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais e criados os valores morais

Portanto, não se pode mais falar de família, mas de “famílias”, para que se possa tentar entender a diversidade de

relações que convivem em nossa sociedade. A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

1.3 E a participação na vida escolar dos filhos

A participação dos pais no cotidiano escolar dos filhos é um fator determinante para o desempenho do aluno na escola, tornando a família a instituição importante no processo ensino-aprendizagem.

Bhering e Siraj-Blatchford (1999) destacam que a participação de pais na escola não só colabora com o processo escolar, como também na melhoria do ambiente familiar, provocando uma melhor compreensão do processo de crescimento e aprimoramento das reações.

A participação na vida escolar dos filhos é de suma importância para o desempenho do aluno, pois quando os pais acompanham a criança em todo o seu processo de desenvolvimento educacional, está se sente valorizada e importante na vida de seus pais.

Tais sentimentos somente contribuem para o seu aprendizado. Existem muitas maneiras dos pais participarem deste processo, sendo que algumas contribuições se tornam muito relevantes como o auxílio nas tarefas escolares, o incentivo à leitura e o seu envolvimento nos eventos pedagógicos ocorridos na escola.

Quando os pais se interessam em olhar as tarefas, se já estão feitas, perguntar como foi o dia na escola, qual assunto foi discutido, estão transmitindo o que é a responsabilidade que a criança deve ter em cumprir seus deveres escolares.

Isto tudo prepara a criança para um ser responsável cumpridor de seus deveres, sabendo que é através do estudo

conseguimos ser um verdadeiro cidadão crítico e atuante na sociedade.

A participação de pais na vida escolar dos filhos é reconhecida por muitos professores como um fator importante para o rendimento do aluno em sala de aula, influenciando, portanto no desempenho das atividades educativas.

Para Bastos (2001, p. 66), a escola apresenta a preocupação de levar o conhecimento científico ao aluno, dando continuidade e complementando a educação familiar. Para isto, preocupa-se como conseguir a adesão da família nas atividades escolares.

Para Carvalho (2004), planejado como parte complementar do processo ensino-aprendizagem, o dever de casa não somente afeta o trabalho do docente, mas a vida dos estudantes fora da escola e sua rotina familiar, uma vez que a conexão entre as atividades de sala de aula e de casa promovem a aproximação familiar, em apoio as atividades escolares.

Portanto, como fundamental componente da interação família-escola, o dever de casa ocorre através de uma política simples, ampliada por famílias e escolas, a uma política formal que profere os esforços educativos destas instituições.

1.4 A Importância da presença dos pais na escola

Quanto maior for à parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança. A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente, de acordo com Parolin (2007, p. 36):

“A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”.

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação brasileira e nas Diretrizes do Ministério

da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90. Algumas destas constatações podem ser verificadas em publicações como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 em seu artigo 205 destaca que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tendo em vista o momento que vive a educação no país, stress de parte dos professores, despreparo de alguns, desvalorização do profissional, dificuldades de aprendizagem apresentada pelas crianças, violência, e levando em conta o quanto é importante a participação das famílias no processo de aprendizagem, é de grande interesse das escolas que esta interação ocorra, pode-se dizer que é papel da escola promover esta interação, garantindo uma troca de informação e de ideias, orientando as famílias e mostrando o quanto é importante sua participação na educação das crianças.

É importante a ida da família na escola para saber como anda a frequência, o comportamento da criança na escola, seu aprendizado.

Uma conversa com o professor é sempre boa tendo em vista que esse diálogo só irá melhorar o desempenho escolar de seu filho.

O comparecimento nas reuniões de pais e mestres, nas festas sociais, e outros eventos escolares.

Contudo, sabe-se que muitas famílias não participam efetivamente do cotidiano escolar dos filhos e, conseqüentemente, influenciam negativamente no desenvolvimento do aluno em sala de aula.

Os educadores buscam estratégias para que os pais se envolvam mais no processo de aprendizagem através de reuniões,

que são utilizadas para relatar o que acontece na escola e com o aluno e/ ou promovem atividades de integração entre pais e filhos.

Apesar dos esforços, nem sempre os pais comparecem nestes eventos, frustrando as expectativas da escola

Conclusões

As relações entre a família e a escola ainda é complicada, pois a família hoje tem estruturas diferentes de épocas passadas, alguns laços familiares estão rompidos e muitos pais fazem os dois papéis: ser pai e mãe e vice e versa.

Observa-se também o problema do mundo moderno em que vivem os pais, pois trabalham muito, às vezes até em dois empregos, e a mãe também está trabalhando para melhorar a renda da família.

Com tudo isso a família está perdendo alguns momentos para a educação de seus filhos. Os filhos precisam sentir que sua família, seja ela adequada ou não ao modelo a que estamos acostumados a conhecer, está comprometida com o seu rendimento na escola como aluno e como cidadão perante a sociedade.

A família, por sua vez, precisa estar consciente de que a escola apenas auxilia e complementa algo que ela deve fazer, mas não pode substituir a família em suas atribuições.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 de mar.de 2017

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13-7-1990.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CUNHA, M. V. **A educação dos educadores: da escola nova à escola de hoje.**
Campinas: Mercados de letras, 1995.

SAVATER, Fernando. O valor de educar. São Paulo: Martins fontes, 2000.

MARQUES, R. (2001). **Educar com os Pais. Editorial Presença, Lisboa.**
NOGUEIRA, Raimundo Augusto. Mudanças na sociedade contemporânea. In:
Mundo Jovem. São Paulo. Fev. 2002.

Capítulo 22

Equidade social nas escolas públicas de Assaré

Neiva Menezes Pereira Mota¹

Introdução

Este trabalho tem como fundamento descrever sobre a equidade social nas escolas públicas na cidade de Assaré, pois ao longo da história da humanidade, tem-se a concepção de que o indivíduo tem necessidade e deve se relacionar com o outro. Quando o sujeito nasce, independentemente de sua classe econômica, por natureza já é um ser que precisa da ajuda de outro, essa necessidade é que se pode enfatizar de socialização.

O ambiente escolar deve ser um espaço estimulante e afetivo para a socialização. Por essa razão, a unidade educacional deve ter o compromisso de efetivar a igualdade social, além de proporcionar a interação do diálogo, fazendo com que seu papel que é contribuir com a equidade de sua clientela por meio de ações que valorizem todas as suas possibilidades de expressão e criação de seus segmentos.

No entanto, diante da globalização mundial, aumenta cada vez mais a diversidade por motivo das desigualdades sociais. Salas de aula heterogêneas, onde às vezes as respostas dadas pelas escolas são de acentuar procedimentos repreensivos, impor

¹ Aluna do Curso de Mestrado Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.

recursos externos, tais como, desestruturas familiares ou incalculáveis dificuldades de aprendizagem.

Portanto, é preciso buscar soluções para solucionar alguns entraves, por meio de reflexão para a escola não corra o risco de se aplicar a categoria dos ultrapassados, dos recusados, dos imaturos e dos necessitados na sala de aula. Se existe democracia, então os direitos são iguais.

Assim com base nas teorias de alguns autores tais como Freinet (1998), Kishimoto (2002), López (2005), Oliveira (2003) entre outros é que se busca compreender como acontece a equidade social nas escolas públicas, caracterizando deste modo em um estudo bibliográfico. Pois, é preciso entender que a relação social no âmbito escolar não deve está relacionada apenas a aspectos cognitivos do sujeito envolvido, mas está fortemente relacionado com suas referências igualitárias e que deve se constituir em uma perfeita conexão, para modernizar e reforçar a equidade social, conseqüentemente, rompendo com o tradicionalismo e construindo a inclusão por meio de novas relações no contexto educacional.

1. Entendendo equidade social na cidade de Assaré

O entendimento que se tem da equidade social é que a mesma pode e deve ser desempenhada nas escolas, tendo em vista ser esse ambiente gerador da inserção social, além de formar cidadãos conscientes de seus direitos, pois segundo Oliveira (2003, p.74):

[...] equidade refere-se à disposição de reconhecer o direito de cada um, mesmo que isto implique em não obedecer exatamente ao direito objetivo, pautando-se sempre pela busca de justiça e moderação. Esse entendimento do termo sempre esteve presente nas políticas educacionais brasileiras.

Mas, sabe-se que, somente, as políticas educacionais, sem a participação de todos os segmentos de escolas e de todos os detentores do poder, não têm a menor chance de exerce a equidade social. Surgindo então a necessidade urgente de se colocar em prática, no âmbito escolar, novos modelos de ensino e que possa proporcionar a igualdade de todos, conseqüentemente, atendendo as diferentes especificidades que compõem a sociedade brasileira.

Acredita-se que para a realização e acontecimento da equidade social, no campo escolar é necessário que ocorra a descentralização das ações educacionais e, gestores/administradores de escolas passem a proporcionar a deliberação das tarefas, mencionando metas e incentivando, professores, alunos e pais em práticas pedagógicas direcionadas para a equidade.

Assim, observa-se na cidade de Assaré, interior do Ceará, existe uma grande preocupação da Secretaria de Educação Municipal, em buscar desenvolver ações para diminuir a desigualdade social que reina em algumas de escolas e, com isso, deixar no passado os fragmentos de uma educação precária e de uma sociedade de limitações. Pois é como enfatiza Freinet (1998, p.297) “[...] daqui para frente é esta a tarefa essencial da pedagogia: criar a atmosfera de trabalho e, ao mesmo tempo, prever e ajustar as técnicas que tornem esse trabalho acessível”.

Para tanto, na cidade de Assaré, as escolas buscam desempenhar estratégias educacionais, onde a metodologia em sala de aula seja adaptada ao mundo atual e, conseqüentemente, voltada para a equidade social. Pois é como afirma Freinet (1998, p.96) “[...] é no próprio indivíduo que iremos procurar os fundamentos da nossa ação [...]”.

Assim, pode-se dizer que as escolas desse município têm como meta realizar a equidade, respeitando as condições sociais de toda sua clientela educacional para, só então, alcançar a tão sonhada igualdade social. Acredita-se que, o que compõe a equidade social é respeitar, reconhecer e implantar a diversidade

na escola, já que todos têm direitos iguais perante a Carta Magna de 1988.

Sabe-se que a equidade quando vista em condições de diminuir a desigualdade humana, no meio educacional deve ser com base na homogeneidade, considerando os direitos humanos, políticos e sociais de todos os que compõem a escola.

Acredita-se que para a escola trabalhar a equidade social é preciso em primeiro lugar, observar o relacionamento de sua clientela, bem como, as dificuldades do grupo, com o objeto do conhecimento, juntamente com os professores. Ao detectar qual seja o problema, precisam-se fazer algumas reflexões quanto ao fato como um todo, ou seja, a escolas e seus segmentos podem, assim, dirigir o seu olhar para os problemas da interação social e também da aprendizagem, devendo entender que essa concepção, do como e do por que o sujeito aprende e se relaciona, resulta na visão que este terá como homem, no mundo e na sociedade, portanto cabe aos professores, partir dessa visão para poder concretizar práxis pedagógicas, cuja concepção real é vê o mundo em termos de relações e integrações.

Todavia, a cidade de Assaré, exhibe a representação social no âmbito educacional, caracterizada através da inclusão, assegurando a qualidade e igualdade no ensino, fornecendo condições para que as escolas possam produzir a equidade social, bem como reorganizar os conteúdos curriculares para reforçar o trabalho com a diversidade.

Na visão de López (2005, p. 68) “a noção de equidade renuncia à ideia de que todos somos iguais e é precisamente a partir deste reconhecimento das diferenças que se propõe uma estratégia para lograr essa igualdade fundamental”. Entende-se que o direito à igualdade surge como um equilíbrio da equidade social e dessa forma, deve ser a regra mestra de aplicação de todo o entendimento do direito à socialização.

Apesar de se ter noção de que a equidade não é um fenômeno só educacional, uma vez que a mesma faz parte de diversos assuntos acadêmicos, bem como da erradicação da injustiça no âmbito social. Segundo Oliveira (2003, p.74) “nesse sentido, educação com equidade social implica oferecer o mínimo

de instrução indispensável às populações para sua inserção na sociedade atual”. Pois, na cidade de Assaré há programas sociais que apoiam e auxiliam aquelas pessoas vulneráveis, carentes e as transferem para serem engajados em programas educativos ou de recuperação dependendo de cada caso.

Percebe-se que esse tipo de assistencialismo foi inserido em quase todo município supracitado, fato em que proporcionou que o ser humano passasse a ser visto como dependente da colaboração da sociedade e desta forma, não se pode negar que a referida cidade se configura em grande avanço para a equidade, na medida em que viabiliza ações cada vez mais em defesa e garantia dos direitos sociais de sua população.

Da mesma maneira são desenvolvidas nas escolas ações fundamentadas na equidade, para que os seus segmentos educativos trabalhem a diversidade sem desvirtuar seus alunos de suas realidades, buscando o que almeja Kishimoto (2002, p.180) quando enfatiza em seus estudos, que é preciso:

Garantir equidade social, como quer a Constituição e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), exige que se diferencie a proposta pedagógica para aproximar todos os resultados pretendidos, uma vez que tratamentos uniformes para públicos diversos acentuam a perigosa e injusta assimetria social.

Assim, entende-se que por meio do desenvolvimento educacional, bem como se utilizando de diversos contextos de assimilação dos conhecimentos necessários para sua aprendizagem, é possível praticar a equidade social no âmbito escolar. Pode-se dizer que esses tipos de ações acarretam mobilidade educacional e a integração da sociedade para promover o ingresso de pessoas que vivem na vulnerabilidade nas escolas. Pois são programas constituídos de ideias e voltados para a recuperação e equidade social dos assareenses, pois conforme López (2005, p.22) “a ideia de equidade aparece como um projeto político de busca da igualdade a partir do reconhecimento das desigualdades iniciais”.

Sabe-se que o objetivo da equidade requer ainda, determinações e atitudes sólidas direcionadas para a diminuição da vulnerabilidade e desigualdade social, bem como a promoção na melhoria de vida de todos.

Embora o conceito de equidade seja equivocado entre alguns professores na cidade de Assaré, por acreditarem que a equidade não diz respeito à prática em sala de aula, (ainda bem que é uma memória), assim a Secretaria Municipal de Educação - SME desta cidade trabalha para que todos entrem em harmonia e consenso, visando o bem de sua população estudantil. Portanto, a SME procura proporcionar condições necessárias, como materiais pedagógicos e apoio técnico para que a equidade seja desenvolvida e mantida em todo território assareenses, especialmente, no âmbito escolar.

Sabe-se que é na escola, onde se pode desenvolver e colocar em prática a equidade social e qualidade de vida. Se bem que em outras instituições na cidade de Assaré, também buscam desempenhar atividades em que envolve a equidade, é no Centro de Referências da Assistência Social - CRAS, esse órgão tem trabalhado juntamente com as escolas no intuito de retirar de situações de risco e prepara-los para ser qualificados e inseridos no meio social. Além de ter como alvo evitar os casos de riscos por meio de ações e investimento que possibilitem o estruturamento da relação escola, familiar e comunidade, considerando desta maneira a equidade como elemento básico no âmbito educacional.

2. Metodologia

Estando baseada em todos os pressupostos científicos a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, onde se procura explicar um fato ou fenômeno a partir da investigação de documentos teóricos publicados, pois nos mesmos na opinião de Mattos et al (2004, p.18) são recolhidos e selecionados:

[...] conhecimentos prévios e informações acerca de um problema ou hipótese, já organizados e trabalhados por outro autor, colocando o pesquisador em contato com materiais e informações que já foram escritos anteriormente sobre determinados assuntos [...].

O instrumento utilizado consistiu no método bibliográfico, onde através deste foi feita uma revisão de literatura de obras e documentos que tinham relação com o tema pesquisado, utilizando como palavras chave das pesquisas, equidade social e escolas públicas.

3. Análises dos dados

Para a análise dos dados utilizou-se de leituras seletivas, onde se consistiu da escolha essencial do material coletado nas bibliografias. Depois foi feita uma leitura crítica e reflexiva, sendo que nesta aprofundou-se nos textos selecionados, fazendo preferência das ideias mais pertinentes dos textos e analisando-as criticamente, sendo esta análise isenta de conteúdos valorativos do autor para que a pesquisa não seja influenciada.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p.97) essa:

[...] é uma fase de estudos [...] de reflexão deliberada e consciente (processo de aprendizagem); de percepção dos significados, o que envolve um esforço reflexivo que se manifesta por meio das operações de análise, comparação, diferenciação, síntese e julgamento (processo de apreensão); da apropriação dos dados referentes ao assunto ou problema (processo de assimilação).

Ainda no processo de análise e interpretação dos dados, realizou-se uma leitura interpretativa, onde se correlacionou os dados das obras escolhidas com a ideia central desta pesquisa, ou seja, fez-se um paralelo do que era trazido pelos autores com a temática abordada na temática da pesquisa. Esse tipo de leitura, segundo Gil (2002, p.79) é a última etapa do processo de leitura

das fontes bibliográficas, e, contudo, a mais complexa, já que nesta fase há de se “[...] relacionar o que o autor afirmar como o problema para o qual se propõe uma solução”. Todo esse processo foi desenvolvido de forma sistemática e metódica para que se pudesse iniciar a construção textual da pesquisa.

Conclusões

Ao pesquisar sobre a equidade social nas escolas públicas na cidade de Assaré, percebeu-se que há na concepção dos detentores do poder e dos gestores escolares a preocupação de proporcionar a comunidade estudantil, um ambiente de qualidade e motivado para a realização do entrosamento social, identidade pessoal e, conseqüentemente, o ensino-aprendizagem, efetivando assim a igualdade social, fazendo com que a escola seja um espaço de interação do diálogo, contribuindo desta maneira com a equidade de seus alunos e demais segmentos por meio de atos que estimem todas as suas probabilidades de necessárias para o bem estar de todos.

Observou-se que apesar das dificuldades, tais como crise financeira, em Assaré as escolas buscam desenvolver a equidade social e dessa maneira aumenta cada vez mais a diversidade e, por conseguinte, a diminuição nas desigualdades sociais.

Notou-se que tanto professores como gestores escolares, estão sempre buscando soluções para os possíveis obstáculos, tendo como elemento o pensamento de que a escola é um espaço que deve ter como prioridade, além da aprendizagem, ultrapassar barreiras que impeçam o crescimento intelectual, social e pessoal de seus segmentos estudantis, tendo em vista que todos possuem direitos iguais. Pois, os que fazem as escolas de Assaré, compreendem que a relação social no âmbito escolar precisa está relacionada e fortemente, envolvida em defender a igualdade social e, assim, buscando modernizar e reforçar a equidade social.

Referências

- CERVO, L. A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- FREINET, C. **A educação do trabalho**. Tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneiro Thompson Learning, 2002.
- LÓPEZ, N. **Equidad educativa y desigualdad social: desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano**. Tradução de PIERCE, J.; OLIVEIRA, J.V.G. (Equidade educacional e da desigualdade social: desafios da educação no novo cenário latino-americano. Buenos Aires: IPE – UNESCO, 2005.
- MATTOS, M. G.; et al. **Teoria e prática da pesquisa em educação Física: construindo seu trabalho acadêmico, monografia, artigo científico e projeto de ação**. São Paulo: Phorte, 2004.
- OLIVEIRA, R. A **(dês) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

Capítulo 23

A educação na transformação social

Maria Lesimária Cruz e Silva¹

Introdução

No ambiente escolar proporciona a construção de saberes essenciais para relacionar-se na sociedade, como também desenvolver atividades no mercado de trabalho. Assim, a escola caracteriza-se por ser um ambiente de mudanças. Porém, muitos acabam tendo uma visão errônea acerca da escola, em que esta é responsável por educar, em que esta deve repassar valores que competem à família, sendo esta uma das problemáticas enfrentadas na escola.

A educação é uma ferramenta indispensável para a sociedade, em que o indivíduo passa a desenvolver saberes acerca das competências, como também passa a apropriar-se das informações, colocando-as em prática em seu cotidiano.

No Brasil durante muito tempo prevaleceu altas taxas de analfabetismo, em que vinha a prejudicar o indivíduo, diante da procura por trabalho, como também a própria remuneração, que não era valorizada, ao comparar com o sujeito que apresentava escolarização, que na maioria das vezes eram pessoas de classe social favorecida.

¹ Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação – FACITE, Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN Inc.

Com os avanços que ocorreram em vem ocorrendo na educação, esta tem permitido o acesso para a população em geral, indiferente de cor, credo ou classe social, e até mesmo os que não tiveram acesso na idade própria, contribuindo para o progresso social e econômico do país.

A educação necessita ser vista como a chave para o progresso, e esta necessita de incentivos governamentais para que possa alcançar o êxito, suprindo as necessidades existentes no ambiente escolar, e propiciando aos educandos e mediadores melhores oportunidades para o processo de ensino e aprendizagem.

Este estudo tem como finalidade compreender as contribuições da educação no processo formativo e social do indivíduo, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica, realizada em diferentes recortes científicos, embasado em autores, como: Libâneo (1994), Tiba (1998), Freire (2005), entre outros autores.

1. Os princípios da educação básica

A educação básica é fruto de muitos avanços, voltados para propiciar melhores oportunidades para a sociedade, para que esta tenha acesso desde aos níveis de ensino essenciais, como educação infantil ensino fundamental, médio, como também, estes têm direito ao acesso ao ensino superior.

Perante este enfoque, é cabível destacar que:

A prática educativa em nossa sociedade, através do processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimento e habilidades, deve ter em vista a preparação de crianças e jovens para uma compreensão mais ampla da realidade social, para que essas crianças e jovens se tornem agentes ativos de transformação dessa realidade. (LIBANEO, 1994, p.151)

A caracterização e finalidade da educação está em possibilitar condições para os indivíduos relacionarem-se melhor na sociedade,

como terem oportunidades a uma melhor qualidade de vida, oportunizando ao cesso a formação profissional. O Artigo 2º, ressalta que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (LDB, 1998, p.13)

O Estado tem como responsabilidade de fornecer recursos para as atividades educativas serem realizadas de forma eficiente, por meio de uma estrutura adequada. A escola deve instruir a todos os envolvidos neste processo, e o professor deve ser orientado, como também ter acesso à capacitação, para que possa aprimorar seus conhecimentos, contribuindo para o processo de aprendizagem.

Muitas são as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, o que requer da escola uma conduta flexível diante dos profissionais que atuam em seu meio, para que estes possam compreender as particularidades existentes em sala de aula, como também oportunizar os educandos, por meio da realização de procedimentos metodológicos diferenciados (ANDES, 1993).

a. As influências da educação na sociedade

Muitas são as problemáticas existentes na sociedade, em que pessoas se encontram em situação de vulnerabilidade e extrema pobreza, e a ausência ao acesso a seus direitos básicos vem a ser o principal fator de tal incidência. Por sua vez, a educação é a única estratégia capaz de mudar a desigualdade social, por meio de oportunidades para o acesso a educação básica e profissional, em que estes podem ter acesso a melhores oportunidades de vida. Sendo relevante que estes também estejam motivados a darem o ponta pé inicial para a transformação (BLIKSTEIN; ZUFFO, 2008).

A construção de saberes envolve o querer, o estar motivado:

Ao perceber que não sabe, o ser humano tem a tendência natural de buscar meios de aprender, já que é dotado de inteligência e, em consequência, de curiosidade. Associando esses dois atributos, pode surgir a criatividade, que fornece a base para as grandes invenções da humanidade. O espírito aventureiro instiga às descobertas (TIBA, 1998, p.46)

A educação quebra barreiras, pois está também instruída para o convívio social, perante o respeito à diversidade, independentemente de suas características, sejam elas físicas, sócias, econômicas, credo, entre outros. A educação não distingue, não separa, e nem classifica, mas busca unir, propiciando oportunidades a todos os sujeitos a se desenvolverem intelectual e socialmente.

A educação deve ser vista como uma forma de desenvolver pessoas críticas e ativas na sociedade,

Quanto mais se exercitem os educandos no arquivamento dos depósitos que lhes são feitos, tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultará a sua inserção no mundo, como transformadores dele. Como sujeitos. Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos (FREIRE, 2005, p. 68).

O educando não deve ser visto como um mero receptor, mas como sujeito capaz de interagir e discutir, como também apresentar novas perspectivas, e melhorias para o seu meio, sendo assim agente de mudanças.

b. A escola como um espaço de construção de saberes

O ambiente escolar deve fornecer condições para atuação docente, por meio da disponibilização de recursos materiais, com profissionais qualificados, para que estes possam dar suporte adequado em seu processo de aprendizagem. A sala de aula deve

ser um espaço de descobertas, e contemplar as necessidades cognitivas dos sujeitos envolvidos, por meio da adaptação física e organizacional conforme a modalidade de ensino atendida (TIBA, 1998).

É no ambiente escolar em que o sujeito passa ter conta com informações que auxiliará em suas vivências,

A prática educativa em nossa sociedade, através do processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimento e habilidades, deve ter em vista a preparação de crianças e jovens para uma compreensão mais ampla da realidade social, para que essas crianças e jovens se tornem agentes ativos de transformação dessa realidade. (LIBANEO, 1994, p.151)

Durante a infância a escola deve realizar estímulos cognitivos aos educandos, por meio de recursos lúdicos, objetos concretos, despertando o interesse dos educandos a aprenderem, e estarem concentrados no processo de mediação realizado pelo docente.

No ensino fundamental o educando necessita compreender a teoria, contextualizando a prática, e o docente como sujeito ativo deve estimular como também criar momentos diferenciados, por meio de pesquisas, discussões, realização de produção, entre outras formas de estimular o desenvolvimento intelectual do educando.

A prática docente deve ser executada de forma diferenciada, de modo que:

Sabendo que o fundamental da atuação docente é promover a aprendizagem dos alunos, o professor reconhece a importância de envolvê-los, mobilizar seus processos de pensamento, explorar todas as dimensões e oportunidades de aprendizagem, fazer e refazer percursos, criar e renovar procedimentos visando sempre seus alunos reais, que formam um grupo com características próprias (CENPEC, 2002, p.2)

Assim, todas as etapas da educação básica apresentam seus princípios no processo de formação do indivíduo, e todas também estão centradas em uma formação com êxito, para que estes possam atuar na sociedade de forma diferenciada, desenvolvendo no mercado de trabalho novos produtos e serviços, em prol de uma melhor qualidade de vida para todos.

c. As relações necessárias entre família e escola

Para que se possa alcançar o êxito no processo educativo à família é indispensável no ambiente escolar, em que esta pode intervir em conjunto com a escola perante a incidência de problemáticas. Também é importante destacar que, a família quando participa na vida do filho/educando esta, estará motivando, para que este venha a realizar seus estudos de forma adequada (LÓPEZ, 2002).

A família não deve transferir para a escola a responsabilidade de repassar valores para viver na sociedade, esta deve se fazer presente na vida dos filhos, para que estes sejam orientados diante de suas falhas e reverter à situação, propiciando a formação de uma identidade adequada para relacionar-se na sociedade.

Para Vasconcelos (1989, p. 80):

Uma das melhores formas de se atingir a família é através dos próprios filhos; daí a relevância da escola desenvolver um trabalho participativo, significativo, em que realmente o aluno se envolva e entenda o que está sendo proposto para ele. Desta maneira, o próprio filho terá argumentos para ajudar os pais a compreender, a proposta da escola.

Assim, a família não deve pensar que sua responsabilidade é de apenas assegurar o alimento e moradia, está também possui a responsabilidade de educar para as relações no meio em que vive,

para que este sujeito possa respeitar as normas instituídas para o convívio na sociedade.

Perante este enfoque, é relevante que a família apresente a educação como chave para mudanças, em que o sujeito em formação passa a ter acesso a oportunidades para uma melhor qualidade de vida e um futuro promissor. Apresentado a desigualdade social como fruto das mazelas resultantes de gestão administrativas, da própria sociedade, como também das dificuldades que existiam para o indivíduo ter acesso à educação. Mas atualmente a educação é disponibilizada gratuitamente para todos.

Conclusões

A partir do estudo realizado foi possível compreender a relevância da educação para formação social e intelectual do indivíduo. A escola é um espaço de construção e de transformação social, em que possibilita melhores oportunidades, por meio da construção de saberes, contribuindo para formação de indivíduos críticos e ativos na sociedade.

É de suma que a escola tenha condições para que a educação tenha um bom desempenho, e consecutivamente possa suprir as necessidades informacionais e formativas dos educandos. A realização de momentos de construção de saberes entre os docentes é de suma, necessitando que estes discutam melhorias e alternativas a serem implantadas no ambiente escolar, como também estejam em constante qualificação.

A família deve estar presente no processo de desenvolvimento dos filhos, incentivando a estarem no ambiente escolar, auxiliando diante de suas dificuldades, como também repassando valores para viver pacificamente em seu meio social. O que vem a ser relevante que a escola e família estejam unidas no processo formativo social e educacional, para que os resultados venham a ser significativos.

Referências

- ARROYO, M. **Universidade e Sociedade**. Revista ANDES Nacional. Ano I, n.1, fev. 1993.
- BLIKSTEIN, P.; ZUFFO, M. K. **As sereias do ensino eletrônico**. In: SALGADO, M.; AMARAL, A. Tecnologias na educação: ensinando e aprendendo com as TIC. Brasília: Ministério da Educação, 2008
- BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96**. Brasília-1998.
- CENPEC- **Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária**. Raízes e Asas: 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e terra: 2005.
- LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÓPEZ, J. S. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2002.
- TIBA, I. **Ensinar aprendendo: como superar os desafios do relacionamento professor aluno em tempos de globalização**. São Paulo: editora gente, 1998.
- VASCONCELLOS, C. S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

Capítulo 24

O papel da família e do professor na educação sexual

*Edleusa Delmondes Siqueira Pimentel*¹

*Theófilo Michel Álvares Cabral Besera*²

Introdução

Analisar a educação sexual e a responsabilidade familiar implica em uma abordagem da relação família-escola, onde a família deve começar a educar seus filhos desde os primeiros anos de vida até a idade adulta.

A família e a escola desenvolvem uma parceria na educação da criança, enquanto uma assume a tarefa exclusiva até certa idade, a outra assumia a segunda parte, e dentro dessa parceria elas partilham os papéis, sem que se possam trocar linhas demarcantes, pois a educação é papel de todos (ALMEIDA; DE LOURDES CENTA, 2009).

Os pais devem orientar e auxiliar a criança e o adolescente com diálogo, apoio e compreensão para sentirem-se protegidos de tomar decisões importantes. A comunicação sobre a educação em vez de ser passada através de informações acontece através de

¹ Licenciado em pedagogia pela Faculdade de Pernambuco - UPE, licenciada em gestão na educação com ênfase em psicopedagogia pela faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio e Mestranda em educação pela UNISULLIVAN Inc. (edelmondessiqueira@bol.com.br).

² Professor Mestre, em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC (mic.besera@hotmail.com).

atitudes, portanto é preciso que os pais reflitam e supere essa postura de repressão, discriminação e preconceitos sexuais, o que constitui uma tomada de consciência sobre a sexualidade (REIS; VILAR, 2012).

Por medo de estarem despertando o desejo sexual de seus filhos, os pais acabam por não falarem sobre sexo e sexualidade, permitindo transluzir que não entendem sobre tal assunto, sendo, conseqüentemente, omissos a orientação sexual dentro de casa. Não podemos deixar de ressaltar que na ausência dos pais a televisão ocupa esse papel de socialização da criança (ALENCAR *et al.*, 2008).

Por este motivo, este trabalho de o objetivo de identificar a importância do papel da família e do professor na educação sexual.

1. Revendo a literatura

A proposta do MEC através dos Parâmetros Curriculares Nacionais é a inclusão da orientação sexual nas séries do Ensino Fundamental. Orientar sexualmente não quer dizer informar, mas é um mecanismo mais elaborado baseado em experiências e conhecimentos. O trabalho de educação sexual na escola pode contribuir para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, já que a sexualidade envolve os aspectos emocionais que estão ligados ao desenvolvimento tanto intelectual quanto social (CUNHA, 2013).

Sabemos da grande dificuldade tanto das escolas quanto dos professores em abordar o tema da orientação sexual, tornando-se uma atividade árdua e constrangedora para a maioria deles, pois se sentem despreparados e sem capacitação, além da resistência da aprovação da família.

1.1 Sexualidade Infantil: concepção e característica

Os primeiros conceitos de sexualidade infantil datam do início do século XIX e são ainda conhecidos ou aceitos pelos

profissionais que lidam com crianças, inclusive educadores (SCHINDHELM, 2011).

Para alguns educadores, as crianças são seres puros e inocentes que não possuem sexualidade para expressar, e para estes, as manifestações da sexualidade infantil aparecem como algo feio e pecaminoso.

Dentre os outros adultos e educadores, entretanto, já são amplamente propagadas às noções de existência e importância da sexualidade para o desenvolvimento das crianças.

A sexualidade é uma característica fisiológica dos seres humanos, uma necessidade básica, que envolve sentimentos, pensamentos e atitudes relacionadas ao comportamento sexual, mas não restrito a questões biológicas, mas funcional ou anatômica, se refere a questões de razão e sentimentos, caracterizados como uma questão cultural. A sexualidade é como uma construção individual na interação com o meio e cultura (MALPIQUE, 2014).

As crianças, antes mesmo que os fatores determinantes dos seres humanos assumirem importância exibem comportamentos relacionados à sexualidade. Compreender a sexualidade, tanto no adulto e na criança é algo dinâmico e importância singular.

1.2 Concepção de sexualidade

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) sexualidade é algo inerente ao ser humano. Ainda define que:

[...] tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, a sexualidade construída ao longo da vida encontra-se necessariamente marcada pela história,

cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. A sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância. A vivência saudável é fundamental na medida em que é um dos aspectos essenciais de desenvolvimento global dos seres humanos (PCN. 1997, p. 117).

Observa-se que muitas vezes a nossa angústia leva à concepção reduzida da sexualidade nos conduzindo a confundir sexualidade com genitalidade.

A sexualidade pode-se afirmar que é a manifestação, o estudo do comportamento sexual de um povo, uma cultura. A sexualidade é estudar, saber e compreender como as pessoas se sentem e identificam a sua vida sexual. Eles são homem e mulher, macho e fêmea, em um determinado momento histórico e cultural.

Freud foi o primeiro a descrever sobre a sexualidade infantil e os impactos das experiências na infância sobre o caráter adulto. De acordo com Freud (1856-1939) a sexualidade começa desde que a criança nasce e passa por alguns estágios de desenvolvimento. O seu estudo com relação a essas fases do desenvolvimento se organiza de acordo com a parte do corpo em que a libido está concentrada no momento (BARROSO; BRUSCHINI, 2013).

1.3 Características da sexualidade infantil

A primeira fase da sexualidade denominada por Freud é a Fase Oral que vai desde o nascimento até quando a criança para de ser amamentada. É pela boca que a criança tem o seu primeiro contato com o mundo externo e as primeiras sensações prazerosas de satisfação, por isso ela tenta reproduzi-la levando a boca todos os objetos que pega, independentemente das suas necessidades fisiológicas. Uma frustração nessa fase estabelecerá predomínio da agressividade e destruição de determinadas características da personalidade do indivíduo (TAQUETTE, 2008).

A segunda fase é a Fase Anal, com aproximadamente três anos de idade, ao atingir o controle esfinteriano, a criança descobre a noção de poder (REIS MOTTA; SILVA; DE CASTRO, 2010)

Segundo Suplicy (1993),

[...] as fezes passam a ter um valor simbólico, constituindo-se no primeiro produto que a criança oferece ao mundo – que efetivamente lhe pertence – é uma produção própria. É através desse produto que a criança cria uma fantasia de valor simbólico das fezes. No ambiente seguro para a criança, as fezes passam a representar um presente a ser ofertado pelos pais; quando, ao contrário o ambiente é hostil e exige uma disciplina rígida quanto aos hábitos de higiene, a criança se recusa a oferecer as fezes ao mundo externo, ou seja, sua produção, seu presente. Doar seu produto no momento em que é solicitado torna-se uma maneira de presentear à mãe, ao contrário, a recusa é uma resposta negativa frente ao desejo materno. (SUPLICY, 1993, p. 29).

Freud diz que uma vivência frustrada dessa fase torna o sujeito manipulador, exigente, com mania de limpeza e arrumação.

A terceira é a Fase Fálica que vai dos quatro aos sete anos e é marcada pela diferença dos genitais e por um momento decisivo na formação do sujeito que é o chamado Complexo de Édipo³.

Tem ainda a quarta que é a Fase de latência que vai dos sete aos treze anos e compreende na resolução do Complexo de Édipo; e a última que é a Fase Genital que vai dos treze aos dezoito anos coincidindo com a adolescência e tem como característica as mudanças corporais e psicológicas (FREUD, 2015).

A sexualidade toma diferentes rumos no desenvolvimento sexual, e a criança passa por diversas situações de autoconhecimento tanto do próprio corpo como do corpo das

³ Complexo de Édipo é também chamado de complexo nuclear das neuroses. Período, em que os meninos focalizam o seu desejo e prazer na mãe; e as meninas, no pai. É também nessa fase que a criança distingue a diferença dos sexos masculino e feminino e determina sua fixação pela pessoa mais próxima do sexo oposto.

outras pessoas. De acordo com as fases do desenvolvimento as curiosidades infantis também são distintas em cada faixa etária.

Mesmo conscientes da responsabilidade e da importância que tem o processo de desenvolvimento das manifestações sexuais nas crianças, a escola nem sempre aborda o tema com a intensidade necessária, e quando aborda é de forma bem superficial e reducionista, mostrando apenas os aspectos biológicos, sendo que, vai mais além do que esses aspectos, pois envolve as emoções.

1.4 O Sexo e a infância: aspectos que podem interferir no desenvolvimento sexual infantil

De acordo com Garcia e Silva (1979), a criança não deve oferecer sintomas do processo sexual antes da puberdade. Sintomas de um comportamento intencional: manifestações de excitação erótica em brincueos sexuais, prazer em falar do sexo, ou adoção deliberada de um comportamento erótico.

Quando a criança se comporta desta forma, não está em uma situação normal, a maturidade sexual da criança é uma forma doentia da personalidade, como registrado por Ribeiro (1993).

Ainda de acordo com Ribeiro (1993), a criança tem a sua vida sexual, mas não percebe o erótico, e quando isso ocorre, há certamente um problema, emocional ou mental.

Existem muitas causas capazes de determinar a maturidade da vida sexual infantil entre as quais se destaca:

1.5 A Importância do professor na educação sexual

De acordo com Fagundes (1993, p. 05) "O que a família é [...] o contexto no qual uma criança é a primeira identificação de si mesma, com o "outro" privilegiado por ser a mãe, pois ela está presente".

Inicialmente, as atitudes dos pais enquanto modelos e enquanto estímulos favoráveis ao desenvolvimento sexual satisfatória das crianças, mas em algum momento da vida para essas crianças, esses modelos não são o suficiente e eles começam a questionar os pais sobre os fatores relacionados à sexualidade como uma forma de satisfazer a sua curiosidade.

Com o medo de estarem forçando o desejo sexual dos seus filhos, os pais muitas vezes não conseguem falar sobre sexo, o que demonstra, segundo Fagundes (1993, p. 10) que "não sabem, ou preferem ignorar, que a sexualidade é instintiva, que nascem instantaneamente nos indivíduos, e deixar de guiá-los complica ainda mais a situação".

Quando vem à escola, essa criança não teve sua curiosidade sexual satisfeito em casa e encontra os professores sem qualquer formação profissional para lidar com isso e permanecem sem nenhuma educação sexual.

Isto, segundo a autora, levou o sistema de ensino, comunidades, associações profissionais a reivindicar um programa educação sexual para crianças e jovens.

Algumas experiências de implementação de processos de orientação sexual para alunos de nível básico ou superior são descritas pela autora, para justificar o desenvolvimento, por ela, "um trabalho de pesquisa-ação, a fim de planejar e implementar um sistema de ação conjunta, após o diagnóstico necessita de procurar subsídios para implementar programas de educação sexual nos cursos de formação de professores". Fagundes (1993, p. 12).

1.6 Ações do professor

O professor precisa ficar atento às diversas expressões e comportamentos de alunos sobre a sexualidade, que pode significar uma necessidade não verbalizada de discussões e compreensão sobre tal assunto, é necessário que o mesmo tenha

jogo de cintura para lhe dar com as situações. Um dos obstáculos para o professor com relação às orientações sobre as manifestações sexuais é o distanciamento entre professor e aluno, para o êxito de tal trabalho é preciso uma relação de confiança e amizade entre aluno e professor.

Um novo profissional de grande importância para compreensão do desenvolvimento humano e da sexualidade é o psicopedagogo que pode realizar uma orientação sexual reflexiva e eficaz para toda a sociedade. O psicopedagogo é um novo aliado da escola para executar a tarefa de educar sexualmente as crianças e adolescentes.

Cabe ao educador, ao professor, ao pedagogo reconhecer, respeitar e conduzir as diversas formas de manifestações da sexualidade infantil, que se manifesta de forma individual, particular a cada um e trabalhar na implantação de programas de orientação sexual, na tentativa de caminhar para uma educação coerente, com o sentido de informar, discutir os preconceitos e atitudes existentes na sociedade.

3. Metodologia

Para o alcance do objetivo do presente estudo utilizou-se como metodologia de pesquisa o estudo de revisão crítica da literatura ou também denominado de revisão bibliográfica de caráter descritivo.

A pesquisa bibliográfica quando sua realização se dá por meio de informações e conhecimentos que já se encontram publicados, e sendo assim, são constituídos de artigos, livros, monografias e dissertações (MARQUES; PECCIN, 2005).

A pesquisa descritiva tem como objetivo observar, historiar, ponderar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão

com outros, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN, 2002).

Sendo assim foi realizado um levantamento de bibliografias de autores que discutem a temática proposta e analisada as principais informações, para que pudessem ser extraídos os melhores conhecimentos acerca da temática.

Por se tratar de uma pesquisa sem o envolvimento de seres humanos, entrevistas, ensaios-clínicos não necessita de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas (CEP).

Conclusões

É na escola que a criança passa a maior parte do seu tempo, um lugar cheio de sonhos, medos, curiosidades, ideias, aprendizagens, conquistas e descobertas; portanto não se podem excluir as manifestações sexuais na infância, e sim criar um espaço de discussão aberta e franca sobre ela.

É necessário que o professor tome consciência de que as manifestações da sexualidade infantil se constituem em aspectos naturais e integrantes do desenvolvimento humano. Trabalhar com educação afeto-sexual de criança não é tarefa fácil para aqueles que se propõem a lutar por uma juventude mais realizada e por uma geração mais feliz.

Enfim a escola e a família precisam ter cuidado ao tratar da sexualidade com as crianças para não as incentivar com conceitos preconceituosos ou vulgares. É possível desenvolver programas integrados ao projeto pedagógico, que contemplem a questão que passa pelo prazer de pensar, o respeito por si e pelo outro, desenvolvendo uma visão crítica e reflexiva com o corpo e a sexualidade exercendo a sua cidadania plena.

Referências

- ALENCAR, Rúbia de Aguiar et al. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência & Educação** (Bauru), p. 159-168, 2008.
- ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo; DE LOURDES CENTA, Maria. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. **Acta Paul Enferm**, v. 22, n. 1, p. 71-6, 2009.
- BARROSO, Carmen Lucia M.; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Sexualidade infantil e práticas repressivas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 31, p. 86-94, 2013.
- CUNHA, Luiz Antônio. Os parâmetros curriculares para o ensino fundamental: convívio social e ética. **Cadernos de Pesquisa**, n. 99, p. 60-72, 2013.
- FREUD, Sigmund. Tres ensayos para una teoría sexual. **FV Éditions**, 2015.
- MALPIQUE, Celeste. **A sexualidade infantil**. **Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 27-31, 2014.
- REIS MOTTA, Claudia; SILVA, Luciana Rodrigues; DE CASTRO, Hélio. A psicanálise da criança—um estudo de caso. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 9, n. 1, p. 89-94, 2010.
- REIS, Maria Helena; VILAR, Duarte. A implementação da educação sexual na escola: Atitudes dos professores. **Análise Psicológica**, v. 22, n. 4, p. 737-745, 2012.
- SCHINDHELM, Virginia Georg. A sexualidade na educação infantil. **Revista Aleph Infâncias**, v. 5, n. 16, p. 1-17, 2011.
- TAQUETTE, Stella R. Sexualidade na adolescência. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde do adolescente: competências e habilidades**. Brasília: MS, p. 205-12, 2008.

Capítulo 25

Qualidade na educação e políticas públicas

Maria Aparecida da Silva¹

Introdução

A realização de uma reflexão acerca da qualidade da educação no país é indispensável, já que as mudanças que ocorrem a nível mundial, como também nacional refletem sobre a criação de políticas e estratégias a serem incorporadas em sala de aula. O funcionamento da educação ocorre por meio da presença de diferentes esferas, em que estas criam políticas a serem aplicadas em prol do alcance do êxito educacional.

As políticas públicas são criadas para minimizar as problemáticas existentes, propiciando condições para os indivíduos, e em sua forma de organização, para terem melhores oportunidades e qualidade. Porém, ainda se encontra muitas limitações nas políticas públicas, dentre elas a ausência da execução, em que muitas vezes apenas fica no papel, como também a ausência de profissionais qualificados para lidar com o público heterogêneo que se encontra em ambientes educacionais.

Assim, percebe-se que muitos são os desafios presentes na sociedade, o que requer a realização de medidas urgentes, para que se possa alcançar uma educação de qualidade.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC., Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Patos – FIP. E-mail: bonequinha_jay@hotmail.com

O presente estudo tem como finalidade compreender os avanços na criação de políticas públicas educacionais em prol da qualidade da educação. A pesquisa encontra-se embasada em pressupostos teóricos de autores, como: Vieira (2001), Fonseca (2008), Zibas (2008), entre outros.

1. Qualidade no planejamento educacional

Durante a década de 60 muitos avanços aconteceram na educação, em especial na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 61, em que foi implantado os primeiros planos educacionais. Com a necessidade de mudanças que se fazia presente, já existiam perspectivas e planos de mudanças, em que era representado por educadores renovadores (FONSECA, 2009).

De acordo com Baia Horta (1982), citado por Fonseca (2009), a Associação Brasileira de Educação (ABE), desempenhava papel importante no processo de orientação de valores, como também assegurava a universalização da educação, para que esta fosse ofertada gratuitamente para todos, como também priorizava um ensino de qualidade, levando em consideração aspectos metodológicos, e formação pedagógica.

Assim, o educando necessitava ser compreendido diante de suas peculiaridades, levando o mediador para sala de aula procedimentos metodológicos que facilite o processo de assimilação, como também suprir as necessidades informacionais destes sujeitos.

Com a organização do Estado Novo muitas mudanças ocorreram no nas medidas criadas para o funcionamento da educação, criadas em 1934. Assim, com a elaboração do plano educacional em 1937, este foi apresentado, no entanto não obteve êxito na aprovação, já que o congresso se encontrava em uma situação caótica, em que acabou desencadeando o seu fechamento (FONSECA, 2009).

Para Schwartzman et al. (1984), citado por Fonseca (1999), as políticas voltadas para a educação, criadas durante o Estado Novo apresentava e priorizava a formação para execução das atividades laborais, para assim compreender as particularidades existentes no ambiente escolar. Por sua vez, durante este período pairava uma educação classificatória, em que separava a elite da classe menos favorecida, caracterizando-se como uma educação diferenciada por classe. Por sua vez, muitas mudanças ocorreram acerca da definição e oferta da educação no país, em que todos passaram a serem vistos de forma igualitária.

1.1 Planos educacionais e programas estratégicos

Durante a instauração do governo militar, o Plano 1963-1965 foi revisto, com a finalidade de contextualizar a realidade brasileira, como também envolvendo a nova visão do governo. Por sua vez, as metas eram fixadas, rigorosamente, pelo “estabelecimento de ações e de recursos financeiros para vencer os déficits de educação plenamente justificáveis” (Brasil/MEC, 1965, p. 21). A gestão educacional passou a ser orientada pelo Decreto governamental n. 200, de 1967, em que causou uma reforma administrativa no funcionamento de entidades públicas.

Na educação básica, foram criadas medidas a serem incorporadas no ambiente escolar, para que todos tivessem acesso à educação. Assim, desencadeou-se programas e projetos voltados para o atendimento de pessoas com deficiências, levando em consideração suas particularidades.

Desenvolver atividades com base em projeto é uma prática atual, que vem se tornando comum em todas as áreas do conhecimento e setores organizacionais. E particularmente na área educacional, o volume de ações embasadas em projetos é percebida em todos os níveis e setores do sistema da educação, sejam pelo setor público ou privado.

No campo educacional, os projetos voltados para o processo de ensino e aprendizagem, perante a disponibilização de recursos, como também os desenvolvimentos da prática docente em seu aperfeiçoamento aconteceram durante as décadas de 60 e 70. Os projetos criados tinham como finalidade o processo de mediação, para que este pudesse ocorrer de forma significativa (MOURA, BARBOSA, 2006, p. 20).

O projeto educacional, caracteriza-se por ser um empreendimento de duração finita, constituído por objetivos claramente definidos em função de problemas, oportunidades, necessidades, envolvendo os sujeitos presentes no processo educativo, docentes, coordenação, buscando propiciar melhorias no processo educativo e de formação humana (MOURA, BARBOSA, 2006, p. 23).

A realização do planejamento no ambiente escolar é de suma importância, e os projetos envolvem o planejar, para que os seus princípios venham a alcançar o êxito. Assim, um plano de um projeto caracteriza-se por ser um percurso, permeado por objetivos, regras, em que a ação está subordinada ao planejar.

1.2 Nova República: movimentos sociais e parceria internacional

Durante o surgimento do regime militar, presente na República Nova, desencadeou a mobilização de diferentes setores da sociedade civil, em que propiciou a criação de políticas democráticas. Assim, os participantes discutiram em conjunto com as governantes medidas consideradas eficientes, em prol do funcionamento da educação, diante de suas modalidades de ensino (FONSECA, 2009)

Para Melucci (1996), com as mudanças que ocorreram na sociedade, as políticas públicas passaram a ser discutidas em diferentes níveis. Quando se idealiza ações, já que aqueles que por muito tempo foram excluídos, passaram a ser e se sentir incluídos.

Os avanços da inclusão propiciaram inúmeros benefícios, seja no ambiente escolar, como no mercado de trabalho, e até mesmo nas vias de locomoção, e que pessoas com deficiências passam a ser vistas diante de suas necessidades, em que os ambientes também passaram a ser acessíveis, contribuindo para a socialização destes.

Muitos movimentos ocorreram em prol da igualdade social, do direito para todos, como também em áreas em específico. Assim, os movimentos passaram a se popularizar e levar um maior número de participantes durante o século XX, com a disponibilização e acesso a uma diversidade de meios de comunicação (DI CINTIO, 2010).

Não existe apenas um movimento que caracterize a luta pela mudança nos paradigmas sociais, mas uma série de movimentos. Na América Latina, na educação, o movimento estudantil no Chile, conhecido como a Revolta dos Pinguins (ZIBAS, 2008), apresentava em sua caracterização a luta por uma educação de qualidade, luta contra o desvio de verbas e corrupção presente nas entidades que geriam.

1.3 As políticas no funcionamento da educação

As políticas públicas não educação são indispensáveis, em que permite a gestão organizacional desenvolver suas atividades de forma eficientes, levando em consideração as particularidades presentes em sala de aula.

É cabível destacar que tanto a estrutura como o funcionamento de uma organização escolar podem mudar, em que apresenta um caráter determinante. Na educação, a organização do ensino infere de forma direta no processo de aprendizagem, o que requer a disponibilização de recursos materiais, como também humanos. As escolas necessitam de uma estrutura adequada, para suprir a necessidade de seu público heterogêneo, possibilitando estabelecer relações prazerosas, sem limitações (VIEIRA, 2001).

É cabível destacar que a qualidade na educação envolve:

A qualidade converge com a ideia de bem feito e completo. A educação é o termo resumo da qualidade na área social e humana, pois ele entende que não tem como chegar a qualidade sem educação. Esta educação por sua vez, exige construção e participação, precisa de currículo, de prédios, de equipamentos, mas sobretudo de bons professores, de gestão criativa e de ambiente construtivo, participativo, sobretudo de alunos construtivos e participativos para a qualidade se efetivar (DEMO, 2001, p.21).

Muitas são as problemáticas presentes no ambiente escolar, como a necessidade de adaptação do espaço físico para o atendimento de pessoas com deficiência física, como também a disponibilidade de docentes qualificados para lidar com educandos deficientes, ausência de recursos materiais, entre outros.

A educação necessita de atenção, da disponibilidade de recursos, para que os docentes, gestão escolar tenha condições para desenvolverem uma educação de qualidade. Não basta apenas ter em sala de aula o docente, é necessário de recursos para tal.

Conclusões

A criação de políticas públicas são reflexos das necessidades presentes na sociedade, para que estes sujeitos tenham condições de se desenvolver socialmente e intelectualmente. Para que a educação seja desenvolvida com qualidade é necessário que as escolas recebam os recursos necessários para assegurar o seu funcionamento, atendendo o seu público heterogêneo, propiciando condições para estes se desenvolverem.

A educação necessita de recursos, como também profissionais qualificados para suprir as necessidades existentes em sala de aula, o que requer das entidades governamentais comprometimento na oferta de recursos para o funcionamento da

educação, como também na valorização da mão de obra, que é responsável pela formação destes cidadãos.

As políticas públicas são de suma importância, tornando-se possível de minimizar as problemáticas e necessidades presentes no ambiente escolar. A gestão, docentes, família, educandos necessitam estar unidos para lutarem por melhorias, para que a educação realmente seja ofertada diante de seus princípios, e possa alcançar o êxito.

Referências

DEMO. P. **Educação e qualidade**. São Paulo: Papirus, 2001.

DI CINTIO, C. *Petit traité de désobéissance civile*. Paris: ResPublica, 2010.

FONSECA; M. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social**. Caderno Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009. Disponível em: . Acesso em: 22-07-2016.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1996.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhos com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais**. Petrópolis,RJ:Vozes, 2006.

VIEIRA. S. L. **Estrutura e Funcionamento da educação básica**. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, UECE, 2001. 144 P.

Capítulo 26

Educação infantil e as novas tecnologias

Cicero Ivanildo Regis do Nascimento¹

Introdução

No âmbito educacional tem se discutido muito sobre a inserção da informática. Docentes questionam-se sobre a utilização destes recursos na educação infantil, em seus fatores positivos e negativos. Perante esta problemática este trabalho busca esclarecer algumas indagações que surgem no ambiente escolar sobre a utilização das tecnologias na prática docente na modalidade de ensino educação infantil.

É necessário que o indivíduo tenha acesso aos avanços tecnológicos, para que este possa usufruir das mais variadas possibilidades de desenvolvimento, seja eles sociais ou educativos. Este trabalho tem como objetivo analisar as influências das tecnologias no processo do desenvolvimento da criança na educação infantil.

O docente deve ter conhecimento sobre as finalidades pedagógicas das tecnologias para saber usufruir da melhor forma possível, propondo aulas inovadoras e divertidas.

As tecnologias no ambiente educacional desempenham papel importante com instrumentos metodológicos, facilitando a disponibilização de variadas informações de diferentes áreas do

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

saber. Na educação infantil as tecnologias são utilizadas de forma lúdica por meio de jogos educativos. Outras formas que contribuem no processo de desenvolvimento da criança.

A abordagem sobre esta temática foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica realizado em diferentes recortes científicos, buscando contribuir com informações relevantes.

1. A inserção das novas tecnologias na sociedade

A Informática foi desenvolvida com a finalidade de executar cálculos, com o passar dos anos foi aprimorada realizando variados procedimentos. Com os avanços ocorridos na sociedade com a inserção da informática ao âmbito escolar também se adequou a estas mudanças como ferramenta para construção do conhecimento no ambiente escolar. Para Almeida e Prado (1991: 1), ressalta que a partir das novas tecnologias possibilitou:

“Hoje é consenso que as novas tecnologias de informação e comunicação podem potencializar a mudança do processo de ensino e de aprendizagem e que, os resultados promissores em termos de avanços educacionais relacionam-se diretamente com a idéia do uso da tecnologia a serviço da emancipação humana, do desenvolvimento da criatividade, da autocrítica, da autonomia e da liberdade responsável. ”

Para Sette et al. (1999), a utilização de software proporciona diferentes melhorias para o homem, facilitando o gerenciamento de organizações, com âmbito escolar proporciona o desenvolvimento do cognitivo.

Ainda segundo Sette et al. (1999, 26), os softwares contribuem por meio:

Explore a criatividade, a iniciativa e a interatividade, propiciando ao aluno a postura ativa diante da máquina e do sistema;
Desperte a curiosidade; Incentive o trabalho cooperativo e

interdisciplinar; Estimule ou não a competitividade (de acordo com a linha pedagógica adotada) nas diversas dimensões (com relação aos colegas, ao computador, a si próprio etc.); Estimule a reflexão, o raciocínio, a compreensão de conceitos; Ressalte a importância do processo em vez do resultado obtido (ganhar ou perder, certo ou errado), entre outras contribuições.

1.1 A utilização da informática na educação infantil

De acordo com Oliveira e Fischer (1996), a utilização do computador em ambientes escolares tem sido considerando como um avanço, possibilitando o educando a variadas informações, sendo estes relevantes para seu desenvolvimento. A computação também permite na educação infantil a ativação dos hemisférios cerebrais que instiga a criança em aprender, por meio das mais variadas cores, sons, imagens destinadas ao processo educativo ao deste público.

A partir dos estudos realizados por Piaget, sobre o processo de desenvolvimento da inteligência da criança, o pesquisador realiza diferentes comparações com crianças de faixa etária diferentes, e fica surpreendido com as respostas das crianças, a sua surpresa não é com as respostas corretas, mas sim com as incorretas, pois a partir dos erros trabalhou as respostas corretas de forma divertida, passando a crianças a aprenderem de forma prazerosa (BEARD, 1991).

Para Vygotsky, a criança possui a capacidade de realizar diferentes atividades por meio da orientação e em cooperação, futuramente é capaz de realizar sozinha e descobrir além do que foi orientado. Este enfoque encontra-se relacionado a utilização da informática em que a criança primeiramente é orientada e em seguida procura descobrir os mais variados softwares, necessitando que um adulto realize a orientação dos programas, sendo estes com princípios educativos (MATTEI, 2001).

Com os avanços que ocorreram na sociedade, é relevante destacar que as crianças se encontram diante de variados recursos

tecnológicos e informações, que favorecem o seu desenvolvimento intelectual. No ambiente escolar são trabalhadas diferentes informações, estas também se encontram interligadas as mídias e as crianças estão inseridas no mundo da informação e comunicação (ALVES, 2008).

Segundo Gadotti (2000), é necessário eu as escolas desempenhem seu papel de forma inovadora, orientando as crianças pela busca de informações relevantes para seu crescimento. A partir da prática educativa com inserção tecnológica na educação infantil, possibilita a criança a terem acesso as mais variadas informações.

Com a utilização das tecnologias no ambiente educacional, a escola estará contribuindo para a formação de educandos críticos, reflexivos e criativos. O docente deve articular seu planejamento com a utilização dos TIC com a finalidade pedagógica (PEREIRA et al.,2005).

1.2 Formação de docente na Educação Infantil

Para Coll (1992), o processo de construção do conhecimento não deve ser considerado como uma etapa de cumulação de informações, mais sim como um momento de construção de conhecimentos essenciais para futuras experiências para o educando.

De acordo com Farias (2003: 19):

Não é suficiente equipar materialmente as escolas. É preciso cuidar do material humano, de sua formação continuada como estratégia de política prioritária para que a incorporação de tecnologias como o computador possa, de fato, ser um contributo à educação. Do contrário, a mudança na prática escolar na perspectiva de melhora tende a constituir-se numa retórica do discurso político sedutor.

A LDB ressalta em seu artigo 1º enfatiza que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

O docente deve estar preparado para manusear as novas tecnologias no ambiente educacional, na educação infantil deve articular programas educativos voltados para construção do conhecimento significativo interligados com as competências. Amante (2011: 59) ressalta sobre as contribuições das novas tecnologias na realização de pesquisas:

“Possuírem características abertas (*open-ended*) que encorajem a exploração e a imaginação, por oposição aos programas muito estruturados do tipo exercício e prática (*drill and practice*); Serem amigáveis e intuitivas, ou seja, fáceis de usar, apresentando menus e ícones figurativos facilmente associáveis à sua função; Serem flexíveis, permitindo responder a diversas necessidades e objetivos educacionais, orientadas para o sucesso, fornecendo feedbacks positivos e pistas que, se necessário, guiem a criança; Atribuírem à criança um papel ativo, solicitando reações, escolhas, exploração, tomada de decisões, realização de atividades; Serem multissensoriais, atraentes, interativas, mas que não se reduzam a um espetáculo de sons, música, cores e movimento, sem conteúdo e relevância, entre outros”.

Para Miranda-Pinto e Osório (2009), é necessário que os docentes tenham uma ótica mais avançada sobre a inserção das novas tecnologias na educação infantil, em que compreendam como um instrumento que permite a comunicação e colaboração na prática docente, sendo relevante para o próprio docente em seu desenvolvimento. As tecnologias permitem ao docente elaborar aulas atrativas e com informações importantes para o educando, passando a realizar aulas atrativas e cooperativas para os educandos.

Para realização adequada na seleção de software educacional a inter-relação com os conteúdos trabalhados em sala de aula. A utilização das novas tecnologias como instrumento metodológico deve ser analisado de forma sucinta, avaliando os aspectos positivos da prática docente planejada, e os negativos vindos da falta de planejamento. Conduzir a utilização na educação infantil é relevante, por promover momentos de experiências e aprendizagens (DOWNES, 2005).

Para Faria e Ramos (2010), as tecnologias permitem o desenvolvimento oral e também a escrita da criança, em que realiza associações entre as palavras para manusear os softwares. As crianças podem desenvolver a edição de som com realização de contação de histórias, cantarem músicas entre outras atividades.

1.3 Biblioteca virtual na educação infantil

Nos últimos anos a biblioteca tem sido discutida perante sua relevância no ambiente escolar, em especial no seu papel de facilitar o acesso a variadas informações. As mídias estão presentes neste novo cenário que possibilita por meio das tecnologias a criação de biblioteca virtual. Marchiori (1997: 4), ressalta sobre o significado da biblioteca virtual:

A biblioteca eletrônica é o termo que se refere ao sistema no qual os processos básicos da biblioteca são de natureza eletrônica, o que implica ampla utilização de computadores e de suas facilidades na construção de índices *on-line*, busca de textos completos e na recuperação e armazenagem de registros. A biblioteca eletrônica se direcionará para ampliar o uso de computadores na armazenagem, recuperação e disponibilidade de informação, podendo envolver-se em projetos para a digitalização de livros. Haverá um uso extensivo de meios eletrônicos que ainda coexistirão com as publicações eletrônicas e será possível remeter-se ao bibliotecário e aos "sistemas especialistas".

A biblioteca digital foi determinada para representar o avanço, com a disponibilidade de diferentes acervos de documentos produzidos por vários pesquisadores, que buscam informar o indivíduo (TAMMARO; SALARELLI, 2008).

A biblioteca multimídia atende a diferentes públicos em formatos variados, possuindo uma série de meios com finalidade de facilitar o acesso à informação (ROWLEY, 2002).

Em conformidade com Moura (2009: 25), ressalta sobre a importância da organização do espaço escolar para a prática da leitura:

“O espaço necessita ser planejado de tal modo que possibilite o desenvolvimento dos movimentos corporais, da estimulação dos sentidos e das competências linguísticas e cognitivas; além de possibilitar a formação de valores sociais”.

A utilização da biblioteca eletrônica tem como finalidade de informar, facilitando o acesso a informações de diferentes gêneros e formas de chamar a atenção do educando, na educação infantil utiliza-se muitos atributos lúdicos virtuais para estimular a criança em seu processo de desenvolvimento educacional (DAVENPORT, 2002).

A biblioteca infantil é considerada como um ambiente que proporciona a criança o contato com as mais variadas obras literárias em diferentes formas, ensinando de maneira divertida e preparando a crianças para as futuras vivências escolares (CORREA, 2002).

1.4 Os recursos multimídias na aprendizagem

Compreender as tecnologias educacionais e sociais é uma tarefa importante. As tecnologias educacionais são utilizadas como instrumento no processo de mediação das informações. A tecnologia social está relacionada como instrumento que minimiza as desigualdades sociais (BRITO, 2006).

Com as tecnologias que se encontram presentes no âmbito escolar contemporâneo, é notório que possui grande influência, podendo modificar ações e definições. Kenski (2007), aborda que:

A evolução tecnológica não se restringe apenas aos novos usos de determinados equipamentos e produtos. Ela altera comportamentos. A ampliação e a banalização do uso de determinada tecnologia impõem-se à cultura existente e transformam não apenas o comportamento individual, mas o de todo o grupo social (KENSKI, 2007, p. 21).

As inovações tecnológicas permitiram a multifuncionalidade e integração a diferentes áreas do conhecimento. A utilização de recursos tecnológicos no ambiente escolar possibilita a realização de variadas atividades com o mesmo instrumento (MORAN, 2011).

Para Turkle (1997), é notório que as crianças que tem acesso as TIC desenvolvem diferentes estratégias para utilizar estes recursos mesmo não sendo alfabetizadas. Estes novos instrumentos estimula o processo de desenvolvimento de inteligências que muitas vezes podem estar próximas a pensamentos adultos.

A média na educação tem apresentado eficaz em sua aplicabilidade, sendo conveniente que o docente utilize com fins pedagógicos apropriados a cada modalidade de ensino e conteúdo a serem trabalhados (BELLONI, 2001)

2. Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica em livros e artigos com publicação na internet, em que foram analisados diferentes pressupostos teóricos sobre a temática “Educação infantil e as novas tecnologias”.

Para Gil (1999), a pesquisa científica contribui para compreensão de diferentes problemáticas na sociedade na resolução de problemas, e contribui com melhorias.

Conclusões

A utilização das mídias na educação tem desencadeado resultados positivo por inovar a pratica docente e permitir ao educando o acesso as mais variadas informações.

Na educação infantil esta estratégia também tem eficácia em sua utilização estimulando o cognitivo da criança perante os mais variados softwares. É relevante que a inserção dos TIC no combate escolar seja articulada por meio de planejamento contextualizados com princípios educativos, e que o docente oriente as crianças a usufruir de forma adequada por não comprometer a formação da criança.

Referências

AMANTE, L. Explorando as novas tecnologias em contexto de educação pré-escolar: a atividade de escrita. **Análise Psicológica**, n. 1, Séri XXII, 139-154, 2004

ALMEIDA, Maria E. B. & PRADO, Maria E. B. B. **Um retrato da informática em educação no Brasil**. 1999.

Endereço Eletrônico: <http://www.proinfo.gov.br>. Data da consulta: 08/03/2015.

ALVES, Rubem. **Sobre o poder e o saber**. O Estado de São Paulo, São Paulo, 17 jan. 1982.

BEARD, Ruth M. **Como a criança pensa**. São Paulo: Ibrasa, 1991.

BELLONI, M.L. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001

BRASIL. Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm >. Acesso em: 20 março 2015.

BRITO, G. S. **Inclusão Digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia.** Artigo apresentado no 30º ANPOCS, 2006.

COLL, C. Un Marco de Referencia Psicológico para la Educación Escolar: La Concepción Constructivista del Aprendizaje y de la Enseñanza. C. COLL; J. PALACIOS e A. MARCHESI (Comp.), **Desarrollo Psicológico y Educación, II, Psicología de la Educación.** Madrid: Alianza Editorial, pp. 435- 453, 1992.

CORREA, Elisa Cristina Delfini, et al. Bibliotecário escolar: um educador? **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, 2002. p. 107-123. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/379/459>>. Acesso em: 12 mar.2015.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da Informação.** São Paulo: Futura, 2002. 316 p.

FARIAS, I. M. S. Os professores e as Tecnologias na escola: limites e perspectivas da inovação. **Tecnologia Educacional.** Anos 2002/2003.

GADOTTI, M. **Perspectivas Atuais da Educação.** São Paulo em Perspectivas, 2000.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** 4 ed. Campinas: Papirus, 2007.

MARCHIORI, Patricia Zeni. "Ciberteca" ou biblioteca virtual: uma perspectiva de Gerenciamento de recursos de informação. **Ci. Inf.** [online]. 1997, vol.26, n.2 ISSN 0100-1965. doi: 10.1590/S0100-19651997000200002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651997000200002&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 14 março. 2015.

MIRANDA-PINTO, M.; OSÓRIO, A. As TIC no Desenvolvimento de comunidades de prática e na formação de educadores. In: P. DIAS; A. OSÓRIO; A. RAMOS. **O digital e o currículo.** Universidade do Minho, pp. 31-49, 2009.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5.ed. Campinas: Papirus, 2011.

- MORAN, J. M.; MASETTO MOURA, M. C. **Organização dos espaços: contribuições para uma educação infantil de qualidade.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília, 2009.
- OLIVEIRA, V. B. & FISCHER, M. C. **A microinformática como instrumento de construção simbólica.** OLIVEIRA, V. B. Informática em psicopedagogia. São Paulo: Editora SENAC SP, 1996.
- PEREIRA, Andréia Regina, LOPES, Roseli de Deus. **Legal: Ambiente de Autoria para Educação Infantil apoiada em Meios Eletrônicos Interativos.** SP: 2005.
- SETTE, S. S. et al. **Formação de professores em informática na educação.** Endereço Eletrônico: <http://www.proinfo.gov.br>. Data da consulta: 08/03/2015.
- TAMMARO, A. M; SALARELLI, A. **A biblioteca digital.** Brasília, DF: Brinque, 2008.

Capítulo 27

Diversidade cultural no contexto escolar

Elenalva Rodrigues Carvalho Queiroz¹

Introdução

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte dos cidadãos. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, como ampliação do acesso à educação básica, assim como o respeito e a valorização da diversidade cultural existente nas escolas. Sabe-se que as discriminações étnico-raciais são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira, a escola infelizmente é um deles.

O professor em sala de aula sente grande dificuldade para trabalhar com tanta diversidade e fazer com que seja aceita entre os alunos. Tenta construir entre eles conceitos de solidariedade, amizade, respeito e que entendam a educação que se pretende diversificada e inclusiva.

Como sabemos a escola é um espaço sociocultural, em que é possível o encontro na diversidade. Ela é também um espaço marcado por símbolos, crenças, valores e uma diversidade de culturas.

¹ Graduada em Pedagogia, Pós-graduada em Psicopedagogia e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

Nesta perspectiva a abordagem sobre a diversidade cultural no contexto escolar é de suma importância, desafiando a escola a rever concepções e paradigmas, e também criar espaços inclusivos, de modo a respeitar e valorizar a diversidade cultural dos alunos. O desafio maior para os docentes é encontrar estratégias de ensino diversificados que ultrapasse programas e conteúdo, e que crie mecanismos que atendem a diversidade cultural dos seus alunos.

Historicamente falando, a escola tem dificuldades para lidar com a diversidade. As diferenças tornam-se problemas ao invés de oportunidades para produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens. A escola é o lugar em que todos os alunos devem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias de aprendizagens diferentes.

Quanto à justificação da escolha deste tema, prende-se com o fato de ser um assunto bastante atual e de grande importância, uma vez que, a diversidade cultural surge como uma das principais características da nossa sociedade, e como sabemos, ela está presente também na instituição escolar, e deve ser compreendida e avaliada numa perspectiva de respeito mútuo, no sentido de haver uma verdadeira convivência intercultural.

A instituição escolar precisa reconhecer que cada aluno possui diferentes maneiras de aprender, ritmos, interesses diversos, estilos e estratégias diferenciadas. Entendendo que não podemos esperar turmas homogêneas, como sempre os professores sonharam onde seu ensino seria facilitado, mas fazer com que essa diversidade se enquadre na sala de aula e fora dela, tornando-se positiva para todos.

1. Referencial teórico

Para Abramowicz (2006, p. 12), diversidade pode significar “variedade, diferença e multiplicidade entre diferentes objetos ou realidade”. A diversidade faz parte do acontecer humano e de acordo com Lima (2006, p. 17), ela pode ser definida como a

norma da espécie humana: Os seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as chamadas de portadoras de necessidades especiais).

Assim, o conceito surge associado à pluralidade, multiplicidade, heterogeneidade e variedade. Muitas vezes também, pode ser encontrado na intersecção de diferenças. Nesse sentido, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença.

Por seu turno Costa (2008, p. 38) afirma que:

Seria muito mais simples dizer que o substantivo diversidade significa variedade, diferença e multiplicidade. Mas essas três qualidades não se constroem no vazio e nem se limitam a serem nomes abstratos. Elas se constroem no contexto social e, sendo assim, a diversidade pode ser entendida como um fenômeno que atravessa o tempo e o espaço e se torna uma questão cada vez mais séria quanto mais complexas vão se tornando as sociedades.

Nos dias atuais, vivemos sob uma mudança constante em todos os sentidos da vida social e cultural, o que nos leva a perceber como temos a necessidade de inclusão no nosso conhecimento da diversidade e do enredamento dos problemas sociais, entendendo que sempre se pode trabalhar na igualdade o que é diferente.

Reconhecer que a sociedade brasileira é multicultural significa compreender a diversidade ética e cultural dos diferentes grupos, em que determinante da classe social, raça, gênero e diversidade atuam de forma marcante. A diversidade vista do ponto cultural pode ser entendida como a construção histórica, cultural e social das diferenças, que foram construídas pelos sujeitos sociais ao longo das relações históricas.

Portanto o “diferente” só passa a ser percebido dessa forma, porque nós seres humanos assim os identificamos. Sabe-se que a escola tem função educativa e a responsabilidade de transmitir conhecimentos sistematizados, porém acaba não desempenhando seu papel devido à enorme diversidade encontrada no seu meio escolar. Então na tentativa de não discriminar acaba por trabalhar as diferenças e quando ocorre trabalhar-se a diversidade, sem problematizar.

De acordo com Soares (2003, p. 161) “a escola precisa estimular as diferenças e dar significados para oportunizar e produzir saberes em diferentes níveis de aprendizagens”. Com base neste pressuposto, sublinhamos que urge considerar e valorizar os diferentes saberes e culturas das populações em geral, e dos alunos em particular, visando à integração, inclusão e acolhimento de todos, independentemente dos seus percursos geográficos, históricos, culturais, linguísticos e psicológicos.

As diferenças podem ser vistas, como uma outra forma de ser e de estar, conduzindo à compreensão, respeito e inserção das mesmas na sala de aula. Uma ação pedagógica realmente pautada pelo respeito à diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Por outro lado, também não basta só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela está constituída.

No que diz respeito ao sentido do termo cultura, certamente polissêmico e complexo, assumo a perspectiva privilegiada por Velho (1994, p.63) quando afirma:

Hoje em dia cultura faz parte do vocabulário básico das ciências humanas e sociais. O seu emprego distingue-se em relação ao senso comum no sentido que este dá às noções de homem culto e inculto. Assim como todos os homens em princípio interagem socialmente, participam sempre de um conjunto de crenças, valores, visões de mundo, redes de significado que definem a própria natureza humana. Por outro lado, cultura é um conceito

que só existe a partir da constatação da diferença entre nós e os outros.

Quanto à diferença, Silva (2000, p. 44-45) propõe uma distinção entre diversidade e diferença que considero especialmente oportuna para expressar a abordagem em que situo a perspectiva intercultural:

Em geral, utiliza-se o termo [diversidade] para advogar uma política de tolerância e respeito entre as diferentes culturas. Ele tem, entretanto, pouca relevância teórica, sobretudo por seu evidente essencialismo cultural, trazendo implícita a ideia de que a diversidade está dada, que ela pré-existe aos processos sociais pelos quais - numa outra perspectiva - ela foi, antes de qualquer outra coisa, criada. Prefere-se, neste sentido, o conceito de “diferença”, por enfatizar o processo social de produção da diferença e da identidade, em suas conexões, sobretudo com relações de poder e autoridade.

Trabalhar as diferenças culturais constitui o foco central do multiculturalismo. Situo a perspectiva intercultural no âmbito das posições multiculturais que classifico em três grandes abordagens: o multiculturalismo assimilacionista, o multiculturalismo diferencialista ou monoculturalismo plural e o multiculturalismo interativo, também denominado interculturalidade. (CANDAUI, 2009)

A abordagem assimilacionista parte da afirmação de que vivemos numa sociedade multicultural, no sentido descritivo. Uma política assimilacionista perspectiva prescritiva vai favorecer que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica. No caso da educação, promove-se uma política de universalização da escolarização.

O conceito de desigualdade social é um leque que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade, resultado, etc., até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero, etc.

De modo geral, a desigualdade econômica, a mais conhecida é chamada imprecisamente de desigualdade social. Ambas, desigualdade social e discriminação se articulam no que se convencionou denominar “exclusão social”: impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. “Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações”. (PCN, 2001, p. 19)

Embora se trate de uma tarefa difícil é responsabilidade da sociedade, de uma forma geral, transformar as pessoas, diminuir as práticas racistas, superar o preconceito, construir e preservar valores que envolvam o respeito entre as pessoas, estabelecer as possíveis relações em meio às diferenças e todo esse processo também passa pela escola, pois como instituição que faz parte da sociedade, ela vive as práticas de discriminação e de desigualdade que promovem a exclusão das pessoas.

Algo não muito novo para Philippe Perrenoud (2001, p. 114) que afirma:

Não há dúvida de que os atuais sistemas de ensino continuam sendo incapazes de levar em conta as diferenças, a não ser para sancioná-las e transformá-las em desigualdades escolares e, depois, em orientações hierarquizadas.

De acordo com o autor a falta do conhecimento por parte dos educadores em trabalhar as diferenças no âmbito escolar, pode contribuir para que os mesmos diferenciem seus próprios alunos e acabem contribuindo para que a discriminação se torne mais explícita.

Em nossas observações, ficamos perplexos quando o fato das próprias educadoras rotularem os educandos que tem um bom desempenho, dos que não conseguem acompanhar a turma, desrespeitando as culturas existentes na escola e o pior, é que eles acabam fazendo com que essas crianças se excluam ou sejam excluídas do contexto escolar e social.

A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças. Segundo Morin (2001, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular.

Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas. Diante da diversidade de culturas dentro de diversas culturas é de competência do professor ter claros os objetivos e resultados que pretendem alcançar com uma atividade para que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes.

É a escola um dos locais onde o cenário da diversidade se desdobra marcando a vida social brasileira. Contudo, a história do Brasil deixou claro que os colonizadores fizeram com que a sua cultura dominasse aniquilando as outras manifestações culturais, com objetivo de manter o poder centralizador. Para que se consiga uma mudança expressiva no ensino e umas revoluções culturais exigiram-se uma articulação entre os currículos e uma política educacional comunitária.

Vale lembrar aceitação de Silva, (2002, p. 34):

Para Bourdieu e Passeron, a dinâmica da reprodução está centrada no processo de reprodução cultural. É através da

reprodução cultural dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes: seus valores, seus gostos, seus costumes, seus hábitos, seus modos de se comportar e agir.

Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural. Finalmente, o capital cultural manifesta-se de forma incorporada, introjetada, internalizada. Um currículo e uma pedagogia democrática, segundo Apple, citado por Silva (2002): devem começar pelo reconhecimento dos diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, assim como as relações de poder entre eles se estiverem preocupados com tratamento realmente igual. [...] devemos fundamentar o currículo no reconhecimento dessas diferenças que privilegiam nossos alunos de formas evidentes.

Barbosa (1985, p. 19), resgata a ideia de totalidade para o conhecimento:

Historicamente podemos apontar como fundamento da interdisciplinaridade a ideia de totalidade, paulatinamente substituída pela ideia do interrelacionamento do conhecimento. Inter-relacionar as diversas disciplinas para atingir a compreensão orgânica do conhecimento, ou abarcar a globalidade do conhecimento, foi uma intenção educacional defendida primeiramente pelas teorias humanísticas da educação.

Para algumas destas teorias, sendo o homem um ser total, global, deveria ser conduzido à busca do conhecimento total, global do universo. Posteriormente também alguns behavioristas defenderam esta ideia de procura e transmissão globalizada do conhecimento, porque esta globalidade corresponderia à simplificação do meio ambiente recomendável para sua fácil

manipulação, no sentido de conduzir o comportamento humano. No que se refere a ideia de unidade e multiplicidade do ser humano, Morin considera que “o homem é ao mesmo tempo singular e múltiplo”

Para ele existem duas tendências que envolve esta afirmativa: os que veem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou ocultar a unidade humana; os que veem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. “Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade [...] (MORIN, 2001, p. 57).

Na sala de aula, os papéis são construídos entre professor e aluno e isso acaba por interferir positivamente ou negativamente no desempenho escolar da turma e do aluno ou, até mesmo, em espaços além da escola. Esse entendimento de cultura é necessário para o professor na medida em que ele atua em um sistema que através da tradição seletiva impõe a cultura dominante efetiva a alunos de segmentos étnicos e raciais diversos, colocando-a como a “tradição” e o passado significativo. O conteúdo é realmente significativo quando este é relacionado com o contexto sócio-cultural do aluno e lhe propicia o domínio do conhecimento sistematizado (SILVA, 2001, p.41).

A escola pode e deve ser um espaço onde acontece a formação ampla do aluno, que se aumente seu processo de humanização e aprimore suas habilidades que fazem de cada um de nós seres humanos. Juntos escola e educadores podem e devem desenvolver propostas e iniciativas que visam à superação do preconceito e da discriminação dentro dos princípios éticos de igualdade, dignidade, justiça, respeito mútuo às diferenças.

Considerando o cotidiano e as manifestações culturais dos alunos, utilizando-se de instrumentos como as diversas mídias que pode auxiliar muito o trabalho do professor na sala de aula. O acesso ao conhecimento, às relações sociais e culturais que

contribuam para o desenvolvimento do aluno como sujeito sócio-cultural e na sua vivência social é sem dúvida objetivo de todos.

Nessa perspectiva nós educadores, temos papel importante na valorização do estudo e no questionamento das questões culturais que nossos alunos estão inseridos e reformulando. Entendemos que é de extrema importância trabalhar as diferenças étnicas que constituem tais questões, propiciando que eles, alunos façam uma leitura crítica da formação histórica do povo brasileiro. Inserida nesse contexto de relações socioculturais desiguais, a escola tem produzido a exclusão daqueles grupos cujos padrões étnicos culturais não correspondem aos dominantes.

Conclusões

Precisa-se entender que a diversidade cultural existente na sala de aula, pode ser vista de forma que não leve a tratamentos diferenciados nem a reprodução das desigualdades e a exclusão social, porem tenha uma perspectiva crítica, que supere as atitudes meramente condenatórias e regate o espaço escolar para viabilizar práticas pedagógicas que elevem e destaquem a diversidade cultural.

Ao analisar o que ocorre no interior das escolas através de situações vivenciadas pelos educadores verifica-se que a escola está reproduzindo as discriminações e preconceitos que a sociedade insiste em manter. Mas, percebe-se também, que inúmeras tentativas estão sendo realizadas pelos educadores para superar essas diferenças.

Nota-se que os educadores encontram cada vez mais resistência para trabalhar a diversidade, pois os alunos chegam trazendo conceitos já interiorizados que dificultam o trabalho do professor em sala de aula. Fica evidente que muitos educadores não possuem conhecimento ou até mesmo preparo suficiente para expor o assunto sobre o preconceito e a discriminação em sala de

aula e assim simplesmente perdem a oportunidade de esclarecimento e formação do educando.

Para tal, acreditamos que é necessário em primeiro lugar lembrar que, nossas vidas estão permeadas por essa discussão multicultural, tendo em vista as próprias características da sociedade moderna em que as diferenças não só aumentam, como se tornam cada vez mais problemáticas.

Desafiamos a escola a criar mecanismo que lhe possibilita conhecer melhor os seus alunos. Pode ser a uma ficha onde os alunos possam preencher todos os seus dados, mas não aquela ficha que no momento da matrícula passam ao aluno, que consta somente a identificação do aluno, a filiação e a morada, mas tem que ser uma ficha onde possibilita ao aluno preencher várias informações par além das que mencionamos.

E a escola por sua vez tem que criar um gabinete ou pelo menos uma pessoa para tratar dessas informações e agir em conformidade com os dados fornecidos pelos alunos. Pensamos que deste modo a escola e em particular os órgãos de gestão conhecerão melhor os seus alunos.

Promover espaços participativos é educar para a vida. Somente assim será possível o respeito e a valorização das diferenças presentes em nossas escolas. Se isso não acontecer, alguém será excluído, e esse alguém com certeza será o mais fraco. Isso é um desafio e um compromisso da escola para a formação de uma sociedade democrática, justa, igualitária e solidária.

Referências

ABRAMOWICZ, A. **Trabalhando a diferença na educação**. São Paulo: Editora Moderna. 2006.

BARBOSA, Ana Mae T.B. **Polivalência não é interdisciplinaridade**. São Paulo: Max Limonard. 1985.

CANDAU, V. M. **Didática e perspectiva multi/intercultural**: dialogando com protagonistas do campo. vol. 27. Campinas: Editora Vozes, 2006.

COSTA, M. V. **Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença**: Trajetórias e processos de ensinar e aprender. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções às ações. Porto Alegre: Artemed, 2000.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador. EDUFBA, 2001.

SILVA, T. T. da (org.) (2000). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, M. B. **Língua escrita, sociedade e cultura**: Relações, dimensões e perspectivas. São Paulo: Revista Brasileira de Educação, 2003

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004

Capítulo 28

Literatura: função e prática docente na educação infantil

*Francimária Sousa Santos Silvana*¹

*Edjonas Silvana Lopes*²

A Literatura na Infância

É imprescindível que o trabalho com a Educação Infantil não se use bastante a literatura para enriquecer as aulas. Durante muitos anos, séculos a fim, os livros não foram feitos pensando nas crianças e sim nos adultos leitores, mas felizmente essa realidade mudou, e mudou bastante, hoje é possível encontra livros para todas as faixas etárias, para todos os gostos, temáticas, línguas e contextos.

A História do Brasil nos relata que somente a elite tinha acesso aos clássicos da literatura, visto que eram desejo e preocupações dos pais, que seus descendentes tivessem contato com a mais fina cultura da sua época. Enquanto isso, a grande massa da sociedade não podia ter acesso a mesma literatura, tendo

¹ Especialista em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-FAFOPA -PE; graduada em Pedagogia pela FACITE, BA; Mestranda em Educação pela UNISULLIVAN INC; E-mail: francisousa87@gmail.com

² Especialista em Biologia Geral pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina-FAFOPA-PE; Mestrando em Educação pela UNISULLIVAN INC; E-mail: edjonassilvana@gmail.com

em vista que pobre não podia sonhar com uma carreira acadêmica, já que sua vida se resumia em servir seus senhores por toda a vida.

Sobre a questão da literatura para a infância, Filho (2009, p. 38), relata o seguinte:

Não se via a infância como um período de formação do indivíduo; a criança era vista como um adulto em miniatura, uma etapa a ser rapidamente ultrapassada para que o indivíduo se tornasse um ser produtivo e contribuísse efetivamente na e para a comunidade.

Percebe-se que a criança era criada para o trabalho, especialmente e exclusivamente, as filhas de pobres. Não existia literatura infantil por séculos, com isso a literatura veiculada para adultos era a mesma para as crianças, embasado no fato que o universo infantil ainda não havia sido “descoberto” ou revelado como é na atualidade.

A nova LDB, Lei 9.394/96, trouxe menção aos PCNs e a inserção dos temas transversais, os quais devem ser inseridos nas salas de aulas, contribuindo de maneira positiva na formação étnica e social da sociedade brasileira. Após os temas transversais, houve uma grande produção de textos literários para crianças. Assim sendo, os temas transversais são estes: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, os mesmos nos dar suportes para discutir com crianças e jovens assuntos pertinentes ao momento social, histórico, político e cultural dos dias atuais. (PCNS 1997, p. 7)

Estamos em pleno século XXI e nele pode-se observar uma variedade cultural imensa, grandes transformações sociais e principalmente, mudança de valores que antes eram atentados, hoje já não tem tanto valor. Essas mudanças torna-se um desafio ao professor, que precisa acompanhar os avanços, sem denegrir a imagens do outro, sem preconceitos e distinção racial ou cultural.

O leitor na educação infantil pode e deve ser flexível e distinto, dessa maneira destacar-se-á na sequência uma

classificação feita por Filho (2009, p. 45 - 46) sobre os estágios do leitor:

- a) **pré-leitor:** é a aquela pessoa que não consegue decodificar os códigos verbais e escritos da linguagem, mas utiliza das imagens para compreender e formular seu mundo. O tato e o contato afetivo são fundamentais nessa relação, para esse indivíduo é necessário o uso de livros de imagens, para que ele possa compreender as sequências de cenas e assim chegar a uma compreensão da narrativa exposta. É a tão conhecida leitura de imagens feita por crianças, especialmente as menores, que não sabem ler e utilizam-se das gravuras para reproduzirem ou relatarem o roteiro do texto, mesmo que muitas vezes suas “leituras” não condizem com o que diz o texto escrito.
- b) **leitor iniciante:** é aquela pessoa que ainda não sabe ler, mas compreende que existem palavras para cada imagem vista no seu livro de figuras. Começa aqui a fase do letramento, o indivíduo tem curiosidade e ela lhe motiva a conhecer mais e mais, para o autor acima citado “é a fase de socialização e de racionalização da realidade”. (Ibid., p. 46)
- c) **leitor em processo:** é aquela pessoa que já sabe ler, compreende em partes o que ler, o seu conhecimento de mudo está bastante aguçado pela lógica do seu pensamento, entretanto o apoio e motivação de um adulto são indispensáveis. Como o próprio nome sugere ele está em processo, chegará a ser um leitor crítico se tiver o apoio necessário.
- d) **leitor fluente:** é aquela fase em que a criança domina os mecanismos da leitura, está mais preparado para compreender o universo que lhe rodeia e nos livros infantis. É justamente nesse momento que a criança desenvolve o pensamento hipotético-dedutivo, e o uso de atividades reflexivas se faz necessário para um maior amadurecimento do leitor.
- e) **leitor crítico:** essa é a fase máxima, superior, e é o objetivo de todo professor quando motiva seu aluno, a ser um leitor constante, crítico. Nessa fase o indivíduo domina o processo de leitura, tendo em vista que ele sabe fazer uma conexão entre micro e macrouniversos textuais, enfim, esse é o momento mais esperado no processo de leitura, pois a leitura é crítica e reflexiva. Quando uma criança chega nessa fase o docente têm em suas mãos inúmeras possibilidades de leitura e escrita. É necessário

ousar, desafiar o discente, de maneira que o mesmo seja capaz de expressar suas habilidades textuais. Através da leitura crítica o indivíduo se torna capaz de fazer outras leituras, a leitura de mundo, do seu mundo e o mundo da sociedade moderna.

Ainda segundo Filho (2009), existe um esquema que explica cada tipo de leitores dentro de uma faixa etária específica, como veremos a baixo:

Pré- leitor	Leitor iniciante	Leitor em Processo	Leitor Fluente	Leitor Crítico
Quinze meses os cinco anos, aproximadamente	A partir dos cinco ou seis anos	A partir dos oito anos	A partir dos dez anos	A partir dos doze anos*
Educação Infantil	Ensino Fundamental			

Fonte: Literatura Infantil, (2009, p. 47) José Nicolau Gregorin Filho

Essas fases ou estágio na vida do leitor são de fundamental importância para compreendermos que tudo é um processo, ninguém não se torna um leitor fluente e crítico por acaso, a conquista tem um “preço” a pagar, um esforço pessoal exigido. Cabe então, ao docente planejar e pesquisar a melhor maneira de introduzir textos literários aos seus alunos, observando cada fase, a idade certa e principalmente, o texto apropriado.

Se falando de Educação Infantil, nessa fase a criança tem até 5 anos de idade, e sendo pequena ela pode e deve ter contato com os livros para sua faixa etária. De início, a começar pelos livros com ilustrações, onde as próprias gravuras falam por si, encaminham a criança numa história com início, meio e fim. E posteriormente, quando a criança já domina os códigos linguísticos o docente deve introduzir livros mais avançados, no intuito que ela continue evoluindo e se disponha a chegar ao nível mais elevado da leitura.

A contribuição da literatura infantil

Especialistas concordam que, num país como o Brasil, a escola tem um papel fundamental para garantir o contato com livros desde a primeira infância, manusear as obras, encantar-se com as ilustrações e começar a descobrir o mundo das letras. É na sala de Educação Infantil que o professor começa a apresentar os gêneros textuais à criança. Nessa fase, o que importa é deixar-se levar pelas histórias sem nenhuma preocupação em "ensinar literatura". Ler para os pequenos e comentar a obra com eles são atitudes fundamentais para começar a desenvolver os chamados comportamentos leitores.

Segundo Meirelles (2016) em entrevista a revista Escola, ela defende que existem alguns pontos importantes a serem analisados antes de uma boa leitura em sala de aula, bem como:

Por que ler

Mesmo antes de aprender a ler, as crianças precisam ser colocadas em contato com a literatura, conforme dito antes. Ao ver um adulto lendo, ao ouvir uma história contada por ele, ao observar as rimas (num poema ou numa música), os pequenos começam a se interessar pelo mundo das palavras. É o primeiro passo para se tornarem leitores literários - percurso que vai se estender até o fim do Ensino Fundamental e provavelmente no Ensino Médio e na universidade, tendo em vista que a educação infantil é considerada como o alicerce da carreira estudantil de sucesso.

Quem lê

Como a maioria das crianças de creche e pré-escola não é alfabetizada, a leitura deve ser feita pelo professor, porém sem neurose de ensinar a ler e decodificar códigos ou signos da escrita.

Mas é essencial deixar que todas as crianças manipulem os exemplares. Incentivá-los a folhear as páginas cuidadosamente, observando as imagens e os textos, e posteriormente levar as obras para casa, visando que os pais também participem desse processo. Essa atitude provocará um prazer em tocar os livros, em saber o que eles falam e, aguçará de maneira positiva a curiosidade dos pequenos leitores.

Como ler

Existem dois modelos básicos: o contato pessoal da criança com o livro, como foi explicado acima, e a roda de leitura, em que o professor lê para toda a turma. Nesse caso, é preciso sempre planejar a atividade, da escolha do texto às formas de interação. Da mesma forma, o momento da leitura exige postura adequada, entonação de voz e uso correto das ilustrações para ajudar a conduzir à narrativa.

No fim, é muito importante coletar as impressões da garotada, o que pode ser feito com perguntas simples: de qual parte da história cada um mais gostou (e por quê), o que chamou mais a atenção em cada personagem, qual ponto provocou mais alegria (ou medo, preocupação entre outros). Esse momento de pensar sobre o que foi lido e expressar opiniões é um comportamento típico de quem gosta de ler - e vale para toda a vida. E não se esqueça de que essas opiniões podem (e costumam) ser diferentes. Essa troca também é boa para estimular os pequenos a aprender a ouvir o que os outros têm a dizer.

Postura inadequada quanto a literatura infantil

É normal e fundamental que os docentes façam leituras na sala de aula, principalmente na Educação Infantil, mas há alguns equívocos que devem ser eliminados da prática de um bom professor, tais como:

Ignorar as opiniões das crianças. Ouvir o que as pessoas dizem, muitas vezes é considerado virtude e a pessoa que é ouvida se sente bem. E quando se trata de ouvir as considerações da turma após uma leitura, significa estimular esse compartilhamento ajuda a criar o gosto pela literatura. Além do mais, a criança se sente valorizado e estimulado a “ler” outros exemplares.

Impor uma interpretação. Ao terminar o livro, o educador “resume” sua visão da história - e não percebe que ninguém é obrigado a ter a mesma opinião. O ideal é que terminando a leitura o docente questiona os alunos para obter uma interpretação e não dê o seu juízo de valor antecipadamente. Crianças sabem ouvir histórias e elas também podem construir uma interpretação, às vezes bem diferente do que se espera, basta ler de forma certa e o livro certo para sua idade.

Substituir o livro por figuras ou fantoches. Variar o modo de ler é desejável - mas não se pode esquecer que a hora de leitura precisa... de um livro. Os fantoches ou gravuras podem ser um excelente material de trabalho em sala de aula, contudo não pode substituir o uso de um livro. Fantoches ou outros recursos são ótimas ferramentas de apoio, porém, é apenas apoio e não o todo do processo.

Ater-se aos clássicos. As crianças adoram os contos de fadas, mas é essencial apresentar outros gêneros, como a poesia. Na verdade, há uma infinidade de acervo literário a disposição do professor nas escolas, o que não tinha anos passados, conforme se viu no início desse trabalho. Há também outras fontes para pesquisas, como jornais, revistas e a internet, bastar querer e ir a busca, por que a internet está aí, e ela deve ser usada para crescimento enquanto pessoas e profissionais. Além desses recursos ou fontes disponíveis para pesquisas é importante que o docente trabalhe em união, parceria com seus colegas de profissão, a coletividade na educação só gera bons resultados.

Planejar para executar

Tudo que fazemos necessita de um planejamento prévio e para ser professor e atingir as competências desejadas não é diferente. Não se vai de um lugar a outro sem antes definir o melhor caminho a seguir. Métodos são caminhos. O ensino é uma

prática de quem sabe aonde quer chegar. O professor, quando começa o preparo da sua aula, deve ter em mente objetivos específicos. Ele parte para a classe com o propósito de conduzir os alunos ao destino ou objetivos almejados. (GERMANO 2013 p. 28).

As escritoras Denise e Suélen Eiras (2007, p.2-3) definem alguns pontos essenciais a serem considerados ao planejar o lúdico para sala de aula ou para o campo, os mesmos são:

Idade: “o interesse e as condições físicas de cada faixa etária são diferentes.” EIRAS (2007, p. 2), recomenda conhecer a idade de seu grupo ou turma antes de aplicar as atividades, respeitando as características das mesmas.

Local: “o local é muito importante para o bom desenvolvimento da atividade.” Implica dizer que há brincadeiras próprias e que dão certo na sala de aula, mas há outras que necessitam de um espaço maior, por exemplo, uma quadra, pátio ou apenas espaço livre da instituição escolar.

Participantes: “a dinâmica obtida num grupo de 10 participantes é diferente da dinâmica de um grupo de 30.” Conforme as autoras há brincadeiras que ficam sem graça ou perdem o encanto com poucos participantes, mas há outras que ficam exaustivas e desinteressantes quando o grupo é grande demais.

Material: Neste ponto, implica dizer que os participantes precisam estar cientes de como funciona a brincadeira, quais as regras e quais os recursos disponíveis e se existem materiais alternativos, isso tudo necessita ser esclarecidos antes do início da brincadeira,

Em Kishimoto (2002), encontra-se um texto de Maria Nazaré Amaral em que Dewey representa um destaque também na história do pensamento sobre o jogo. Nesse texto, ressalta a afirmação desse autor em relação à aplicação do jogo na educação.

[...] as possibilidades oferecidas pelos jogos ou representações teatrais são infundáveis, pois para o autor [Dewey], é sempre possível encontrar um assunto que oferecerá às crianças oportunidade de desenvolver muito melhor o aprendizado da leitura, escrita, História, Literatura, Geografia do que através da

rotina dos livros didáticos. Este é simplesmente outro modo de dizer que “learning by doing” é um modo melhor de aprender, do que apenas ouvindo, uma vez que a criança reconstrói mental e fisicamente experiências que se revelaram importantes para a humanidade e desenvolve, além disso, padrões mais eficientes de julgamento, comparação e crença. (AMARAL 2002, p. 101)

Mediante reflexo acima é fácil compreender que através do jogo e do teatro o docente pode ensinar qualquer disciplina na educação infantil, depende apenas da criatividade e iniciativa desse profissional. Não é novidade dizer que as possibilidades que o lúdico oferece são infinitas, tendo em vista que através dos mesmos é possível proporcionar avanços significativos no desenvolvimento físico, psíquico, emocional e intelectual de uma criança. Enfim, seja criança grande ou pequena, escolas públicas ou privadas, ambas estão aptas ao ter sucesso, desde que a educação infantil realmente tenha uma base sólida e de qualidade.

Competências do docente

Uma vez que o brincar faz parte de vida infantil, à medida que a criança vai crescendo os adultos fazem parte de suas experiências lúdicas. Na escola, a professora cumpre a função de fornecer estímulos diversificados e significados a fim de aperfeiçoar a aprendizagem e o desenvolvimento pleno do sujeito, neste caso, o aluno.

O professor de Educação Infantil não pode se comportar como um espectador ou supervisor das brincadeiras, evitando que eles se machuquem ou entre em conflitos, o ideal é que ele brinque junto com a meninada, participe com a turma e mostre interesse pelo que está fazendo.

O professor precisa estar atento à idade e às capacidades de seus alunos para selecionar e deixar à disposição materiais adequados. O material deve ser suficiente tanto quanto à quantidade, como pela diversidade, pelo interesse que despertam

pelo material de que são feitos. Lembrando sempre da importância de respeitar e propiciar elementos que favoreçam a criatividade das crianças. A sucata é um exemplo de material que preenche vários destes requisitos.

Uma observação atenta pode indicar o professor que sua participação seria interessante para enriquecer a atividade desenvolvida, introduzindo novos personagens ou novas situações que tornem o jogo mais rico e interessante para a clientela, de maneira que venha aumentar suas possibilidades de aprendizagem.

Valorizar as atividades das crianças, interessando-se por elas, animando-as pelo esforço, evitando a competição, pois em jogos não competitivos não existem ganhadores ou perdedores. Outro modo de estimular a imaginação das crianças é servir de modelo, brincar junto ou contar como brincava quando tinha a idade delas.

Muitas vezes o professor, que não percebe a seriedade e a importância dessa atividade para o desenvolvimento da criança, ocupa-se com outras tarefas, deixando de observar atentamente para poder refletir sobre o que as crianças estão fazendo e perceber seu desenvolvimento, acompanhar sua evolução, suas novas aquisições, as relações com outras crianças, com adultos.

Ainda se tratando de competências do educador a LDB dispõe, no título VI, art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Em consonância com a LDB, este Referencial utiliza a denominação “professor de educação infantil” para designar todos os/as profissionais responsáveis pela educação direta das crianças

de zero a seis anos, tenham eles/elas uma formação especializada ou não.

E obviamente, seu perfil precisa ser pautado em algumas necessidades básicas, tais como: competência polivalente, trabalhar com conteúdo de natureza diversa; comprometidos com a prática profissional e com o projeto educativo; capacidade de diálogo com a família, criança e demais profissionais.

É importante lembrar que o professor precisa também manter uma conduta de bom leitor, lendo sempre para seus alunos, mesmo que estes não tenham noção básica de leitura e escrita, pode ser até livros de ilustrações ou imagens, conforme se colocou no início desse texto.

No livro de Gregorin Filho (2009) ele tem uma teoria sobre a escolha certa da literatura Infantil para crianças, uma vez que a realidade social e econômica diferente de aluno para aluno, necessitando assim mais preparo da parte do professor.

Segundo o autor Filho (2009):

Neste início de século XXI, pode-se encontrar uma grande variedade de “infâncias” coexistindo nas mais diversas sociedades, desde aquelas que ainda não conhecem as transformações sofridas pela escola e seguem trabalhando como adultos, até aquelas que vivem imersas num mundo puramente tecnológico, também afastadas das atividades lúdicas tão necessárias ao desenvolvimento do ser humano. (FILHO, 2009, p.42)

Nesse sentido o autor critica os profissionais que não utilizam o lúdico em suas aulas. Vivemos na era da tecnologia, quase todas as escolas dispõem de um aparato de mídias e recursos, porém, cabe destacar que nenhum aparelho moderno ou não pode substituir o brincar com seus semelhantes, crianças com crianças, adultos com crianças.

Outro ponto crucial a se observar é a influência negativa da mídia, onde crianças vivem horas diárias ligadas assistindo vídeos

sem terem preparo emocional e crítico para discernir o que é certo ou errado, e dessa maneira sua personalidade e formação cidadã ficará comprometida, caso a família não tome providências a tempo. A escola surge aqui como um suporte, um apoio extra, que orienta e instrui, porém, a responsabilidade de educar ainda é e sempre será da família.

Conclusões

Defensores da leitura na vida das pessoas há muitos, e com razão, visto os diversos benefícios na esfera pessoal, intelectual, social e profissional. Pensando nisso, se faz necessário que o contato com boas obras se der desde a Educação Infantil, onde a criança começa com livros de imagens e aos poucos vai evoluindo, a medida que for crescendo e mudando de série e faixa etária, os livros também evoluem. Nesse sentido, um bom profissional é algo indispensável, capaz de fazer toda a diferença na vida escolar de uma criança. Lembrando que, quando a família possui o hábito de ler com seus filhos, tudo fica familiar e flui com facilidade.

Dentro das etapas da leitura na Educação Infantil cabe ressaltar que cada uma tem sua importância e sua finalidade, não se pode exigir de uma criança que sua leitura seja fluente ou crítica sem antes passar pelo básico, o conhecimento dos códigos verbais e escritos da linguagem. A leitura produtiva é processo, exige tempo e investimento familiar e profissional. O planejamento do docente é indispensável no processo de ensino aprendizagem de qualidade.

Contudo não basta alfabetizar uma criança, é necessário conduzi-la ao letramento, pois o mesmo oferece condições que permite a mesma ler e interpretar a leitura por completo, e o mundo que o cerca, nisso, fica claro que alfabetização e letramento possuem significados e funcionalidades diferentes, entretanto, estão ligadas e se completam.

O docente da educação infantil, bem como qualquer outra modalidade de ensino precisa possuir diversas características,

entre elas, competência, compromisso social, dedicação, criatividade e vocação para o magistério. A criatividade lhe permitirá planejar aulas prazerosas e alegres, de maneira que o discente se sinta motivado a aprender. E por fim, o trabalho com o lúdico é indispensável nos primeiros anos de vida da criança. Definitivamente não dar para ser professor da Educação Infantil sem usar o lúdico, tendo em vista a clientela atendida nessa fase. Cabe ao professor selecionar, planejar e executar suas aulas, com os mais variados tipos de recursos disponíveis no universo infantil, seja jogos, brincadeiras, textos ou músicas, cada um tem sua função peculiar e que não deve ser desmerecida ou ignorada, principalmente quando se conhecem a importância a Educação Infantil para vida de um indivíduo.

Referências

- AMARAL, M.N.C.P. Dewey: **jogo e experiência democrática**. In: KISHIMOTO, T.M. (Org.). O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.
- BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal nº 9.394 /96, 2. Ed. Rio de Janeiro, 1999.
- ESCOLA. Elisa Meirelles (elisa.meirelles@fvc.org.br). Com reportagem de toda a equipe de NOVA ESCOLA e NOVA ESCOLA GESTÃO ESCOLAR
- EIRAS, Denise Barbosa; EIRAS, Suélen Barbosa. **Dinâmicas, Jogos e Brincadeiras- Diversão para todos**. Curitiba, editora SANTOS, 2007, 6ª edição.
- FILHO. J.N.G. **Literatura Infantil, múltiplas linguagens na formação de leitores- SÃO PAULO**/; Editora Melhoramentos, 2009.
- GERMANO.A. **Pedagogia Transformadora**. 1ª edição. CPAD, RJ. Março de 2013.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo, a criança e a educação**. Tese de Livre-docência apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São

Paulo. São Paulo: 1992. ___o Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis; Vozes, 1993.

Capítulo 29

Atuação docente na educação infantil

Lucilene dos Santos Lima Alves¹

Introdução

Os avanços que ocorreram na prática docente na Educação Infantil envolvem desde a revolução industrial, como também as necessidades de mudanças desencadeadas ao longo das últimas décadas.

O lúdico vem sendo alvo de muitas discussões, em que uns consideram ser um recurso disperso para o processo de aprendizagem, e outros consideram essencial para o processo de mediação. Assim, também é importante averiguar o que realmente pode contribuir no processo de ensino e aprendizagem na infância, perante as melhores possibilidades de motivar os educandos a aprenderem.

O docente como mediador do saber necessita estimular os educandos em seu processo de aprendizagem, por meio da utilização de recursos variados que despertem o interesse de participação, desencadeie a reflexão e postura ativa perante as atividades propostas em sala de aula, como em suas vivências fora do ambiente escolar.

¹ AL VES, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco-UIPE e Mestranda em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

A ausência da qualificação docente compromete de forma direta o processo de aprendizagem do educando, já que o docente não apresenta saberes significativos para execução de atividades com êxito, o que vem a prejudicar o sujeito em formação. A prática docente tradicionalista implica sobre o processo de aprendizagem na infância, o que requer o mediador a realização de análise acerca de sua atuação, para que este possa executar de forma significativa o seu papel formativo.

A escola deve se adequar fisicamente profissionalmente para que o educando na infância possa suprir suas necessidades informacionais, e desenvolver com êxito saberes relevantes para suas vivências. No ambiente escolar tanto os fatores internos como externos influenciam no processo de aprendizagem, o que requer atenção de todos os envolvidos, tanto como escola, família e entidades governamentais, responsáveis pela liberação de verbas e execução de projetos e programas. Este trabalho tem como finalidade. Caracterizando-se como pesquisa bibliográfica realizada em diferentes recortes científicos, embasada em autores, como: Kuhlmann (2005), Oliveira (2010), entre outros.

1. Considerações acerca da prática docente na EI

No ambiente escolar surgem discussões acerca de como trabalhar na Educação Infantil, e se os mediadores estão executando suas atividades de forma adequada. No entanto ainda há pior, em especial se a EI está sendo realmente executada com base em seus princípios formativos, se o docente não está distanciando de sua finalidade, ou, a escola trabalhando de forma desordenada (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Mieib (2002, p.23), ressalta que,

[...] tem se configurado como uma estratégia prioritária para que professores, pesquisadores, profissionais e militantes da educação infantil possam desenvolver uma atuação transformadora frente

às contradições do mundo social. Este espaço e os espaços criados pelos fóruns, sem dúvida, constituem-se em recusa à submissão ao lugar comum para todos os envolvidos na difícil arte de fazer história da infância através da educação.

No ambiente escolar é necessário compreender as problemáticas, como também averiguar políticas implantadas para que a educação seja embasada tanto nas normativas instituídas para o seu bom funcionamento, como nas medidas voltadas para minimizar suas limitações. O docente deve fortalecer sua prática docente por meio da formação continuada, para adaptar-se as mudanças e possibilitar os avanços no processo educativo.

A realização de programas de formação continuada para docentes é considerada como requisitos básicos para um ensino de qualidade. Estes programas têm como finalidade de qualificar os profissionais da educação para lidarem de forma adequada com as mais variadas situações que possam ocorrer em seu ambiente laboral. No processo de formação continuada são pautadas temáticas acerca do processo de desenvolvimento intelectual, social, e medidas eficientes para serem utilizadas no processo de mediação (BRASIL, 2009).

É relevante que o docente potencialize o processo de desenvolvimento intelectual do educando na infância, por meio da utilização de recursos metodológicos diferenciados, em especial o lúdico,

[...] a profissionalidade dos educadores infantis deverá estar fundamentada na efetivação de um cuidar que promova educação, e de uma educação que não deixe de cuidar da criança, de atendê-la em suas necessidades e exigências essenciais desde a sua mais tenra idade em atividades, espaços e tempos de ludicidade (ANGOTTI, 2010, p. 19)

A Educação Infantil deve ser dada a devida relevância, para que os educandos sejam valorizados em seu processo de desenvolvimento, como também suas limitações sejam

minimizadas, por meio da realização de medidas eficiente. Não basta apenas o docente ir para sala de aula e brincar, este tem que adequar a utilização dos jogos e brincadeiras com as disciplinas a serem trabalhadas.

1.1 Qualificação docente para EI

O Artigo 29 da LDB, ressalta sobre o atendimento executado na EI para crianças de 0 a 5 anos de idade, em que “a educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos de idade, em seus espaços físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Para atuação docente na Educação Infantil se faz necessário que o educador esteja preparado, para suprir as necessidades existentes em sala de aula, já que na infância o educando necessita de estímulos cognitivos, que despertem o prazer no processo de aprendizagem.

De acordo com Kuhlmann (2005, p. 184):

[...] os novos conhecimentos sobre a educação das crianças pequenas, como a puericultura, passavam a constituir o currículo da escola normal, lugar de educação profissional, de formação das professoras, mas também lugar de educação feminina, de futuras mães.

A partir dos cursos de graduação é possível moldar o profissional, em que este passa a construir saberes, embasados em pressupostos teóricos acerca de sua futura área de atuação, como também o acadêmico em formação passa a realizar vivências, por meio da prática de estágios, em que compreende as particularidades existentes no ambiente escolar.

O docente passa a construir saberes significativos a partir de suas experiências, de suas vivências na prática, em sala de aula. O seu planejamento é desenvolvido com base nas necessidades

informativas e formativas, para que a educação formal alcance o êxito dos seus princípios (ANGOTTI, 2010).

Conforme a LDB, ressalta sobre formação docente, em seu Artigo 62:

A formação dos docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Dessa forma, a legislação indica como deverá ser conduzida a formação, propondo um viés escolarizante e incluindo apenas os profissionais que estejam habilitados em cursos de magistério ou cursos superiores.

A formação continuada é de suma importância para atuação docente na EI, sendo possível o docente compreender as necessidades do seu público, discutir medidas, como também construir saberes necessários para suas vivências em sala de aula. A formação deve ser contínua já que a sociedade se encontra com constante transformação, e as necessidades no processo de aprendizagem mudam.

1.2 A utilização do lúdico

O lúdico é uma ferramenta indispensável para execução da prática docente, pois é possível despertar no educando o interesse por uma maior aprendizagem, em que este passa a estar atento as informações repassadas, apropriando-se de forma significativa, por meio das relações entre a teoria e o brincar, jogos, entre outros procedimentos que envolvam atividades lúdicas.

A prática docente deve ser executada de forma diferenciada para estimular os educandos na construção de novos saberes. O lúdico não deve ser uma ferramenta pedagógica utilizada a todo instante, mas sim em momentos adequados, para que o processo

de mediação não ocorra de forma dispersa. Para Oliveira (1994, p.56),

Tal formação deve trabalhar concepções dos educadores sobre as capacidades da criança e a maneira em que estas são construídas, sobre as aquisições que eles esperam que elas façam, e que vão influir na maneira pela qual eles organizam o ambiente em que ela se encontra, programando-lhes atividades que julgam interessantes e/ou necessárias, e nas formas de interação que estabelece com elas. O exame de tais concepções deve ocorrer em reuniões de supervisão, onde tarefas de estágio e as representações sociais dos estagiários devem ser discutidas, trabalhando de forma integrada e crítica, tanto a percepção do papel de educador quanto o desempenho do mesmo, cuidando ainda para que as dimensões éticas da atuação docente sejam trabalhadas e garantidas.

É necessário que o lúdico seja utilizado como ferramenta pedagógica, com fins de assegurar uma melhor assimilação, e não apenas o brincar. A aprendizagem deve ser levada a sério, o docente deve intervir no momento da brincadeira e jogos, para que os educandos tenham consciência da finalidade, como também das informações a serem apropriadas. Assim, a utilização do lúdico deve estar relacionada às competências a serem vivenciadas em sala de aula.

A inserção do lúdico no planejamento das atividades é de suma importância, já que as atividades em sala de aula necessitam de um planejamento para se alcançar resultados positivos no processo de mediação.

1.3 As relações entre família e escola

A família educa os filhos para socializar-se de forma significativa no meio em que se encontra, respeitando o seu próximo, como também as normas criadas para viver em sociedade, vivendo assim de forma pacífica. A autoestima do

indivíduo estar relacionada a diferentes fatores, e esta passa a influenciar sobre suas relações no ambiente escolar, quando o educando se sente intimidado em seu processo de aprendizagem, este está passando por problemas que necessitam ser compreendidos, como também intervidos. A utilização do lúdico como ferramenta pedagógica possibilita o desenvolvimento de sentimentos estimulantes no processo de aprendizagem, como também nas relações com o próximo.

Para Perrenoud & Montandon (citado por Diogo, 1998, p.47), “as famílias preocupam-se, também cada vez mais com o desabrochar e a felicidade dos seus filhos, esperando que a escola os discipline sem os anular e os instrua sem os privar da sua infância”.

Quando a família participa ativamente na vida do filho/educando esta passa a compreender suas dificuldades no processo de aprendizagem, como também valoriza as fases de desenvolvimento do sujeito em formação, em que é responsável.

As dificuldades de aprendizagem podem desencadear maiores problemáticas perante a ausência da participação da família, em que o sujeito em desenvolvimento tem insegurança, como também se sente desvalorizado, pois poucos se importam com o seu processo de desenvolvimento, seja intelectual, como social (BARBOSA, 2006).

O filho/educando em seu desenvolvimento intelectual necessita de atenção, para que diante de suas dificuldades e limitações possa ser incentivado a superar, como também é uma responsabilidade da família em estar presente, para que seja concedido o apoio à escola, para juntos superarem todas as barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem.

Conclusões

O lúdico na Educação infantil é de suma, pois permite a realização de estímulos no processo de aprendizagem, o que vem a

favorecer no processo de mediação e apropriação das informações repassadas. O lúdico não deve ser trabalhado sem princípios pedagógicos, assim estará prejudicando o educando no ambiente escolar. Em que passa a ver a aprendizagem como uma simples brincadeira, é fundamental despertar o interesse pela educação formal, como seus princípios na vida deste sujeito em formação.

A qualificação docente possibilita melhores interações e aprendizagens, em que o educando em sala de aula passa a ter condições pedagógicas, por meio da realização de um planejamento adequado, que busque compreender os educandos em suas particularidades, e consecutivamente incentivá-los na realização de novas descobertas.

As leis foram criadas para minimizar as problemáticas existentes na sociedade, no ambiente escolar estas normativas também não mudam seus princípios. No entanto é relevante que estas sejam realmente executadas, e que se tenha recursos para que se possa executar uma educação transformada e de qualidade.

A escola necessita estar preparada nos mais variados aspectos para suprir as necessidades dos educandos na infância, para que estes tenham condições de se desenvolverem intelectualmente e socialmente.

Referências

ANGOTTI, M. **Educação Infantil: para que, para quem e por quê.** In: ANGOTTI, M. (org.) Educação Infantil: para que, para quem e por quê? Campinas, SP. Alínea, 3. ed. 2010.

BARBOSA, Á. **Relação de respeito.** Boletim IBDFAM, n.º 38, ano 6, p. 7, Maio-jun, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

_____. LEI N 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Setembro de 1996. Editora do Brasil.

KUHLMANN, Jr M. **Educação Infantil no século XX**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org). *História e Memória da Educação no Brasil*. Vol III-Sec XX. São Paulo: Vozes.2005

Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil. Educação Infantil: construindo o presente. Campo Grande- MS: UFMS, 2002.

OLIVEIRA, Z.M.R. **A universidade na formação dos profissionais de educação infantil**. In: In: Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. /MEC/SEF/COEDI - Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994. p.64-68.

_____. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais? Ministério da Educação**. Orientações curriculares nacionais para educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 2010.

Capítulo 30

Comportamentos violentos no ambiente escolar

Valdenia Nunes de Sousa¹

Elayne Sousa de Lima²

Introdução

O crescimento intensivo das escolas de ensino fundamental trouxe o impacto de uma clientela nova. A instituição escolar de ontem, é diferente da instituição escolar de hoje. Antes, o professor e seus alunos tinham a mesma extração social e partilhavam valores e maneiras de viver.

O frequente envolvimento de crianças e adolescentes com esta realidade ocupa uma repercussão crescente a mídia remetendo notícias sobre situações de conflitos nas diversas esferas da sociedade, principalmente no âmbito educacional. A questão é muito séria e demanda reflexão, não se podendo justificar a situação apenas como resultado da violência que se registra no meio social, pressupondo-se de maneira apressada e

¹ Graduada em Pedagogia na Universidade Vale do Acaraú (UVA). Graduada em Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Especialista em Gestão Escolar e Coordenação pelo INTA. Especialista em Docência do Ensino Superior pela FAK. Mestrado em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

² Graduada em Educação Física na Faculdade Integrada do Ceará (FIC). Especialista em Educação Física Escolar e Treinamento Desportivo pelo INTA. Pós-Graduada em Coordenação e Gestão Escolar (em curso) INTA. Mestrado em Ciências da Educação pela UNISULLIVAN INC.

comodista que a instituição educacional reflete o contexto em que se insere.

Então, quais seriam os possíveis fatores que influenciam o aumento de comportamentos violentos na escola? Por que, aumenta a cada dia a agressividade entre os alunos? Como os professores lidam com as situações de violência no ambiente escolar? Assim, o referido artigo intitulado: “Comportamentos violentos no ambiente escolar”, tem como objetivo geral: Analisar os fatores que influenciam na opinião dos professores do ensino fundamental, o aumento de comportamentos violentos em alunos de uma escola pública na cidade de Horizonte, com o objetivo de compreender como os professores dessa instituição se manifestam diante da temática apresentada.

Contudo, foram estabelecidos alguns objetivos específicos que buscaram direcionar o foco da presente pesquisa: Identificar quais as percepções dos professores sobre o que influenciam o aumento de comportamentos violentos na escola; compreender como os professores lidam como os comportamentos violentos na escola; conhecer a concepção de violência para os professores; analisar os discursos dos entrevistados sobre o assunto, levando em consideração sua experiência profissional;

Para fins didáticos, além dessa introdução que traz um esboço do que se refere à pesquisa e quais seus objetivos, o presente artigo elenca os seguintes itens: 1 – Fundamentação teoria, que apresenta um embasamento sobre o assunto abordado a partir da visão de alguns autores, sobre desenvolvimento humano e violência na escola, fazendo uma relação sobre essas temáticas; a definição de violência, tipos de violência. 2 – Metodologia, que demonstra todos os passos de como foi realizada a pesquisa. 3 – Análise dos resultados. 4 – Considerações finais.

1. Desenvolvimento humano

O estudo do desenvolvimento humano é baseado em como e por que o organismo cresce e se manifesta no decorrer da vida. Define-se desenvolvimento em termos das mudanças que ocorrem ao longo do tempo de maneira ordenada e relativamente duradoura e afetam as estruturas físicas e neurológicas, os processos de pensamento, as emoções, as formas de interação social e muitos outros comportamentos. (NEWCOMBE, 1999, p. 24).

Assim Newcombe (1999, p. 24), indica que um dos objetivos de se estudar o desenvolvimento é compreender as mudanças que apresentam ser universais. Essas são as mudanças que ocorrem com todas as crianças, não interessando a cultura em que cresçam ou as experiências que tenham tido. Por isso, se procura explicar porque estas mudanças ocorrem – entender que variáveis biológicas e que experiências as influenciam. Um segundo objetivo que a autora comenta de se estudar o desenvolvimento, é o de explicar as diferenças individuais.

O comportamento do indivíduo é específico para situações em particular, ou será que têm trações que são manifestados numa ampla gama de cenários? É a pessoa ou a situação que comanda o comportamento do indivíduo? Essas e outras indagações se mostram frequentes em vários segmentos da sociedade, dentro da qual se situam as questões relativas às manifestações de violência no contexto escolar.

a. Violência na Escola

Debarbieux (2002) indica que há aspectos que causam inquietação na definição do objeto “violência nas escolas”. Entre eles está a dificuldade em delimitar, cientificamente, o objeto a ser estudado. A violência é uma ação bem ampla, abrange desde agressões graves até as pequenas incivildades que acontecem na instituição de

ensino. Assim, o problema pode torna-se impensável devido aos inúmeros tipos de situações envolvidas ou pode, simplesmente, passar a criminalizar e estigmatizar padrões de comportamentos comuns no ambiente educacional.

Para Bock (1995), a escola para a sociedade pretende ser a continuidade do processo de socialização, iniciado na família. A violência manifesta-se de modo mais sutil na relação das crianças e dos jovens com os conteúdos a serem aprendidos, que podem não ter significado para sua vida. E na relação com professores que se caracterizam por práticas autoritárias e sem espaço para o diálogo, para a crítica.

A autora enfatiza que as práticas disciplinares buscam a sujeição do educando, a submissão, a docilidade, a obediência, o conformismo. Nesse sentido, a maior violência exercida pela escola é quando ela usa o seu poder sobre o alunado para impedir de pensar, de expressar suas capacidades e os leva a se tornarem meros reprodutores de conhecimento.

Chalot (2002) aborda a dificuldade em trabalhar com a temática violência nas escolas. Este afirma que, do ponto de vista histórico o problema da violência escolar não é recente, mas o que pode ser considerado novo são as formas pelas quais essa violência se manifesta divididas pelo autor por quatro aspectos: o surgimento de formas de violência mais grave, apesar de bastante raras; a idade cada vez menor dos alunos envolvidos nos casos de violência que, nesse caso, entra em conflito com o ideal de infância como o período de inocência; a ação de agentes externos que ocupam o espaço da escola com agressões fora dela; a repetição e acúmulo de pequenos casos que não são necessariamente violentos, mas que criam a sensação de ameaça permanente.

Nesse contexto, a constante presença da violência na escola coloca em xeque a função primordial desse ambiente. Assim, esse ambiente encarregado de socializar as novas gerações passa a ser vista como o lugar que concentra os conflitos e práticas de violência, situação essa que “passa pela reconstrução de complexidade das

relações sociais que estão presentes no espaço social da escola” (SANTOS, 2001:18).

b. Violência e sua definição

Para entendermos as causas determinantes da violência no meio social, é imprescindível conceituar esse termo. Esse é complexo e apresenta diferentes sentidos, e o seu significado se define a partir do seu contexto formador: social, econômico, cultural e de acordo com o sistema de valores adotados por cada sociedade levando em consideração o seu nível de tolerância para com a violência.

O minidicionário Luft (2000) define como sendo “qualidade ou ação de violento. Constrangimento físico ou moral”. Juridicamente, violência é uma espécie de coação, ou forma de constrangimento, posta em prática para vencer a capacidade de resistência de outrem, ou para vencer a capacidade de resistência de outrem, ou para demovê-lo da execução de um ato, ou para levá-lo a executá-lo, mesmo contra a sua própria vontade.

A palavra violência deriva do Latim “*violentia*”, que significa “veemência, impetuosidade”. Podemos sintetizar o fenômeno violência, quando Waiselfisz (1998) diz que, os atos de violência apresentam-se hoje na consciência social não apenas como crimes, homicídios, roubos ou delinquência, mas nas relações familiares, nas relações de gênero, na escola e nos diversos segmentos da vida social. Portanto, o autor não se refere à violência apenas quanto à sua manifestação física, mas também quanto às situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito, indiferença, omissão para com o outro.

Para Arnoud e Damascena (1996 p.3), a compreensão desse fenômeno depende da percepção de que há fatores estruturais, como a crise econômica, a miséria e o empobrecimento, quanto do complexo de mediações materiais e culturais que envolvem a violência, expressando-se através da quebra dos laços de

solidariedade e da crise das relações tradicionais. Contudo esses autores afirmam que:

Hoje, a luta contra a violência começa a fazer parte do debate sobre uma nova relação Estado/sociedade, conquista/autonomia (...) e passa a ser considerada como forma também de busca de novas relações articuladas e conflituais, e de maneiras de se estabelecer relações solidárias e reconhecimento recíproco. (ARNOUD, DASMACENA, 1996, p.3)

Velho (1996) afirma que o crescimento e a difusão de valores individualistas na sociedade não significam o fim da hierarquia. Para ele, o que se nota atualmente é a coexistência e combinação das duas visões de mundo, embora com nuances diferentes.

A abordagem da dimensão cultural da violência, que enfoca o “individualismo desancorado de compromissos éticos”, também contribui para entender a naturalização através da “mídiatização”. (VELHO, 1996).

Contudo, observa-se uma preocupação com as variadas expressões de violência dentro das instituições educacionais. Peralva afirma:

A violência entre os alunos constrói-se em torno de duas lógicas complementares: de um lado encenação ritual e lúdica de uma violência verbal e física; de outro, engajamento pessoal em relações de força, vazias de qualquer conteúdo preciso, exceto o de fundar uma percepção do mundo justamente e, termos de relações de força. Nos dois casos, o que está em jogo é a construção e a auto-reprodução de uma cultura da violência. (PERALVA, 1997, p. 20).

Essa cultura de violência está intimamente relacionada a um sentimento de medo, fundado na ideia, amplamente difundida de que a “violência está em toda parte e que, para enfrentá-la, é preciso poder defender-se” (Peralva, 1997, p.21). No tocante, o autor comenta que esta dimensão ritual e lúdica da violência

permite um distanciamento subjetivo com relação ao medo, ao mesmo tempo em que serve como instrumento para a reprodução de uma cultura da violência.

1.1. Tipos de violência

Para Odália (1983), e segundo a organização mundial de saúde existem alguns tipos de violência como: a violência física que é o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. São comuns murros, tapas e agressões com diversos objetos e queimaduras.

Há também a violência psicológica ou agressão emocional, tão ou mais prejudicial que a física, é caracterizada pela rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas. É um tipo de violência que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente provoca cicatrizes para toda a vida. Existem várias formas de violência psicológica, como a mobilização emocional da vítima para satisfazer a necessidade de atenção, carinho, importância, ou como a agressão dissimulada, em que o agressor tenta fazer com que a vítima se sinta inferior, dependente e culpada.

A violência verbal normalmente é utilizada para importunar e incomodar a vida das outras pessoas. Pode ser feita através do silêncio, que muitas vezes é muito mais violento que os métodos utilizados habitualmente, como as ofensas morais (insultos), depreciações e os questionários infundáveis.

A violência sexual na qual o agressor abusa do poder que tem sobre a vítima para obter gratificação sexual, sem o seu consentimento, sendo induzida ou obrigada a práticas sexuais com ou sem violência física. A violência sexual engloba o medo, a vergonha e a culpa sentida pela vítima, mesmo naquelas que acabam por denunciar o agressor: por essa razão, a ocorrência destes crimes tende a ser ocultada.

2. Metodologia/ métodos e técnicas

Optou-se pela pesquisa de campo com abordagem qualitativa e descritiva analisando a opinião dos professores sobre o comportamento violento de alunos do ensino fundamental, tomando como base a experiência do público pesquisado em uma escola pública da cidade de Horizonte no Estado do Ceará. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, com os profissionais supracitados seguindo um roteiro que conta com questões que abordavam alguns aspectos importantes para seu êxito, tais como: definição de violência; dificuldades encontradas para lidar com essas situações no ambiente de ensino e sugestões para lidar com essa problemática.

Para construção do roteiro de entrevista foi realizado um pré-teste para uma maior fidedignidade e consistência das perguntas propostas na pesquisa, tendo em vista o alcance dos objetivos sugeridos durante sua realização.

O procedimento da pesquisa ocorreu a partir de uma sequência que se encontra assim organizada: 1 – Levantamento bibliográfico sobre o assunto para fundamentar a proposta do projeto; 2 – O primeiro contato com a instituição e os professores para um breve esclarecimento acerca da pesquisa e a permissão para realização da mesma; 3 – Explicação detalhada do objetivo da pesquisa para os participantes, ressaltando a importância da participação de cada um para o bom desenvolvimento e êxito de toda a pesquisa que, posteriormente, poderá servir para um possível trabalho de intervenção na dinâmica da instituição; 4 – Realização de pré-teste de entrevista que possibilitou uma maior consistência das perguntas propostas na pesquisa tendo em vista o alcance dos objetivos que se pretendia alcançar durante sua realização; 5 – Aplicação do questionário foi executado em lócus, ou seja, na instituição em que os professores estavam lotados e onde era o local objeto da pesquisa; o questionário composto de seis questões todas relacionadas ao ambiente da instituição a respeito dos comportamentos violentos dos alunos; 6 – A análise dos resultados foi composta de análise de

conteúdo, nos quais os dados colhidos foram analisados a partir de comparações entre as respostas dadas pelos participantes sobre a temática em questão, ressaltando as respostas semelhantes e as diferenças frente as indagações; 7 - Após a análise de dados, iniciou-se um relatório sobre o que se pode captar das respostas do questionário fazendo uma relação com todas as informações obtidas durante o processo da pesquisa desde o primeiro contato com os participantes, permitindo uma maior consistência no objetivo da suposta pesquisa; 8 - As considerações finais sobre a pesquisa seguiram mediante levantamento de todas as informações necessárias para se concretizar o trabalho de campo, desde a pesquisa bibliográfica, as visitas à instituição, o contato com os participantes e observação do ambiente em que se propôs aplicar a pesquisa.

4. Resultados e discussões

A partir da pesquisa realizada, passou-se a organização dos dados obtidos através das treze questões elaboradas. Desse modo, foi estruturada uma descrição do perfil do público alvo e uma análise de caráter qualitativo das respostas dadas pelos professores, segundo alguns critérios: tempo de serviço na instituição e disciplina que lecionava.

Os entrevistados se disponibilizaram de imediato colaborando de maneira satisfatória em todo processo. Foram entrevistados seis professores que atuam em uma escola de ensino fundamental no município de Horizonte no Estado do Ceará, sendo que dois lecionam no primeiro segmento com turmas de primeiro ao quinto ano e quatro lecionam no segundo segmento nas áreas específicas que compõem o currículo do sexto ao nono ano. Quanto ao tempo de serviço os dados evidenciaram no mínimo de oito e no máximo de vinte anos de magistério, com graduação e especialização na área em que atuam.

a. Definição de violência pelos entrevistados

Com relação à definição dada pelos pesquisados a respeito do conceito de violência, percebeu-se que, a maioria considera a agressividade física ou o ato em si, como parâmetros que expressa o que é violência. Vejamos abaixo: “É a ação do indivíduo de forma oral ou física no momento em que ele perde o controle de si mesmo”.

Quanto à constituição de violência no âmbito escolar, dois professores relataram a desestrutura da família e a situação socioeconômica. “Há também em alguns casos uma rotulação ao educando feita pelos colegas e pelos profissionais da educação”.

Dois entrevistados ressaltaram que a violência se constitui pelas diferenças e rotulações encontradas nos grupos.

“Se constitui pelas diferenças, a não aceitação do outro, a imposição de um modelo e quem diverge deste acaba por ser agredido das mais variadas formas possíveis. Percebe-se a desestruturação familiar aliada à realidade socioeconômica”.

Outra forma de constituição da violência apontada por dois professores seria o aluno não conseguir acompanhar o processo de aprendizagem.

“No momento em que o aluno não consegue assimilar nada na aula acaba se aborrecendo e passa a ficar chateado por não saber, daí é um passo para a violência, assim como também através das brincadeiras, dos insultos e ofensas dos próprios colegas”.

b. As várias situações de violência no ambiente escolar

Quando questionados sobre as situações de violência mais frequentes no cotidiano escolar, quatro professores apontaram as agressões físicas e verbais entre os alunos.

“Brigas, murros e empurrões, porque às vezes começam através de brincadeiras e depois acabam se estranhando e daí para brigar é muito fácil”

“Agressões físicas e faladas, acontecem na hora da entrada, saída e recreio”.

“Agressões físicas e verbais. Nossos alunos, socialmente encontram em suas famílias uma realidade, às vezes, de extrema carência afetiva. Então, acabam descarregando “essa carência” em atitudes, comportamentos que a própria escola, geralmente, não entende. Por isso, precisamos conhecer a história dos nossos alunos.

Dois destes profissionais abordam a questão da rotulação do aluno feita pelo professor e os próprios alunos. “Rotulação do professor com o aluno: o aluno é incapaz, não tem futuro criando uma agressão psicológica”.

A partir desses depoimentos e com as reflexões elaboradas pelos teóricos que fazem referência à pesquisa ora exposta é possível identificar a existência na sociedade e no ambiente escolar o que se pode chamar de uma cultura da violência. Essa cultura “se desenvolve como uma dimensão da experiência juvenil” (Peralva, 1997, p.22) e não pode ser desvinculada de alguns fatores que têm caracterizado nossa sociedade nos últimos tempos.

c. Violência com as situações de violência

Quando perguntados se já tinham vivenciado alguma situação de violência na escola, verificou-se que cinco professores afirmaram essa experiência.

“Alunos que possivelmente drogados partiram para o vice-diretor, foi um momento muito delicado e lamentável”.

“Uma criança ao sair da escola pisou no pé da outra que ia acompanhada pela mãe. Nesse momento a mãe orientou o filho e exigiu que o mesmo desse o troco, fazendo com a criança exatamente o que ela lhe havia feito”.

“Ano passado, dois alunos brigaram na sala onde eu estava dando aula. Fiquei paralisado. Nunca senti aquilo antes. Já tinha separado algumas brigas, nada muito grave, mas dessa vez senti um medo. Depois, de alguns minutos me restabeleci e fui tentar conversar com o aluno que foi agredido, pois o outro já tinha saído depois de ser esmurrado”.

“Não fiz parte, mas fui expectador de inúmeros formas de violência”.

d. Casos de violência no interior da escola

A maioria dos professores entrevistados considera que a violência está mais presente nas escolas nos dias atuais, do que em outras épocas.

“Aumentou, porque a cada dia que se passa os valores são deixados de lado, a família se afasta de seus filhos e esses ficam sem orientação familiar e assim o caos é certo no futuro”.

“Constantemente precisamos interferir nos atritos ocorridos entre alunos, que vão desde agressões verbais até agressões físicas, decorrentes dos mais variados motivos possíveis”.

Apenas dois professores consideraram que a situação atual melhorou, pois nas escolas onde trabalham houve uma diminuição devido à realização de alguns projetos desenvolvidos na escola. “Os casos de violência diminuíram porque a escola onde trabalho usa de várias metodologias, vários recursos para estimular os alunos a sentirem prazer em vir para a escola”.

Foi possível constatar que a análise destes profissionais se baseou em uma comparação com os últimos anos de trabalho de cada um e que tais profissionais possuíam um tempo de magistério inferior a vinte anos.

e. Possíveis sugestões apontadas pelos professores

No que se referem às sugestões dadas pelos professores foi constatado que algumas estratégias já são utilizadas nas escolas onde atuam, mas sugeriram outras.

“Realização de seminários, palestras que integram a temática do respeito e do diálogo. Promover atividades dentro da escola que estimulem a participação da comunidade escolar na promoção educacional”.

“Trazer as famílias para a escola fazendo-os observarem os próprios filhos, formando uma parceria entre escola e família para que esse dê mais apoio.”

No que diz respeito ao nível mais amplo, os professores apontam a importância de que a educação seja reformulada, implementando uma política pública que promova uma valorização do ensino. “A educação no Brasil deve ser reformulada, aplicada inicialmente na educação infantil e apoiada pela família e pelos meios de comunicação de massa”.

Conclusões

As diferentes escolas têm uma grande diversidade de funcionamentos. Os resultados terão de ser necessariamente diversos. Poderíamos tomar como exemplo, os problemas disciplinares, o grau de sucesso e a assiduidade dos alunos. O professor é um elemento importante na análise do estabelecimento, assim como o problema das representações, variável de grupo para grupo. Nem sempre as “orientações superiores” estão de acordo com os interesses dos professores, desenvolvendo, deste modo, atitudes e influenciando comportamentos que, por vezes, desencadeiam dispositivos de resposta a situações vivenciadas no ambiente escolar.

O comportamento violento nas escolas é hoje o fenômeno social mais complexo e difícil de compreender, por afetar a sociedade como um todo, atingindo diretamente as crianças de todas as idades, em todas as escolas do país e do mundo. Sabemos ser o fenômeno resultante de inúmeros fatores, tanto externos como internos à escola, caracterizados pelos tipos de interações sociais, familiares, sócios educacionais e pelas expressões comportamentais agressivas manifestadas nas relações interpessoais.

Referências

- ARNOUD, E. DAMASCENA, A. **Violência no Brasil: representação de um mosaico**. Rio de Janeiro. CERIS, 1996.
- BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologias. Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13^a Edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2002.
- BUENO, Francisco da Silva (org.). **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Editora: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, RJ 1996.
- CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 4. N. 8. Jul/dez 2002.
- DEBARBIEUX, Eric. Violência na escola: divergências sobre palavras e um desafio político. In: DEBARBIEUX, Eric; BILAYA, Chatherine (orgs.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. São Paulo; Atica, 2000.
- NEWCOMBE, Nora. *Desenvolvimento Infantil – Abordagem de Mussen*. 8. Edição. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- ODÁLIA, N. *Que é Violência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

- PERALVA, A. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. IN: Contemporaneidade e Educação. Revista semestral de ciências sociais e educação, ano II, n. 2, Rio de Janeiro: IEC, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Ed. Afrontamento, 2001.
- VELHO, G. Violência reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. IN: VELHO, G.; ALVITO, M. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- WASELFISZ, J. Mapa da violência: os jovens do Brasil. Rio de Janeiro. Garamond, 1998.
- VELHO, G. **Violência reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica.** IN: VELHO, G.; ALVITO, M. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- WASELFISZ, J. **Mapa da violência: os jovens do Brasil.** Rio de Janeiro. Garamond, 1998.